C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

BRACARA AUGUSTA

SUMÁRIO

Um grande filósofo europeu, Arcebispo eleito da Sé de Braga, que ocupou a Cadeira de S. Pedro, Prof. Dr. Artur Moreira de Sá. — *Subsídios para o estudo da Arqueologia Bracarense*, Prof. Dr. Carlos Teixeira. — *A presença histórica do Norte na Obra de Garrett*, Dr. Feliciano Ramos. — *Deux sculptures funéraires provenant de Saint Martin de Dume*, Prof. Dr. Georges Gaillard. — *El Castro «Das Sete Pias» em Cambados (Galicia)*, Dr. Fermin Bouza Brey. — *Correspondência entre os Soberanos de Espanha e os de Portugal (1755-1760)*. Dr. João Pinto Ferreira. — *Dois retratos bracarenses, Duas cartas luso-castelhanas*, Dr. D. António Pereira Coutinho. — *A Dominação Árabe e a Toponímia a Norte do Douro*, Dr. António Losa. — *Breves notícias genealógicas, Homens de Braga*, Joaquim Chaves. — *Gabinete de leitura*, António Álvaro Dória. — *Oestrymnis*, Dr. Francisco José Velozo. — *Pró-Braga*, Balconius. — *Vocabulário Minhoto (Subsídios para o Léxico Português)*, Manuel de Boaventura. — *Acontecimentos memoráveis em Braga no ano de 1955*, Joaquim Monteiro (Jorge). — *Nota explicativa sobre o presente tomo.* — *I Congresso Martiniano (1950).* — *Aquivo Municipal.* — *Livro das Vereações.* — *Efemérides Municipais.* — Redacção.

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. VI-VII JANEIRO, 1955 - DEZEMBRO, 1956 N.º 1-4 (31-34)

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

(CONTINUAÇÃO DE **BRAGA — BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL**)

VOLUMES VI-VII — FASCÍCULOS 1-4 (31-34)

Directores { Dr. Sérgio da Silva Pinto, Vereador do Pelouro de Cultura
José Constantino Ribeiro Coelho, Conservador do Arquivo

Serviços de Administração a cargo de José Henriques Soares Pereira

Composição e impressão das Oficinas Gráficas da Livraria Cruz — Rua D. Diogo de Sousa — Braga

JANEIRO, 1955 — DEZEMBRO 1956

SUMÁRIO

Um Grande Filósofo Europeu, Arcebispo eleito de Braga, que ocupou a cadeira de S. Pedro	Prof Dr. Artur Moreira de Sá	5
Subsídios para o Estudo da Arqueologia Bracarense	Prof. Dr. Carlos Teixeira	17
A Presença Histórica do Norte na Obra de Garrett	Dr. Feliciano Ramos	39
Deux Sculptures Funéraires Provenant de Saint-Martin de Dume	Prof. Dr. Georges Gaillard	67
El Castro «Das Sete Pias» en Cambadas (Galicia)	Dr. Fermin Bouza-Brey	74
Correspondência entre os Soberanos de Espanha e os de Portugal	Dr. J. A. Pinto Ferreira	84
Dois retratos bracarenses. Duas cartas luso-castelhanas. Uma viração do passado	Dr. D. António Pereira Coutinho	100
A Dominação Árabe e a Toponímia a Norte do Douro	Dr. António Losa	120
Breves notícias genealógicas — *Homens de Braga* — I. — Gente de Guerra	Joaquim Chaves	176
Gabinete de Leitura — *So Noble a Captain*	António Álvaro Dória	179
Oestrymnis — (**Atlântida — Campo Eliseo**)	Dr. Francisco José Veloso	190
Pró-Braga — As Metamorfoses de... Santo Ovídio	Balconius	203
Vocabulário Minhoto — (Subsídios para o Léxico Português)	Manuel de Boaventura	212
Acontecimentos memoráveis em Braga no ano de 1955	Joaquim Monteiro (Jorge)	224
Nota explicativa sobre o presente tomo	Redacção	255
I Congresso Martiniano (1950)	»	255
Arquivo Municipal — *Livro do Registo*	»	256
Livro das Vereações	»	261
Efemérides Municipais	»	266

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO MUNICIPAL

DIRECTORES

DR. SÉRGIO AUGUSTO DA SILVA PINTO
Vereador do Pelouro da Cultura

JOSÉ CONSTANTINO RIBEIRO COELHO
Conservador do Arquivo

VOLUME VI-VII

BRAGA — 1955-1956

UM GRANDE FILÓSOFO EUROPEU,

ARCEBISPO ELEITO DA SÉ DE BRAGA, QUE OCUPOU A CADEIRA DE S. PEDRO [1]

Ao aceitar o honroso convite que a Câmara Municipal de Braga me dirigiu para falar na sessão inaugural deste Ciclo de Conferências, escolhi o tema em epígrafe, por me parecer de interesse vir relembrar um dos personagens mais ilustres da História da Filosofia Portuguesa, tão ligado a Guimarães e a Braga; refiro-me a Pedro Julião, ou, como é mais vulgarmente conhecido, Pedro Hispano.

Como todos sabem, nasceu em Lisboa, na freguesia de S. Julião, à roda de 1210, tendo feito os seus primeiros estudos na Escola da Catedral da cidade [2].

Muito novo ainda, — em 1223 ou 1229 segundo Petella [3] — foi frequentar a Universidade de Paris, como confirmou na célebre bula *Flumen aque vive* [4]: «prende-nos ao mesmo Estudo (de Paris) um afecto, também especial, que de há muito lhe ganhámos. Com efeito, vivendo em seus lares desde tenros anos, aí nos aplicámos ao estudo de várias ciências, e, durante muitos anos, ouvindo suas lições, provámos as saborosíssimas primícias dessas ciências...». [5].

Nesta Universidade, segundo defendeu o grande historiador da Filosofia Medieval, Martin Grabmann, Pedro Hispano ensinara Lógica entre 1240 e 1245 e teria, nessa altura, ditado as *Summulae Logicales*, os *Tractatus*

---

(1) Conferência proferida na Câmara Municipal de Braga, em 6 de Junho de 1955.

(2) Veja-se, por ex., A. Moreira de Sá, *O Papa João XXI, filósofo e político*, Porto — 1949, pág. 5.

(3) Les connaissances oculistiques d'un médecin philosophe devenu Pape, in *Janus*, 1897-8, II, pág. 417.

(4) Publicada por A. Moreira de Sá, em *Pedro Hispano e a crise de 1277 da Universidade de Paris*, Coimbra — 1954, págs. 16 a 21.

(5) Ob. cit., págs. 20/21.

maiorum fallaciorum e os *Syncategoremata* (6). Mas Grabmann não se abona em documento irrefutável, antes deriva a sua opinião de meras ilações, nem sempre legítimas. Por isso, este ponto de vista não tem sido seguido, havendo mesmo, quanto a mim, fortes razões para sermos levados a pô-lo completamente de parte e a propor outra hipótese, muito mais verosímil, como veremos adiante.

Como quer que seja, desde Janeiro de 1245 até Maio de 1250, foi Pedro Hispano professor de Medicina na Universidade de Siena (7). Regressando a Portugal, veio ocupar, logo que chegou, cargos de elevada importância.

Ainda não está explicada — nem sei se algum dia se encontrarão documentos que lancem luz definitiva — a razão da extraordinária fama que alcançou Pedro Hispano logo que chegou a Portugal. Quanto a mim — e apresento-o sòmente como hipótese —, este sucesso filia-se nas relações com D. Afonso, Conde de Bolonha, e com alguns nobres e eclesiásticos bracarenses, durante a sua relativamente longa estadia em Paris. Com efeito, entre 1223 e 1245, devia ter sido um dos familiares do Conde de Bolonha, mais tarde D. Afonso III, o qual viveu muito tempo, como se sabe, na Corte de sua tia D. Branca, mãe de S. Luís, rei de França. Este facto talvez possa explicar o motivo da intimidade de Pedro Hispano com a rainha D. Branca, a ponto de lhe dedicar o *De tuenda valetudine,* ainda em manuscrito (8).

Devia também manter estreitas relações com os prelados e nobres portugueses que assistiram ao Concílio de Leão, realizado em 1244 e 1245, que eram: D. João Egas, arcebispo de Braga, D. Pedro, bispo do Porto e D. Tibúrcio, bispo de Coimbra, Rui Gomes de Briteiros e Gomes Viegas (9). Todos estes «e mais portugueses que havia em França» (10) induziram o Infante D. Afonso a fazer determinado juramento, antes de lhe entregarem o

---

(6) Veja-se Martin Grabmann, *Handschriftliche Forschungen... des späteren Papstes Johannes XXI († 1277),* München — 1936, págs. 86 a 97 e 127 a 130. Veja-se também van Steenberghen, *Aristotle en Occident,* Louvain — 1946, pág. 99 e segs.

(7) Veja-se L. Zdekauer, *Sulle origini dello Studio Senese,* Siena — 1893, págs. 16 e segs., R. Stapper, Papst Johannes XXI, in *Kirchengeschichtliche Studien,* 1898, IV, págs. 6 e segs., G. Bilancioni, *Veteris vestigia flammae,* Roma — 1922, págs. 22/3, M. H. Laurent, Le soggiorno di Pietro Ispano a Siena, in *Bulletino Senese di Storia Patria,* Nuova Serie, 1938, II, pág. 43 e Mullaly, *The Summulae Logicales of Peter of Spain,* Notre Dame, Indiana, 1945, págs. XVIII e XIX.

(8) Por ex., na Biblioteca Nacional de Paris, ms. 7410.

(9) Frei António Brandão, *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III,* ed. Magalhães Basto, Porto — 1945, pág. 91.

(10) Idem, pág. 96.



Reproduzido de *Annales of Medical History*, V, pág. 295

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

governo do Reino. Por esse documento, datado de Paris, a 6 de Setembro de 1245, vê-se que assistiram ao acto, do lado português: Pero Garcia, tesoureiro de Braga, Soeiro Soares, «cantor civitatensis», um tal «Frater Petrus Alfonsus, Hispanus», da Ordem dos Pregadores, Frei Domingos, bracarense, Rui Gomes de Briteiros, Gomes Viegas, Pedro Honório e Estêvão Anes (11).

Embora Pedro Hispano não tenha assinado o documento, por nessa altura já estar em Siena a ensinar, (12) não devia ter sido estranho às diligências que antecederam o acto de juramento e é de crer que tivesse mantido largas relações com os prelados e nobres portugueses que estavam em Paris. Como se vê, a maioria dos intervenientes no acto era do Norte, designadamente de Braga.

Nestas relações deve residir, quanto a mim, a explicação do sucesso alcançado por Pedro Hispano logo que chegou a Portugal, em meados de 1250, e dos laços que o uniram à diocese de Braga. Com efeito, nas Cortes de Guimarães de 11 de Junho desse ano, já aparece como arcediago de Vermoim, da diocese de Braga, como deão da Sé de Lisboa, e respondeu aos vários pedidos formulados, em nome do Rei D. Afonso III (13). Em 1254, nas Cortes de Leiria, entre 6 e 18 de Março, Pedro Hispano esteve presente ao lavrarem-se cinco diplomas régios (6, 11, 14, e 18), dois dos quais dizem respeito a Guimarães (14). Em 12 de Dezembro de 1257 é Pedro Hispano apresentado por D. Afonso III para prior da Igreja de Santa Maria de Guimarães, cargo de que sòmente veio a tomar posse, através do seu procurador Mateus Nunes, dezasseis anos mais tarde, em Fevereiro de 1273 (15). Em 1258, volta Pedro Hispano a tomar parte nas Cortes celebradas em Guimarães (16) e intervém em vários actos régios como nos Forais de Chaves, Aguiar da Beira e Viana (17). Não se pôde até hoje apurar, mas a estreita relação existente entre Pedro Hispano e Guimarães parece legitimar a hipótese de ter sido procurador da cidade berço de Portugal.

---

(11) O texto latino vem na ob. cit., págs. 3613 e a tradução a págs. 96/99.

(12) Laurent, *Il soggiorno di Pietro Ispano a Siena*, in *Bulletino* cit., 1938, IX, pág. 43.

(13) *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, vol. I, pág. 185.

(14) Veja-se o bem elaborado estudo do Prof. Marcelo Caetano, *As Cortes de Leiria de 1254*, Lisboa — 1954, págs. 33, 54 e segs.

(15) Veja-se A. Moreira de Sá, *Pedro Hispano, prior da Igreja de Santa Maria de Guimarães e Arcebispo da Sé de Braga*, Coimbra — 1955.

(16) *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, vol. I, págs. 687 689 e 693.

(17) Prof. Marcelo Caetano, ob. cit., págs. 33/4.

E não acabam aqui os laços que prendem Pedro Hispano àquelas duas grandes cidades medievais do Norte. Com efeito, depois da morte do Arcebispo de Braga, D. Martinho Geraldes, e a fim de terminar com a ingerência de D. Afonso III na jurisdição da cidade, o Cabido Bracarense reuniu-se em 1272 e elegeu «por unânime acordo para Arcebispo, o arcediago de Vermoim e prior de Guimarães, Pedro Hispano» ([18]). Mas como, no Concílio de Leão, de 5 de Junho de 1273, foi nomeado Cardeal-Arcebispo de Tusculum, não foi Pedro Hispano confirmado nem tomou posse do arcebispado de Braga ([19]). Mas esta eleição não deixou de o sensibilizar e de calar fundo no seu coração. É assim que nós vemos Pedro Hispano, como Cardeal e estando em Perugia, ao escrever aos Oficiais de Braga, não se esquecer de referir que tinha sido eleito arcebispo daquela diocese, como refere o Doutor João de Barros, que ainda viu a carta, selada com seu selo, no Cartório da Fazenda do Colégio da Companhia de Jesus, de Coimbra ([20]).

Depois desta data não voltou a Portugal. E a 13 de Setembro de 1276, foi eleito Papa, tendo adoptado o nome de João XXI. É, como se sabe, o único português que até hoje ocupou a cadeira de S. Pedro, facto deveras significativo e honroso para Braga e sua diocese.

Mas se Pedro Hispano atingiu as culminâncias na Igreja Romana, não ocupou posição muito menos relevante no mundo da Ciência. Escreveu mais de 36 trabalhos sobre Medicina, Zoologia, Teologia, Filosofia, Lógica, Psicologia e Matemática, alguns deles do maior interesse. Para o fim que nos propomos, é mister referir apenas os aspectos que se referem à Filosofia ou à posição filosófica de Pedro Hispano.

Dos três trabalhos de Lógica que escreveu, — *Summulae Logicales, Tractatus maiorum fallaciorum* e *Syncategoremata* — foi o primeiro destes livros que mais nomeada alcançou. Com efeito, conhecem-se mais de 30 manuscritos do séc. XIII; imprimiu-se em mais de 200 edições; foi livro de texto obrigatório nas Universidades Medievais, desde a Polónia à Península; e foi comentado por mais de 65 formas e Escolas diferentes ([21]). A que seria devido este extraordinário sucesso, jamais alcançado por qualquer outro livro de carácter didáctico?

([18]) Veja-se A. Moreira de Sá, *Pedro Hispano, prior da Igreja de Santa Maria de Guimarães e Arcebispo da Sé de Braga*, Coimbra — 1953, pág. 7.

([19]) Idem, pág. 8.

([20]) D. Rodrigo da Cunha, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, Braga — 1634, vol. II, pág. 156.

([21]) Sobre os comentários, veja-se João Ferreira, *As Súmulas Logicais de Pedro Hispano e os seus comentadores*, Braga — 1952.

Como se sabe, até ao fim da primeira metade do séc. XII, ensinou-se na Europa *a logica vetus*, que compreendia sòmente a *Isagoge* de Porfírio, as *Categorias* e *Interpretações* de Aristóteles e, algumas vezes, as *Divisões* e *Tópicos* de Boécio. Mas a partir da segunda metade desse século, começou a ensinar-se a *logica nova* que compreendia, além daqueles livros, os *Primeiros* e *Segundos Analíticos*, devido à difusão que Otão de Freising fez na França e na Alemanha do conteúdo destes livros (22), conhecidos pelas quatro traduções latinas devidas a Boécio, Jaime de Veneza, Gerardo de Cremona e ao anónimo tradutor do manuscrito de Toledo (23). Pedro Hispano teve, sem dúvida, conhecimento da tradução desses dois livros do *Organon* de Aristóteles, visto ter sido um dos primeiros a escrever um livro — as *Summulae Logicales* — onde se expunha toda a Lógica aristotélica.

Além disso, os seis primeiros tratados das *Summulae* são uma exposição resumida, mas fácil de apreender, de todo o *Organon* de Aristóteles, o que permitiu múltiplas interpretações e comentários, conforme as Escolas (24).

Nos seguintes quatro pontos penso residir o segredo do extraordinário sucesso pedagógico das *Summulae:* ser uma exposição de todo o *Organon;* estar bem resumido o texto aristotélico; ser fácil de apreender; e permitir multíplices interpretações.

Os sete restantes tratadinhos das *Summulae*, são o desenvolvimento de certas questões lógico-gramaticais sugeridas pelo texto aristotélico.

Mas a data e o local em que Pedro Hispano redigiu as *Summulae Logicales*, por não haver documento escrito que no-lo comprove, são assuntos ainda hoje sujeitos a discussão.

O eminente investigador e medievalista Martin Grabmann encontrou, num dos manuscritos do séc. XIII existentes na Biblioteca Apostólica Vaticana, determinada apostila que permite ajuizar que as *Summulae* foram redigidas antes de 1253 (25). Quanto ao local é que o problema se torna mais delicado, pelo que nos limitamos a expor a nossa hipótese de as *Summulae Logicales* terem sido redigidas em Lisboa.

---

(22) Veja-se Charles Haskins, *Studies in the History of Mediaeval Science*, Cambridge — 1924, pág. 226.

(23) Idem, págs. 231 e 257.

(24) Veja-se Joseph P. Mullaly, *The Summulae Logicales of Peter of Spain*, Notre Dame, Indiana — 1945 e João Ferreira, *As Súmulas Logicais de Pedro Hispano e os seus comentadores*, Braga — 1952.

(25) Citado por Mullaly, liv. ind., pág. XXXIX.

Admitindo, como parece verosímil, que a opinião de Grabmann, — de Pedro Hispano ter ensinado Lógica, na Universidade de Paris, entre 1240 e 1245, — não é defensável, pela carência de documentos abonatórios, apura-se que começou a exercer o professorado em Siena, onde ensinou Medicina desde 1245 a fins de 1249. Mas foi em Lisboa, para onde voltou, que exerceu as funções de mestre das Escolas que funcionavam junto da Catedral. Aqui devia ter ensinado Lógica e, a pedido de seus alunos, escreveu as *Summulae Logicales*. Na verdade, não se compreende que fossem os alunos de um meio cultural tão adiantado, como então era Paris, a pedirem a Pedro Hispano que redigisse, para seu uso, um livro de Lógica, pois na Universidade Parisiense havia professores como Guilherme de Shyreswood, autor de uns célebres *Syncategoremata* (26) e de umas *Introductiones in Logicam* (27).

Devia ser apoiado nestes ou noutros factos que D. Rodrigo da Cunha asseverou, referindo-se a Pedro Hispano: «escreveo em Lisboa o liuro que chamão Sumulas de Lógica» (28).

Afirmou Mullaly que é na segunda parte do seu famoso livro que Pedro Hispano começa a filosofar (29). Na verdade, alguns dos assuntos tratados e certas questões ventiladas, ainda hoje são actuais e constituem temas importantes da Logística. Este facto não deve causar grande estranheza, sabido que a Lógica Clássica constitui um aspecto da Logística.

Os principais e mais modernos temas abordados por Pedro Hispano, são: *a)* o valor de «ou» empregado em sentido exclusivo e inclusivo (30); *b)* a importância da análise das consequências (31); *c)* a teorização das suposições naturais, que podem ser comparadas às funções proposicionais da Lógica Moderna (32); *d)* a teoria da suposição em geral, em que esta-

---

(26) Veja-se J. R. O'Donnell, The Syncategoremata of William of Sherwood, in *Mediaeval Studies*, Toronto — 1941, III, págs. 46 a 93.

(27) Veja-se Die Introductiones in logicam des Wilhelm von Shyreswood, in *Sitzungsberichte d. Bayerischen Akad. d. Wissenschaften, Phil.-Hist. Abt.*, 1937, Hft 10, München — 1937.

(28) D. Rodrigo da Cunha, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, Braga — 1634, vol. II, pág. 152.

(29) Ob. cit., pág. XXXVIII.

(30) Lukasiewicz, Zur Geschichte der Aussagenlogik, in *Erkenntnis*, 1935, V, pág. 122, Clark, *Conventional Logic and Modern Logic. A prelude to transition*. Woodstock — 1952, pág. 41 e Mullaly, liv. cit., pág. XXV e segs.

(31) Referido por Sholz, Martin Grabmam... Handschiftliche Forschungen und Funde zu..., in *Deutsche Literaturzeitung*, 1937, págs. 1252/4 e Lukaziewicz, ob. cit, págs. 122/3.

(32) Kokoszynska, Nauka o supozycji terminow Wedlug Piotra Hiszpana, in *Przeglad*

belece a distinção entre os aspectos sintáctico e semântico da linguagem (33); *e*) a teoria da quantificação do predicado (34), etc.

Pela importância dos assuntos tratados, o historiador da Lógica Medieval, Boehner, diz mesmo que muitos aspectos da Lógica Moderna, começam, històricamente, com Pedro Hispano (35).

A questão do método científico mereceu também ao nosso filósofo longa meditação, o qual pôs em prática, com notável êxito, as suas concepções teóricas.

No comentário ao *De diaetis universalis et particularibus*, de Isaac (Lyon, 1515) Pedro Hispano chamou a atenção para a extraordinária importância do método experimental, dizendo-nos que a *via experimenti* aliada à *via rationis*, fornecem o método pelo qual a ciência pode ser criada. Mostrou a diferença que existe entre ambas as vias e concluiu pela vantagem da aplicação sistemática da primeira, confirmada pela razão. «O método experimental, diz, não presta atenção às causas; o método racional sim, liga atenção às causas e aos princípios; a experiência faz uso dos sentidos; a razão do entendimento» (36).

Afirma que o método experimental, como método capaz de atingir o conhecimento certo, antecede as artes e as ciências, tal como Aristóteles defendia. Como método capaz de tornar conhecido aquilo que é objecto de investigação, relaciona-se intimamente com a ciência. Daqui provém que uma vez constituída uma ciência, a experiência deve ser sempre empregada na vida prática e regulada pela razão, não por inexperientes, mas por pessoas conhecedoras do assunto.

Pedro Hispano não foi um teórico como Aristóteles. Em plena Idade Média, as suas preocupações orientaram-se num sentido prático. Os seus livros de Medicina mostram-nos que usou largamente do método experimental, ou se serviu das experiências praticadas por outros. Assim, por

---

Filozoficzny, 1934, XXXVII, págs. 235 a 261, Bochenski, Notes historiques sur les propositions modales, *in Revue des Sciences philosophiques et théologiques*, 1937, XXVI, págs. 686 e 687, Bochenski *Z historii Logiki zdam modalnych*, Lwow—1938, págs. 79 a 94, Boehner, *Mediaeval Logic*, Manchester — 1952, pág. 34.

(33) Ernest A. Moody, *Truth and consequence in Mediaeval Logic*, Amsterdam — 1953, pág. 22 e Gomez Izquierdo, *Analisis del Pensamiento Lógico*, Granada — 1928, vol. I, págs. 103 e segs.

(34) Mullaly, ob. cit., págs. LXVIII e segs.

(35) Boehner, liv. cit., pág. 36.

(36) Citado por Carreras y Artau, *Filosofia Cristiana de los Siglos XIII al XV*, Madrid — 1939, n. I, pág. 142. Veja-se também P. Thorndike, *A History of Magic and Experimental Science*, New York — 1923-4, II, pág. 508 e segs.

exemplo, o *Tesouro dos Pobres* — em alguns manuscritos intitulado *Livro de Experiências* ou *Suma de experiências médicas,* — dá-nos a conhecer o resultado das modernas experiências através de inúmeros casos citados, muitos dos quais têm a indicação: «eu experimentei isto» ou «a experiência mostrou-me aquilo». No livro *Sobre os Olhos,* Pedro Hispano indica-nos muitas doenças a que aqueles órgãos estão sujeitos e a maneira de as curar, baseado na experiência e na razão. «Eu verifiquei isto com as minhas próprias mãos» diz, visto ter-lhe interessado, acima de tudo, descobrir a verdade. A esta característica se deve, certamente, o facto de o grande Miguel Ângelo ter recorrido a este livro de Pedro Hispano para curar o mal que lhe atacava os olhos.

Os historiadores da ciência atribuem a Rogério Bacon a glória de ter sido o primeiro a apontar o método experimental, como único método válido para haver conhecimento certo, científico. Mas, se se reparar, como fez Lynn Thorndike no seu lúcido estudo acerca de Pedro Hispano ([37]), que os *Comentários sobre as dietas de Isaac, Tesouro dos Pobres* e *Sobre os Olhos* são anteriores aos livros de Rogério Bacon, fàcilmente se compreenderá que é a este português e não àquele filósofo, que se deve tal glória.

Outra questão, esta doutrinal, em que Pedro Hispano teve de intervir, agora como Papa, foi na tentativa de resolução da crise de 1277 que afligia a Universidade de Paris ([38]).

A publicação, em 19 de Março de 1255, de novos Estatutos pela Faculdade de Artes, que autorizara a leitura e comentário de todas as obras de Aristóteles, trouxe uma cisão entre os professores de Paris, e a partir desta data começaram a estremar-se os campos. De uma maneira geral, três correntes se definiam: agostiniana, aristotélico-escolástica (tomista), e averroísta, proposta por Siger de Brabante e Boécio da Dácia ([39]).

Por determinação de Gregório X, o Bispo de Paris, Etienne Tempier, condenou, a 10 de Dezembro de 1270, quinze teses, treze das quais eram nìtidamente averroístas. Mas os defensores desta corrente, longe de se amedrontarem, renovaram os seus comentários, primeiro em público, depois

---

([37]) L. Thorndike, *A History of Magic and Experimental Science,* New York — 1923-4, II, pág. 510.

([38]) Sobre este assunto veja-se: A. Moreira de Sá, *Pedro Hispano e a crise de 1277 da Universidade de Paris,* Coimbra, 1954, F. van Steenberghen, *The philosophical movement in the thirteenth century,* Edinburgh — 1955, págs. 94 a 106 e F. van Steenberghen, *Aristotle in the West,* Louvain — 1955, págs. 230 a 238.

([39]) Idem, pág. 4/5.

em lugares particulares. Para circunscrever o conflito, a Universidade publicou um decreto, a 2 de Setembro de 1276, em que proibia aos professores a leitura ou explicação de qualquer livro, em lugares particulares ([40]).

Entretanto foi Pedro Hispano, antigo aluno e professor em Paris, eleito Papa com o nome de João XXI, e imediatamente tomou a peito esta questão. Como as instruções dadas a seu legado Simão de Brion não bastassem, a 18 de Janeiro de 1277 escreveu ao bispo de Paris, Etienne Tempier, ordenando-lhe que, — em vista de os «artistas» continuarem a difundir alguns erros em prejuízo da fé católica, — inquirisse «que pessoas e em que lugares tais erros foram ditos ou escritos» e lho transmitisse «o mais breve possível». O Bispo reuniu imediatamente dezasseis mestres de Teologia e homens prudentes e, depois de um rápido inquérito, publicou a 7 de Março seguinte um decreto condenando 219 teses, a maior parte das quais contra os averroístas Siger de Brabante e Boécio da Dácia, mas onde havia também teses tomistas.

Depois dos trabalhos de Ehrle ([41]), é costume apreciar este decreto como resultado da luta entre o agostinianismo e o aristotelismo. Mas, como bem nota van Steenberghen ([42]), explicá-lo ùnicamente através desta luta é apresentar de forma imperfeita a verdadeira finalidade do decreto. Como diz este insigne historiador, no decreto pode ver-se: *a*) uma reacção dos homens da Igreja contra a filosofia pagã; *b*) um acto de defesa da Faculdade de Teologia contra a influência crescente da Filosofia e das doutrinas audazes da Faculdade de Artes; *c*) a vitória da corrente agostiniana, representada por Etienne Tempier, contra o tomismo ([43]).

Este decreto, por um lado, travou em parte a divulgação do averroísmo, e, por outro, atrasou a vitória do tomismo. Mas, como é natural, não podia remediar o mal completamente, pois as novas doutrinas não tinham sòmente adeptos entre os «artistas».

Por esta razão, Pedro Hispano, desejoso de solucionar de vez o conflito, vai intervir mais directamente, mas agora contra os teólogos parisienses. Com efeito, a 28 de Abril desse ano de 1277, João XXI fazia expedir

---

([40]) Idem, pág. 6

([41]) Francesco Ehrle, L'Agostinismo e l'Aristotelismo nella Scolastica del Secolo XII, in *Xenia Thomistica*, Roma — 1925, vol. III, págs. 517 a 588.

([42]) Forest, van Steenberghen e Gandillac, *Le mouvement doctrinal du IX^e^ au XIV^e^ siècle*, Paris — 1951, pág. 303, F. Steenberghen, *The Philosophical movement in the thirteenth century*, Edinburgh — 1955, págs. 99 e seg. e P. Steenberghen, *Aristotle in the West*, Louvain — 1955, págs. 235 e seg.

([43]) Idem, págs. 303/4.

a bula *Flumen Aquae Vivae* em que, depois de se referir, com desgosto, ao facto de saber que os teólogos parisienses «ousaram dogmatizar erròneamente contra a pureza da verdadeira fé católica», por influência dos professores de Artes, lembra a obrigação que lhe incumbe, como representante da Igreja de Deus, de empregar todos os esforços e «aplicar o remédio de eficaz provisão» para pôr cobro aos erros professados.

«Por isso, — escreve na bula de 28 de Abril de 1277 — e visto que o que é de fé ou a ela respeita, exige, de modo especial, a autoridade da Sé Apostólica, requer o seu estudo e reclama a sua decisão, rogamos, exortamos, e, não obstante, por escritos apostólicos mandamos a Tua Fraternidade que investigues, com rigoroso cuidado, todos e cada um dos erros que foram inventados, retomados ou renovados no sobredito Estudo, e quais os agentes, inventores, defensores e sequazes deles, assim como os que os crêem e seguem, e também as obras em que dizem estar esses erros escritos, e ainda as ficções dos mesmos «artistas». E que, com a rapidez possível, nos transmitas, em conjunto e sob o teu selo, a nota dos próprios erros, os nomes dos mesmos agentes, inventores, defensores, sequazes, crentes e aderentes, e também as mencionadas obras e ficções, a fim de que — recolhidos estes elementos para discussão, determinação ou reprodução dos próprios erros, ou até para ordenação que virmos dever fazer-se com vista a conservar a integridade da própria fé, procurar a salvação das almas, e reformar o estado do mesmo Estudo em seus fundamentos — procedamos segundo o conselho de Nossos Irmãos, devidamente guardada a ponderação que negócio de tamanha qualidade exige» (44).

Poucos dias depois, dava-se o desastre do qual veio a falecer o Papa João XXI (20 de Maio de 1277). Não lhe foi dado solucionar o conflito universitário, mas coube-lhe uma posição de relevo pelo afinco com que tentou resolver o grave problema, que havia anos perturbava a mais importante Universidade medieval.

Outro aspecto em que Pedro Hispano se notabilizou foi na Psicologia. Os principais trabalhos publicados sobre esta matéria são: o *Comentario ao de Anima de Aristóteles* (45), *Scientia libri de Anima* (46) e a *Expositio libri de Anima* (47). Permanecem ainda em manuscrito: *De sensu*

(44) Veja-se Artur Moreira de Sá, *Pedro Hispano e a crise de 1277 da Universidade de Paris*, Coimbra — 1954, págs. 6 e segs. e 16 e segs.

(45) Publicado por Manuel Alonso, Madrid — 1944.

(46) Idem, Madrid — 1941.

(47) Idem, Madrid — 1952.

et sensato, Questiones super libro de animalibus ([48]) e *Liber naturalis* ([49]). De uma maneira geral, podem-se distinguir dois aspectos nas concepções psicológicas de Pedro Hispano: por um lado, uma exposição agostiniana dos textos aristotélicos; por outro lado, uma orientação nitidamente médica, mais científica, da Psicologia. Estes pontos de vista, foram suficientemente expostos por Barbado ([50]), Callebaut ([51]), Grabmann ([52]), João Ferreira ([53]), etc.

Abordou questões de grande interesse, como o problema da alma e do corpo e suas relações, defendendo que a «alma espiritual do homem não é meramente *motor et rector*, mas o princípio formal do corpo humano», no que se aproxima da opinião de S. Tomás de Aquino. Faz, porém, uma distinção entre *intelectus agens* e *intelectus possibilis:* atribui o primeiro a toda a espécie humana e o segundo a cada indivíduo, diferentemente, tal como Avicena tinha defendido.

Ao tratar deste último problema, da função cognitiva, mostra-se partidário da doutrina agostiniana da iluminação divina, visto pretender que certas verdades só podem ser inteligíveis ao pensamento mediante uma luz espiritual, porquanto, em certo sentido, o intelecto é vazio, inicialmente. Esta doutrina, que apresenta no *Livro sobre a alma* e na obra *Sobre os animais,* foi cognominada por Callebaut e, mais recentemente, por Gilson de «Agostinismo avicenizante» ([54]), e Grabmann considerou-a «um notável sincretismo da doutrina agostiniana da iluminação com a teoria avicénica da emanação e das inteligências» ([55]).

Médico e acima de tudo um experimentador, homem eminentemente

---

([48]) Veja-se Manuel Alonso, na Introdução que precede o *Comentário al de Anima de Aristoteles,* Madrid — 1944, pág. 24.

([49]) Biblioteca Nacional de Madrid, ms. 1877, fls. 256 a 299.

([50]) *Estudios de Psicologia Experimental,* Madrid — 1946, vol. I, pág. 451 e segs.

([51]) Jean Pecham, O. F. M. et l'Augustinisme, in *Archivum Franciscanum Historicum,* 1925, XVIII, págs. 441 a 472.

([52]) Die Lehre von Intellectus Possibilis und Intellectus Agens in Liber de Anima des Petrus Hispanus des spateren Papstes Johannes XXI, in *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Âge,* 1938, XI, págs. 167 a 208 e Ein ungedrucktes Lehrbuch der Psychologie des Petrus Hispanus (Papst Johannes XXI † 1277) im Cod. 3314 der Biblioteca nacional zu Madrid, in *Spanische Forschungen des Görresgesellschaft,* 1928, I, págs. 166 a 173.

([53]) *Introdução ao estudo do «Liber de anima» de Pedro Hispano,* Coimbra — 1954.

([54]) Gilson, *La philosophie au Moyen Âge,* Paris — 1947, pág. 556.

([55]) Grabmann, Ein ungedrucktes Lehrbuch der Psychologie des Petrus Hispanus (Papst Johannes XXI † 1277) im Cod. 3314 der Biblioteca nacional zu Madrid, in *Spaniche Forschungen der Görresgesellschaft,* Münster — 1928, I Band, pág. 167 e Gilson, ob. cit., pág. 556.

prático, em alguns comentários, e mais acentuadamente no *Livro sobre a alma,* Pedro Hispano correlaciona a Medicina com a Psicologia, tentando explicar alguns factos psicológicos pelos ensinamentos colhidos naquela ciência. Foi seguramente dos primeiros autores a sugerir uma explicação da vida anímica em bases fisiológicas.

No tratado XII do *De Anima* encontramos a primeira exposição de Psicologia Fisiológica, em que se mostra a grande vantagem destes estudos para melhor se poder compreender a psicologia humana e se proclama a necessidade da experiência.

Embora denote influência dos filósofos e médicos árabes, que Pedro Hispano conhecia a fundo, o seu livro de Psicologia é considerado por Grabmann «a maior exposição original monográfica da doutrina da alma, da escolástica do séc. XIII» ([56]) e o estudo pormenorizado desta e das restantes obras sobre Psicologia, que estão intimamente ligadas, mostra a importância das suas doutrinas e do método que preconizava, seguido por Wundt e pelos grandes psicólogos contemporâneos.

Não é demais, pois, relembrar de novo estes aspectos filosóficos e doutrinários do pensamento de Pedro Hispano e chamar, ainda, a atenção para eles e para os méritos extraordinários deste português do séc. XIII, tão ligado pelo coração e pela religião a Guimarães e a Braga, considerado o maior sábio do seu tempo.

A. MOREIRA DE SÁ.

([56]) Citado por Grabmann, trab. cit., pág. 174.

Subsídios para o Estudo da Arqueologia Bracarense

por CARLOS TEIXEIRA

I — O Monte de Castro (Castrum Maximum)

À memória de Rui de Serpa Pinto

Explicação prévia

Há quase vinte anos que este trabalho foi publicado nos Anais da Faculdade de Ciências do Porto *(Tomo XXI, 1936).*

Lembramos com saudade os tempos em que realizámos o estudo do Monte de Castro e fomos recolhendo, pouco e pouco, nas horas vagas de outras ocupações, o espólio arqueológico desta antiga povoação castreja.

Não foram por diante outros projectos que então acalentavamos, como seja o da elaboração do catálogo e distribuição dos castros da Província d'Entre Douro e Minho, a exploração de alguns outros castros dos arredores de Braga (nomeadamente o do Monte das Caldas, que chegaramos a iniciar), etc.

Passados vinte anos, a solicitação gentil dos Directores da «Bracara Augusta» *para que o nosso modesto estudo fosse publicado de novo nas páginas daquela revista, fez-nos, por justificada associação de ideias, cotejar ràpidamente o pouco que realizámos com o muito que idealizaramos fazer.*

Apesar disso, não podiamos deixar de responder afirmativamente.

Salvo ligeiras correcções de forma, ao reler o texto não encontramos modificações a fazer.

Se a simples reedição do nosso trabalho de há vinte anos não pode trazer novidades, pode, contudo, prestar o grande serviço de chamar a atenção de algum jóvem investigador minhoto para os problemas da Arqueologia da Província, em especial os da cultura castreja, onde tanto há ainda a investigar e cujo estudo é necessário prosseguir metódica, honesta e conscienciosamente, como o fizeram Martins Sarmento, Serpa Pinto e outros, como o tem feito Mário Cardoso.

Se tal acontecer, estará justificada a nossa atitude ao acedermos à solicitação dos Directores da «Bracara Augusta», a quem não queremos deixar de manifestar o nosso agradecimento cordial.

Rossas, Agosto de 1954.

Situação

O Monte de Castro é uma pequena elevação, situada a norte de Braga, a poucas dezenas de metros da cidade, no alto da qual assentou, em recuadas eras, humilde e modesta povoação, da qual pouco mais resta que a indicação toponímica.

Quem, saindo da cidade, siga pela nova Avenida da Cadeia, em breves minutos atinge o cimo do pequeno morro granítico. Por este lado é fácil a subida; pelo norte e nordeste, porém, o terreno é abrupto e talhado quase a pique, tornando o acesso bastante dificultoso.

Descobre-se do alto, que fica sobranceiro ao vale do Cávado, um largo e vastíssimo horizonte. Para o sul desenrola-se a casaria branca da cidade com as suas torres numerosas, destacando-se ao fundo, suavemente recortada, a serra da Falperra, em cujo ponto mais alto, onde hoje está a capelinha branca de Santa Marta dos Cortiços, existem ruínas dum outro castro e, mais além, o Monte Redondo com a sua cividade, já explorada pelo antiquário bracarense Albano Belino.

Para o poente ergue-se o Monte das Caldas, outrora o Monte de S. Mamede, onde existem também ruínas dum castro, mas muito melhor conservadas, do qual nos ocuparemos em futuro estudo. Entre este e o

da Falperra ficava situado o castro de Ferreiros de que hoje só resta o nome (1).

Para o norte, logo por baixo, estende-se Dume (2), célebre e importantíssima povoação noutros tempos, local de achados arqueológicos valiosos, em cujo âmbito fica situada a capela de S. Frutuoso, monumento de grande valor, que data do século VII.

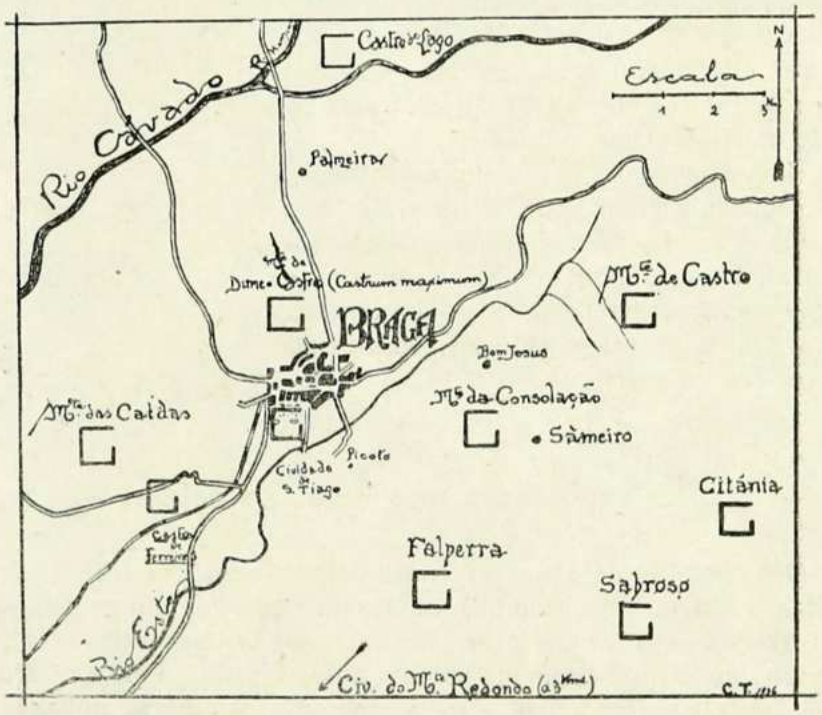


Fig. 1 — Distribuição dos castros dos arredores de Braga

Mais além, o Cávado serpenteia por entre os campos verdejantes do seu vasto e feracíssimo vale, donde emergem, branquejando, aldeias e casais.

---

(1) *Castro de Ferrarios* — citado nos doc. de 840 e 1110. Hoje desaparecido. É um montículo da freguesia de Ferreiros, ainda hoje chamado lugar do *crasto*. — Alberto Feio, *O têrmo de Braga*, «Boletim da Biblioteca Púb. e do Arq. distrital de Braga», vol. II, pág. 17.

(2) ... «Dume que os romanos habitaram e onde tiveram pelo menos um templo dedicado a Esculápio e a Torre Capitolina». — Albano Belino, *Cidades mortas* «O Archeologo Port.», vol. XIV.

Para o nascente, a pequena distância, fica o Montariol, outrora «monte Calvelo», mais longe o monte de *Castro,* outro pico granítico onde há ruínas e pedras amontoadas em desalinho (3), o Senhor do Monte, o Sameiro e, mais perto e menos elevado, o Monte da Consolação, que foi também local onde assentou uma pequena povoação castreja.

A figura 1 é um mapa de Braga e seus arredores que mostra a distribuição e o elevado número de castros que ali existiram, cujas ruínas são mais ou menos nítidas.

Utilizámos para a sua representação os sinais propostos por Ernest Chantre (4).

Só é de lamentar que não se tenha elaborado ainda o catálogo de todos os castros portugueses, semelhantemente ao que tem sido feito na Galiza, e esteja tão atrasado o estudo da nossa cultura castreja.

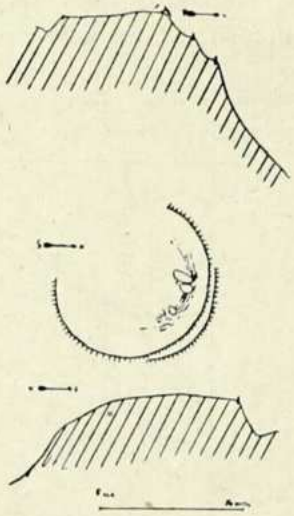


Fig. 2 — O *Castrum Maximum*

O castro e as suas obras de defesa

Das obras de defesa e protecção do castro apenas restam, do lado voltado para a cidade, vestígios de fossos, que dos outros lados eram dispensáveis e impossíveis pela disposição do terreno, talhado a pique. Dos muros não se vê a mínima parcela a descoberto. Pela sua proximidade de povoações modernas, a pedra que os constituia foi utilizada, certamente, na vedação dos terrenos de cultura próximos. É, porém, em parte, suficientemente visível a linha e a direcção que seguiam, embora a terra tenha pouco a pouco aluído e as contínuas explorações de granito tenham destruido e apagado quase todos esses vestígios dos seus remotos povoadores (fig. 2).

---

(3) «Um pouco acima desta última freguesia (S. Mamede d'Este) e já na de Sobreposta, fica o Monte de Castro, próximo da actual carreira de tiro, ladeado de 14 mamoas e circuitado de três ordens de muralhas que defendiam uma grande povoação da qual ainda existem numerosos vestígios de casas circulares.» — Albano Belino, *Cidades mortas.*

(4) Mendes Corrêa, *A Geografia da Pre-história,* (pág. 19) Porto, 1929.

Existiam, ao que parece, duas linhas de muralhas, reforçadas provàvelmente do lado sul, onde a defesa era mais difícil.

O monte é coroado por um grande penedo granítico, quebrado ao meio, no cimo do qual existiu grande cavidade em forma de pia, da qual resta ainda uma pequena parte.

Encontrámos semelhante disposição em outros castros. No castro de *Vila Seca*, junto de Vieira do Minho, por exemplo, há também um enorme penedo, com uma *pia* na parte superior e tendo num dos flancos uma série dupla, alternada, de buracos que serviam a modo de degraus para trepar até o cimo.



Foto 3 — O Monte de Castro
(Fot. tirada do nascente)

Eram, certamente, postos de observação, ou, locais onde se acendiam luzes e faziam sinais para comunicar com as povoações vizinhas.

Uma lenda popular, ingènuamente acreditada, conta que dentro daquele penedo, no Monte de Castro, existe encantada uma grande riqueza, uma caixa a trasbordar de ouro que os mouros, na sua precipitada fuga, não puderam levar consigo.

A povoação não era grande; distribuia-se sobretudo numa larga esplanada virada para sul, prolongando-se do lado norte em aterros artificiais mais estreitos.

No entanto, o Monte de Castro foi chamado pelos Romanos *Castrum Maximum* (5) como o levam a crer documentos muito antigos. Não sabemos de que origem lhe veio este nome, que lhe atribui certa importância, não se encontrando ali vestígios extensos de romanização.

Contador d'Argote refere-se, largamente, ao Castro Máximo no terceiro volume das suas *Memórias para a História do Arcebispado de*

(5) «Castro Maximo» — Citado nos Docs. de 840 e 905. Hoje Monte de Castro, sobre Dume, tendo servido de limite àquele antigo bispado. — Alberto Feio, *O termo de Braga* «Boletim da Biblioteca Púb. e do Arq. dist. de Braga», vol. II, n.º 1, pág. 18.

Braga (6) e B.º Sena Freitas conta num dos seus livros que um pedreiro, ao quebrar uma pedra, encontrara ali várias moedas romanas (7).

Procurámos descobrir onde foram parar tais moedas, mas nada conseguimos saber.

O ilustre escritor volta novamente a citar o Monte de Castro ao referir-se ao facto de terem sido encontrados restos de muros em Urjais,

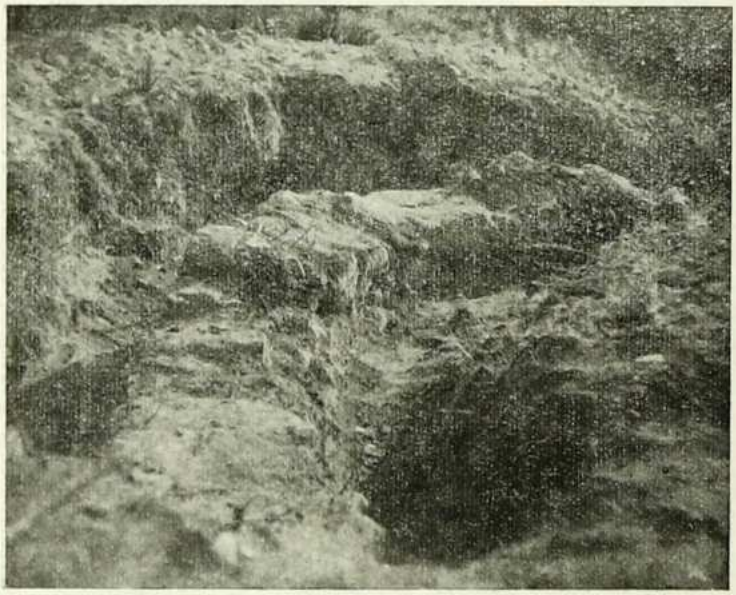


Fig. 4 — Alicerces duma casa circular do Monte de Castro

ao fundo da Rua dos Pelames, muros que circundavam a cidade romana, dizendo que «é tradição que esses muros abraçavam então parte de S. Pedro de Maximinos, o *Monte de Castro,* chamado nessa ocasião

(6) «Castro maximo, monte junto a Braga que ficava eminente ao Rio Cávado e a Villa de Subcolina, e aldea de Cabanas e pegava com o monte Calvelo o que tudo consta da Doação de El Rey D. Affonso o Casto...

Eu entendo que ao dito monte derão o nome de Castro Maximo em razão de algum Castello que nêle estava edificado, segundo a razão citada chamão hoje a este monte o Monte de Castro, fica da parte do Oriente sobre o logar de Cabanas e para o Norte sobre Dume e o mosteiro de S. Frutuoso sobre os quais fica muito elevado aguas vertentes para o Rio Cávado de que dista hum quarto de legoa». — Contador d'Argote, *Mem. para a Hist. Ecl. do Arc. de Braga,* 1744, tomo III, pág. 299.

(7) «No Monte de Castro também apareceram várias moedas de prata dos Romanos a um homem que andava cortando pedra; e destas e doutras tenho eu umas poucas no meu gabinete». — Sena Freitas, *Memórias de Braga,* tomo I, pág. 320.

C. Maximum e o lugar de Montelius onde se diz ter havido a Torre Capitolina» (8).

É exagero e confusão evidente, pois a muralha romana não passava, do lado norte, certamente, além da Rua do Souto e os primitivos muros da Cividade eram mais fechados ainda (9).

O espólio do castro

Os vestígios dos primitivos habitantes do Monte de Castro têm, como dissemos, desaparecido pouco a pouco e dentro em breve não restará, como em tantos outros castros espalhados por esses altos, quase mais nada do que a indicação toponímica.



Fig. 5 — Restos das paredes duma casa

No entanto, encontram-se ali, ainda, abundantes restos de cerâmica e nas terras recentemente cortadas ou removidas aparecem, também, carvões e cinzas.

Durante as nossas pesquisas encontrámos vestígios, embora reduzidos, de habitações castrejas. No planalto virado para a cidade, sobre um penedo recentemente cortado, achamos parte dum alicerce de casa (fig. 5); mais adiante, junto a um velho sobreiro, pusemos a descoberto os alicerces duma outra casa (fig. 4).

Ambos os alicerces pertencem a edifícios de planta circular (10), com um raio interior de cerca de 2m,45 e uma espessura de paredes apro-

(8) *Mem. de Braga,* tomo V, pág. 352.

(9) Há anos, o investigador bracarense José Teixeira tentou reconstituir a direcção e o lugar por onde passavam essas muralhas. Publicou sobre o assunto uma pequena nota, com uma planta da cidade, onde vêm marcadas as localizações prováveis das muralhas castrejas, romanas e medievais.

Sena Freitas, na passagem atrás citada, parece confundir o C. Máximo com a Cividade.

(10) No vizinho castro do Monte das Caldas encontrámos, além de muitas casas circulares, duas de planta rectangular de cantos arredondados.

ximada de 0m,45. As pedras de construção, irregulares numa das casas, apresentam na outra contornos mais ou menos rectangulares e eram ligadas com uma espécie de argamassa esbranquiçada e barrenta.

O pavimento interior era feito com barro endurecido ou com blocos irregulares de granito justapostos. A cobertura era, certamente, feita com colmo ou barro, pois não aparecem quaisquer vestígios de telha; nem um fragmento sequer que indique a presença das características *tegulae* e *imbrices* (11).



Fig. 6 — Dois fragmentos de cobre, um pedaço de conta azul, o polidor de quartzito e o machadinho de fibrolito

Relativamente abundantes são, porém, pedaços de barro que semelham fragmentos de tejolo, com fractura irregular de um lado, mas planos do outro, onde apresentam pequenos sulcos paralelos ou covinhas alinhadas (fig. 10). Talvez pertencessem a qualquer revestimento.

Pedras gravadas não as encontramos; só do lado poente, quase na base do monte, há sobre um penedo uma pequena pia circular, análoga às que temos visto em outros castros.

Diversos são os restos encontrados no Monte de Castro.

Objectos de pedra:

Entre os objectos de pedra citaremos, primeiro, uma pequena ponta triangular de silex, encontrada à superfície do terreno, dois pequenos

(11) Na cividade de Braga (a que poderemos chamar Civ. de S. Tiago), sobre a qual assenta parte da cidade actual, são abundantíssimos os restos de toda a espécie, indicando a sua grande importância na época romana. Abundam *tegulae, imbrices,* tejolos, alguns dos quais com letras ou impressões de patas de animais (temos um em que há uma impressão perfeitíssima da pata de um gato), moínhos manuais, moedas, fornos de tejolo, etc. No Castro da Falperra e no do Monte das Caldas parece haver também evidentes vestígios de romanização.

polidores de quartzito, um outro de granito (fig. 10) e a parte inferior, quebrada, dum triturador manual.

Os objectos de silex parece terem sido outrora abundantes ali e por isso àvidamente procurados para pederneiras.

De quartzito possuimos ainda um outro objecto, bem polido e delineado (figs. 6 e 8), de contorno rectangular, deprimido no meio, de modo a dar numa secção perpendicular às faces mais largas um contorno com a forma aproximada de 8.



Fig. 7 — O machadinho de fibrolito fotografado de frente

Suposemos a princípio que se tratava de um martelo mas parece ser antes um polidor ([12]). Pesa 20 gr. e mede 4,2 cm de comprimento, 1,7 cm de largura e 1,1 cm de altura máxima.

De pedra polida existem três machados de fibrolito, encontrados no caminho que corta a meio a encosta norte do monte. Estes objectos e alguns outros de que adiante nos ocuparemos, foram recolhidos pelo Ex.mo Sr. Dr. Oliveira Machado e por seu irmão que, amàvelmente, no-los cederam para estudo. Dois deles são de tipo vulgar, um dos quais fracturado, o terceiro, porém, merece referências especiais pela sua pequenês. Mede uns escassos 3,4 cm de comprimento, 1,2 cm de largura máxima e de espessura não

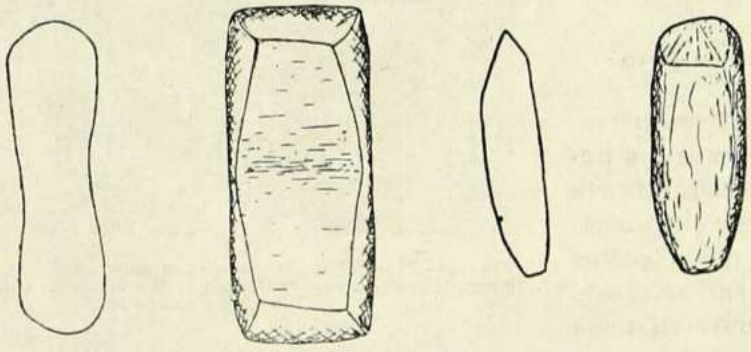


Fig. 8 — O machadinho de fibrolito e o polidor de quartzito vistos de frente e de perfil

([12]) Florentíno Cuevillas, ilustre pre-historiador galego, dizia-nos sobre ele, em atenciosíssima carta que nos escreveu: «A peza de cuarcite ou é un polidor ou é unha pedra pra afiar ou asentar algun istrumento. Encrinome pol-a segunda solucion. O tamaño non é obstaculo pois en ourivesaria e noutras artes usaban os castrexos istrumentos moi finos».

tem mais que 0,6 cm, pesando apenas 7 gramas. É certamente um objecto votivo (figs. 6, 7 e 8). Muito bem polido e trabalhado, apresenta brilho sedoso de madre-pérola, com manchas escuras e laivos vermelhos de impregnações de ferro, como é vulgar no fibrolito.



Fig. 9 — Enxada de ferro

O Dr. Manuel Heleno descreve num dos seus *Ensaios de Arqueologia* (13) os objectos neolíticos de pedra polida de maior tamanho encontrados em Portugal, atingindo o maior mais de um metro de comprimento.

No museu antropológico do Porto existe um outro, de quartzito, obtido pelo Prof. Mendes Corrêa em Alpiarça, que é também dos maiores (14). Pelo contrário, o machadinho que descrevemos é, com certeza, dos mais pequenos encontrados até hoje em Portugal.

Aparecem, com relativa abundância, em todo o castro, seixos e calhaus rolados que, certamente, foram trazidos de longe.

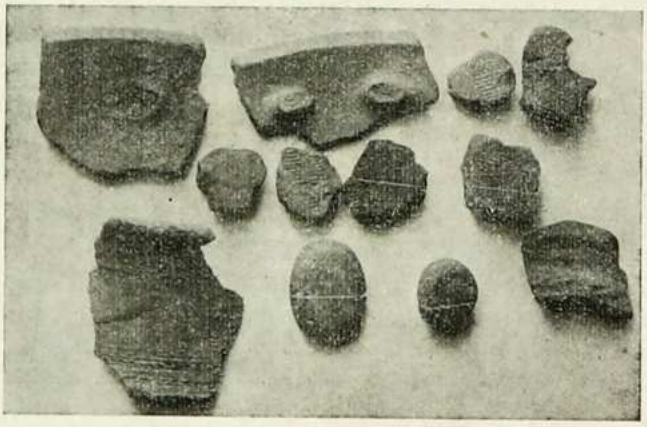


Fig. 10 — Fragmentos de vasos com asas interiores, pedaços de barro de revestimento com ornatos, dois polidores e um fragmento de vaso concertado

Objectos de ferro:

De ferro encontrámos diversos fragmentos totalmente oxidados e disformes; só um dos objectos encontrados deste metal conserva a sua forma primitiva, embora a oxidação tenha sido completa. Parece tratar-se duma enxada. É uma lâmina de ferro com a forma aproximada de rec-

---

(13) Manuel Heleno, *Noticia de alguns instrumentos neolíticos de grande comprimento*. Lisboa, 1933.

(14) Mendes Corrêa, *Lusitânia Pre-romana*, in «História de Portugal», ed. da Portucalense Editora.

tângulo, com 12,5 cm de largura, 18 cm de comprimento e talvez 5 ou 6 mm de espessura actual, em que os dois cantos adjacentes a um dos lados menores foram dobrados para cima, o que permitiu adaptar-lhe um cabo, seguro depois com uma tosca argola que apareceu conjuntamente (fig. 9). Encontrámos este objecto a cerca de 0m,5 de profundidade, um pouco para o poente do penedo que coroa o alto do castro.

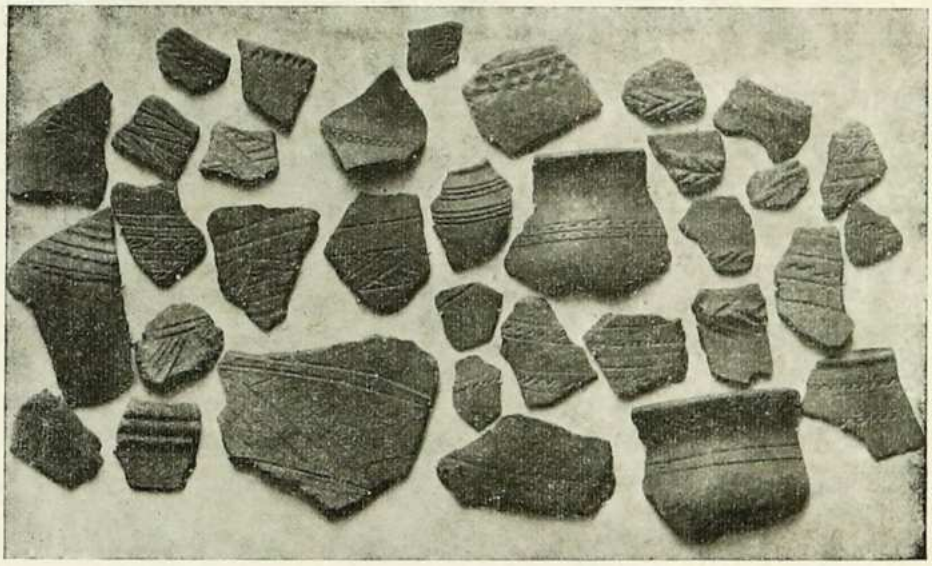


Fig. 11 — Fragmentos cerâmicos do Monte de Castro.
Motivos decorativos incisos, alguns formados por cordões em relevo; séries de SSS e cordões entrelaçados.

Objectos de cobre:

De cobre possuímos, provenientes do *Castrum Maximum,* um arco de fíbula e um fragmento talvez de fivela (fig. 6). Superficialmente encontrámos durante uma das nossas numerosas visitas ao Monte do Castro uma moeda romana deste metal, muito oxidada, mas que no entanto parece ser de *Constancio* (15).

(15) Em Sabroso, castro proto-histórico típico, foi também achada uma moeda romana da República.

Objectos de vidro:

De vidro temos metade de uma conta azul, perfurada longitudinalmente, que devia ter de diâmetro cerca de 1,5 cm (fig. 6). Estas contas são vulgares nos espólios dos castros. Ricardo Severo e Fonseca Cardoso descreveram várias, provenientes de Santa Olaia (Montemor-o-

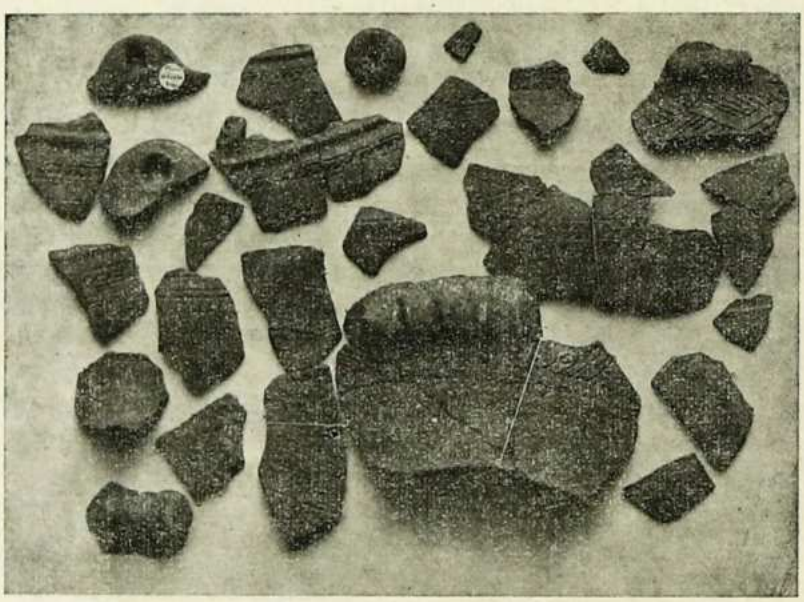


Fig. 12 — Fragmentos cerâmicos do Monte de Castro com ornatos

-Velho), também azuis ([16]), e Estácio da Veiga citou muitas outras, que atribui à Idade do Ferro. No castro de Chibanes apareceram também algumas destas contas de pasta vítrea azul ([17]).

Objectos de cerâmica:

O espólio ceramológico, contrastando com os anteriores, é abundantíssimo e de considerável importância. O barro empregado nesta cerâmica, como o das cerâmicas dos castros das cercanias, é geralmente

([16]) R. S. e F. C., *Estações pre-romanas da idade do ferro das vizinhanças da Figueira.* «Portugália», II, pág. 351.

([17]) Marques da Costa, *Idades do bronze e do ferro no castro de Chibanes* «O Arch. Port.», vol. XV.

grosseiro, extremamente micáceo e quartzoso, de cor cinzenta amarelada, vermelho esbatido ou negro, havendo alguns vasos em que foi empregado um barro mais fino e melhor trabalhado.

Grande parte da cerâmica é manual; noutra, porém, mais perfeita e uniforme, é evidente o uso da roda.

Os fragmentos encontrados são, na sua quase totalidade, muito pequenos, de modo que tornam impossível a reconstituição de qualquer vaso. Alguns revelam-nos, no entanto, grandes e variados vasos de lar-

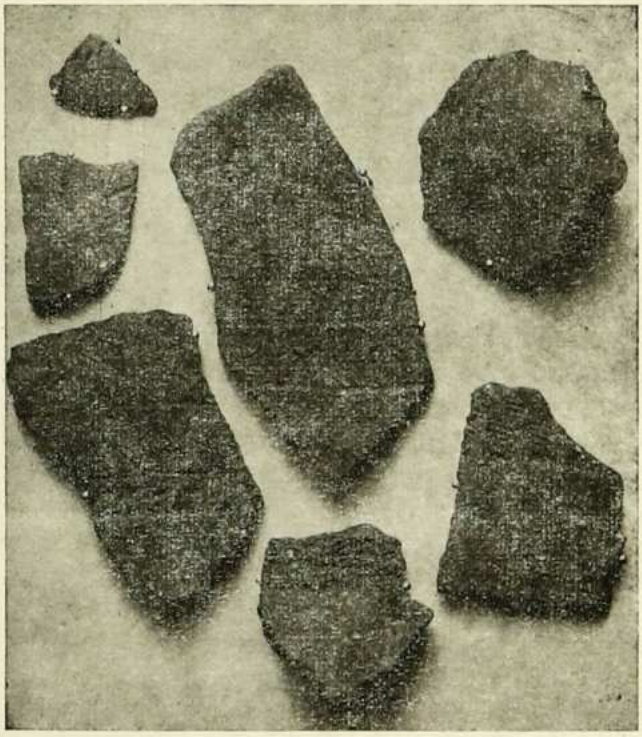


Fig. 13 — Diversos fragmentos cerâmicos ornamentados do Monte de Castro

gos e espessos bordos ([18]); outros indicam vasos pequenos, quer cilíndricos, quer em forma de tijela, sempre de fundo plano (fig. 20).

Na sua maioria os vasos tinham asas, às vezes mamilares, outras

([18]) Num grande fragmento da parte superior dum vaso ornamentado com sulcos e incisões várias, proveniente do Monte de Castro, o bordo foi feito posteriormente ao bojo; o vaso foi reparado com barro diferente e de modo muito tosco.

vezes com disposição em arco e secção aproximadamente pentagonal, semelhantes a certas asas de vasos actuais. Alguns vasos, em vez de asas, possuiam na parte superior, junto do bordo (que nesse lugar formava uma espécie de bossa), dois orifícios colocados em posição diametralmente oposta, nos quais passavam cordas suspensoras. Alguns fragmentos que possuímos assim o levam a crer, pois os orifícios aparecem polidos e desgastados na face superior, e pelo lado exterior da asa há um sulco deixado pelo roçar da corda ([19]).

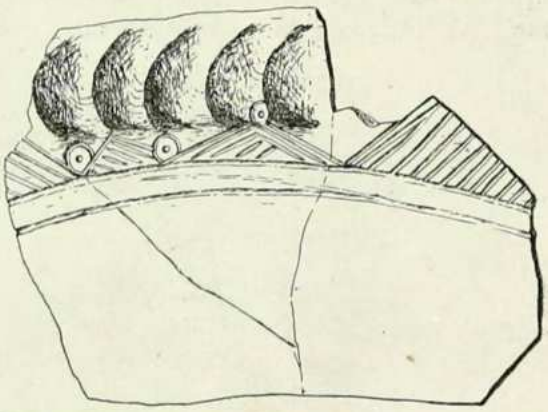


Fig. 14 — Fragmento dum grande vaso com asa mamilar e motivos ornamentais incisos e estampados

Muitos fragmentos revelam-nos a existência de grandes vasos com asas colocadas interiormente, grossas, com secção semi-cilíndrica, colocadas em arco, situadas um pouco abaixo do bordo, um tanto inclinadas para cima. Estes fragmentos, que abundam no Monte de Castro, estão cobertos externamente duma camada relativamente espessa de negro de fumo e muito corroídos, sinal evidente de intensa acção do fogo.

Vasos como estes, sem rebordo nem ornatos, deviam ser de uso vulgar entre as populações castrejas, pois se encontram largamente espalhados (Azére, Belinho, Briteiros, Carvalhos, Guifões, Laundos, Sabroso, S. Julião, S. Tecla, Caldelas, etc.) ([20]). No Castro de S. Miguel-o-Anjo encontrou F. A. Pereira alguns fragmentos destes «grandes e robustos vasos de asa interna» e nós temo-los achado em quase todos os castros visitados.

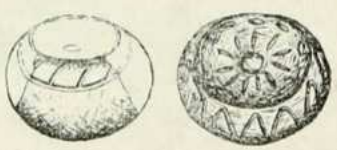


Fig 15 — Cossoiros ornamentados

Como utensílios de cozinha, que eram inegàvelmente, o seu tamanho é muito grande.

É natural que as famílias castrejas fossem numerosas e talvez preparassem os alimentos conjuntamente.

([19]) Asas semelhantes foram encontradas também no Castelo de S. Miguel-o-Anjo. Vid. «O Arch. Port.», vol. I, pág. 167.

([20]) Rui de Serpa Pinto, *A cividade de Terroso e os castros do Norte de Portugal*. «Rev. de Guimarães», XLII (1-2), 1932.

Os vasos são, como dissemos, na sua totalidade de fundo plano e muitos deles ornamentados e decorados com maior ou menor perfeição (21).

Os motivos decorativos são variados e alguns deles muito interessantes e talvez inéditos (fig. 10 e segs.).

As decorações da cerâmica do *Castrum Maximum* são obtidas por incisão ou por estampagem, havendo vasos em que figuram os dois tipos reunidos. Das decorações incisas, as mais simples são constituídas por pequenas covas e incisões grosseiras alinhadas em série horizontal, combinadas com sulcos mais ou menos profundos. Há decorações ditas em *espinha de peixe;* alguns vasos mostram dois sulcos paralelos, horizontais, deixando entre si um espaço tracejado por oblíquas paralelas entre si, formando uma rede de pequenos losangos.

São vulgares os ornatos constituídos por triângulos tracejados paralelamente a um dos lados, dispostos numa série única ou, maior número de vezes, em duas filas, colocados alternadamente, com os vértices voltados para o interior e deixando entre si um espaço em zig-zag.

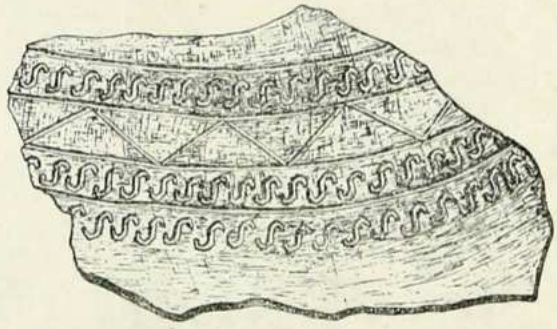


Fig. 16 — Fragmento cerâmico com ornatos formados por séries de «palmípedes»

Num dos fragmentos que possuímos coexistem com esta ornamentação as asas mamilares e num outro, pertencente a um grande vaso com asas mamilares, os triângulos tracejados dispõem-se numa só fila, tendo superiormente uma carreira irregular de círculos estampados (fig. 14).

Há muitas outras decorações incisas que não vale a pena descrever.

Entre as decorações obtidas por impressão, que é costume designar por *estampadas,* são sobretudo frequentes e abundantes os motivos formados por séries de «palmípedes» estilisados, maiores ou menores, mais direitos ou mais deitados, sós ou reunidos com outros motivos. As for-

(21) No Museu Municipal da Figueira da Foz existem amostras de cerâmica do Monte de Castro. De facto, no catálogo do referido museu lê-se o seguinte: «Sala de comparação. Vitrine J, compartimento A, no meio da prateleira, amostras de cerâmica do Monte de Castro, junto à cidade de Braga».

mas destes palmípedes variam desde os mais toscos e grosseiros, obtidos até por incisão, aos mais delicados, perfeitos e regularmente dispostos.

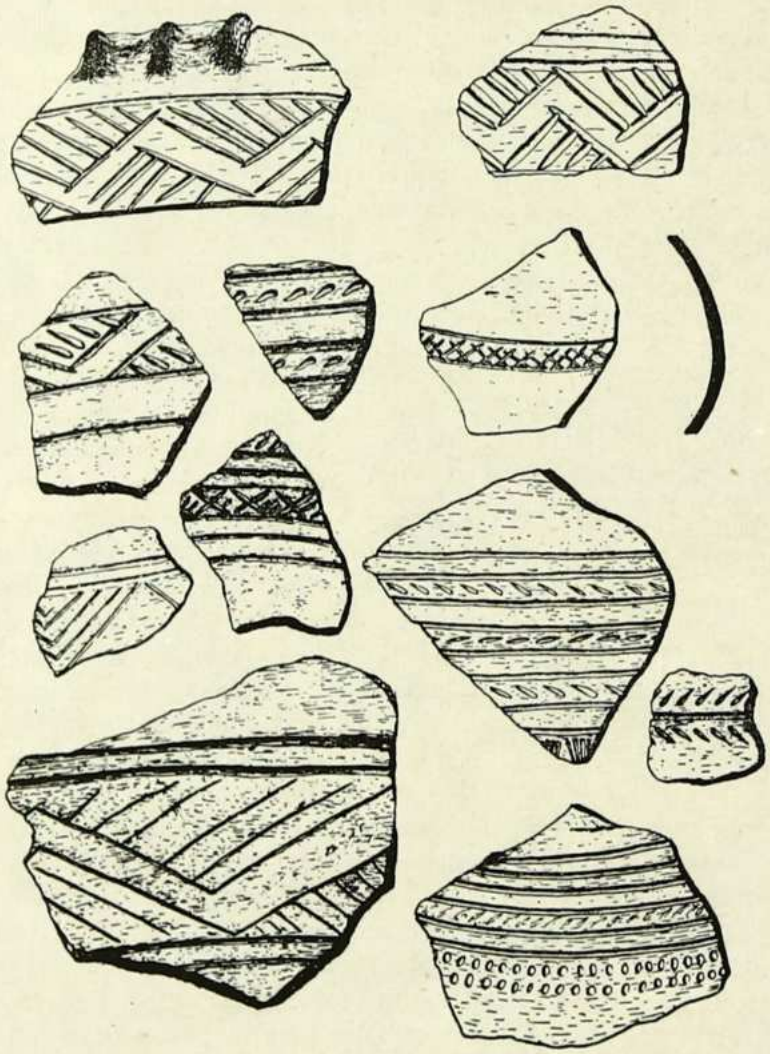


Fig. 17 — Cerâmica com motivos ornamentais incisos

Estes motivos decorativos, tão profusamente espalhados pelos nossos castros, são feitos em depressão, são escavados. Porém, num dos

fragmentos cerâmicos do Monte de Castro a decoração é feita por uma série de «palmípedes» em relevo dispostos em depressões (fig. 19).

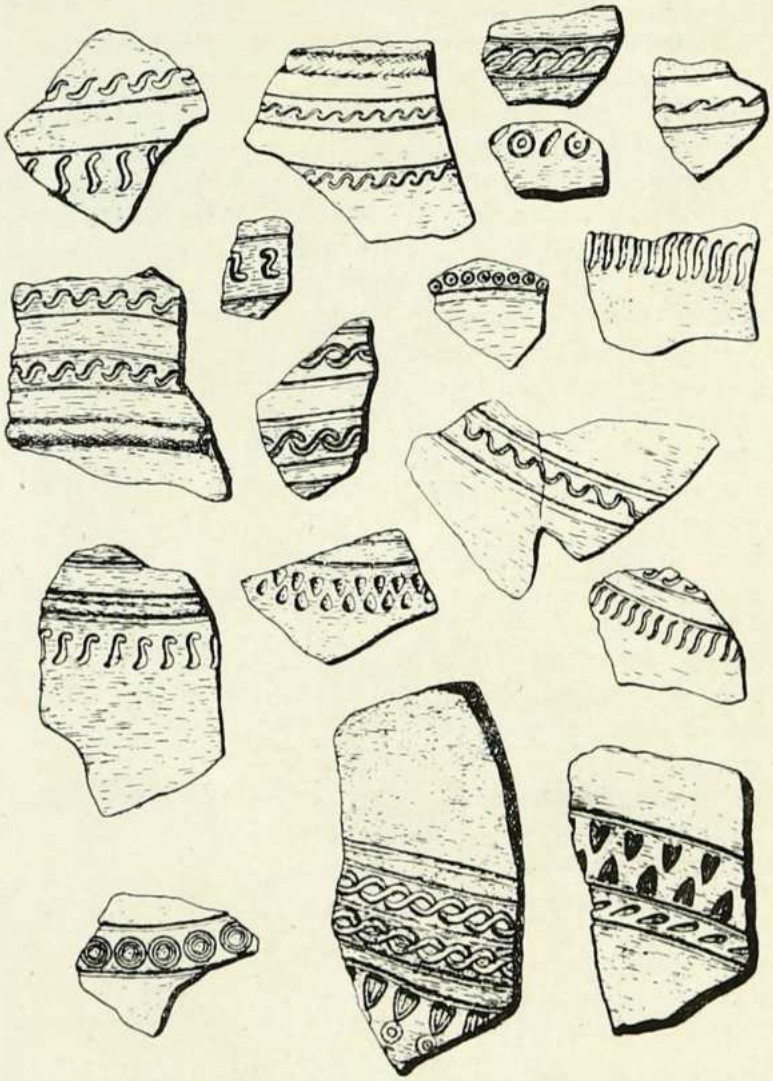


Fig. 18 — Cerâmica com motivos ornamentais estampados: «palmípedes», círculos concêntricos, cordões entrelaçados, etc.

Supõem alguns autores que estes ornatos têm uma origem armoricana (22).

(22) Mendes Corrêa, *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, pág. 283.

Manifestamente derivados destes ornatos, aparecem os cordões entrelaçados, geralmente acompanhados de círculos concêntricos ou escudetes.

Os escudetes estão suficientemente representados na cerâmica castreja de Braga. Geralmente dispostos em série, simples ou dupla, têm vulgarmente a forma triangular, de lados rectilíneos ou curvilíneos. Só num caso têm forma rombóide. Entre os primeiros, há alguns cujo interior apresenta sulcos perpendiculares à base: são os mais simples. Num dos fragmentos da nossa colecção, de barro mais fino, embora muitíssimo micáceo, que é dos mais interessantes restos cerâmicos castrejos que temos visto, aparecem, entre sulcos horizontais, duas séries paralelas de cordões entrelaçados, seguidos inferiormente duma série de escudetes triangulares com a base para cima, e, mais abaixo, uma série de círculos concêntricos, dispostos em concordância com os vértices daqueles (fig. 18).

Num outro fragmento, a ornamentação é formada por duas séries destes escudetes dispostos alternadamente, com os vértices para o centro, associados com motivos incisos muito simples.

Não faltam, também, os escudetes «carregados de besantes», como os denominava o malogrado cientista Rui de Serpa Pinto, triangulares e tendo no interior seis pequenas pérolas ou círculos em relevo, dispostos em séries, paralelas a qualquer dos lados, de três, dois e um. Com escudetes de forma rombóide temos um fragmento. Aqueles apresentam-se em depressão, com o vértice mais agudo para baixo, e têm no interior, paralelas à diagonal menor, pequenas travessas em relevo. Dispõem-se numa série dupla, rematada inferiormente por uma fila de pequenas covas (fig. 19).

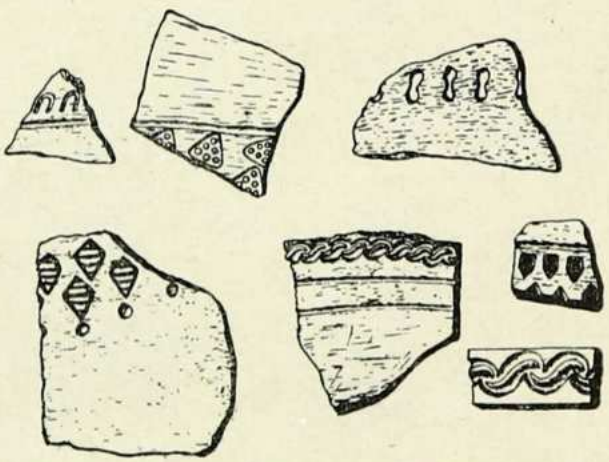


Fig. 19 — Cerâmica com motivos ornamentais estampados: arcos, escudetes triangulares, palmípedes em relevo, depressões em lavadoiro etc. O superior direito mostra os ornatos feitos com ossos de ave (?)

Os círculos concêntricos e outros ornatos circulares encontram-se

nas cerâmicas do Monte de Castro com relativa frequência, quer sós, quer acompanhados por outros elementos decorativos.

Num pequeno fragmento há uma decoração formada por duas séries de depressões pentagonais, em forma de lavadouro; outro revela-nos uma

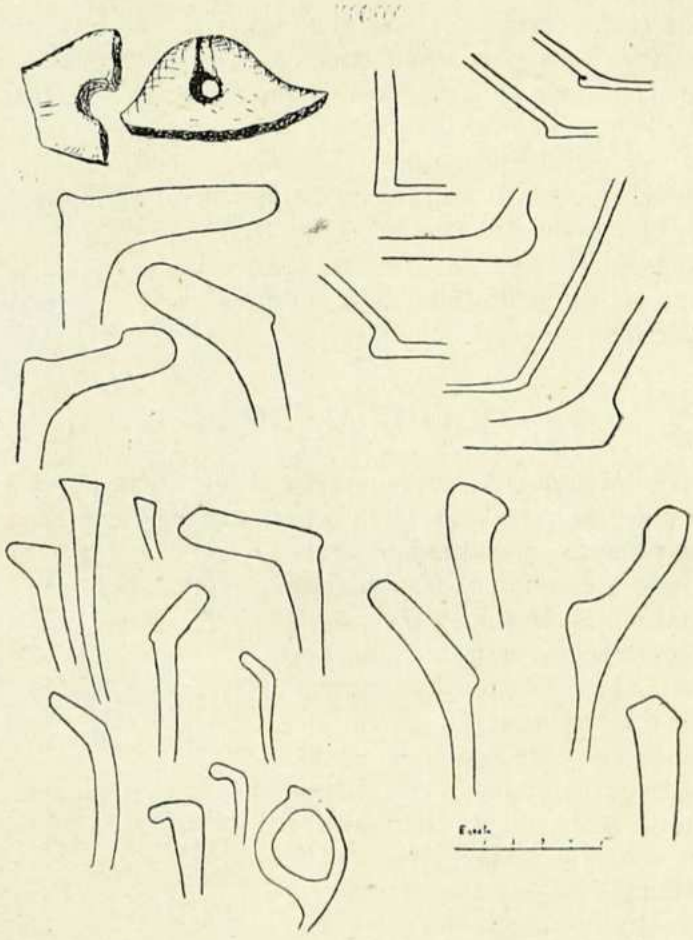


Fig. 20 — Perfis de fundos de vasos, de bordo e asas.

decoração feita por arcos em forma de U, dispostos em série linear, com a abertura para baixo e um pouco tombados para a direita.

Existe, também, uma ornamentação que parece feita com grandes pontos de interrogação, deitados e ligados pelos extremos (fig. 18).

Certos fragmentos têm ornatos formados por duas covinhas ligadas,

com a forma de 8 e que parecem feitos com a extremidade articular dum pequenino osso longo, por exemplo, duma ave (fig. 19).

São ainda notáveis alguns ornatos constituídos por cordões ou barras em relevo, sobre os quais foram feitas incisões oblíquas em forma de espinha de peixe.

Entre os restos ceramológicos abundam os cossoiros ou fusaiolas, com forma variável, alguns ornamentados. Destes últimos há um muito interessante, com uma série de incisões radiais na concavidade superior, em volta do orifício central, envolvidas por outra série circular de incisões periféricas, perpendiculares às primeiras e tendo lateralmente uma fila de pequenos ganchos muito semelhantes às *letras ibéricas* de certos cossoiros da citânia de Briteiros (23) (fig. 15).

Os cossoiros, que eram utilizados, certamente, na fiação e tecelagem de lã ou das fibras do linho, são muito vulgares nos nossos castros. A sua área de distribuição é muito grande.

Conclusões

O Castro Máximo não apresenta indícios evidentes de romanização. A moeda a que nos referimos (24) e as citadas por Sena Freitas, foram, a primeira ao menos, encontradas superficialmente, não servindo por isso de base em que possamos apoiar-nos. *Tegulae* e *imbrices* não aparecem em parte alguma do castro, nem também os grossos fragmentos dos *dolia* e *amphorae*.

O estudo comparado do seu espólio revela-nos grandes afinidades com outros castros, com os quais é natural supor que estivesse em contacto, dada a proximidade a que se encontravam uns dos outros. As semelhanças são sobretudo notáveis com o castro de *Sabroso,* o que nos leva a incluir o Castro Máximo no número dos castros denominados proto-históricos.

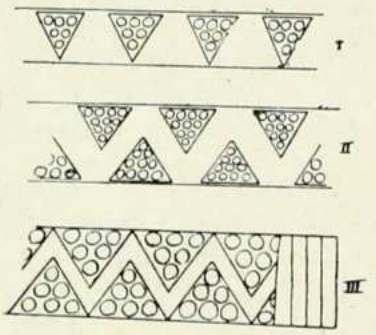


Fig. 21 — Decorações formadas por triângulos com «pérolas» em relevo de jóias arcaicas.
I e II — Do colar da Malhada.
III — Do exemplar do Instituto de Valência de D. Juan.

Mesmo assim, o aparecimento de objectos de pedra polida e de

(23) Mário Cardoso, *Citânia e Sabroso.* 1930.

(24) A poucos metros desta encontramos na mesma ocasião uma outra moeda, de prata... de D. Pedro II de Portugal.

silex só pode explicar-se atribuindo-lhes uma significação puramente amulética ou votiva.

A decoração da cerâmica é, como vimos, rica e abundante. Os motivos ornamentais que aqui encontramos são quase todos conhecidos em muitos outros castros, pondo em evidência a unidade da cultura castreja.

Os ornatos constituídos por triângulos tracejados, grosseiramente dispostos, são vulgares na cerâmica de Sabroso (25) e encontram-se em muitos castros e estações pré-históricas.

Os círculos concêntricos são dos motivos ornamentais que apresentam maior área de distribuição. Em Portugal encontramo-los sobretudo nos castros do Norte (Arados, Belinho, Briteiros, Carvalhos, Mantel, Sabroso, Santa Luzia, Terroso, etc.) (26). No sul aparecem em Chibanes, Santa Olaia (27) e Crasto. Encontram-se na Galiza (Santa Tecla, Troña, etc.) (28), no castro de Cameixa (29), nas Astúrias, Salamanca, Numância, Toledo (Ahin) (30), etc.

Os palmípedes estampados são vulgaríssimos na cerâmica de todos os nossos castros, onde aparecem, muitas vezes, associados com outros motivos incisos ou estampados. Na Galiza encontramo-los nas cerâmicas de Domaio, Trega, Troña, São Cibran das Lãs, etc. (31).

A associação do tipo *vilanovense* de séries de círculos concêntricos e palmípedes estilisados (32) encontramo-la em outros castros, inclusivamente no próximo castro do Monte das Caldas.

Os ornatos constituídos por cordões entrelaçados, manifestamente derivados das séries de palmípedes, achamo-los em muitas cerâmicas e em pedras insculturadas da Citânia, da Cividade de Âncora, do Monte Redondo, da Cividade de Terroso, etc., nas arrecadas de oiro de Afife,

---

(25) Mário Cardoso, *Citânia e Sabroso.* Guimarães, 1930; Mendes Corrêa, *A Lusitânia Pre-Romana,* in «Hist. de Port.», ed. de Barcelos.

(26) Rui de Serpa Pinto, *O Castro de Sendim.* 1933.

(27) Rui de Serpa Pinto, *A Cidade de Terroso e os Castros do Norte de Portugal;* Santos Rocha, *Portugália,* II, pág. 493.

(28) Rui de Serpa Pinto, *O Castro de Sendim.*

(29) «Catálogo dos Castros Galegos», fasc. III, publ. do «Sem de Est. Gal.», 1930.

(30) J. R. Mélida, *Arqueologia Española,* pág. 257.

(31) Florentino Lopes Cuevillas, *Prehistória de Melide.* 1933.

(32) Florentino Lopes Cuevillas e Rui de Serpa Pinto, *Estudos sobre a Idade do Ferro no Noroeste da Península — «A Relixión».* 1935.

na armila de Lebução ([33]), nas estátuas de guerreiros lusitanos, nomeadamente na de Viana, etc.

As estampilhas ou «escudetes carregados de besantes» aparecem na cerâmica de Sendim, S. Tiago de Arados, Sabroso, etc. ([34]). Em algumas jóias arcaicas de oiro, são notáveis certos motivos formados por séries lineares ou duplas de pequenos triângulos incisos, preenchidos com pontos em relevo, muito semelhantes aos escudetes da cerâmica do *Castro Maximum*. Tais são as decorações do colar de Vale da Malhada (Sever do Vouga) ([35]) e de jóias do Instituto de Valencia de Don Juan ([36]) (fig. 21).

As decorações formadas por palmípedes em relevo, por arcos, por depressões em lavadouro e algumas outras, não parecem vulgares.

Há ainda motivos em relevo com incisões profundas, oblíquas, que nos parecem pouco comuns na cultura castreja.

Braga, 1935.

(Desenhos do autor)

([33]) F. Alves Pereira, «O Arch. Port.», XX, pág. 1 e segs.; F. Lopes Cuevillas, *Os torques do Noroeste hispánico*. «Arq. do Sem. de Est. Galegos».

([34]) Rui de Serpa Pinto, *O Castro de Sendim*. 1933.

Na cerâmica castreja dos arredores da Figueira, encontrou Santos Rocha certos ornatos com a forma de *palmetta* em leque meio fechado, estampados na argila fresca.

([35]) José Fortes, *Duas jóias arcaicas*. «Portugália», II, pág. 412.

([36]) Florentino Cuevillas, *Os torques do Noroeste hispánico*. «Arq. do Sem. de Est. Galegos».

A Presença Histórica do Norte na Obra de Garrett

Pelo Dr. FELICIANO RAMOS

1. A infância de Garrett e a mitologia nacional na «D. Branca»

Almeida Garrett é oriundo do Norte de Portugal. Nasceu no Porto em 1799. A contingência espacial ligada ao nascimento deixou-lhe um vinco inapagável na personalidade e veio a tornar-se uma das constantes espirituais da sua obra. No Porto e à volta do Porto correu-lhe a infância feliz e descuidosa. Os cinco primeiros anos viveu-os na cidade; depois, os pais fixaram residência na Quinta do Castelo, em Vila Nova de Gaia, onde se conservaram durante cinco anos. «Dos cinco aos dez anos de idade vivi com meus pais numa pequena quinta, chamada *O Castelo* que tinhamos àquem Douro», conta no *Romanceiro*. Este lustro, de facto, é uma fase histórica da vida de Garrett, tão densamente lhe conquistou a sensibilidade e a inteligência. Um conjunto de factos e estados de espírito de então ganharam relevo duradoiro na sua consciência e insensìvelmente se lhe comunicaram à obra.

Diversas reminiscências e reflexos da infância povoam assim a obra literária de Garrett. São esses vestígios do período inicial da existência que acusam a sobrevivência do homem do Norte. Suscitam um dispositivo psicológico fortemente afirmativo. A presença espiritual da infância assinala a identificação do escritor com a terra onde nasceu, e conquista-o quer esteja em Portugal ou viva no estrangeiro.

Ao explicar a composição do romance *Miragaia*, diz: «é a mais antiga reminiscência da poesia popular que me ficou da infância, porque eu abri os olhos à primeira luz da razão nos próprios sítios em que se passam as principais cenas deste romance». Nesses sítios, existiam então as ruínas de um castelo mouro, onde Garrett gostava de brincar. Subia aos restos de um pano da muralha «do castelo d'el-rei Alboazar» e imitava «com uma gaita

da feira do S. Miguel, os toques da buzina de S. M. Leonesa». Andando pelos mesmos lugares, também brincou junto da «fonte do rei Ramiro», donde brotava uma água que Garrett classificou de «deliciosa».

Da vida desse tempo deixou outras recordações, que andam disseminadas pelos seus livros. Nesta época, viviam na intimidade da família de Garrett duas humildes mulheres. Também elas, no convívio quotidiano com Garrett e os irmãos, vieram a imprimir carácter à individualidade literária do escritor: foram Rosa de Lima e Brígida. Eram ambas criadas da casa; a primeira residia na Quinta do Sardão, que era do avô; a segunda vivia na Quinta do Castelo, e era muito amiga das crianças da casa, que, por isso mesmo, a adoravam. Brígida tinha um excelente reportório de histórias, contos e lendas, que contava e cantava, despertanto a fundo a sensibilidade de Garrett, rapazinho já cheio de curiosidade. Esta Brígida daqueles tempos excitou a sua simpatia pelo fantástico e pelo lendário, povoou-lhe o espírito de entes imaginários. E nisto não fazia mais do que revelar-lhe o esquecido tesouro da mitologia lusitana. Foi esta a surpreendente missão intelectual da Brígida.

Pela vida fora, sempre mostraria uma nítida compreensão da influência que essa dedicada serviçal da casa dos pais teve sobre a sua obra. Dirá, mais tarde, no *Romanceiro:* «De pequeno me lembra que tinha um prazer extremo de ouvir uma criada nossa em torno da qual nos reuniamos os pequenos todos da casa, nas longas noites de inverno, recitar-nos meio cantados, meio rezados, estas xácaras e romances populares de maravilhas e encantamentos, de lindas princesas, de galantes e esforçados cavaleiros». Confessa ainda, com satisfação, que «essas horas de gozo inocente «lhe deixaram» uma saudade que me dá pena e prazer ao mesmo tempo».

Brígida, efectivamente, criou em Garrett uma sólida afeição à mitologia portuguesa e ao maravilhoso nacional, que em muito antecedeu a iniciação deste jovem no conhecimento dos mitos do paganismo. Quando, em plena juventude, sonha a construção de um grande poema, já não olha inteiramente a arte sobre a perspectiva clássica, e é o maravilhoso de Brígida que irrestivelmente o atrai.

Dando a precedência exclusiva à geografia literária de Garrett, e partindo do Sul para o Norte, a *D. Branca,* escrita quando emigrado em país estrangeiro, é a primeira peça representativa, porquanto é nessa poesia que o «brigidismo» se volve em realidade literária. Se quanto à geografia, a *D. Branca* se volta para o Algarve, pelo espírito denuncia a presença do Norte, ou seja o país natal do escritor que ideou e realizou a obra.

O texto primitivo da *D. Branca,* publicado em 1826, evolucionou e

veio a sofrer importantes alterações em 1848. Então o número de cantos transitou de 7 para 10 e outros retoques se efectuaram na linguagem e na estrutura interna do poema (1).

Com a *D. Branca*, manifesta-se o propósito confessado de lançar no esquecimento a mitologia clássica. Vão ficar em paz os deuses clássicos, e em sua substituição aparecerá na poesia a mitologia nacional que, pela primeira vez, terá no poema uma vasta representação. Esta inovação, tendente a destruir o império dos deuses greco-latinos, é uma das mais caracteristicamente românticas: «Disse adeus às ficções do paganismo», e «Professei outra fé, sigo outro rito». Em conformidade com o novo rito estético, a armação interna do poema é aferida pelo fantástico e pelo imaginário de Portugal. Arrima-se, de facto, a uma preceituação revolucionária: as fadas, os duendes, as mouras encantadas e os encantamentos, as mansões misteriosas, os fantasmas são a matéria de arte procurada e preferida.

A princesa D. Branca, filha de D. Afonso III, foi raptada pelo guerreiro mouro Aben-Afan. Alina, a rainha das fadas, levou os dois namorados para um palácio de sonho, onde um encantamento os conserva. Um dia esse encantamento termina. Ben-Afan parte e desaparece na luta contra os Mouros. A princesa D. Branca alcança a liberdade e regressa para junto do pai.

Os acontecimentos do poema são condicionados pela influência misteriosa de espectros e de fadas, ou até de bruxos, como Fr. Gil de Santarém. Esta estranha personagem tem poder para dominar o diabo, insufla vida à carcassa sinistra dos mortos e, com as suas artes, oculta a claridade da lua para que a noite seja mais fechada, e os espectros tumulares circulem mais à vontade.

No conflito, então no auge, entre «românticos» e «clássicos», briga que no pensar de Garrett se assemelha à de *guelfos* e *gibelinos*, o escritor toma decididamente o partido dos românticos, pronunciando-se pela introdução, na arte, dos contos e romances populares nacionais. Move-se em direcção aos motivos portugueses, e ninguém mais o desviará deste rumo.

O poema *D. Branca* é escrito no estrangeiro, e nele se espalham as saudades do proscrito. De vez em quando, Garrett desvia-se do argumento para registar estados de espírito ou evocar tempos idos. Torna assim o poema desordenado e caprichoso: é assim mesmo que concebe um poema

(1) No prólogo da segunda edição do poema informa: «Dos sete cantos, em que andava mal dividido o poema, fiz dez. Tem poucos centos de versos mais do que tinha; mas o enredo e argumento da acção ficou mais claro e os seus episódios mais ligado. Do estilo tirei muitas voltas de arcaísmo forçado que sabiam à reacção filintista em que estava a língua quando primeiro o compus».

romântico (2). O clima nevoento e húmido da Inglaterra entristece-o. Anseia pela doce claridade do sol de Portugal e pelo seu clima doce, como confidencia no poema.

A constante autobiográfica da sobrevivência do «brigidismo» no Norte ganha crescente relevo na obra. Uma vez mais recorda saudosamente aquela que lhe ensinara os mais lindos contos. Escutava-a, segundo declara, embevecido, de olhos arregalados, sentindo quase interromper-se-lhe a respiração:

«Oh! magas ilusões, porque não posso
Crer-vos eu co'a fé viva doutra idade,
Em que de boca aberta e sem respiro,
Sem pestaneja um só, de olhos e orelhas
No Castelo *escutava a boa Brígida*
Suas longas histórias recontando
D'almas brancas trepadas por figueiras,
D'espertas bruxas de unto besuntadas
Já pelas chaminés fazendo vispere,
Já indo, às dúzias, em casquinha d'ovo
À Índia de passeio numa noite...».

Em nota que esclarece estes versos, dá mais informes sobre a afamada contista da Quinta do Castelo, e chama-lhe «velha criada que tinha todo o geito e traça de bruxa, e era cronista-mor de feitiços e milagres».

A sombra literária desta mulher, que na infância tanto o aliciou com histórias de mouras encantadas, vai seguí-lo pela vida fora. É então natural concluir que a *D. Branca*, ligada a um episódio bélico-amoroso da cruzada da Reconquista, traz a projecção do homem do Norte, do Garrett que aprendeu nas margens do Douro a ciência e a arte dos romances populares e estèticamente aderiu à mitologia do país natal. Ele aspira a que

«Vivam as fadas, seus encantos vivam!
Nossas lindas ficções, nossa engenhosa
Mitologia nacional e própria
Tome enfim o lugar que lhe usurparam
Na lusitana antiga poesia».

---

(2) Dirá nas *Viagens*: «*Fora de Vila* é um largo vasto, irregular e caprichoso como um poema romântico...»

2. As «Viagens na Minha Terra» e as sobrevivências do Norte

A evocação saudosa do magistério de Brígida, que forneceu a ideia inspiradora e global da *D. Branca*, voltará mais tarde a aparecer nas *Viagens na Minha Terra*, como no-lo diz este passo do livro: «Uma Brígida velha que eu tive, quando era pequeno, era famosa cronista de histórias da carochinha, porque sinceramente cria em bruxas». Também se observa, nas *Viagens*, a repercussão do maravilhoso e do mítico em que Brígida o formou. Mas a história dos cinco anos da Quinta do Castelo servem não só para explicar muitas das suas ficções, mas até para remontar às origens do seu ideário político. Garrett, politicamente, quase sempre se achou em rebelião com os seus. Foi, no seio da família, um pequeno inconformista. As suas preferências políticas feriam a sensibilidade absolutista dos parentes. Esse conflito desolador, que lhe trouxe amarguras, teve começo numa pequena audácia política da infância, de que fala nas *Viagens na Minha Terra:* «Desde pequeno que fui jacobino: já se vê; e de pequeno me custou caro. Levei bons puxões de orelhas de meu pai por comprar na feira de São Lázaro, no Porto, em vez de gaitinhas ou de registos de santos ou das outras bugigangas que os mais rapazes compravam... não imaginam o quê... um retrato de Bonaparte». E completa esta confidência autobiográfica classificando de «injustíssimo» o tratamento que o seu santo pai, lhe aplicara, para castigo o que denomina «o primeiro pecado político da minha infância». Essa paternal repressão, nunca se lhe afastou do espírito, e dela ficou um eco vivo na mais perfeita obra em prosa que nos deixou, as *Viagens*. As façanhas militares de Napoleão enchiam a Europa, e a fama delas chegou à Quinta do Castelo, onde se temia e repelia a ideologia política do imortal corso.

As *Viagens*, mais do que qualquer outro livro do escritor, estão repletas de confissões autobiográficas e confidências. Talvez em nenhuma outra obra Garrett se tivesse retratado melhor. O livro oferece, literàriamente, uma fisionomia ondulante e dispersiva, dando uma amostra clara da liberdade na arte. Não apresenta unidade doutrinária, e o ideário ora tem carácter crítico-literário, ora se ocupa de arqueologia e romances populares, ora nos dá impressões da paisagem de um pequeno canto de Portugal. Nele perpassam reflexos do exílio na Inglaterra, aspectos da vida doméstica, episódios de guerra, ou a linda história de Joaninha. É um texto predominantemente multiforme e divagante. A pena de Garrett não se cinge agora a uma direcção estabelecida, mas segue ao acaso de momentâneas solicitações da fantasia. O livro aparece descoordenado, incoerente e diverso como a pró-

pria vida, o mesmo sucedendo com o estilo e a linguagem ([3]). É composto sob a inspiração de uma estética revolucionária. Não se importou Garrett com as fronteiras adstritas a cada espécie literária, e tudo reuniu e englobou aqui sem atender à diferenciação dos géneros. É difícil dizer a que género corrente pertencem as *Viagens:* são uma nova espécie literária, que não se ajusta aos moldes da classificação em voga.

A presença do político constitucionalista, outra constante espiritual de Garrett, incrementa-se também nas *Viagens,* cujas páginas encerram uma verdadeira polémica entre o liberalismo e o absolutismo. Dirige-se mesmo uma crítica severa à política liberal e aos políticos do tempo, acusados de materialistas e destruidores da Pátria. Ambiciona para eles um correctivo semelhante ao que Jesus infligiu aos vendilhões do templo. Dirá então: «Jesus Cristo, que foi o modelo da paciência, da tolerância, o verdadeiro e único fundador da liberdade e da igualdade entre os homens, Jesus Cristo sofreu com resignação e humildade quantas injustiças, quantos insultos lhe fizeram a ele e à sua missão divina, perdoou ao matador, à adúltera, ao blasfemo, ao ímpio. Mas quando viu os ladrões a agitar dentro do templo, não se pode conter, pegou num azorrague, e zurziu-os sem dor».

Em seu pensar, o reinado da matéria, que perigosamente desvairava os espíritos na altura em que escreve as *Viagens,* está na iminência de perder Portugal. Regista então a existência de um «materialismo estúpido, alvar, ignorante, devasso e despedaçado, a fazer gala de sua hedionda nudez cínica no meio das ruínas profundas de tudo o que elevava o espírito...» Teme Garrett que «mais dez anos de barões e de regime de matéria» acabem por aniquilar, em Portugal, o último «suspiro do espírito».

Esta constante reacção contra o materialismo político e social dos tempos pode de algum modo dar esclarecimentos sobre a natureza do liberalismo construtivo de Garrett; ele corresponde ainda ao chamamento daquela espiritualidade que em pequeno os pais lhe incutiram no Norte.

Estèticamente é um iconoclasta, mas o ideário literário que o seduz continua ainda impregnado de veneração pelos clássicos. Assim, nas *Viagens,* chama a Horácio: «o meu velho e fiel amigo Horácio». É possível que, em parte, deva a elegante simplicidade do estilo à sua sólida cultura humanística. Embora adverso ao preceituário clássico e às arbitrariedades do seu código estético ([4]) posto que lhe repugnassem as realizações artificiosas

([3]) Ao estilo das *Viagens* consagrou o Prof. Dr. Jacinto Prado Coelho um ensaio, rico de observações originais: *Garrett Prosador*, Lisboa, 1955. Aí afirma o douto professor: «As *Viagens* tendem à valorização do *eu* mediante um estilo irregular e vário, capaz de se ajustar à ondulação caprichosa do fluir subjectivo».

do classicismo, permaneceu fiel ao que havia de humano e impecável na arte clássica.

Não foi nenhum asceta, não viveu heróicamente alheio à fragilidade do mundo. Cedeu, por vezes, a fraquezas degradantes, e não se eximiu ao convívio de circunstâncias e realidades de ordem estreitamente material. Se, porém, não teve bastante resistência para, no meio delas, dominar a sua debilidade, dispôs sempre de suficiente energia mental para, no quadro da existência humana, se aperceber da importância dos valores de ordem normativa e psicológica. Na sua lógica e nas suas determinações, muito embora, chegasse a ser acusado do contrário, impera uma intencional espiritualidade, e esta, longe de ser fanática e unilateral, solidariza-se com o tangível e o concreto. Talvez, por isso, desce, de vez em quando, da torre de marfim, e brinca e graceja, contemporiza com os seus gostos amorosos.

O liberalismo de Garrett, neste livro como em outros, não admite o desentendimento com Deus. É uma mística político-cristã, atenta a princípios morais que não repugnam até aos absolutistas. Nas *Viagens*, Fr. Dinis, que é miguelista, ama os «grandes e eternos princípios da Igualdade e da Liberdade», posto que não creia de modo algum que os liberais, em virtude da sua deficiente formação ideológica, possam integralmente realizá-los. É que para este frade, como para muita gente, «para entender a liberdade é preciso crer em Deus, para acreditar na igualdade é preciso ter o Evangelho no coração». Garrett sempre se afirmou um defensor das raizes cristãs da liberdade e da igualdade, firmando-se em tal opinião política até ao fim da vida (5).

Registo de lembranças autobiográficas e de preferências liberais, reflexo de um temperamento sonhador e volúvel, as *Viagens* são também um riquíssimo ideário, e nessa qualidade não só expendem com largueza o pensamento político e estético de Garrett, como também fixam a sua admiração por uma parcela paisagística e arqueológica de Portugal: Santarém. Mesmo embevecido pela beleza da terra ribatejana, a pressão moral da infância, sempre viva, força-o a pensar no Norte. É para lá que lhe resvala a imaginação. As *Viagens*, além de noticiarem uma visita ao famoso político Passos Manuel, «*esse homem, vindo do Minho, do berço da dinastia e*

(4) A mais decisiva impugnação da estética de Aristóteles havia sido empreendida por Herculano, quando este era moço.

(5) As *Viagens* saíram na «Revista Universal Lisbonense» de 1843 a 1846. A edição em livro foi publicada em 1846, sob as vistas de Garrett. Constava de dois volumes, impressos em Lisboa, na tipografia da Gazeta dos Tribunais.

da Nação», (6) traduzem o seu deslumbramento ante as belezas paisagísticas do vale de Santarém. É curioso notar que esta admiração se faz sem prejuízo da veneração que tem pelo Minho, província que lhe não esquece na travessia do Ribatejo, como no-lo demonstra este finíssimo passo das *Viagens na Minha Terra:*

«A doçura que mete na alma a vista refrigerante de uma jovem seara do Ribatejo nos primeiros dias de Abril, ondulando lascivamente com a brisa temperada da Primavera; *a amenidade bucólica de um campo minhoto de milho, à hora da rega, por meados de Agosto, e ver-se-lhe pular os caules com a água que lhe anda por pé, e à roda as carvalheiras clàssicamente desposadas com a vide coberta de racimos pretos* — são ambos esses quadros de uma poesia tão graciosa e cheia de mimo, que nunca a dei por bem traduzida nos melhores versos de Teócrito ou de Virgílio, nas melhores prosas de Gessener, ou de Rodrigues Lobo».

Isto é, o Norte está sempre vivo e alerta no espírito de Garrett, mesmo quando parece que o vai esquecendo nas suas andanças por portuguesíssimas terras do Sul. Os característicos campos de milho, as refrescantes regas de Agosto, as vides que se enlaçam nas uveiras, contém, na realidade, um encanto bucólico que contagiou a fundo a sensibilidade de Garrett. Estes aspectos da paisagem do Norte tinham-no conquistado para sempre.

O maravilhoso garrettiano, da escola nortenha de Brígida, tão absorvente na *D. Branca,* alcançou mais reduzida representação nas *Viagens*. Todavia, o gosto das lendas e dos romances populares, isto é, o brigidismo, estão presentes nas páginas deste livro, bastando para o provar as referências ao romance de Santa Iria e à história de S. Frei Gil.

Da serviçal da «Quinta do Sardão» há vestígios no próprio *Frei Luís de Sousa*. Telmo Pais acalma a sua saudade do amo com a crença na vinda dos mortos a este mundo, crença que é também partilhada por D. João de Portugal, que antes de partir para Alcácer, lhe promete fazer a sua aparição, vivo ou morto. Garrett esclarece expressamente em nota especial, apensa ao drama, que essa intromissão fantasmagórica no *Frei Luís de Sousa* é uma reminiscência da infância (7).

---

(6) De facto, Passos Manuel era um homem do Norte. Nasceu na freguesia de S. Martinho de Guifões, imediações do Porto, em 1801. A visita de Garrett verificou-se em Julho de 1843, quando o grande estadista vivia em Santarém.

(7) Feliciano Ramos, *Frei Luis de Sousa* de Almeida Garrett, Braga, 1956, pág. 11.

3. O «Arco de Sant'Ana» e a terra natal de Garrett

Se na *D. Branca*, no *Frei Luís de Sousa* e nas *Viagens*, o domínio geográfico pertence ainda ao Sul, já não sucede o mesmo em *O Arco de Sant'Ana*, onde transita francamente para a sua cidade natal. A obra ocupa Garrett, com longos intervalos, pelo espaço de quase duas décadas. É o livro em que mais se afeiçoa ao Norte. Parte dele redigiu-o durante o cerco do Porto. Começou-o em 1832 no Convento dos Grilos, junto à Sé do Porto, onde então se encontrava como combatente do exército de D. Pedro IV. O primeiro volume, que abrangia os dezoito primeiros capítulos, saiu em 1845, vindo a público o segundo em 1850. É um romance histórico, cuja acção se passa no século XIV, em tempo do rei D. Pedro, monarca que apresenta interessantemente como defensor do povo e bom representante da velha monarquia paternalista.

Almeida Garrett, atribui também ao romance histórico um carácter confidencial; serve a expressão de ideias e de sentimentos pessoais e permite os comentários à vida contemporânea. Não faltam ali, por essa razão, as reminiscências autobiográficas. Garrett tem a consciência desta sua concepção do romance histórico, e por isso, em 1849, escreveu o seguinte sobre *O Arco de Sant'Ana*: «*O romance é deste século: se tirou o seu argumento do décimo quarto, foi escrito sob as impressões do décimo nono, e não o pode nem o quere negar o autor.* Idênticas preocupações foram já confessadas em 1844, ao escrever no «prólogo» que antecede o primeiro volume: «Recordações da infância, saudades das primeiras pessoas que se conheceram na vida, amor aos primeiros objectos que se viram — aos primeiros campos em que se brincou, às primeiras árvores que se viram florescer, às primeiras águas que se navegaram, às ruas em que primeiro se andou — pintaram o fundo do quadro, os acessórios, o pouco bom que ele terá, se alguma tal cousa tiver».

De facto, as «lembranças da infância», assim como «as doces recordações dos primeiros anos da casa paterna» apegaram-se-lhe à alma, solicitaram-no com invariável constância. Em qualquer parte que esteja, essas lembranças nunca o abandonarão. Foi sob o condomínio desta pressão psicológica que traçou as páginas de *O Arco de Sant'Ana*, e daí o anacronismo da combinação híbrida de duas épocas, na composição da obra.

Nota que se o romance for aferido pelas «severas regras do romance histórico, professo e confesso», não pode deixar de oferecer irregularidades e de infringir princípios estabelecidos, mas disso não se importa muito. Francamente influenciado pela liberdade na arte dos românticos, encara as regras com cepticismo, e não só as julga contestáveis, como crê na sua

mutabilidade. Em todo o caso, apraz-lhe informar que nem sempre se desviou dos factos históricos: «Quando quis ser fiel à verdade histórica, aos costumes, foi-o».

A sua pessoal concepção do género, leva-o a evitar amostras de erudição arqueológica. Em seu entender, uma obra de imaginação e de vida espiritual, como o romance, não permite tão fastidiosa ostentação. Todavia, ao publicar a segunda edição, movido, sem dúvida, pelas objecções de alguns críticos, tomou a resolução de agregar ao texto do romance alguns documentos que se destinavam a provar «haver no presente romance toda quanta verdade histórica um romance pode suportar sem cair em pedante e maçador». Entre esses interessantes documentos, fala de pergaminhos que examinou no cartório da Câmara, «do *Censual* do cabido, cuja letra quadrada soletrei»; consultara ainda o «Foral do Porto», transcreveu extractos do «Foral de Gaia», documentos procedentes das chancelarias de D. Afonso IV. Os referidos textos citam-se com o propósito de abonar vários passos do *Arco de Sant'Ana*, que devidamente menciona, auxiliado por Alexandre Herculano, que havia realizado o romance histórico à luz de um critério documental. O exemplo e conselho pessoal de Herculano concitaram a atenção de Garrett, que, na segunda edição do *Arco de Sant'Ana*, em 1851, é já movido por tais preocupações documentais. Todavia, este zelo de objectividade histórica não modificou a estrutura do romance, que nunca deixará de mostrar-se, em parte, um texto autobiográfico e ideológico.

Ficaram-lhe no livro recordações dos tempos em que seguia viagem, quando estudante, do Porto para Coimbra: «quando, morto de saudades pelo meu pátrio Douro, ia choitando no proverbial macho de arrieiro para as doces margens do Mondego». Declara igualmente que em Coimbra passou alguns dos dias mais felizes da existência. Essa felicidade não lhe mata as saudades da terra natal. Como os pais estavam em Angra, vinha passar ao Porto as férias com a família que ainda tinha no Norte.

Evoca, no Porto, a rua de Sant'Ana, dizendo que foi «uma das primeiras que a minha infância conheceu». Era nessa rua, que havia um arco de «góticas feições, com uma alâmpada que lhe ardia contínua». Ao arco de *Sant'Ana* associava os felizes dias da «minha descuidada meninice!» E Garrett acrescenta logo, minado por uma réstia de tristeza: — «Meninice que passou sem mocidade, a esta tão trabalhosa, tão árida, tão despegada virilidade, em que não tardam as cãs e as rugas a visitar-me com mais precoce velhice ainda!» Assim *O Arco de Sant'Ana* é uma perene sobrevivência da terra em que passou a infância, está portanto estreitamente aliado ao Norte. Ao memorar os seus tempos de pequeno e os

saudosos lugares portucalenses, acodem-lhe à memória os pais: «suaves recordações da infância, lembranças dos conselhos paternos,... e vós, mais que tudo, queridas memórias da mãe que nos teve nos braços».

As margens Douro, as festas e procissões no rio, as várzeas de Campanhã e de Ramalde, o desembarcadoiro de Gaia, as padeiras de Avintes e de Valongo, os caldeireiros do Porto, tudo isso se espraia pelo *Arco de Sant'Ana* e denuncia ainda um espírito atento aos tipos, aos costumes da terra onde nasceu.

O romance, planeado no Porto e em boa parte lá escrito quanto ao primeiro volume, foi, a partir do capítulo XX, amplamente refundido e acrescentado quando já Garrett se achava no Sul. Entretanto, iam-se-lhe consumindo os anos da vida, e à medida que esta fuga se acentuava, os tempos idos de rapaz ressurgiam mais vivamente no seu espírito e alcançavam, consequentemente, maior incidência sobre o *Arco de Sant'Ana,* que, de facto, é o livro de Garrett onde melhor se exprime o homem do Norte, ou seja a gente de Entre Douro e Minho.

Invoca a aliança dos reis medievais com o povo: os reis, pensa ele, como Herculano, «precisavam do povo, para resistir primeiro, para destruir depois, a aristocracia eclesiástica que tanto nos pegava». E anota Garrett que a «desinteligência dos reis com os povos» é relativamente «moderna». Esta ideia é um dos centros de referência de toda a ideologia política de *O Arco de Sant'Ana.* Garrett, estruturalmente monárquico, posto que constitucionalista, sempre se afirmou fiel ao que denomina a «causa santa do rei».

A reacção contra a prepotência da aristocracia eclesiástica, o interesse pelos direitos e foros na Nação e uma concepção monárquica, inseparável do bom entendimento do rei e da Nação, assim como o amor intransigente da liberdade, são peças mestras do ideário político que condiciona o desenvolvimento da acção em *O Arco de Sant'Ana.*

Mas sob que ângulo se concebe a liberdade neste romance? A liberdade tem para Garrett, conforme a bem conhecida tendência do seu pensamento político, uma génese cristã: é «filha do Evangelho», entendendo que sem o Evangelho, aquela não prevalecerá. Não a confunde, por isso, com licença e anarquia, e na persuasão de que esse perigo a ameaça, aspira a uma liberdade amparada pela ordem: «Bem nasce em todos os climas a semente da liberdade: mas desde que lhe germinam as folhas seminais, há-de haver um Washington que a mande, a ampare; ou os espinhos são tantos logo, tanto os cardos e abrolhos, que a afogam». Esta liberdade, vista à luz duma concepção dignificante, torna-se para Garrett, indispensável elemento de equilíbrio na existência das nações e dos indivíduos. Crê que a terrível praga

da tirania e da opressão foge diante da liberdade, e não admira que a busquem os «perpètuamente oprimidos», que sabem por instinto — diz Garrett — que «*a opressão dura séculos, e a liberdade é de instantes*».

É justamente em nome da liberdade da pessoa humana, oprimida e caluniada por um falso dignitário eclesiástico, que os mesteirais portuenses se rebelam, no tempo do rei D. Pedro, que tanto acamaradava com o povo, contra os abusos e as arbitrariedades do bispo do Porto. É esta luta, entre a «comuna» portucalense e um poderoso aristocrata, que constitui a essência do romance, *O Arco de Sant'Ana*. Garrett ainda aqui se inspira no conflito da opressão e da liberdade, que desde verdes anos o atrai.

O bispo opressor, que era também um agente de corrupção, aparece no romance prostituído por vilezas, que o exporão às sanções da justiça real e à animadversão dos habitantes da cidade do Porto. Terá, portanto, de ser vencido em nome da razão, do direito e da moral: *O Arco de Sant'Ana* termina de facto pela exautoração do bispo do Porto, ordenada, aliás abusivamente, pelo monarca D. Pedro, que esteve presente.

O romancista, para que se não possa levianamente responsabilizar a Igreja em caso desta natureza, apressa-se a esclarecer que alguns maus padres e «um que outro bispo ignorante e depravado não são Clero nem a Igreja». E acrescenta sobre a Igreja: «Por esta somos nós como sempre o fomos e seremos. Aos maus sacerdotes havemos de pendurá-los do Arco abaixo». No entretanto, este e outros acessórios, que compõem a acção, não surgem para colocar a ficção na dependência da realidade histórica, mas antes tratam de a submeter ao seu ideário religioso e político. Na verdade, o romance histórico de Garrett não tolera a regra absoluta do condicionamento documental, na ressurreição do passado, e regula-se subjectivamente pela efervescência afectiva e pelas tendências ideológicas do seu espírito.

Garrett sabe que a pena da «exautoração e degradação de ordens dos bispos e sacerdotes», que cometeram grandes crimes, não podia ser imposta pelo rei e competia à Igreja, mas admite que isso «não era impossível nem mesmo inverosímil em tais tempos e com tal rei». Era necessário libertar a pobre mulher, que o bispo levara para as enxouvias do paço; enfim, havia que «salvar uma inocente da vergonha e do opróbio». E era uma mulher jovem, Gertrudes, que incitava Vasco, o filho da judia, a batalhar por causa tão justa: «Desafrontar os oprimidos, castigar o orgulho dos opressores, esta é a glória que não pode ser falsa nem vã», diz Garrett.

Mas note-se que o rapto de uma mulher é apenas pretexto, no decurso da acção, para Garrett descrever o espectáculo de uma cidade amotinada contra o senhor. Este espoliava o povo, carregava-o de impostos e afligia-o com

violências: «Apertava-se demais, muito demais às vezes, o torniquete fiscal, e já os pescadores queixavam-se, as regateiras ralham, até já os flamengos furtam ao peso dos queijos com medo da portagem».

Vasco, que bem conhece os erros do prelado, iria ser, no romance, com auxílio de «burgueses e populares, o conspirador, o *valente caudilho que à frente do povo do Porto o limpasse da tirania sacerdotal, e estabelecesse o livre regimen da «comuna», na sua querida terra do Porto*». O povo da cidade, animado pelo mesmo espírito de rebelião, agita-se em turbilhão, e todos acodem ao chamamento aflitivo: — «Aqui d'el-rei, aqui d'el-rei, que furtaram a mulher de Afonso de Campanhã, a boa Aninhas, a honrada Aninhas!» A agitação, dentro de pouco, estende-se a toda a cidade, que se movimenta e alvoroça. Ao estilo do regimen comunal, assiste-se ao avanço da «torrente de plebe enfurecida», ouvem-se os uivos e assobios dos gaiatos, escuta-se o estrondo feito pelos mesteirais da rua dos Caldeireiros. É uma das novidades do romance esta agitação das massas populares, por detrás da qual se esconde talvez a influência de Fernão Lopes.

Vasco, jovem de sangue judeu e de obscura estirpe, é, no entanto, um homem nobre, não pelo sangue, mas pelo carácter. A multidão, muito naturalmente o escolhe para chefe da revolta popular. Ainda, ao lado do povo, e em representação do melhor espírito religioso, Garrett, como para contrabalançar a má presença sacerdotal do antístite portuense, introduz no romance uma figura exemplar de sacerdote: «Paio-Guterres, o arcediago de Oliveira, vigário do altar, devoto sem hipocrisia, austero com suavidade, grave sem fausto, era honrado de todos, do próprio bispo que o detestava, do povo, que o amava». Defensor da religião, Paio-Guterres também o é da liberdade, pois, «a religião do Crucificado é a religião da liberdade e de tolerância». Esta ideia, que Garrett transmitiu ao *Arco de Sant'Ana*, é um lugar comum do Romantismo. A mesma concepção já Herculano a havia exposto na poesia *A Cruz Mutilada*.

Um honradíssimo sacerdote e um leigo de nobres sentimentos originam a ofensiva contra os desmandos episcopais. Vasco, o chefe civil, conduz o povo excitado. No romance trava-se então uma batalha entre a liberdade e o despotismo, entre a corrupção e a moralidade cristã; batem-se os poderosos e os humildes, a inocência e o crime, numa palavra, a verdade volta-se contra a mentira. O livro evoca um episódio da eterna contenda entre o bem e o mal. Simplesmente Garrett aceita a vitória do bem sobre o mal, e, em consequência disso, era impelido a encerrar o *Arco de Sant'Ana* pelo triunfo da honra, da virtude e da justiça. A obra lançava

uma condenação categórica sobre os atentados à moral, assim como pendia a assegurar os direitos dos fracos.

O instrumento fundamental da prevalência do bem sobre o mal foi a monarquia medieval afonsina, respeitadora do povo e defensora dos seus foros e liberdades. Por isso mesmo, no final do romance, D. Pedro vai-se aproximando do Porto, e quando parece tudo perdido, mercê duma traição, surge o rei que, como bom servidor da monarquia paternalista, se põe ao lado da cidade amotinada, castiga e afasta o bispo indigno, acusado de tirania e de imoralidade.

O rei incarna, no romance, a liberdade e a justiça, e das suas decisões construtivas, saem as sanções para os maus e o prémio à dignidade. Generoso e magnânimo, o bom monarca conservou a vida ao bispo, mas castigou-o com o «fatal azorrague, de que sempre andava munido» e expulsou-o do país: «que ninguém mais te veja em terras de Portugal», disse o monarca. O prelado seguiu para a Flandres, onde se fizera monge e levara vida santa até à morte. Garrett, muito cristãmente, crê na regeneração dos maiores pecadores. Depois de expiarem as suas culpas, acha-os merecedores de perdão. Está ainda aqui um reflexo da sua bondade e da sua cristianíssima formação.

Depois, tudo acabou bem, sem dores nem lágrimas. Paio Guterres, nobre figura de sacerdote, «que as penas e desgostos envelheceram», assume o governo do bispado. A seguir, a judia Ester converteu-se ao catolicismo e recebeu o baptismo. A Aninhas do Arco, resolutamente ajudada por Guterres, sai impoluta da perseguição que lhe moveram, e continua a ser como sempre uma mulher honesta e virtuosa, que não desonra o marido ausente. D. Pedro beijou finalmente as duas, assegurando a crónica que «os beijos não podiam ser mais paternais». A Gertrudes, «a dos olhos negros», que amotinou toda uma cidade para ir em socorro de Aninhas, casa com Vasco, e é o rei que ordena o casamento e que o apadrinha. Na boda, que durou um dia e uma noite, com iluminações, danças e representações, tomou parte o rei, que, grande bailarino como era, dançou «toda a noite à luz das tochas e ao som de suas favoritas charamelas de prata».

O *Arco de Sant'Ana*, que começa em som de guerra, e cuja acção evolui em função de tumultos, desordens e fraquezas humanas, liberta-se no final de todas as situações perturbantes e pecaminosas e acaba na alegria de um casamento. Este remate pacificante era pedido por quem, não obstante as desilusões da vida, confiava na realidade do bem e da justiça. O desenvolvimento da acção denota simpatia pelo regimen político das comunas e adesão à monarquia paternalista dos reis afonsinos. Este sistema político

era para Garrett, como o fora também para Herculano, um remoto antepassado da monarquia representativa: o elo de ligação entre as duas monarquias, tão diferentes quanto à estrutura ideológica, provinha dos estímulos autonomistas que ambas concediam ao povo, cujas liberdades asseguravam e reconheciam, aliás nem sempre com humana eficiência prática.

O Arco de Sant'Ana encerra então o fervor de um velho campeão das liberdades políticas do povo, representa a apologia de um sistema elevado de ideias morais, traduz também a projecção literária de um inveterado afecto à cidade onde nasceu e pelos longínquos dias da sua meninice. Já vimos como aproxima o romance das «lembranças da minha ditosa infância», e das «recordações dos primeiros anos da casa paterna». No *Arco de Sant'Ana,* ama o Porto, urbe que considera a «nobre e leal cidade onde nasci». Depois acrescenta ainda: «nasci no Porto e em Gaia». Em lembrança de Brígida, Gaia trará ao romance uma bruxa, a «bruxa de Gaia», e uma evocação da longínqua «lenda de Gaia», como também do rei Ramiro. De Gaia, «terra de boa gente», chegarão ainda algumas personagens. Em tudo isto se descobre a atracção que o Norte sempre exerceu sobre Garrett.

Se bem que a tecitura do romance nada contenha de complexo, aparece-nos, contudo, como uma obra ordenada, cujo argumento evolui com lógica. É para salientar que Garrett tenha expurgado a obra da sentimentalidade mórbida dos românticos e nos faça viver um ideário moral sadio. Posto que anote a clássica fragilidade do homem, é certo também que, de acordo com as suas inclinações pessoais, se mantém solidário com a elegância espiritual. Porém, dentro das posições morais que escolhe, não dá jamais conveniente relevo psicológico a qualquer figura. Nenhuma personagem do romance apresenta um perfil humano estudado com minúcia. Meia dúzia de traços mal chegam para os caracterizar superficialmente. O que vincadamente particulariza o *Arco de Sant'Ana,* não são pròpriamente os indivíduos, mas as multidões, e são estas que se agitam no romance e lhe dão individualidade. O dispositivo do romance visa os movimentos colectivos e a apologia de ideias políticas que as multidões vivem e defendem. O resto é acessório, mas sempre entronca na psicologia moral de Garrett, que venera as tradições locais e é um acérrimo defensor das liberdades da Nação.

4 — Reminiscências bracarenses

Com o *Arco de Sant'Ana,* encontramo-nos no Porto. Todavia, já neste romance a imaginação de Garrett foge por vezes para além da «cidade invicta», espalha-se pelo Além-Douro Litoral. Garrett ganhara o prazer da equitação desde os velhos tempos de estudante de Coimbra. Nas férias,

vinha a cavalo da cidade do Mondego para o Porto. Um dia, nesta cidade, quando cavalgava um fogoso «puro sangue», a caminho da casa de uma prima que cortejava, foi vítima de uma queda. O ferimento no crâneo, daí resultante, foi tão grave que Garrett esteve a dois passos da trepanação. Ora o *Arco de Sant'Ana,* não é alheio ao gosto da arte de cavalgar. O capitão da revolta popular, Vasco, onde há traços de Garrett, comanda a multidão a cavalo. O animal que lhe destinam, o «seu querido alazão», é um bicho da sua amizade:

«— Como aqui, meu nobre alazão! — dizia Vasco animando-o, correndo-lhe a mão pelo asseado colo — meu destemido, meu valente!...» Em seguida, Garcia-Vaz, que, no momento, reconhece a necessidade do ginete, diz para Vasco: «O nosso capitão não nos havia de comandar a pé; *e outro potro como este não há em toda a cidade, nem talvez em toda a comarca de Entre-Douro e Minho.* Sabemos da afeição que lhe tendes...». Ao citado alazão do Porto confere a glória de ser o melhor da província. Garrett ultrapassa assim o círculo da sua cidade natal, avança mais para o Norte.

Na altura em que concluíu o segundo volume do livro *O Arco de Sant'Ana,* em 1849, a terra minhota, embora geogràficamente longe de si, vivia ainda no seu afecto, como no-lo assegura uma curta epístola que, nessa época, dirigiu a um amigo cá do Norte, José Gomes Monteiro. Este acabava de fazer uma digressão pelo Minho, e Garrett, ao saber disso, tem pena de não poder fazer o mesmo, porquanto entende que um passeio desses lhe faria bem, enaltecendo os bons efeitos do ambiente campesino, nos seguintes termos: «*Parece que também eu recobrava saúde e juventude se me visse no meio dos carvalhos e castanheiros do nosso querido Minho*». Isto é, aos cinquenta anos, solidarizava-se cada vez mais com a sua província natal, pois para ele, o Minho começava no Porto.

Esta efusão de afectividade não é uma reacção excepcional da idade madura, pois vem de mais longe. Em fins do ano de 1827, Garrett estava preso na cadeia do Limoeiro, e foi durante a prisão que concluíu um dos «romances» de que mais gostava: a *Adozinda.* Ora, a «cena deste romance», situa-se precisamente no Minho, na bem conhecida freguesia de Landim, que o escritor visitou pessoalmente. O poema, saído pela primeira vez em Londres, no Outono de 1828, vinha dar renome literário a uma terrinha minhota, humilde e desconhecida, de modo que julgou indispensável, para melhor compreensão do texto, uma breve explicação geográfica. Eis o que Garret diz sobre Landim: «é uma povoação pequena em que houve, outro tempo, uma famosa casa e pingue possessão de Jesuitas: fica

perto dos rios Ave e Vizela, que não longe daí se juntam para correr unidos a desembocar em Vila do Conde e perder-se no mar». Surgem-nos assim mais claros os seguintes versos da *Cantiga Primeira* do romance da *Adozinda*:

«Que tropel que vai nos Paços
de Landim ao pé dos rios».

Da mesma nota consta ainda este juízo de ordem estética, em que singulariza o Minho entre todas as províncias de Portugal: «em minha imaginação pus a cena deste romance em um dos sítios mais pitorescos da mais formosa província de Portugal, o Minho». É interessante verificar que Garret punha o Minho, quanto a belezas paisagísticas, à frente e acima de todas as províncias de Portugal. E, como se vê, já pensava assim desde rapaz, pois escreveu estes versos aos 28 anos.

Distinguiu *O Arco de Santana*, a capital do Minho do Sul, e poderia esperar-se que não esquecesse Braga, a suévica urbe do Minho do Norte. No romance da *Adozinda*, depois de se concentrar em Landim e aludir aos rios Ave e Vizela, a sua imaginação ultrapassa Braga e caminha para a região montanhosa do Norte. Com efeito, ao dar-nos conhecimento da indumentária da «triste e pensativa» *Adozinda*, conta como lhe cobre a cabeça um «véu ligeiro e belo», que fora «por suas mãos bordado»; diz ainda que um «cinto cor de violeta» aperta a sua cintura delicada e sobressai sobre um vestido de seda. Tal vestido é tão branco como a neve

«...que cega
Como os picos do Gerês
Quando em Janeiro lhe neva».

Já na *D. Branca* o guerreiro Ben-Afan tem a fronte cingida por panos tão brancos como as neves que cobrem os picos da Serra da Estrela. Agora a comparação liga-se ao Gerês. Num tempo em que as comunicações entre as diversas províncias do país eram ainda difíceis, o Gerês apresentava-se, para um homem do Sul, como uma terra distante, e Garrett, no receio de que estes versos não pudessem ser convenientemente interpretados, teve o cuidado de juntar ao texto a seguinte nota elucidativa, que vem já da 1.ª edição do romance da *Adozinda*, para esclarecimento dos leitores menos conhecedores das regiões do norte de Portugal: «O Gerês é serra altíssima na província do Minho, de alpestres alcantis, coberta de plantas alpinas de curiosíssima flora; as sumidades conservam quase todo o ano

resplandescentes massas de gelo. Há nas faldas da serra as famosas águas minerais conhecidas por de Caldas do Gerês». Do Minho do Sul transitamos assim, na *Adozinda*, para o Minho do Norte. Detenhamo-nos agora em Braga.

Em Coimbra travou o escritor relações de amizade com um estudante minhoto de Direito, Manuel Rodrigues da Silva Abreu. Este, que era liberal, esteve no exílio com Garrett e com ele fez parte do Batalhão Académico que desembarcou no Mindelo. Abreu, que nunca chegou a concluir a sua formatura em leis, veio a desempenhar durante alguns anos, de 15 de Abril de 1834 até 18 de Setembro de 1836, modesto cargo na Prefeitura do Minho, de que se demitiu a quando da revolução de Setembro. Como não possuía quaisquer meios de fortuna, viu-se compelido, após a demissão, a contrair dividas para viver.

Em 1839, Silva Abreu, que residia em Braga, encontrava-se, financeiramente, numa situação deficitária, e planeou enfrentar a pobreza vendendo pelo menos 500 exemplares da sua tradução do poema *Eliezer*, de Florian, que no meio de muitas dificuldades, conseguira imprimir. Para alcançar esse objectivo, julgou indispensável o que ele chamou «as bençõs dos juízes competentes», isto é, uma «palavra de aprovação» de pessoas responsáveis e idóneas, que viessem a ter publicidade em qualquer periódico. Escolheu então dois escritores para lhe apadrinhar a tradução: um foi Castilho; outro foi o amigo da sua juventude, Almeida Garrett, a quem Abreu se dirigiu em carta de 8 de Julho de 1839. O epistolário garreteano acusa fielmente as reacções procedentes desta solicitação. Com efeito, em carta de 19 de Agosto de 1839, Garrett, acusa a recepção do poema, endereça ao amigo bracarense uma carta amiga e atenciosa, e promete fazer uma justa apreciação do *Eliezer:*

«Gostei muito do seu *Eliezer*, do estilo, português sobretudo, e da coragem resignada do tradutor que ousou como o seu autor — em tempos de impiedade filosófica, a mais perversa das manias humanas — falar no Cristianismo, na religião e em suas belezas e virtudes». Neste passo da sua epístola, Garrett amàvelmente se aproxima da sugestão que o digno Silva Abreu ousara fazer-lhe: «se ao menos no meu trabalho se observar castidade de linguagem, talvez o meu livrinho, atenta a pureza da doutrina e moral que encerra, não seria indigno de aconselhar-se aos pais de família como leitura interessante para seus filhos».

Silva Abreu, que, acima de tudo, quer ganhar o seu pão, antevê com alegria a seguinte possibilidade: «por mais dois ou três anos lhe será dado viver decentemente sem contrair novas dívidas, pagar as que tinha.» Garrett

cumpriu sem demora essa promessa. E fê-lo com a generosidade de espírito que sempre foi timbre do seu carácter. De facto, no «Correio de Lisboa», de 10 de Setembro de 1839, sai a apreciação crítica da seguinte obra: *Eliezer ou a ternura fraternal,* poema de Florian, traduzido em versos portugueses, por M. Rodrigues da Silva Abreu — Braga, 1839.

Garrett procede à recensão literária do poema, cita diversos passos e encara-o sob o ângulo da forma e à luz de um critério normativo. O bom gosto do analista não pode ser indiferente à factura gráfica do volume, devendo aqui ficar arquivado o histórico depoimento de Garrett sobre a «arte de imprimissão» em Braga, por 1839:

«Comecemos pelo exterior. É um voluminho pequeno, mas nìtidamente impresso, bem trabalhado, bem proporcionado, como uma brochura de Paris, feito para se cortar com a faca de nacar no bufete aveludado do *boudoir*. E este elegante *specimen* da nossa tipografia vem-nos dos prelos de Braga, cidade que não tinha *assento em cortes de progresso!* Quem o havia de esperar dela? Pois deviam ir aprender com os seus modestos irmãos bracarenses os nossos presumidos Elzeviros da capital. As proporções, as distâncias, a distribuição dos diferentes tipos que se empregam segundo a natureza das diversas partes de que se compõe o livro, prefácio, corpo do poema, notas, versos, prosas, tudo está tão bem calculado e disposto! Esta ciência do tipógrafo, este tacto que vem do gosto natural, aperfeiçoado pela observação e estudo dos bons modelos; a beleza que dela resulta, e sem a qual pouco brilha a do tipo mais bem fundido, a do papel mais assetinado, esta é a que mais absolutamente ignoram os nossos impressores e que, *mirabile dictu!* pela presente obra vemos que chegou a Braga sem dar despacho nas alfândegas de Lisboa ou do Porto» ([10]).

Este juízo sobre a apresentação gráfica do *Eliezer,* transformou-se em louvor aos impressores bracarenses de 1839, cuja arte Garrett encareceu, pondo-a acima da dos tipógrafos alfacinhas e tripeiros. Na história da arte da composição tipográfica em Braga, não poderá deixar de se registar duradoiramente a amistosa saudação de Garrett. Em todo o caso, estava no espírito de Garrett a ideia de que a Braga de então não era terra grandemente progressiva.

Mas nem sempre beneficiarão da sua generosidade crítica os literatos bracarenses. Ao vermos Almeida Garrett acariciar tanto a modestíssima

---

([10]) Almeida Garrett, *Crítica da versão do poema «Eliezer»,* publicada em 1839, em Lisboa.

laboração literária de Rodrigues Abreu, poderá ser-se tentado a supor que Garrett tinha o senso crítico desafinado, e embotada a sua escala de valorização estética. Note-se que na amável notícia de Garrett sobre a tradução de Rodrigues Abreu, tinha necessàriamente de falar mais o coração do que a inteligência. Era um justo acto de amizade e para o compreender, é de lembrar aqui o passo célebre de uma epístola de Garrett: «As amizades do tempo da mocidade têm um perfume particular que nada substitui.»

Em Garrett, não obstante a bondade que sempre lhe andou à flor da alma, havia um crítico independente e dotado de seguro bom gosto. Em abono disso, diversos factos se poderiam citar, todavia limito-me apenas ao acertadíssimo juizo que, no seu *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa,* publicado em Paris, emitiu sobre o poeta seiscentista Gabriel Pereira de Castro, que foi o maior épico nascido em Braga, como todos sabem. Garrett está bem impressionado com o saber jurídico deste homem de letras, e por isso anota o facto do escritor «ter aberto na jurisprudência um caminho novo». É, porém, muito menos lisongeiro para com o poeta, que sabe colocar no seu devido lugar. Na verdade, o poema *Ulisseia,* de Pereira de Castro, encontrou em Garrett um julgador exacto e desapaixonado. Aplaude alguns méritos estéticos do poema: «grande é a concepção, bem distribuidas as partes, regularíssimo o todo, regular e bela a acção, bem entendidos os episódios». Lança, porém, o seu anátema contra o barroquismo estilístico, deplorando que o escritor se perca «num dédalo inextricável de conceitos, de exagerações, de afectada sublimidade, falsa e vã grandeza». Garrett, que foi grande camonianista, sentiu-se escandalizado com a infantil pretensão do épico bracarense, ambicioso de ombrear com Camões. A seguinte passagem do *Bosquejo* prova bem que não perdoou essa fraqueza a Gabriel Pereira de Castro: «E supunha esse homem vaidoso ter sobrepujado com as quixotadas da sua *Ulisseia* as naturais belezas dos divinos *Lusíadas*» ([11]).

Se desestimou a obra dos escritores que se afogavam em atavios e ornatos de linguagem, é porque via na simplicidade o grande elemento de valorização do estilo. Ter-lhe-ia ensinado a pensar assim, o escritor Fr. Luís de Sousa, que lia desde pequeno, como confessa nas *Viagens,* ao manifestar a sua simpatia pela fábula de Frei Gil de Santarém: «Lembro-me que sempre entrevi isto desde pequeno, quando me faziam ler a *História de S. Domingos,* tão rabujenta e sensabor às vezes, apesar do encantado

---

([11]) Almeida Garrett, *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa* (em *Obras Completas,* II, 353).

estilo do nosso melhor prosador; e que eu deixava os outros capítulos para ler e reler sòmente as aventuras do santo feiticeiro, que tanto me interessava». Vem assim de longe o convívio com a obra de Frei Luís de Sousa, o cronista dominicano que, literàriamente, melhor enfeitou de virtudes a personalidade de Frei Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga.

Garrett tinha em grande apreço as virtudes do famoso antístite. Já em 1822, o distinguiu com os epítetos de «católico» e «honrado», acrescentando: «o imortal Bartolomeu dos Mártires». Invocava então o patrocínio moral e crítico do célebre prelado de Braga a propósito de ideias expostas no *Retrato de Venus*, livro que deu origem à acusação de ímpio e materialista, acusação que pessoalmente repudiou perante o tribunal ([12]).

Para o conhecimento da austeridade do viver de Bartolomeu dos Mártires e da sua santidade, Garrett ter-se-ia também documentado na *Vida do Arcebispo*, de Frei Luís de Sousa, mormente, quanto ao regime alimentar, o capítulo onde se conta *Como ordenou o Arcebispo sua vida em Braga*. A prestar-se inteira confiança ao exposto neste capítulo, ficamos a conhecer a representação que o peixe e a carne tinham nas suas refeições: «O mantimento quotidiano da sua mesa, os dias de carne exceito as quartas-feiras que pera ele eram dias de peixe), era uma só ração de vaca ou carneiro; e, se lhe punham acaso alguma cousa mais deste ordinário, em a vendo logo a mandava dar inteiramente aos pobres» ([13]). Eram, portanto, refeições sumárias, pobres e pouco suculentas, se é fiel a informação do conhecido historiador dominicano.

Nas *Viagens*, o arcebispo de Braga volta a ser recordado. Com efeito, Garrett, ao dirigir-se ao cair da tarde, já muito fatigado, para casa de Passos Manuel, que em Santarém, o esperava ([14]), confia em que ali encontrará uma

---

([12]) O Prof. Dr. Cruz Malpique, na interessante obra que recentemente consagrou a Garrett, escreveu sobre o assunto: «faz uma defesa brilhante: argumentação lógica e persuasiva, eloquência quente, gesticulação romântica, voz sonora, impressão profunda nos que o ouviram, e que logo se renderam. Garrett sai absolvido.» (*História de Um Elegante do Romantismo*, Porto, 1954, pág 50).

([13]) Frei Luís de Sousa, *Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires*, Lisboa, 1946, vol I, pág. 73-74.

([14]) A preparação do encontro ficou documentada numa carta histórica do estadista Passos Manuel, escrita da Alcáçova e datada de 6 de Julho de 1843: convida Garrett e fica-o esperando. Dois passos da célebre carta: «Anda lêr esta grande chronica de pedra de Santarem»; «Quando vieres hiremos juntos vêr aquelles campos, de que has de gostar.» Era a visita a campos de Alpiarça, pertencentes a Passos Manuel. A reunião dos dois amigos era de amizade e alheia à política, o que então se não acreditou.

refeição abundante e substancial: «e não é só a *Vaca e riso* de Frei Bartolomeu dos Mártires, mas um verdadeiro jantar de amigo, muito menos austero e muito mais risonho». Em nota subsequente das *Viagens*, informa onde colheu a expressão de *Vaca e riso*, e agora dá a Frei Bartolomeu dos Mártires o qualificativo de «santo arcebispo» (15).

A sombra do Norte é ainda inseparável de Garrett como político. Desde a revolução de 1820 que o autor do *Frei Luís de Sousa* teve a ambição de ser deputado. Não era a vulgar pretensão de um medíocre que anseia simplesmente por um posto de ostentação, em que possa exibir-se sem trair a sua incapacidade de reflectir ou a estrutural ignorância em matéria de problemas de administração pública. Quem admitisse a hipótese de tal indigência espiritual, faria um ultrage à verdade histórica, porque Garrett tinha-se familiarizado desde novo com os graves problemas administrativos e políticos do novo Estado monárquico, e nascera com o dom da eloquência, que desde os tempos de rapaz mostrara. Possuia cultura jurídica, dispunha de uma inteligência vivíssima, tinha capacidade para ver de alto as linhas gerais de um conjunto, e, numa discussão pública, mesmo quando a efervescência oratória o incitava, Garrett mantinha o domínio de análise equilibrada e um senso crítico esclarecido.

Não está ainda exaustivamente estudada a acção de Garrett como político, mas quando esse trabalho se efectuar, então se recordará com mais largueza a complexidade das suas actividades políticas. Infelizmente, estas não foram ordenadas e metódicas, decorreram à mercê de várias contingências e no mais anárquico regime de dispersão. Aparte a sua pública contribuição para a redacção de leis, relatórios, diplomas, portarias, de que o incumbiram diversos estadistas, houve ainda uma vasta colaboração, prestada a vários ministros, que decorreu no silêncio e no anonimato. Mouzinho da Silveira, por exemplo, que não redigia com perfeição, pode recorrer com proveito à «pena de oiro» de Garrett, o mesmo sucedendo com o grande político Passos Manuel, velho amigo dos tempos de estudante.

Excelentemente dotado para o estudo dos grandes problemas da administração pública, mesmo até os de natureza pedagógica (16), com verdadeira vocação política, detentor de todas as condições de um orador de raça, foi Garrett um dos portugueses que mais honrou com a sua oratória o Palácio

---

(15) Eis o conteúdo da nota de Garrett nas *Viagens:* «Singela e original expressão do santo arcebispo, numa carta de convite a um amigo. Fez-se, como devia ser, proverbial esta frase».

(16) Feliciano Ramos, *Garrett no livro « Da Educação »*.

de S. Bento, centro nato de um género literário que o Romantismo trouxera para a arte: a eloquência parlamentar.

Ao tomar assento nas cortes gerais extraordinárias e constituintes de 1837, Garrett não foi representar o Porto, sua terra natal, nem Angra do Heroísmo, a que o prendiam laços de família e lembranças dos primeiros passos literários. Fora, contra a sua espectativa, eleito deputado por Braga, onde sempre teve amigos. Cabe, portanto, aos monárquicos bracarenses, a modesta glória de terem satisfeito uma das mais caras e legítimas aspirações que Garrett teve durante a sua breve vida mortal: ser deputado da Nação ([17]).

A sua acção permanecerá bem ligada à história da actividade parlamentar portuguesa. De facto, como representante de Braga nas Cortes de S. Bento, não foi Garrett um deputado silencioso, inata e preguiçosamente conformista. Tinha cultura, agilidade intelectual e independência de espírito — se bem que não desprendimento — para singularizar-se naquela confusa assembleia, onde, como sempre, homens inteligentes e sabedores se acotovelavam com pretensiosos e medíocres. O próprio Garrett, a propósito do início da sua carreira parlamentar, dirá na sua clandestina biografia: «E aqui começa uma nova e brilhante era na vida pública do Sr. Garrett». Não pensemos em julgar este passo biográfico sob a pecha da vaidade, que é uma fraqueza sistemática de Garrett, mas atentemos na suma importância e apreço que dispensava às actividades parlamentares, as quais lhe permitiram manifestar o que ele chamava «o divino dom da eloquência».

A investidura de Garrett teve lugar no dia 25 de Janeiro de 1837. Em 1 de Março desse ano, proferia o primeiro dos seus «memoráveis discursos parlamentares». Aponta aos deputados como dever político defender as instituições políticas vigentes. Afirma-se «fiel à dinastia de el-rei D. Pedro IV», e quere «a monarquia representativa e hereditária naquela dinastia sempre popular e sempre amada». Depois de definir a sua com-

([17]) Todavia, Garrett preferia ter sido eleito pelo Porto, sua terra natal, e confessou-o numa carta endereçada ao seu dilecto amigo Gomes Monteiro, em Junho de 1838: «sem falsa modéstia, nem escrúpulo algum, lhe digo que trago *atravessado* na garganta o não ser eleito pela minha terra». Que havia acontecido? Em Junho de 1819, compôs Garrett a poesia *As Férias*, onde considera o Porto um «grande aldeão», que passa o tempo a comer, a roncar e a dormir. Os seus inimigos políticos nunca lhe perdoaram essa indelicadeza, e sempre que ele se propunha deputado pelo Porto, vinham a público lembrar que Garrett havia injuriado a cidade em verso. Em resultado disso, perdeu sempre as eleições no Porto. Escrevia ainda em 1840: «eu sou do Porto, dói-me, se me não elegerem os meus pratrícios». Tudo se gorava para sempre por via de uma distracção poética da juventude...

preensão do cartismo, nega-se a aceitar a «liderdade» divorciada da «ordem», e a esta submete «todo o poder do povo e toda a autoridade do rei». Exprime a sua indignação contra os «pseudo-cartistas», «cujo fim é a anarquia, a desgraça pública e a pilhagem particular». Garrett entende que os ministros faltarão ao cumprimento das mais elementares obrigações políticas se só se limitarem a não ofender a lei: «O cidadão encarregado da alta missão de governar o seu país, não lhe basta isso: é preciso que não sòmente não faça o mal, mas que também faça o bem. O dia em que o não faz deve ser para ele um dia perdido».

Durante o mês de Março de 37 discursou por várias vezes; em 8 de Março, volta a defender o seu modo construtivo de encarar a liberdade, que, para Garrett, só é válida na dependência da ordem e da autoridade. Continua Garrett a não confundir liberdade com desordem ou anarquia, contra o parecer de certos liberais.

Em 31 de Março, pronuncia um dos seus notáveis discursos, provàvelmente o melhor que proferiu durante o seu mandato como representante de Braga. Dirigiu-se ao ministro da Marinha e do Ultramar, abordou o problema da protecção às «nossas províncias e possessões ultramarinas». Obteve frequentes aplausos da assembleia. Louvou o ministro por promover o envio «sem demora de forças navais, que assegurassem na coroa da Rainha de Portugal aquelas antigas jóias, que tanto sangue custaram a nossos avós». Considera as nossas possessões ultramarinas *relíquias da dominação portuguesa na Ásia, e na África*. Verbera depois os maus conselheiros de alguns servidores dos Braganças, e acusa-os de terem votado a Nação à ruína e à anarquia, pois acha que o país naquela data está «mais exausto que uma planície de África depois de devorada por uma nuvem de gafanhotos». Sobretudo, deseja que, em relação às possessões ultramarinas, se legisle em conformidade com as especiais condições económicas e sociais de cada uma delas.

As províncias ultramarinas representam para Garrett uma parcela da alma da Pátria, são memórias de passada grandeza e pergaminhos de nobreza nacional, integram-se no corpo histórico da Nação e como tais têm de ser tratadas. E, perante os cépticos e os dúbios de então, afirma nesse célebre discurso, que *o solar da Nação Portuguesa está nas ruínas de Goa*, e que a defesa das nossas possessões é *causa que nunca devemos abandonar*, porque é um legado de honra dos nossos pais. Sustenta, além disso, que «Portugal não existe independente senão pelo mar», e as possessões ultramarinas, sinal do poderio marítimo de outrora, são título e gló-

ria que nos compete proteger e amparar. É impressionante e parece do nosso tempo o acrisolado nacionalismo deste político liberal.

E já no final do discurso, movido pela mais fervente afeição ao nosso Império Ultramarino, afirma entre os aplausos da Câmara: «Desta estreita courela de terra que temos na Europa, lancemos âncoras e amarras para esse mar que é nosso; unamos pelas pontes dos nossos navios este pequeno concelho de Portugal às nossas ilhas dos Açores, que ainda ontem nos salvaram; a essa jóia do oceano, e primogénita dos nossos filhos, a Madeira, que toda a nação da terra nos inveja; a toda essa estrada triunfal de descobrimentos e conquistas que, apesar de tanto desmazelo e abandono, ainda hoje existe, marcada de milha a milha, com os padrões de nossos trabalhos e navegações, desde as primeiras terras do sul da África até aos confins da China». Em toda esta oração parlamentar, Garrett aliou magnificamente a sua presteza oratória com a mais sentida veneração pelo Portugal do Ultramar ([18]). Nem mesmo faltou a esse discurso a corajosa elegância da compreensão da independência do Brasil: «como português tenho muito desvanecimento de que a minha nação contribuisse tanto para a civilização do globo, que deixou quase meio mundo ocupado por outra nação filha sua, que fala a sua língua, que herdou a sua história, que há-de perpetuar o seu nome» ([19]). As suas considerações são expressas «em nome de Portugal e da sua glória, em nome da liberdade e por sua honra», todavia, não é o patriotismo de Garret exaltação emotiva e contundente. Pode nobremente declarar que «folgava com a independência» da Nação irmã ([20]).

Em certos casos, o nacionalismo garreteano é tão irredutível e apaixo-

---

([18]) Gomes de Amorim, *Garrett — Memórias Biográficas*, vol. II, cap. VII.

([19]) Alberto de Oliveira dirá mais tarde, nas *Palavras Loucas*, impregnado de garretismo: «Um dia que a Europa for uma velha entrevada, e a Raça Latina for um mausoléu perdido num campo-santo, o Brasil, trasbordando como uma colmeia de milhões de almas, espalhará a nossa linguagem no mundo, ensinará aos seus contemporâneos na Terra a nossa história, e cada um dos nossos grandes homens, perdidos e inéditos hoje, só então receberá a benção da Humanidade que lhes há-de tornar mais doce o sono do Infinito.» Do cap. XVI das *Palavras Loucas*.

([20]) Num discurso parlamentar de Garrett, nota-se ainda uma curiosa alusão a Braga. São conhecidos os termos em que invectivou a Câmara Municipal desta cidade pela sua incúria cultural, bem como pela perseguição que moveu ao bibliotecário Rodrigues Abreu, que, como vimos, era amigo de Garrett.

A brilhante intervenção de Manuel Rodrigues de Abreu como organizador da Biblioteca de Braga foi demoradamente historiada pelo Dr. Alberto Feio, no vol. I do *Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga*. Deste estudo extraímos o seguinte passo de um discurso de Garrett, na Câmara dos Deputados, profligando o procedimento insólito da Câmara da presidência de António Vieira de Araujo, que

nante que o força a introduzir os sentimentos patrióticos na sua escala de valorização literária. Para o comprovar citarei apenas um exemplo. Admira a sólida composição moral da personalidade de Sá de Miranda — este grande amigo do Minho —, admira-o como autor das *Cartas*, no entanto, exproba-lhe o «achaque» de ter poetado em castelhano. Vai mesmo até ao ponto de confessar que lhe «quere mal» — são mesmo estas as suas palavras — por ele ter caído na falta de, algumas vezes, renunciar ao uso do idioma nacional. O anti-castelhanismo de Garrett sem dúvida que dá relevância especial ao seu pensamento e à sua arte ([21]).

Não obstante estes escassos vestígios bracarenses, é ao teatro de Garrett que há-de ir buscar-se a mais evidente presença de Braga na obra do escritor. Na comédia *A Sobrinha do Marquês* ([22]), representada, a primeira vez, em Lisboa, no teatro de D. Maria II, em 4 de Abril de 1848, figura curiosamente um homem do Norte, que trabalha numa loja de panos de um mercador da Rua Augusta.

Logo na cena II, o patrão trata o empregado com dureza e faz-lhe a ameaça de o mandar outra vez para a terra, ao vê-lo sacudir desordenadamente uma peça de pano: «Não sacudas assim, bruto, que tirás a flor ao pano. Ai, que te mando outra vez para Vila Nova de Famalicão para andar atrás dos bois, galego!...».

O caixeiro, que tem orgulho da terra natal, retorquiu logo em termos que não deixam dúvida sobre quem é: «Num sou galego, sô patrão, nem sou lá de Famalicão, sou de Vraga nado e criado: canté o tio avade vem

---

tudo fez para desprestigiar e expulsar o amigo de Garrett, Rodrigues de Abreu: «os ilustres Membros da Câmara daquela terra dizem que querem fazer um chafariz, e por isso não querem Biblioteca: ora fazer um chafariz em Braga, que é a terra dos chafarizes, é uma barbaridade, e muito mais quando se não quer gastar o dinheiro numa Biblioteca, cuja casa lhe foi dada, cujos livros não foram comprados à sua custa, sòmente se não quis intentar isto, nem concorrer para a manutenção do pobre Bibliotecário, que é o homem mais competente que conheço em Portugal para ser Bibliotecário». (Diário da Câmara dos Deputados, vol. 6.º Junho de 1843).

([21]) Para com o escritor seiscentista Faria e Sousa, que incorreu na mesma falta, porquanto até comentou Camões em castelhano, Garrett é muito mais severo, e declara que ele se «enxovalhou» com tal «baixeza». Detestava os Castelhanos e a sua língua.

([22]) Em tese de doutoramento em Filologia Românica, apresentada à Universidade de Lisboa, diz a escritora belga, Andrée Crabbé: «Mais meditada que as precedentes foi a comédia *A Sobrinha do Marquês*, que Garrett começou por altura de *Um Auto de Gil Vicente*, abandonou durante muito anos, e acabou depois da revolução de 1846-47. Na primeira representação, a obra foi pateada». (André Carablé Rocha, *O Teatro de Garrett*, pág. 177).

no save». Em conclusão, o homem do Norte d'*A Sobrinha do Marquês*, «sobrinho» de um padre de Braga, é bracarense de gema e chama-se mesmo Zé Braga.

Garrett, que em parte conhecia a língua popular do Além-Douro Litoral, obriga Zé Braga a falar o dialecto interamnense. Todavia, por afectação e no desejo de falar como a gente ilustrada, o bom do caixeiro diz: «valcão» em vez de «balcão»; «tamvem» por «também»; «sovrinho» em vez de «sobrinho»; «está vom» em vez de «está bom», e a Braga prefere Vraga. Sob a influência dos falares locais de Entre-Douro e Minho, que originàriamente parecem desconhecer a consoante «b», ainda hoje difícil de pronunciar para um homem do Minho, o mesmo plebeu bracarense, muito naturalmente dirá: «nobena» e não «novena», «digo-lhe a berdade» e não «digo-lhe a verdade», «biesse da terra», e não «viesse» ([23]).

Logo a seguir à morte de D. José, surge o movimento da «viradeira», cai o Marquês de Pombal. Garrett, na *Sobrinha do Marquês*, referencia motins e agitações populares, que então sobressaltaram Lisboa. O Zé Braga, exilado em Lisboa, andou nesses motins, e também manifestou a sua alegria ao sentir-se liberto da prepotência do Marquês, que havia perseguido a nobreza e a Companhia de Jesus. O jovem bracarense estava com o povo quando este aclamava D. Maria I e a liberdade: «Viva a Rainha. Abaixo o Marquês!» Ele ouvira dizer ao seu colega da loja de panos, Zeferino, que era alfacinha: «o Marquês é bom cá para nós do povo, dizem... que eu sempre duvido: os tantos esquartejados do Porto bem do povo eram» ([24]). O mesmo caixeiro alfacinha teve a desconfiança de que o Zé Braga, por isso mesmo, era contra o Marquês. De facto, Garrett introduziu esse pobre homem de Braga entre a gente amotinada que corria pelas ruas de Lisboa, movida pela euforia de se achar desoprimida.

([23]) Em Garrett está o primeiro despertar do interesse pela linguagem popular de Portugal, que, mais tarde, os filólogos estudariam cientìficamente e os etnógrafos compreenderiam como elemento definidor do povo. De facto, o papel de Garrett, «foi — como afirmou o Prof. Dr. Costa Pimpão — abrir caminhos novos através da floresta virgem, deixando a outros o trabalho de alargar a estrada, de a consolidar, e de instalarem nela a sua tenda». Alvaro J. da Costa Pimpão, *O Romantismo das «Viagens» de Almeida Garrett.*

([24]) Trata-se de uma referência à revolta popular, que surgiu no Porto, por motivo da fundação da Companhia dos Vinhos do Alto Douro. Os chefes do motim foram enforcados e os seus corpos, depois de partidos em quartos, chegaram a ser pendurados às portas da cidade. Eram estes os «esquartejados do Porto», de que fala Garrett. O suplício, ordenado pela justiça de Pombal, teve lugar no dia 14 de Outubro de 1757. Garrett, como outros escritores românticos e liberais, tinha repugnância pelo despotismo do Marquês.

O Marquês deseja ouvir o «cabecilha, e chefe dessa gente». Ora é justamente o Zé Braga que se apresenta como «tribuno do povo» a enfrentar o Marquês. Embora antecipadamente confesse não lhe ter medo, quando se encontra diante dele atemoriza-se, hesita ainda perante o tirano que acaba de cair. Apesar da sua hesitação e vago temor, sempre foi dizendo ao Marquês: «O! despois, a berdade, berdade, é que entrou a chente a gritar, a correr as ruas — e tomei-lhe gosto à cousa. É que ele é vom, vom deberas. Lá isso é. Nem rondas, nem patrulhas, nem corregedor, nem juiz do crime; e a chente senhora das ruas. Biba este, morra aquele!».

Enfim o grande escritor romântico, fiel à sua ideologia política, quis que este homem bom do Norte, agitado pela alegria da queda de Pombal, exprimisse o seu gosto pela liberdade. É seu intento que o Zé Braga balbucie «as primeiras aspirações do povo», como no-lo diz no prefácio. Na comédia, ao Zé Braga coube um papel sem dúvida modesto, mas digno: apresenta-se como adversário da tirania pombalina, e ainda como defensor da causa política da rainha D. Maria I.

Finalmente, convirá notar que, com a chamada desse obscuro bracarense, o escritor teve justamente a intenção, declarada no prólogo, de, na *Sobrinha do Marquês*, simbolizar o homem do Norte, cioso das suas liberdade e foros. Está aqui um dos últimos reflexos do impulso psicológico, de proveniência nortenha, que, durante meio século, se lhe comunicou à obra com a frequência e constância literária que acabamos de historiar.

O orgulho político e autonomista da gente da cidade natal, o apego sistemático às lendas e romances populares, de que a Brígida o aproximou na infância, as suas andanças pelo Além-Douro Litoral como escolar de Coimbra e soldado, a simpatia com que fixou aspectos da linguagem minhota, o vivo sentimento da beleza paisagística do Minho, a observação de tipos populares do Norte, a amizade e a admiração que consagrou a alguns homens deste extremo de Portugal, de tudo isto se encontra rasto nas produções garretianas.

Aqueles psicólogos que pendem a ter como incontestável a solidariedade existente entre o homem e a terra onde nasceu, colherão na obra literária de Garrett um pecúlio valioso de factos para o reforço da sua tese.

Braga, Dezembro de 1954 ([25]).

([25]) A quando do centenário da morte de Garrett, o nosso amigo, Snr. Dr. Sérgio da Silva Pinto, distinto cultor das ciências históricas, consultava nos sobre a possível representação de Braga na obra do escritor. Com este modesto estudo, tentamos, muito esquemàticamente, responder.

N. B. — As notas do roda-pé são posteriores à redacção primitiva do texto.

DEUX SCULPTURES FUNÉRAIRES
PROVENANT DE SAINT-MARTIN DE DUME

Par GEORGES GAILLARD
Professeur à l'Université de Lille

Le monastère fondé par saint Martin de Dume, au milieu du VI[e] siècle, et abandonné par ses successeurs trois siècles plus tard, n'a laissé aucune trace matérielle de son ancienne splendeur. Un modeste hameau, dans les faubourgs de Braga, conserve seulement le nom du saint fondateur. Les seuls restes archéologiques de Dume sont deux sculptures funéraires, découvertes il y a quelques années par le Docteur Alberto Feio et conservées par ses soins au Musée de Braga. On sait que saint Martin, d'abord abbé, puis évêque de Dume et bientôt après archevêque de Braga, a été enterré dans son monastère. On peut donc se demander si nous ne possédons pas là son propre tombeau.

Mais ces deux sculptures n'appartiennent pas à un même ensemble. La première décore une dalle en forme de trapèze, qui sert actuellement de couvercle à un sarcophage, mais ne lui était pas destinée primitivement; la seconde orne la face antérieure de ce sarcophage. Les cercueils de pierre, sortes d'auges en forme de gaine, plus larges et plus hauts à la tête qu'aux pieds, sont fréquents à l'époque barbare et de nombreux exemples en ont été conservés, notamment en Poitou. Le couvercle est parfois sculpté: les exemples connus ne portent, il est vrai, qu'un décor purement ornemental, tandis que celui de Braga présente exceptionnellement une composition iconographique qui en fait le principal intérêt. On peut toutefois supposer ici qu'il ne s'agit pas d'un couvercle, mais d'un devant de sarcophage, seul sculpté et seul conservé: le trapèze serait, dans ce cas, irrégulier et présenterait deux angles droits en bas, un angle ouvert et un angle aigu en haut; mais les modifications subies par la moulure, qui a été rognée, ne permettent guère de rien affirmer à ce sujet. Le sarcophage sculpté sur une face seulement était sans doute destiné à être placé sous un arcosolium.

Les dimensions sont les suivantes: longueur de la dalle, 2 m. 7; du

sarcophage, 2 m. 5; largeur de la dalle, 66 cm. à la tête (mais ici la moulure a été rognée d'environ 6 centimètres) et 62 aux pieds; largeur du sarcophage, 66 cm. à la tête, 58 aux pieds. L'intérieur de l'auge est anthropomorphique, avec la courbe de la tête et du cou peu marquée; l'extrémité inférieure est semi-circulaire.

Les deux morceaux ne sont pas sculptés dans la même pierre, bien que l'un et l'autre soient en calcaire, de provenance locale, semble-t-il, et probablement des environs de Coïmbre. Mais le calcaire dans lequel est sculptée la dalle est plus fin, plus blanc et plus tendre; celui du sarcophage, plus dur, jaunâtre et fortement patiné. Il faut écarter l'hypothèse d'une importation: tandis que le transport à grande distance des marbres sculptés est assez fréquent dans tout le haut moyen âge, nous ne connaissons aucun exemple de commerce lointain des sculptures en pierre.

Le seul trait précis, qui soit commun aux deux sculptures, est la moulure d'encadrement, très développée, formée d'une gorge entre deux filets et d'un large bandeau plat à l'extérieur. La moulure de la première est plus large: 12 cm., au lieu de 8,5; de même la gorge, qui a 6 cm. dans le premier cas et 2,5 dans le second. L'encadrement mouluré est un trait oriental, qui ne se trouve pas dans les sarcophages romains, ni dans ceux d'Arles. On le voit par contre dans des oeuvres de style bien différent: le sarcophage de la Gayole, celui de Saint-Honorat aux îles de Lérins (Le Blant, *Sarcophages chrétiens de la Gaule*, planche LIX), en Espagne le sarcophage de Briviesca (Musée Archéologique de Burgos).

La technique est celle du méplat, mais la qualité des deux sculptures n'est pas égale: le style de la première est beaucoup plus savant, plus complexe, plus délicat.

La composition y est également plus belle et plus intéressante. Au centre, dans un médaillon rond, garni de feuilles, se tient le Christ, debout sur un piédestal. Il porte le livre grand ouvert devant sa poitrine. Sa tête, coiffée d'une lourde chevelure, est cernée par un nimbe simple, sans croix; son corps se détache sur un fond de nuages, qui l'entourent de petits plis courbes et comme gonflés. D'autres nuages, en lignes ondulées, l'encadrent à la manière de rideaux. On voit à sa droite et à sa gauche une étoile à huit branches terminées par de petits disques; à ses pieds, de chaque côté, deux cercles garnis de marguerites; il faut remarquer qu'on ne trouve pas ici l'étoile à six rais, caractéristique du décor celtique, puis du décor barbare. Deux anges portent l'auréole, ou semblent plutôt s'appuyer sur elle, mais sans lourdeur: leur corps, incliné à 45 degrés, ne se pose que sur la pointe des pieds. Les têtes sont minuscules, les bras démesurés, les ailes

immenses. Mais ces disproportions n'excluent nullement les courbes gracieuses: la composition décorative est parfaite. Le dessin des plis est complexe: sur les longues robes, deux séries d'arcs concentriques s'opposent, convexes sur la partie inférieure, concaves sur le haut du corps. Chaque pli est formé de plusieurs traits incisés plus ou moins profondément et séparés par des surfaces légèrement incurvées. Des rangs de perles garnissent parfois les poignets et le cou. Les ailes sont très finement et diversement dessinées.

Le groupe central est encadré par les quatre Evangélistes, portant leur livre, debout sur des piédestaux d'inégale hauteur, qui ne répondent à aucune symétrie. Ces longues figures sont vêtues de robes et de manteaux analogues à ceux des anges, dont elles ont aussi les ailes. Mais leur tête minuscule, au lieu d'être une tête humaine, est celle du symbole apocalyptique: saint Mathieu a la tête de l'homme; saint Marc, celle du lion; saint Luc, du boeuf; saint Jean, de l'aigle.

L'origine orientale de ces formes ne paraît pas douteuse. Déjà le piédestal sur lequel sont montées les figures, est un trait oriental: on le voit sur les miniatures et les ivoires byzantins; les empereurs, sur les diptyques, les saints ou les archanges, sur les mosaïques, acquièrent par cet artifice plus de solennité. Le sarcophage de Briviesca (déjà cité) présente ainsi, sur son petit côté, des personnages que l'on n'a pas encore su identifier. Mais surtout les figures mi-humaines, mi-animales, des Evangélistes évoquent invinciblement l'Orient; elles descendent des divinités égyptiennes ou des génies assyriens. S'il est impossible d'établir ici une filiation directe, il faut tout au moins songer à des souvenirs peut-être inconscients. L'auteur de l'étude la plus complète sur les thèmes apocalyptiques dans l'art médiéval (Van der Meer, *Maiestas Domini: théophanies de l'Apocalypse dans l'art chrétien, Studi di Antichitá cristiana*, vol. XIII, 1938), se tourne vers l'Egypte, après avoir suivi l'itinéraire de cet «hybridisme» peu classique, à Rome, en Gaule, dans l'Espagne mozarabe. On sait d'ailleurs que l'Afrique du Nord a été pendant les premiers siècles chrétiens la terre d'élection de l'Apocalypse. Là, comme dans d'autres cas (étudiés par Schlunk, *Archivo Español de Arte*, n.° 71, 1945), la disparition des miniatures espagnoles antérieures à l'invasion musulmane nous a privés des chaînons indispensables et des modèles certains. Les Evangélistes à tête animale et à corps humain apparaissent dans des manuscrits du Nord de la France qui datent de la fin du VIII[e] siècle: un manuscrit d'Orose, à la Bibliothèque de Laon; le Sacramentaire de Gellone, qui en dépit de son appartenance au monastère languedocien, provient peut-être du diocèse

de Meaux (cf Walter Cook, *Art Bulletin*, VIII, 4, 1926). Mais comment voir là une création récente, alors que la Renaissance carolingienne a pour caractère essentiel le retour à la figure humaine et à la beauté antique? On s'explique beaucoup mieux la présence de ces formes étranges et monstrueuses dans les *Beatus*, héritiers des manuscrits wisigothiques. Ce sont les *Beatus* qui ont transmis ce thème à l'art roman, où les exemples abondent: fresques de la Chapelle des Rois à Saint-Isidore de Léon, chapiteaux du choître de Moissac, sculptures des trompes d'angle à l'église d'Armentia (Alava), etc. Mais les exemples ne sont pas absents de la période wisigothique: un chapiteau de Cordoue, récemment découvert (Schlunk, *op. cit.*), permet de remonter à coup sûr avant l'invasion musulmane; les figures mi-humaines, mi-animales des Evangélistes qui le décorent, ne peuvent guère avoir eu d'autre modèle que l'un de ces manuscrits à miniatures, dont il ne s'est conservé malheureusement aucum exemplaire.

On retrouve aussi les mêmes formes sur un relief bien connu de Poitiers, dans l'Hypogée de l'abbé Mellebaude. Il s'agit, comme à Dume, d'un relief trapézoïdal, où sont représentées quatre figures, avec leur nom inscrit: Mathieu, Jean, Rafael, Raguel. A vrai dire, la grossièreté du dessin et la mutilation de la pierre ne permettent pas d'affirmer (bien qu'on l'ait fait souvent) que saint Jean soit ici doté d'un corps humain: pourtant son cou est entouré d'une sorte de collier qui paraît être le col d'un vêtement; en tout cas la tête de l'aigle, entre la tête humaine de saint Mathieu et celle de l'ange, produit le même effet d'étrangeté. On s'accorde généralement pour dater l'hypogée de Mellebaude de la fin du VII^{e} siècle; le relief dont nous parlons a été rapproché du cercueil de saint Cuthbert à Durham, mort en 687 (cf Jean Hubert, *l'Art préroman*, p. 158). La présence de l'archange Raguel sur ce relief confirme encore approximativement cette date, car l'Eglise a interdit en 745 le culte des archanges Raguel et Uriel, connus seulement par des Apocryphes.

Mais comment préciser la date, ou tout au moins la place dans l'histoire de l'art, du bas-relief de Dume? A défaut de document, nous ne pouvons nous appuyer que sur l'analyse du style. Le principal intérêt de cette pièce unique est dans le contraste qu'elle présente entre la beauté des formes, la souplesse, l'élégance qui procèdent de l'art grec, et le caractère monstrueux des symboles, qui appartiennent à l'art oriental. En ce qui concerne la technique de la sculpture, la comparaison, ou mieux l'opposition entre le bas-relief de Dume et celui de Poitiers sera bien instructive. Il ne suffit pas en effet, pour définir cette technique, de parler de sculpture méplate, qui découpe des silhouettes: on ne peut découvrir aucune ressem-

blance entre le dessin grossier, l'absence de modelé, qui caractérisent la décadence barbare de Poitiers, et le modelé subtil, suggéré par l'inflexion légère des surfaces et enrichi par de nombreux détails, dont le relief de Dume fournit un rare exemple. Si nous cherchons des comparaisons dans l'art byzantin, à Ravenne, c'est seulement dans les oeuvres les plus anciennes, au V^e^ ou au début du VI^e^ siècle, que nous trouverons des formes approchantes. Et encore, même les panneaux de Saint-Vital, même l'ambon de l'archevêque Agnellus n'ont pas tant de finesse. A Ravenne en effet, comme l'écrit Haseloff (*Pre-romanesque Sculpture in Italy*, p. 35), «on est surpris de la décadence rapide de ce style».

La sculpture qui ressemble le plus au relief de Dume se trouve en Andalousie: c'est le sarcophage d'Ecija, qui porte des incriptions grecques. On l'a daté souvent du VI^e^ siècle, en pensant à l'occupation byzantine; mais il y a peu de chances que les troupes de Justinien aient apporté avec elles des influences artistiques: on peut sans invraisemblance remonter à des données antérieures et reculer cette date jusqu'au V^e^. D'ailleurs le sarcophage d'Ecija ne ressemble à aucun modèle byzantin contemporain: il rappelle plutôt l'archaïsme grec. Kingsley Porter a très judicieusement, bien qu'audacieusement, parlé à ce propos des sculptures ibériques (*Spanish romanesque sculpture*, p. 28). Le relief de Dume n'a ni la même liberté, ni le même rythme que celui d'Ecija: la symétrie, la multiplicité des détails, le caractère monstruenx des symboles procèdent d'une autre inspiration, qui cette fois vient d'Orient. Mais la qualité du dessin et le caractère du modelé sont très proches d'Ecija. D'autres exemples montrent que cet art a été répandu très tôt dans la péninsule: en Andalousie, le sarcophage d'Alcaudete, moins pur que celui d'Ecija; à Tarragone, le sarcophage des Oranes, vêtues d'étoffes dont les plis sont dessinés par des traits gravés, mais qui pourtant moulent les formes; à Braga même, le sarcophage conservé dans le cloître de la Cathédrale, en forme de gaine peu marquée, avec les extrémités arrondies à l'intérieur, mutilé sur sa face antérieure, mais décoré sur un côté par un beau vase antique entre des rinceaux, et sur l'autre, par un chrisme avec des étoiles; à Oviedo, le sarcophage d'Ithacius, qui selon Schlunk (*Ars Hispanic*, t. II, p. 240) vient peut-être de Galice, car l'Asturies n'a rien produit de tel à cette époque; enfin surtout à Lugo et à Saamasas, des reliefs décorés d'animaux dans des cadres rectangulaires, qui ressemblent singulièrement à l'ambon de l'archevêque Agnellus à Ravenne.

D'autres techniques peuvent aussi entrer en ligne de comparaison: celle des briques estampées, très répandue dans l'Afrique du Nord, se prê-

tait à des effets analogues, dont les sculpteurs sur pierre ont pu s'inspirer. Enfin l'orfèvrerie, dont la péninsule conserve un exemple insigne: le «Bouclier» en argent de Théodose, grand plat circulaire ou *missorium*, qui peut être daté de 379 ou de 388, montre déjà le même dessin des plis, les mêmes tabourets sous les pieds des personnages (assis, il est vrai), mais surtout le même parti dans la suggestion des formes par un modelé délicat.

Le rapprochement de tous ces exemples avec le relief de Dume permet, croyons-nous, de dater celui-ci approximativement de l'époque de saint Martin. Sans doute serait-il très excessif de l'identifier avec son tombeau authentique. Mais la qualité de ce bas-relief est encore plus intéressante que sa date précise, que nous ignorerons toujours: si l'on évoque en même temps, comme l'indique Kingsley Porter à propos d'oeuvres analogues, non seulement les sculptures ibériques, mais les sculptures romanes, on peut se demander si une certaine constante de la sculpture hispanique n'est pas ce raffinement sur le modelé des surfaces.

★

Le second relief de Dume n'a pas l'importance ni la beauté exceptionnelle du premier. Au centre, une figure nimbée, dans l'attitude de l'orant, apparaît derrière un autel, sous un arc, entre quatre arcs plus bas, qui sont couverts par un toit incliné: c'est évidemment la représentation d'une basilique. Mais les assistants sont rejetés sur les côtés: neuf personnages à droite et neuf à gauche, sur deux rangées, vus à mi-corps et comme en perspective inversée. Les arcades, avec l'arc central plus élevé que les arcs latéraux, ont peut-être en même temps une autre signification: elles semblent avoir gardé ici la valeur sacrée que leur attribuait l'ancien Orient et que l'art wisigothique leur a parfois conservée. Le personnage central est-il le Christ? Ce n'est pas impossible, bien que son nimbe ne soit pas timbré de la croix et que le nombre des assistants, qui ne sont pas nimbés, ne soit pas celui des apôtres. Mais il peut aussi s'agir d'un prêtre célébrant l'office sacré.

La technique est très différente de celle du premier relief. C'est encore de la sculpture en méplat, mais le modelé est élémentaire et le dessin enfantin. Les chevelures en forme d'auréole cablée, les plis tubulaires, sont ceux qui caractérisent la sculpture wisigothique à Quintanilla de las Viñas et celle des églises asturiennes. Seulement l'exécution est moins grossière ici. La composition de même, bien équilibrée, est plus complexe.

Ce relief paraît nettement postérieur au précédent. Mais le style

tubulaire a été employé à différentes époques. Les comparaisons nous manquent en ce qui concerne le thème représenté. Nous ne croyons donc pas pouvoir préciser la date.

★

Les thèmes qui décorent ces deux tombeaux ne sont pas spécialement des thèmes funéraires. Ces deux compositions ont un grand caractère monumental. La vision apocalyptique occupera, comme on sait, le plus grand nombre des tympans romans. Nous avons ici le plus ancien exemple connu de sa représentation plastique, déjà magnifiquement traitée, mais bizarrement encadrée dans le trapèze d'un sarcophage. Or on constate que la bordure a été rognée après coup, pour transformer le trapèze en rectangle: il serait donc tentant de supposer que ce morceau a été plus tard utilisé comme linteau, ou mieux comme retable. Il est possible toutefois que la mutilation ait eu seulement pour but d'adapter cette plaque comme couvercle à l'autre sarcophage, légèrement plus petit. Mais l'idée monumentale reste essentielle. La comparaison avec les fragments de Poitiers serait intéressante dans ce sens, si nous connaissions leur destination primitive: ce sont deux reliefs en forme de trapèze, forcément symétriques, chacun portant deux évangélistes et deux archanges, le second très mutilé. Mgr Duchesne a supposé qu'il s'agit de devantures de châsses, employées comme décotion architecturale.

Les deux sculptures qui proviennent de Saint-Martin de Dume, nous paraissent d'une grand beauté et d'une importance primordiale dans l'histoire du premier art chrétien. Nous ne sommes pas surpris de les trouver — débris trop rares, hélas! d'une splendeur oubliée — dans le monastère fondé par saint Martin de Dume, qui fut dès la fin du VI[e] siècle un centre de culture classique, riche en manuscrits grecs, et qui entretenait sans doute des relations directives avec l'Orient. C'est là, mieux que dans tout autre monastère de l'Occident, peut-être, que nous pouvions trouver de semblables chefs-d'oeuvre.

EL CASTRO «DAS SETE PIAS» EM CAMBADOS (Galicia)

Entre mis notas guardo noticias de este castro costero de Galicia en el que se han efectuado hace cosa de quince años interesantes hallazgos. De ellos apenas se ha hecho eco una parca papeleta publicada por el «Boletin del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología» de la Universidad de Valladolid *(T.º IV, Curso, 1939-1940, p. 219-221)* bajo siglas que ocultan el nombre de don Luis Fariña, hijo deuno de los cultos halladores.

El temor fundado de que el material inédito sacado a luz que por aquellos dias he visto y que poseo en parte haya desaperecido siquiera parcialmente o que se pierda la memoria de su procedencia, hace que lo aireemos en las presentes líneas en índice arqueológico, simplemente; desprovistas ellas, por tanto, de aparato bibliográfico alguno, para que pueden ser utilizados por todos los investigadores, cuanto antes.

Debo su conocimiento, y es de justicia consignarlo, al entonces Juez de 1.ª Instancia de Cambados D. Manuel Lojo Tato que, adornado de raras virtudes cívicas y de elevadas cualidades intelectuales, supo interesar en la prospección de este monumento a varias personas de relieve local salvando los objetos hallados y llamando la atención sobre los mismos. A base de sus informaciones están hechas la mayor parte de las ilustraciones que acompañan a estas líneas y a él debemos tambien los restos arqueológicos que poseemos.

★

Sitúase el castro que nos ocupa en la parroquia de San Adrian de Vilariño, a cosa de dos km. de la villa de Cambados, capital del partido judicial de su nombre, en la provincia de Pontevedra. Se emplaza en uno de las elevaciones montuosas de las últimas estribaciones de la sierra cos-

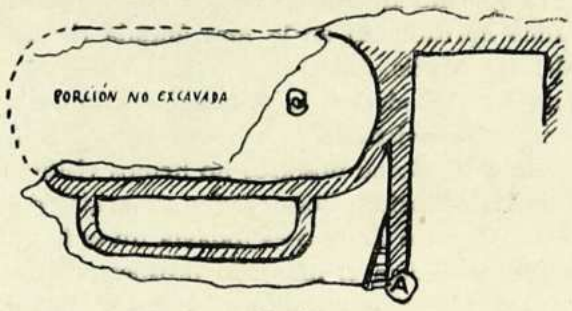


Fig. 1.ª



Fig. 2.ª

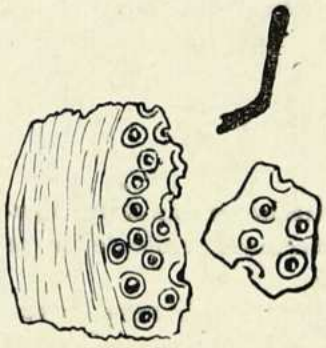


Fig. 3.ª

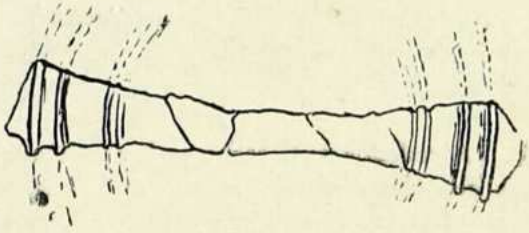


Fig. 4.ª — Speculum ?

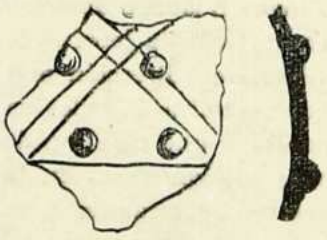


Fig. 5.ª

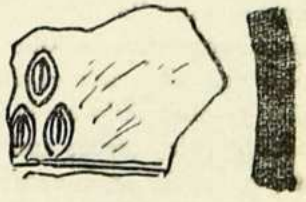


Fig. 6.ª

tera que cae sobre la ria de Arosa, denominada de la Greulda, distante apenas dos km. del Mar Atlántico aprisionado en la mas ámplia ria del Noroeste, y a inmediaciones del rio Muria.

Su denominación «das Sete Pías» obedece a la presencia en la parte mas elevada del monte de un peñasco provisto de siete hoyos que, al decir del señor Fariña, se comunican entre si. Como nosotros no hemos visitado el castro, ignoramos si se trata de las conocidas hoquedades conocidas por «coviñas», «cazoletas», «fosettes», etc. cuyo destino es todavía un enigma.

«Por el Este, en planos distintos — dice el mentado prospector — se extienden dos plataformas sucesivas de gran amplitud; pero la mayor extensión, correspondiendo a la parte de mayor declive, la alcanza el monte por el Sur, en cuya ladera se distinguen tres plataformas, presentando la mas inferior una zona de derrumbamiento bastante pronunciado. La ladera Norte es de pendiente marcada y solo se encuentran en ella grandes peñascos, sin formarse plataforma. Al Oeste pueden notarse perfectamente restos de amurallamiento de gran espesor con una solución de continuidad hacia el centro que debe corresponder a la entrada que da paso al antecastro que se extiende en esta dirección...»

★

Alrededor de la fecha arriba indicada, se han hecho en este castro algunos descubrimientos que han dado lugar a prospecciones resultado de las cuales ha sido el hallazgo de cuanto vamos a decir.

Tuvieron lugar aquéllos en la cumbre del monte, consistentes en vestigios de murallas y de casas circulares; y en dos platafomas escalonadas «siguiendo la curva de una de las laderas del monte desde el N. N. E. hasta el Sur», segun dice nuestro informante, consistentes en las edificaciones y ajuar que a continuación describiremos.

Primeramente fué descubierta la edificación cuya planta *(fig. 1.ª)* ahorra toda descripción. Al cuerpo principal le es anexa una dependencia lateral alargada, y tiene tangente otro odificio rectangular, siendo de notar que la muralla de mampostería, señalada en el croquis con la letra A se encuentra situada sobre otra mas tosca y que se desvía en dirección mas oblicua. «La casa es muy larga y los fragmentos de cerámica hallados en ella y sobre todo en la dependencia, son muy notables, y uno de ellos, de arcilla roja, ofrece un ornamento como de escamas superpuestas. En la dependencia se encontraron, además, unos fragmentos de cerámica muy finos... una fíbula redonda de bronce y fragmentos de una especie de cola-

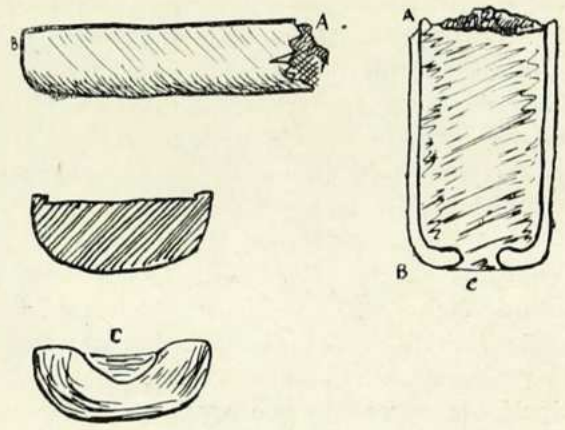


Fig. 7.ª

Fragmento de Valva de um molde de fundir hojas de espada. La letra *C* señala el punto de penetración del metal en fusión.

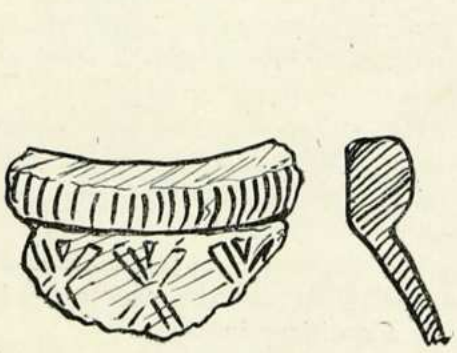


Fig. 8.ª

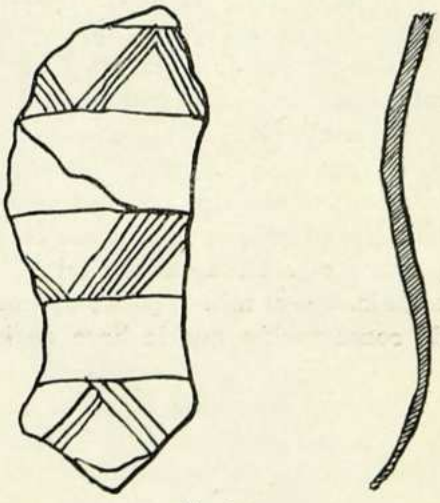


Fig. 9.ª

dor de arcilla cuyos agujeros tienen un resalte redondeado en una de las caras como el de los ojales metálicos», sigue diciendo la información.

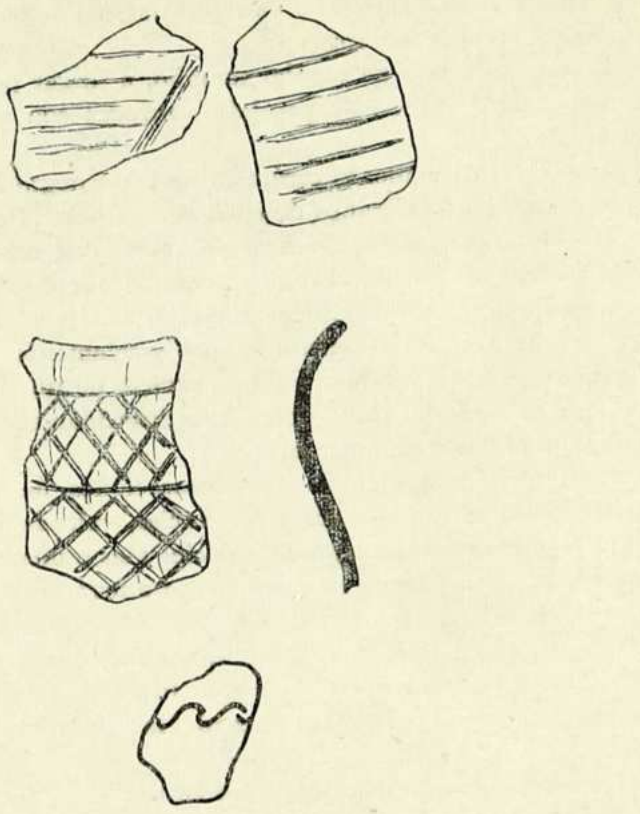
Estos dos últimos objetos van reproducidos *(figuras 2.ª y 3.ª)*. Trátase, en efecto, de una fíbula anular muy abundante en el ajuar castreño; y de un plato para elaborar la leche bien en cuajo, bien en manteca. Coladores semejantes han aparecido vgr. en el Cerro del Berrueco (*Cabré*, Memoria de las excavaciones, p. 15), en la estación neolítica de San Pedro (*Eug. Jalhay* y *A. do Paço:* «A Póvoa eneolítica... pág. 20) y en tierras del Alto Jalón *(Marques de Cerralbo:* «El Alto Jalón», p. 93).

En el recinto de dicho edificio se han hallado tambien pedazos abundantes de «grandes ánforas toscas, al parecer de doble asa, estando ésta siempre surcada y terminando el fondo o base en un cono de la misma materia», descripción la expresada que revela la romanización extensa de aquel núcleo de población, pues de ánforas romanas se trata, que quizá en su dia han contenido aceite de importación de la parte meridional de la península, o vinos en depósito en las bodegas o despensas de las viviendas castreñas, cuando no simplemente agua para el abastecimento diario desde la fuente que se hallaría próxima, ya en el rio mentado, ya en el ámbito del poblado mismo.

En otra construcción cuyas características no constan — y es lástima que no se hayan tomado las medidas correspondientes de estas adificaciones cuyas dimensiones se dice, de modo general «que exceden de lo corriente» —, no lejos de la anteriormente descripta y en la misma plataforma del Naciente, halláronse restos de un objeto de bronce aplanado de forma que, en su conjunto, sería circular, provisto de adornos formados por dos grupos de líneas paralelas en relieve, de cuya restitución conjetural parece deducirce se trataría de un *speculum (fig. 4.ª)*.

En el mismo lugar en donde han sido hallados los trozos del objeto de bronce atrás expresado, y entre una capa de arcilla y piedras planas que tal vez constituyen un fondo de cabaña, fué hallado un cuarzo cristalizado en prisma que ofrece la particularidad de estar desgastado en la punta y algo en las aristas tal como si hubiese servido de instrumento de trabajo. En el mismo punto apareció un objeto de hierro en pésimo estado de conservación que le hace de imposible clasificación.

En la plataforma superior y hacia el Norte, fué excavada parcialmente una gran casa circular, no alargada como la que queda descripta. Su diámetro, a juzgar por lo sacado a luz, excede de los seis metros. En la parte exterior de este edificio, pegados al muro hacia el Norte, se encon-



Cerâmicas diversas

Fig. 10.ª

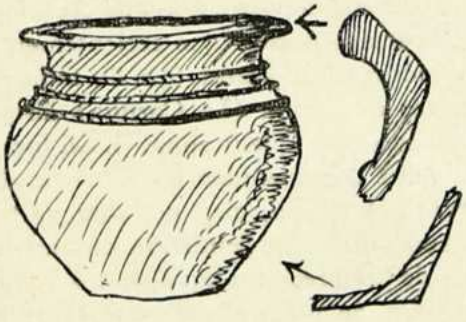


Fig. 11.ª

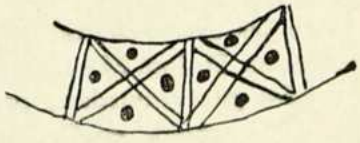


Fig. 12.ª

traron fragmentos diversos de vasijas ornamentadas. Los motivos decorativos mas sobresalientes son:

1. — En un vaso de regular tamaño, a juzgar por los trozos, de color gris claro, cierto rayado de paralelas cruzadas con mamelones bien abultados *(fig. 5.ª)*;

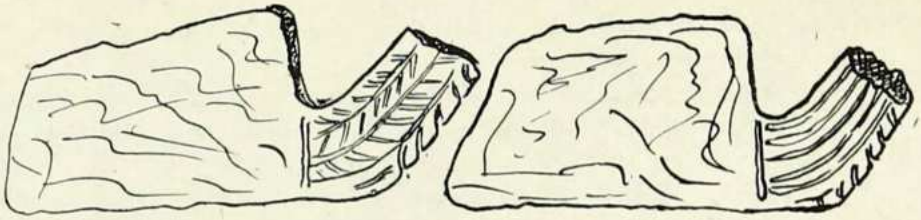
2. — En un fragmento cerámico de color negro decoración estampada de forma semejante a granos de café, con rayado *(fig. 6.ª)*.

3. — En otro fragmento de color ocre, dos cordones o funículos en relieve y otros en ángulo con ellos, como tronzados.

4. — En trozo de cerámica negruzca, ornamentación incisa poco profunda, lo que hace que se distinga poco y solamente despues de un lavado de la pieza pudo percibirse. Parece tratarse de un dibujo arbitrario efectuado con la espátula o alisador, como distraidamente, por el alfarero, sin propósito realmente ornamental.

5. — Vários fragmentos con decoraciones de rayado inciso «muy superficial — dice Lojo —, mas que incisa, rascada linealmente», y otros con líneas entrecruzadas dejando espacios mas o menos romboidales. «Asimismo en la casa alargada se encontraron unos fragmentos de cerámica con la cara interior lisa, pero la exterior dá la impresión de haber sido rascada hondamente como con cuerdas». Esto último creemos sería solamente una labor de espátula para hacer mas finas las paredes del vaso o hacer desaparecer algunas imperfecciones de la superficie de éste e igualarla después.

En uno de los declives de la ladera del Naciente ha aparecido el mas interesante, sin duda, de los objetos. Trátase de un molde para finas hojas metálicas, hierro o bronce, para espada corta, a lo que parece, hecho en piedra blanda, jabonosa, untuosa al tacto. Este precioso ejemplar, que hoy conservamos nosotros, desgraciadamente incompleto, pues se trata unicamente de la parte superior de una de las valvas, es único, a lo que creemos, en los inventarios castreños del NO. Tenemos noticia que recientemente ha aparecido el molde de una empuñadura de antenas (¿o de toda la pieza?) en las excavaciones que el castro de Elviña (La Coruña) dirige el investigador D. José M.ª Luengo, Comisario de aquella zona. Si así fuese con estas dos piezas, quedaría perfectamente documentada la existencia de una industria armera, en Galicia durante el Hierro, que, por otra parte, era de sospechar en pais que contaba con talleres de fundición de hachas en el Bronce, y de magníficos obradores de orfebrería en aquella otra Edad. Mide el hueco de donde se extraería la hoja, de ancho en su parte superior unos 7 cm. Se advierte en el extremo de la valva el embudo por donde



a *b*

Dos aspectos de uma piedra acordada

Fig. 13.ª

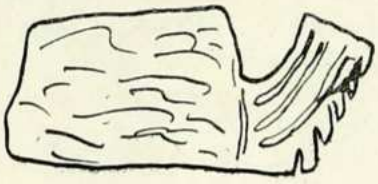
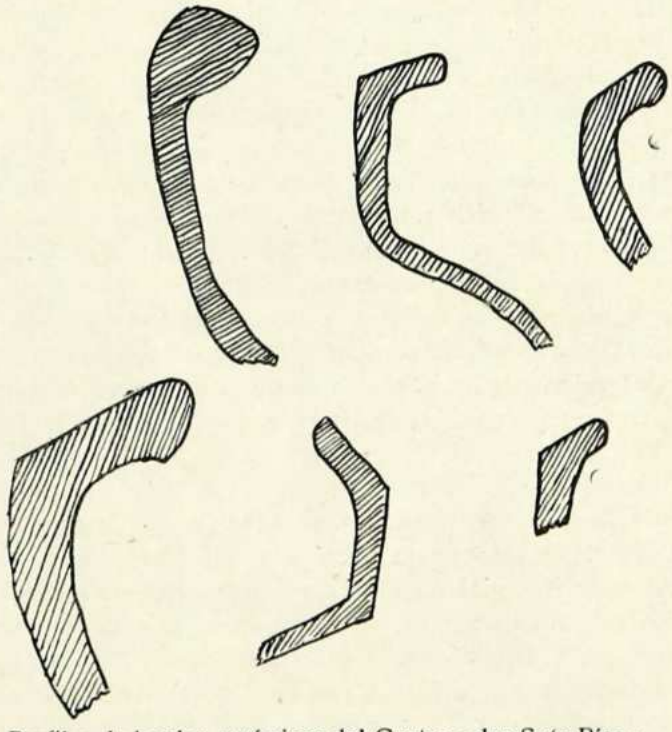


Fig. 14.ª



Fig. 15.ª



Perfiles de bordes cerámicos del Castro «das Sete Pías»

16.ª

entraría el metal en fusión. El dibujo dará idea de este curioso ejemplar mejor que cualquiera descripción *(fig. 7.ª)*.

Ynteresa consignar que este molde de espada se halla ennegrecido por el fuego y que cerca del mismo se han hallado «bellotas carbonizadas, o, por lo menos, parecen serlo», segun nuestro informante.

En el interior de dicha casa circular de gran diámetro fueron hallados muchas y variadas muestras de cerámica decorada, de entre cuales solo puede reconstruirse una vasija. Distínguense allí fragmentos de vaso con boca bastante ancha, con incisiones en torno del gollete, y dibujos incisos en forma de X debajo de éste *(fig. 8.ª)*; otros con dibujos de franjas incisas rellenas de líneas en ángulo alternando con zonas lisas *(fig. 9.ª)*; otros de vaso diferente con dibujos de zonas semejantes, pero ejecutados con técnica de peinado «de arriba abajo con zonas transversales lisas y rascadas, estrechas»; otros de una vasija rojiza al interior y negra por fuera, ostentando en torno un dibujo ondeante resultado de la impresión repetida de un corto sello de figura de S acostada que semeja estilización de los pájaros de agua tan frecuentes en la decoración ceremográfica castreña, lo que en forma más sencilla se repite en un fragmento de vaso rojizo y en otro ejemplar con dibujo mas sinuoso entre medias cañas *(fig. 10.ª)*.

Entre los trozos mencionados hallose asimismo gran número de fragmentos pertenecientes a un solo vaso que permite su parcial recostrucción en forma que deja percibirse la forma y decoración de la misma. Ofrece dicha vasija en su parte interior un tono azulado que se marca en la superficie externa hasta adquirir un tono azul fuerte y su arcilla está formada con muchos trozos de cuarzo y arenas. Mide unos 24 cm. de altura por 22 de boca y 15 de base. Su ornamentación está formada, en el borde, por un dibujo de líneas entrecruzadas incisas que lleva inclusos en el campo pequeños hoyos, cuyo dibujo se repite hasta cuatro veces en lugares opuestos del borde; mientras, en el cuello, donde comienza a marcarse la panza, se decora con tres cordones o funículos en relieve, paralelos *(figuras 11.ª y 12.ª)*.

Finalmente, esparcidas por el monte, han sido encontradas dos piedras acodadas, en lugares distintos. Una de ellas, la mayor, mide unos 80 cm. de largo. La otra es un poco mas pequeña. Ambas tienen sus semejantes en otras halladas en diversos castros, especialmente portugueses, y su destino está en discusión. Se componen de una porción bruta, sin labra, destinada evidentemente a estar empotrada en una pared, y otra saliente, redondeada y que forma ángulo o codo con aquélla, que se presenta decorada, y que seria la que sobresaldría de la edificación en donde

asentase. Las del «Castro das Sete Pías» están adornadas con surcos paralelos y con dibujos ramiformes. Su extremidad está rota, evidentemente, y debió de terminar en una punta a manera de cuerno como se advierte en otros ejemplares *(figuras 1.ª, (a y b), 14.ª y 15.ª)*.

★

He aquí una nueva población prerromana que se muestra rica en material arqueológico y cuya excavación sistemática es prometedora, por aparecer poco romanizada y con supervivencias industriales de interés. Sus habitantes pertenecerían a la tribu de los Celenos que se extendía por esta ribera y cuya capital estuvo en *Aquis Celenis*, la actual Caldas de Reyes.

Quede sumada esta papeleta al futuro inventario de estaciones prerromanas de que tan abundante se muestra el solar de la vieja *Gallaetia*.

Compostela, 1954.

FERMIN BOUZA BREY

Correspondência entre os Soberanos de Espanha e os de Portugal
1755-1760*

por J. A. PINTO FERREIRA
Director do Gabinete de História da Cidade do Porto

Foi o facto de estarmos a preparar uma dissertação para Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1945, que nos levou a procurar no Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Lisboa, a «Correspondência dos Soberanos de Espanha com os de Portugal 1755 a 1760, colecção de cartas particulares e autógrafas do Rei de Espanha Fernando VI e de sua lealíssima esposa D. Maria Bárbara de Bragança, filha do magnânimo Rei de Portugal, D. João V, endereçadas ao Rei de Portugal D. José I e sua mulher D. Mariana Victória; da inteligente e ambiciosa mulher de Filipe V, Isabel de Farnésio para sua filha e genro os Reis de Portugal; e de seu filho o Rei de Espanha, Carlos III, endereçadas a sua irmã e cunhado, os Reis de Portugal, D. José I e D. Mariana Victória.

Não iremos nós aqui descrever essa época nem tão-pouco retratar os soberanos e os diplomatas a que se referem as cartas apresentadas a este Congresso.

Esses estudos foram já feitos principalmente pelo ilustre historiador Caetano Beirão ao publicar as *Cartas da Rainha D. Mariana Victória para a sua Família de Espanha — 1721-1748*, Lisboa — 1936, pelo erudito historiador espanhol Luciano de Taxonera — *Filipe V — Fundador de una dinastia y dos veces Rey de España* — Barcelona — 1942; pelo mesmo autor, no livro — *Isabel de Farnesio — Retrato de una Reina y perfil de una mujer* — Barcelona — 1943, e pelo autor desta modesta comunicação, na *Correspondência de D. João V e D. Bárbara de Bragança — Rainha de Espanha — 1746-1747* — Porto — 1945.

(*) Trabalho a apresentar ao *XXIII Congresso Luso-Espanhol para o progresso das Ciências* — Coimbra — Junho de 1956.

Estas 35 cartas de que adiante damos a cópia e cujos originais se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo junto à *Correspondência dos Soberanos de Espanha com os de Portugal*, consideramo-las de incontestável interesse como elementos subsidiários para o estudo da história política e diplomática do séc. XVIII.

O exame e a leitura desta correspondência, completada pelo conhecimento das personalidades a que ela se refere, fornecem-nos curiosos elementos da actividade diplomática dos embaixadores espanhois e portugueses que prestaram os seus serviços na Corte de Portugal e, evidenciam claramente, a profunda e enternecedora amizade entre os soberanos portugueses e espanhois, daquela época.

Na verdade, a inteligente política levada a efeito pelos Reis de Portugal e de Espanha durante o séc. XVIII, tratados de aliança, recíprocos casamentos entre Príncipes e Princesas das duas nações vizinhas, a maior compreensão política entre os soberanos, conseguiu «obter a harmonia necessária aos destinos superiores da Península, realizando uma constante conexão de ordem espiritual, que bem cedo se traduziu em benefícios ainda hoje difíceis de se olvidarem» (1). De tudo isso são mais uma prova os documentos que apresentamos ao presente Congresso pois eles confirmam o bom entendimento e a amizade luso-espanhola.

«Portugal y España están obligados a vivir pared a medias en la Peninsula: una buena o mala vecindad favorece o perjudicia a ambos» (2).

* *
*

(1) Vid. António Sardinha — *Aliança Peninsular — antecedentes e possibilidades*, pág. 5.

(2) Vid. Habla Salazar — *Algunos extractos de sus Discursos y notas oficiosas* — Ediciones EPN — Lisboa — pág. 115.

Cartas do Rei de Espanha Fernando VI, de sua Esposa e da Rainha Isabel viúva de Filipe V para o Rei de Portugal D. José I e a Rainha sua Esposa--1755 a 1760

(Archivo Nacional da Torre do Tombo)

I

(23 de Nov.re de 1755)

Señor mi hermano y Cuñado: me há sido tan sensible la causa que motiva el viage del Conde de Aranda por mi Embaxador Extraordinario cerca de V. M. como proprio el afectuoso impulso que me mueve a exponer y asegurar a V. M. por su persona el gusto y complacencia que tendre enquanto me proporcione concurrir asus mayores satisfaciones. Considero en las buenas prendas del Conde el medio mas acomodado para facilitarme el exercicio de esta mi sincera voluntad: y no dudando de el afecto y fina correspondencia de V. M. le admitirá agradable le virá y dará credito a quanto en mi nombre le expusiere. Espero aplique este Ministro todo su celo a merecer su confianza, y a confirmar los sinceros sentimientos de nuestra amistad y cordial afecto. Dios guarde a V. M. como deseo. De Buen Retiro a 23 de Nov. de 1755.

Buen Hermano y Cuñado de V. M.

Fernando

★

II

(23 de Nov.re de 1755)

Señora mi Hermana: El Conde de Aranda mi Gentilhombre de Camara, y Teniente General de mis Exercitos pasa a esa Corte por mi Embaxador Extraordinario cerca del Rey Fidelissimo mi buen Hermano y Cuñado; llebando al mismo tiempo el encargo de procurar con la mayor atencion el obsequio y agrado de V. M. La experiencia, que tengo de su celo y prudente conducta con las demas calidades, que le asisten, me hacen creer se aplicara todo al desempeño de esta mi confianza, y la que me inspira el cariño, e inclinacion que profeso a V. M. me esperanza, a que oyendol benigna y dando credito, a quanto en mi nombre la expusiere, se persuadira V. M. de las sinceras expresiones que la hiciese de mi parte para significar a V. M. asi el tierno sentimiento, con que he sabido los infortunios de ese Reyno, como la fina voluntad con que apetezco motivos de dar a V. M. las mas autenticas pruebas de mi verdadero afecto; con que



D. FERNANDO VI

Imp. P.º S.n Juan
171 — Barcelona —
Masson sc.

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

procuraré siempre su complacencia y satisfaciones. Dios guarde a V. M. como deseo. De B.n Retiro á 23 de Nov.re de 1755.

Buen Hermano de V. M.

Fernando

★

III

(24 de Nov.re de 1755)

Señor mi Hermano. Pasando a esa Corte por Embaxador extraordinario de esta, el Conde de Aranda, le he encargado muy particularmente, que en los terminos mas vivos, renueve á V. M. las seguridades de mi constante cordial afecto. No dudo desempeñe mi confianza con la exectitud, que me prometo de su buena ley, y de las demas apreciables circunstancias, que concurrem en el; Y assipido a V. M. le honre, y de entero crédito, persuadindose á que ni puede ser mas fina la amistad, que conservo á V. M., ni mas eficaz mi deseo de cultivar la suya, y darle repetidas pruevas de mi voluntad dispuesta à quanto sea de su satisfacion.

Dios guarde a V. M. como deseo. Buen Retiro a 24 de Noviembro de 1755.

Buena Hermana de V. M.

Maria

★

IV

(24 de Nov.re de 1755)

Señora mi Hermana. Al Conde de Aranda, que passa a essa Corte por Embaxador extraordinario de esta, he prevenido explique a V. M. en toda su extension, lo fino, y firme de mi amistad. Sabe las veras con que intereso en que V. M. lo entienda assi, y espero dexe satisfecha mi confianza con la fidelidad propria de sus buenas qualidades; En estas hallara V. M. motivo para estimarle, y no me quedara que apetecer, si dandole entero credito, se assegura V. M. de mi vivo deseo de complacerla en todas ocasiones. Dios guarde á V. M. como deseo.

Buen Retiro á 24 de Noviembre de 1755.

Buena Hermana de V. M.

Maria

★

V

(16 de Marzo de 1756)

Señor mi Hermano y Cuñado. Nada será para mi de mayor satisfacion, que el Conde de Aranda mi Embaxador extraordinario cerca de V. M. aya acertado en el desem-

peño de los fines de sumision. Servirame esto de una entera confianza, de que V. M. viva persuadido del intimo afecto, conque tomo parte enquanto le interesa: y del sincero animo, conque deseo concurrir á sus alivios y prosperidad; Dignese V. M. oyr con agrado y dar entera fe á quanto en razon de estos verdaderos sentimientos ratificáre el Conde hasta su despedida, que ni la discrecion del Conde se escedera en poderarlos, ni mi amistad deserá de acreditarle en todas ocasiones. Dios guarde á V. M. como deseo. B.n Retiro a 16 de Marzo de 1756.

Buen Hermano y Cuñado de V. M.

★

VI

(16 de Marzo de 1756)

Señora mi Hermana. Quanto el Conde de Aranda mi embaxador Extraordinario cerca del Rey Fidelissimo mi buen Hermano y Cuñado, se aya esmerado en obsequiar y agradar a V. M. tanto avra conseguido satisfacer gran parte de mi deseos y delos fines de su mision. Y como el cordial afecto que la dio impulso no pueda desar de repetir en todos tiempos las expresiones de su sinceridad y eficacia, ruego à V. M. oyga con agrado quantas hasta su despedida renovase el Conde de mi tierna aficion y cariño, y que me quede persuadida del especial que profeso a V. M. y con que procurare siempre sus mayores satisfaciones. Dios guarde a V. M. como deseo. Buen Retiro à 16 de Marzo de 1756.

Buen Hermano de V. M.

Fernando

★

VII

(17 de Marzo de 1756)

(Cópia) Señor mi Hermano. Deviendose restituir a esta Corte el Conde de Aranda, que en calidad de embaxador extraordinario, ha subsistido, hasta aora, en essa, le encargo, que al despedirse renueve a V. M. en los terminos mas expressivos, las seguridades de mi verdadero fraternal affecto; Creo lo execute con aquella exectitud propria de su zelo, y conocida conducta; y quedo com la confianza, de que, dandole V. M. entero credito, se afirmarà mas en el concepto, no solo de mi sincera amistad, sino tambien de las veras con que apetezco el me mejor estado de su salud, y cumplida felicidad. Dios guarde a V.M. como deseo. Buen Retiro 17 de Marzo de 1756 = Buena

Hermana de V. M. = Maria

★

VIII

(17 de Marzo de 1756)

Señora mi Hermana. Aviendose de restituir à esta Corte el Conde de Aranda, que en calidad de Embaxador Extraordinario, ha subsistido, hasta aora, en essa, no que-

daria satisfecho mi deseo, si al despedirse, no reiterase a V. M. las expressiones mas vivas de mi fino affecto; Assi se lo prevengo, y yo tendre la mayor satisfaccion en que dando V. M. caval assenso à lo que le oyere, se assegure de mi constante propension à quanto sea de su complacencia, y de mi deseo de su permanente buena salud. Dios guarde à V. M. como deseo. Buen Retiro 17 de Marzo de 1756.

Buena Hermana de V. M.

Maria

★

IX

(17 de Marzo de 1756)

Señor mi Hermano. Pasando à essa Corte por Embaxador Ordinario de esta, el Conde de Maceda, me aprovecho gustosa de la ocasion, para manifestar à V. M. por su medio, las seguridades de mi constante cordial voluntad; deseo con todas veras, que V. M. se assegure de ella, graduandola como es, y para esto, no dudo de que dara entero credito à loque, en mi nombre, expusiere el Conde, sus buenas circunstancias me merezem esta confianza, y espero, que las mismas le faciliten la estimacion de V. M. à quien ratifico mi seguro fraternal affecto, com vivos deseos de que en todas ocasiones experimente mi fina proppension à complacerle. Dios guarde a V. M. como deseo. Buen Retiro 17 de Marzo de 1756.

Buena Hermana de V. M.

Maria

★

X

(17 de Marzo de 1756)

Señora mi Hermana. Con el motivo de pasar a essa Corte por Embaxador Ordinario de esta el Conde de Maceda, renuevo à V. M. por su medio, y con las mas vivas expresiones, las veras de mi constante amistad; No dudo desempeñe mi confianza con la exactitud que me prometo de su buena ley, y demaz circunstancias, que concurrem en el, y que dandole V. M. el credito, que solicito, quede assegurada siempre en su concepto mi verdadera voluntad, y vivo deseo de complacerla en todas ocasiones. Dios guarde a V. M. como deseo. Buen Retiro 17 de Marzo de 1756.

Buena Hermana de V. M.

Maria

Sobrescrito: Ala Señora Reyna Fidelissima de Portugal, mi buena Hermana. — Tem dois selos de lacre, com sinete.

XI

(18 de Marzo de 1756)

Señor mi Hermano y Cuñado. La esperiencia, que tengo del celo y buena conducta del Conde de Maceda me han movido à destinarle por mi embaxador cerva de V. M. creyendo acertará à esponer à V. M. mis sinceros sentimientos de amistad, e inclinacion a su persona y Casa. Tendrè especial complacencia, en que logre su desempeño, y la mas particular en que de este modo sepa hacerse merecedor del agrado y bondad de V. M. Dios guarde à V. M. como deseo. Buen Retiro à 18 de Marzo de 1756.

Buen Hermano y Cuñado

de V. M. = Fernando

★

XII

(18 de Marzo de 1756)

Señora mi Hermana. El conde de Maceda, que pasa a esa corte por mi embaxador, va encargado de manifestar a V. M. con sus expresiones y cuidadosos obsequios, la terna aficion que profeso à V. M. y con que apetezco sus mayores satisfaciones. Me dara una de las mayores, si mereciendo el agrado de V. M., sabe ponderar lo ingenuo de mis finos sentimientos, acreditando con su esmero y atencion el amor que profeso a V. M. y lo que me intereso en su complacencia y felicidad. Dios guarde à V. M. como deseo. Buen Retiro à 18 de Marzo de 1756.

Buen Hermano de V. M.

Fernando

★

XIII

(18 de Septiembre de 1757)

Señor mi Hermano. Me han sido de especial satisfacion las afectuosas expresiones, que me hace V. M. en su carta de 29 de Junio de este Año, y que me ha ratificado el Conde de Auñón su Embaxador Extraordinario en esta Corte, en su Audiencia de despedida. V. M. puede asegurarse, de que al sumo aprecio que hago de su amistad, corresponden mis deseos de cultivarla, y tener frequentes ocasiones de manifestarle la fineza de la mia, sobre cuya mayor explicacion, me remito al Conde, fiandola de su probidad acreditada, en todo el curso de su Embaxada en que se ha hecho mas y mas digno de las honras de V. M. por la entera satisfaccion, que ha merecido en ella, sirviendola con el mayor decoro, estimacion, y aplauso. Dios guarde a V. M. como deseo. Buen Retiro à 18 de Septiembre de 1757.

Buena Hermana de V. M.

Maria



D. MARIA BÁRBARA DE BRAGANÇA

Quadro de Duprat
Do Museu do Prado

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

★

XIV

(18 de Septiembre de 1757)

Señora mi Hermana y Cuñada. Correspondo con todo mi aprecio a la Carta de V. M. de 29 de Junio de este Año, que me ha entregado el Conde de Auñón en su Audiencia de despedida, ratificandome al mismo tiempo las seguridades, que me da V. M. en ella de la continuacion de su amistad. Son en todo conformes las que retribuye a V. M. mi cordial afecto, con los mas vivos y sinceros deseos de complacerla, segun lo entendera por el Conde, que se ha hecho digno de la proteccion que V. M. con su acertada conducta, en todo el curso de su Embaxada. Dios guarde a V. M. como deseo. Buen Retiro à 18 de Septiembre de 1757.

Buena Hermana y Cuñada de V. M.

Maria

Sobrescrito: Ala Señora Reyna Fidelissima de Portugal, mi buena Hermana, y Cuñada = Tem dois selos de lacre, com sinete.

★

XV

(18 de Septiembre de 1757)

Mui Alto, y muy Poderoso Principe mi buen Hermano. El Conde de Auñón. Embaxador Extraordinario de V. M. en esta Corte, me ha entregado en su Audiencia de despedida la Carta de V. M. de 29 de Junio de este Año, y al mismo tiempo, me ha explicado, en los terminos mas vivos, las seguridades, que en ella me da V. M. de su fraternal amor. Estas expressiones, me han sido del mayor aprecio, y no sera menor mi satisfaccion si V. M. se persuade a que le corresponde mi cordial afecto con la mas fina propension a complacerle, de que mas extensamente informarà el Conde mereciendome esta confianza, y la justicia de considerarle digno de que V. M. le atienda, y honrre, por la entera acceptacion con que ha desempeñado su Ministerio, dando en todas ocassiones las mas relevantes pruevas de su juciosa conducta.
Muy Alto, y muy Poderoso Principe, mi buen Hermano, Nuestro Señor conserve à V. M. y à su Real Estado en su Santa guarda. De Buen Retiro à 18 de Septiembre de 1757.

Buena Hermana de V. M.

Yo La Reyna

Juan franc.co Gaona Porto Carrero
Sobrescrito: Al Muy Alto, y Muy Poderoso Principe el Rey Fidelissimo de Portugal, mi bien Hermano

XVI

(25 de Septiembre de 1757)

Señor mi Hermano y Cuñado. Aunque la estimacion que las buenas prendas del Conde de Auñón embaxador extraordinario y Plenipotenciario de V. M. se han sabido adquirir cerca de mi Persona, me hacen sensible su despedida, tengo la satisfacion de renovar a V. M. con este motivo las seguridades de mi sincero afecto, encargandole con las mayores veras, le exponga a V. M. tan fino y eficaz como puede averle experimentado en su residencia, y expresarle su prudente discrecion. No dudo sabra desempeñar este encargo con el mismo acierto, con que se ha conducido en todos los que ha fiado V. M. à quien ruego, que creiendo quanto en esta razon pueda ponderarle, le continue sus bondades y racia, y se persuada V. M. de la sincera aficion, que le profeso, e con que apetezco concurrir à quanto sea de su agrado y complacencia. Dios guarde a V. M. como deseo.
Buen Retiro 25 de Septiembre de 1757.

Buen Hermano y Cuñado de V. M.

Fernando

★

XVII

(25 de Septiembre de 1757)

Señora mi Hermana. Cumpliendo las ordenes del Rey Fidelissimo mi Buen Hermano y Cuñado, se ha despedido de mi el Conde de Auñón su embaxador extraordinario y Plenipotenciario, entregando-me tambien la apreciable carta de V. M. Y mereciendome todo concepto la prudente cordura y conducta de este Ministro, me aprovecho de tan oportuna ocasion, para renovar a V. M. las mas finas expressiones de mi afectuoso cariño. Le he encargado de palabra le exponga à V. M. tan sincero, como puede averle compreendido de mis verdaderos sentimientos en su larga residencia cerca de mi persona. Y esperando le concida V. M. tan verdadero, como le requiere nuestro estrecho Parentesco, ruego à V. M. continue à este Ministro sus bondades y proteccion, y se persuada de la fina y tierna aficion, con que anhelo los mas frequentes motivos de su mayor complacencia. Dios guarde à V. M. como deseo. Buen Retiro 25 de Septiembre de 1757.

Buen Hermano de V. M.

Fernando

★

XVIII

(25 de Septiembre de 1757)

Muy Alto y mui Poderoso Principe mi buen Hermano y Cuñado. El Conde de Auñón embaxador extraordinario y Plenipotenciario de V. M. me ha presentado su Carta,

em que manifesta aver condescendido à sus suplicas, permitiendolhe restituirse à ese Reyno para el recobro de su salud. La estimacion, que la buena conducta de este ministro y sus amables prendas se han sabido adquirir cerca de mi Persona, me hacen sensible el motivo de su separacion. Y apeteciendo, que logre su restabelecimiento, no puedo desar de exponer à V. M. que, por lo que le aprecio, y por la experiencia que tengo de su prudencia y cordura, ese sera de la mayor satisfacion. que V. M. le continue en su gracia y confianza, y que igualmente dé entero credito a las sinceras y verdaderas expresiones, que, le he encargado, haga à V. M. de mi afectuosa inclinacion y cordial amistad. Mui alto y mui Poderoso Principe mi buen Hermano e Cuñado; nuestro Señor tenga la Persona de V. M. y su Real Estado en su Santa guarda. De Buen Retiro à 25 de Septiembre d e1757.

Buen Hermano y Cuñado de V. M.

Yo El Rey

= Ricardo Wau

Sobrescrito: Al mui Alto, y mui Poderoso Principe Don Joseph, Rey Fidelissimo de Portugal, mi buen Hermano, y Cuñado.

★

XIX

(6 de Octubre de 1757)

Señor, mi Hermano, y Yerno. Las àfectuosas filiales expresiones de V. Mgd. en Carta, que me remetio por el Conde de Auñón su embaxador extraordinario, y Plenipotenciario, quando partio de esa Corte, me empeñan à manifestar à V. Mgd, à buelta del mismo Ministro à ella, la particular estimazion, con que las hè rezivido, sin embargo de que le hè encargado esecutarlo viva voz espero se persuadirá V. Mgd facilmente de ello, y de que por mi parte no faltarè jamas a que nuestra onion sea sempre mas cordial, y extrecha. Dios Guarde a V. Mgd, como deseo. San Ildephonso à 6 de Octubre de 1757.

Buena Hermana, y suegra de V. Mgd.

Ysabel

★

XX

(6 de Octubre de 1757)

Señora, mi Hermana, y Hija. Aunque hize el encargo al Conde de Auñón estando para volverse, à esa Corte de su embajada extrahordinaria que significase à V. Mag. la cordialidad, que encontraron en mi las filiales atenciones, que V. Mgd me hà hecho

por escrito, y palabra ala venida del mismo Ministro, no puedo menos de atestarselo à V. Mgd. por mi propia, por el gusto, que de ello me resulta, y requirirlo assi la maternal ternura, que a V. Mgd. conserbaré siempre Dios Guarde à V. Mgd. como deseo. San Ildephonso à 6 de Octubre de 1757.

Buena Hermana y Madre de V. Mgd. = Ysabel

Sobrescrito: — Ala Señora Reyna Fidelissima, mi buena Hermana, y Hija = Tem dois selos de lacre com sinete.

★

XXI

(6 de Octubre de 1757)

Muito Alto y Mui Poderoso Principe, Mi Buen Hermano, y Yerno. Haviendome reiterado el conde de Auñón, embajador extraordinario, y Plenipotenciario de Vuestra Magestad, con motibo de restituirse à essa, los atestados de fiel amistad, que me hà dirijido vuestra Magestad en la carta, que me presentó à su venida; le he encargado confirme à Vuestra Magestad, el mucho aprecio con que los correspondo y acreditaré siempre à los que reziba en lo sucessibo; Y haviendose conducido este Ministro con el aceirto, que sus circunstancias piden: No puedo menos de encomendarlo à vuestra Magestad, persuadida de su merito, y ratificar de nuebo à Vuestra Magestad, lo constante, y cincero del afecto, que le tengo. Mui Alto, y Mui Poderoso Principe. Nuestro Señor conserve à Vuestra Magestad, y à su Real estado en su Santa Guarda. De San Ildephonso à 6 de Octubre de 1757.

Buena Hermana, y suegra de V. Mgd. = Yo la Reyna

Juan Perez | Gamoneda Cascos |

Sobrescrito: Al Mui Alto, y Muito Poderoso Principe Don Joseph Rey Fidelissimo de Portugal, mi buen Hermano, y Ierno

★

XXII

(31 de Octubre de 1757)

Señor mi Hermano. Bien puese considerar V. M. el sentimiento que hà tenido mi corazon con la inopinada noticia de muerte del Ser.mo Infante D. Antonio nuestro Tio, sabiendo el tierno amor, que le professaba, y aunque el dolor me esta turbando todavia la conformidad, que debo tener en tan triste sucesso, puedo manifestar à V. M. que le acompaño muy deveras en tan justa pena y que solo me consuela la firme esperanza de que estara gozando de la Gloria eterna por la buena disposicion con que muriò en medio de la violencia del accidente. Assi selo ruego à la Divina Clemencia, y que llene à V. M. de felices acaecimentos, deseando que V. M. me facilite ocasiones en que darle nuevas de mi fraternal amistad, y del aprecio que hago de su Real Persona. Dios guarde à V. M. como deseo. De San Lorenzo a 31 de Octubre de 1757.

Buena Hermana de V. M.

Maria



D. JOSÉ I

Quadro existente nos escritórios da *Real Companhia Velha* — Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto-Douro — Porto

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

★

XXIII

(31 de Octubre de 1757)

Señora mi Hermana, y Cuñada. La infausta noticia de la impensada muerte del ser.^{mo} Infante D. Antonio mi Tio me ha causado el mas vivo sentimiento por la ternura con que le amaba, y por la violencia del accidente, que le insultó. Sirve-me solo de consuelo la consideracion de que havrà logrado la Bienaventuranza eterna, como se puede esperar de la Divina Clemencia por la buena disposicion com que murió; acompañando a V. M. en esta pena con las veras que debo; y deseando à V. M. las mayores satisfacciones, le ratifico mi amistad. Dios guarde à V. M. como deseo. De S. Lorenzo à 31 de Octubre de 1757.

Buena Hermana, y Cuñada de V. M. = Maria

Sobrescrito: Ala Reyna Fidelissima mi Buena Hermana y cuñada. = Tem dois selos de lacre com sinete.

★

XXIV

(30 de Octubre de 1757)

Señnor mi Hermano y Cuñado. Persuadese V. M. mui bien de que nadie podra tomar mas parte que mi afecto, en la pena en que se halla por la perdida del Infante D. Antonio su Tio. Y pues en su confidencial me manifesta un tan gustoso concepto. Crea V. M. tambien la sinceray tierna aficion, con que en este lanze apetezco su consuelo, y siempre las mayores prosperidades de su Real Casa y Persona: que por tantos titulos me merece la mayor estimacion. Dios guarde à V. M. como deseo. S. Lorenzo 30 de Octubre de 1757.

Buen Hermano y Cuñado de V. M. = Fernando

Sobrescrito: Al señor Rey Fidelissimo de Portugal mi buen Hermano y Cuñado = Tem dois selos de lacre, com sinete

★

XXV

(31 de Agosto de 1758)

Señor mi Hermano y Cuñado. Ya llego el terrible Dia para mi. Muchos havia que le tenia consentido; y con todo no sè que pudiera ser mayor el afecto que ha hecho em mi corazon, si me huviese cogido absolutamiente de nuevo. Apenas puedo bolver en mi; y para hallar algo que decir a V. M. necesito esforzarme con la memoria de que hablo à un Hermano de la dignissima y muy Amada Esposa que he perdido, y al que, despues de mi (a quien nadie puede igualar) será quien mas losienta en el Mundo. Aunque no tuviese otra razon que esta, bastaria ella sola para que amase yo siempre a V. M. mas que a otro alguno; pero hai tambien la de haverme lo dejado por costumbre la Hermana que mas le queria; y ninguna ves que nomelo inspire. Aora solo pido a V. M. en correspondencia, que se duela de mi afliccion y soledad, privado de la principal prenda de mi Amor, y de mi mas intima confianza Dios nos lleve adonde

sin duda la havrán llevado su virtud, y envidiable muerte; y entretanto con perfecta salud g.ª o V. Mag. m.ª a.ª como deseo. Villaviciosa a 1 de Agosto de 1758.

Buen Hermano y Cuñado de V. M. = Fernando

★

XXVI

(5 de Setembre de 1759)

Señor mi Hermano, y Yerno. Estimo como corresponde las expressiones de condolencia que V. M.d me haze en la carta que me consignó su embaxador ratificardo nielas en su nombre e sobre el fallecimento de el Rey defunto, y quedó ygualmente agradecida à las seguridades que V.ª M.d me dade su immutable attencion, por la qual creo se persuadira Vª M.d á que experimentara siempre en mi la sincera reciproca amistad que merece. Dios guarde a V.ª M. como deseo. Bueno Retiro à 5 de Setembre de 1759.

Buena Hermana y suegra de V. M.

Isabel

★

XXVII

(21 de Diciembre de 1759)

Muy Alto y muy Poderoso Principe mi buen Hermano y Cuñado. El afecto y buena correspondencia que debo á V. M. y la satisfaccion que le causó la nueva de mi arribo á Barcelona, me persuaden á que V. M. virá con igual complacencia la noticia de mi llegada á esta mi Corte: En ella me tiene V. M. desde el dia 9. del corriente por la tarde, juntamente con la Reyna mi muy amada Esposa, y el Principe, Infantes, e Infantas mis Hijos. Al gusto de haber concluido mi viage con felicidad, se me añade el de hallarme mas immediato á la Persona de V. M. pues asi le llegarán mas brevemente las sinceras y cordiales expressiones de mi amistad. El Conde de Maceda, á quien continuo el mismo carácter que hasta aqui le ha condecorada, nombrándole mi Embaxador Extraordinario y Plenipotenciario cerca de V. M., tiene estrecha órden mia de hacerselas muy particulares: y espero que V. M. dé entero credito á quanto de mi parte le exponga en este assunto como en otro qualquiera tocante á los intereses de ambas Coronas. Crea V. M. que todos los suyos me deberán siempre el mayor cuidado, y que mi deseo de contribuir al buen exito de ellos compite con mi inclinacion afectuosa á V. M. Muy Alto y muy Poderoso Principe mi buen Hermano y Cuñado. Nro. Señor conserve a V. M. y á su Real Estado en su Santa guarda. De Buen-Retiro á 21 de Diciembre de 1759.

Buen Hermano y Cuñado de V. M.

Yo El Rey

Sobrescrito: Al Muy Alto y muy Poderoso Principe D. Joseph Rey Fidelissimo de Portugal, mi buen Hermano y Cuñado.



D. ISABEL DE FARNÉSIO

Quadro de Van Loo
Do Museu do Prado

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

★

XXVIII

(4 de Febº de 1760)

Señor mi Hermano, y Yerno. Hé hecho el aprecio correspondiente de las muestras de atencion, que V. Mag. me dà, assi por su Carta, que me consignò D. Joseph de Silva Pesanha, su Ministro Plenipotenciario en esta Corte, como por los expresiones relativas a la misma, que me hizo da Ordem de V. Mag. , y quedando constituida en particular gratitud por ello: me reconozco con un nuevo motivo de ratificar à V. Mag. las veras con que me interesso siempre a quanto sea de sus mayores satisfacciones. Dios guarde la Real Persona de V. Mag. como deseo.
Buen Retiro à 4 de Feb.º de 1760

Buena Hermana y Suegra de V. M.

Isabel

★

XXIX

(4 de Febrero de 1760)

Senora mi Hermana, y Hija. Me han causado cordial estimacion, las atentas Filiales expressiones, que V. Mag. me dirige, en la Carta, que me entregò D. Antonio de Saldanha, Embajador de essa Corte, corroborandomelas al mismo tiempo, con mucha propriedad, sobre el feliz arrivo à esta, del Rey Catholico mi mui charo, y mui amado Hijo, con toda su R.º Prole, y renovando yo à V. Mag. las veras de mi entrañable Maternal Cariño; la ratifico la viveza con que siempre anhelo darla convincentes pruevas de él. Dios guarde la Real Persona de V. Mag. como deseo. Buen Retiro à 4 de Febrero de 1760.

Buena Hermana y Madre de V. M.

Isabel

★

XXX

(4 de Febrero de 1760)

Señor mi Hermano, y Ierno. La revalidacion que V. Mag. me dirige, de su Filial afecto, en la Carta, que me entregò el Principal D. Antonio de Saldanha, su embajador Extraordinario, y Plenipotenciario en esta Corte, y la expressiva congratulacion, que àl mismo tiempo me hizo, en nombre de V. Mag. por la feliz llegada á ella del Rey Catholico mi mui charo, y mui amado Hijo, me empeñan à particular agradecimiento, y à dessear, que V. Mag. experimente la mucha parte que tomará em todas ocasiones mi Amistad, enquanto le sea prospero. Dios guarde la Real Persona de V. Mag. como deseo.
Buen Retiro à 4 de Febrero de 1760.

Buena Hermana y Suegra de V. M.

Isabel

★

XXXI

(4 de Febrero de 1760)

Señora mi Hermana, y Hija. Por la carta de V. Mag., que me ha consignado D. Joseph de Silva Pessanha, Ministro Plenipotenciario de essa Corte, y por quanto concerniente à su contexto me há expressado de su orden en tal ocasion, quedo cordialmente agradecida à V. Mag. y la asseguro de mi particular Materna ternura con que la amo, y entrañable interes que tomaré siempre, en todo lo que ceda en sus mayores satisfacciones. Dios guarde la Real Persona de V. Mag. como deseo. Buen Retiro à 4 de Febrero de 1760.

Buena Hermana y Madre de V. M.

Isabel

Sobrescrito: Ala Señora Reina Fidelissima, mi buena Hermana, y Hija. = Tem dois selos de lacre, com sinete.

★

XXXII

(10 de Abril de 1760)

Señor mi Hermano, y Ierno. Asi por las cordiales expresiones que V. M. me hizo en la carta que me remetio antecedentemente por el Principal Don Antonio Saldanha su embajador extraordinario, y Plenipotenciario, como por las que me renueba en la que me há presentado en audiencia de despedida revalidandomelas eu mismo con toda vivezas, reconozco mas, y mas el constante Filial afecto de V. M. y como no puedo dejar de corresponderlo con mucho aprecio: tampoco debo omitir à V. M. los particulares deseos con que quedo de darle repetidas pruebas dela verdadera amistad que le conservo. Dios Guarde à V. M. como deseo. Buen Retiro à 10 de Abril de 1760.

Buena Hermana y suegra de V. M.

Isabel

★

XXXIII

(10 de Abril de 1760)

Señora mi Hermana, y Hija. La Carta de V. M. que recivi antecedentemente, por el Principal Don Antonio Saldanha, embajador extraordinario, y Plenipotenciario de essa Corte, y la que me dá entregado en la Audiencia de despedida, con las expresiones, que de viva voz me hizo,no me dejarian (quando fuera possible que la tuviesse) genero de duda sobre la ternura Filial de V. M. quedo llena de gozo con atestado tan de mi aprezio, y no puedo menos de assegurar a V. M. con este nuebo motibo, las estrañables Maternales veras con que la coresponderè siempre, con los mas finos anhelos

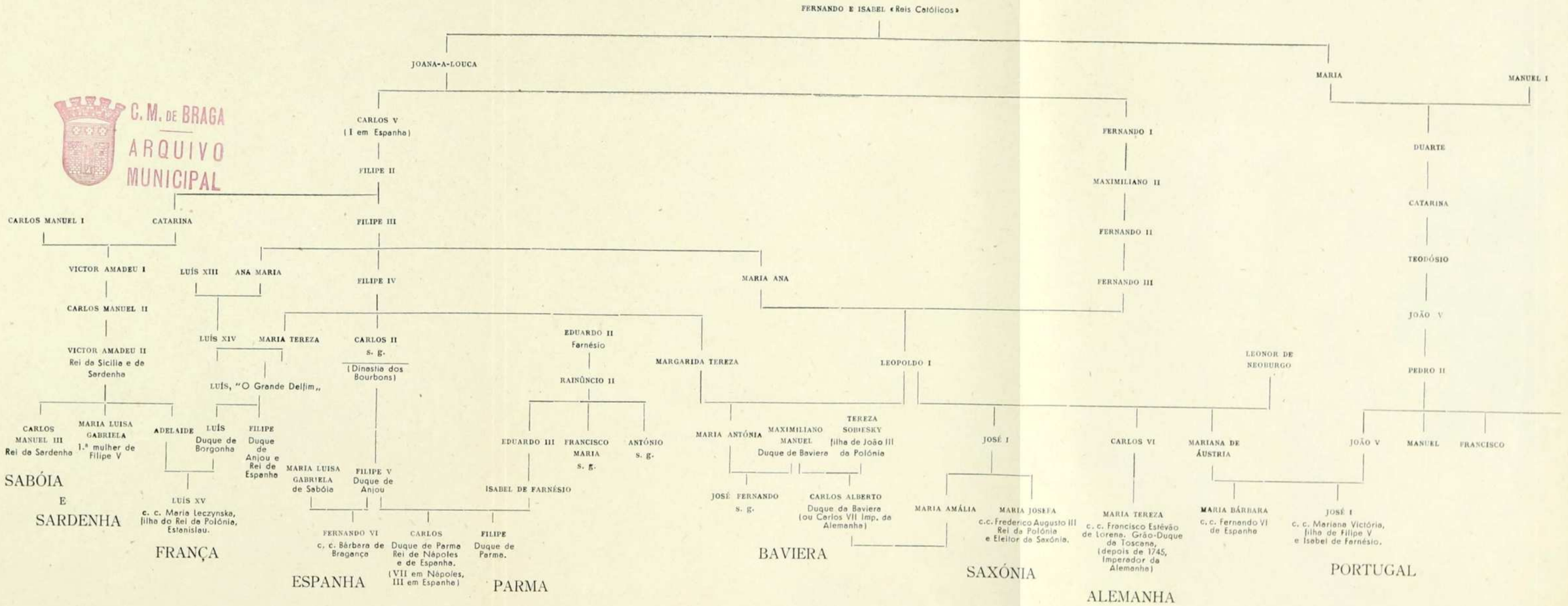


D. MARIANA VICTÓRIA

Do estudo de Luís Ortigão Burnay,
pág. 27 de *Belas Artes* — 2.ª série,
n.º 3 — Lisboa, 1951.

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL



de concurrir à quanto ceda en sus mayores satisfaciones.
Buen-Retiro à 10 de Abril de 1760.

Buena Hermana, y Madre de V. M.

Isabel

Sobrescrito: Al señor Rey Fidelissimo mi buen Hermano, y Yerno. = Tem dois selos de lacre, com sinete.

★

XXXIV

(10 de Abril de 1760)

Muy Alto y mui Poderoso Principe, mi buen Hermano y Cuñado. El Principal D.n Antonio Saldanha Embaxador de V. M. à esta Corte, en su audiencia de despedida me ha entregado la Carta Recreencial de V. M. de 18 de Febrero ultimo, explicando al mismo tiempo las seguridades que en ella me dà V. M. de la estimacion que le debo. Estas expresiones me ha sido del mayor aprecio, y no será menor si V. M. se persuade a que le corresponde mi fina propension à complacerla e quantas ocasiones se me proporcionem, como la informará mas extensamente dicho Ministro, el qual por la ajustad conducta que ha tenido durante su permanencia aqui merece que V. M. le considere y honrre. Muy alto y Muy Poderoso Principe mi buen Hermano y Cuñado. Nuestro Señor conserve à V. M. y a su Real Estado en su santa guarda. De Buen Retiro à 10 de Abril de 1760.

Buena Hermana y Cuñada de V. M. = Yo La Reyna
Leopoldo Gregorio

★

XXXV

(10 de Abril de 1760)

Mui Alto, y Mui Poderoso Principe, mi buen Hermano, y Yerno. En la Carta de Vuestra Magestad, que me hà entregado el Principal Don Antonio de Saldanha, en audiencia de despedida para su regreso à essa Corte, he visto con gran gusto, y aprecio mio, renovados los Filiales sentimientos de Vuestra Magestad, que me ratificó el mismo con toda propriedad; y aunque hè encargado à dicho Ministro, cerciore à Vuestra Magestad dela particular gratitud con que le quedo no puedo yo dejar de manifestarselo tambien, recomendandole igualmente à Vuestra Magestad, por la buena conducta, que há tenido, al mismo tiempo, que le revalido lo sincero de mi constante amistad. Mui Alto, y Mui Poderoso Principe, Nuestro Señor conserve à Vuestra Magestad, y a su Real Estado, en su santa Guarda.
Buen Retiro à 10 de Abril de 1760.

Buena Hermana, y suegra de Vuestra Magestad.

Yo La Reyna
Juan Perez | Gamonida | Casco

Sobrescrito: Al mui Alto, y mui Poderoso Principe Don Joseph Rey de Portugal, mi buen Hermano, y Ierno.

Dois retratos bracarenses
Duas cartas luso-castelhanas

— Uma viração do passado —

por D. ANTÓNIO PEREIRA COUTINHO

«...¡La frontera lusitana es peor que la del agua! ¡ Es una frontera de hielo! El Miño resulta más ancho, más hondo y más amargo que el Océano...», exclamava azedo, irritado e áspero — áspero, mas grande, como as planuras de Castela — o escritor D. Pedro António de Alarcon — um Conselheiro de Estado de Afonso XII — ao mencionar, deambulando *en la Vieja*, a mais próxima fronteira das terras salamantinas!... (1).

...No entanto, o gelo fundiu-se galhardamente nos campos do Salado, depois da embaixada gentil da «formosíssima Maria», e, encerrando igual espírito de dádiva, fundiu-se recentemente, ao calor do sangue português, vertido pela hispanidade, durante a derradeira guerra fratricida que talou o vizinho Reino — vermelho de internacionalismos. E então, o gelo fundido galgou, na terra, as barreiras e estorvos nacionais e internacionais, arrastando consigo todos os possíveis auxílios, e vibrou — vibrou, com entusiasta e fraternal sentimento — no ar puríssimo dos céus espanhois, transportando uma aragem de esperança ao coração heróico e cavalheiresco dos cadetes toledanos. — É assim! — Esse *hielo* que entulhava a fronteira lusitana foi amassado com muito amor próprio, contudo não tinha, intrìnsecamente, parcelas de desamor. Lírico e português, pode equiparar-se — — é certo — aos *amoriños* da nossa irmã galaica, mas, é difícil de compreender e sentir — difícil de traduzir espiritualmente — pela alma heróica, avassaladora e forte, da velha Castela, onde a ternura de amor se exprime por um desejo de posse — *te quiero*.

---

(1) «Salamanca» — Madride, 1950 — pág. 82.

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

Segundo as circunstâncias e as possibilidades, tenho, nestes últimos anos, ido buscar conforto e descanso à lareira de Castela. Tenho convivido, tenho observado, tenho auscultado e tenho admirado, com simpatia amiga, íntima — porque não: familiar? — a vida, na terra ingente de Isabel «a católica». E começo a compreender! Começo a compreender um pensamento que me não é lícito perfilhar — porque não posso estruturalmente sentir — mas, tenho de aceitar como lógico, em formações mentais e sensuriais, por certa maneira antagónicas à minha. Estou a ponderar o fenómeno que alimentou, por tanto tempo, a pretensão unitária da hispânia, sob a égide castelhana.

— «¡Portugal y Cataluña! ¡Qué mundo de reflexiones no provoca en un español el juntar estos dos nombres!» (2) dizia Miguel de Unamuno. Não! — Não só a um espanhol; também a um português!

Percorrendo a Espanha, com os olhos do espírito bem abertos e simpatizantes, torna-se fácil a qualquer português verificar, primeiro com espanto instintivo, depois com estranheza compreensiva, como é possível a existência normal de situações — semelhando contraditórias, perante o nosso sentir — situações ausentes da nossa imaginação despreocupada, estranhas àqueles sentimentos, para nós comezinhos, de uso quotidiano, que ocorrem mecânicamente, sem necessidade de procura. Atentemos um pouco: — Quando a generalidade espanhola, não pertencente à província da Catalunha, aspira, por exemplo, a conviver mentalmente com o meio burguês de Barcelona, através a fulgurante e risonha síntese, criada pela mentalidade artística do escritor e pintor Santiago Rusiñol — El Señor Esteve — tem de comprar o livro do seu compatriota, *traduzido* em castelhano! — Uma obra espanhola, vertida noutro espanhol, para poder ser compreendida por espanhois!

Se, a qualquer outro membro da mesma generalidade, desgostarem as cenas íntimas e monótonas do burguês catalão, mas, entusiasmarem as belezas femininas, vizinhas à cidade condal, e pretender tomar contacto com «una mujer arquetípica», com Teresa, «La bien plantada», acabará por ler a prosa de Eugenio d'Ors, por exemplo, na tradução castelhana de Rafael Marquina. — Uma obra espanhola, vertida noutro espanhol, para poder ser compreendida por espanhois!

...Simples facilidade, pretendendo impulsionar uma leitura corredia e desenfadada dos livros de ficção? — Não! — Lembremos, por exemplo,

---

(2) «Por tierras de Portugal y de España — Andanzas e Visiones españolas» — Madride, 1946 — pág. 70.

a graça regionalista de Pérez Lugín, esmaltada de leve — mas, profunda — observação, e pousemos os olhos encantados sobre uma obra sua, das menos vulgarizadas: — «Arminda Moscoso». Ninguém deixará de sentir-se penetrado pela mesma frescura deleitosa, contida nas páginas reconfortantes do Eça, quando descreve a chegada de Jacinto, às terras avoengas de Tormes! Apenas o cenário é outro; Ramon, acaba de atingir a sua «terriña meiga», a sua verdejante Galiza, e, logo o compreende, ouvindo este pregão: «¿Quen quere leite?» — Pois a frase galega, curta, pouco trabalhosa de interpretação, repete-se, no livro, em castelhano, entre parêntesis: «¿Quién quere leche?» (3). Uma frase, uma pequenina frase espanhola, vertida noutro espanhol, para poder ser compreendida por espanhois!

Troquemos o mundo das letras pelos contactos populares. Pois bem, o arquivo não é menos curioso, e nele rebuscarei dois casos, presenciados por mim.

Em La Toja, na Galiza, uma mulherzinha do povo, galega de origem, conforme averiguei, ouviu uma senhora portuguesa pronunciar o nome daquela estância *veraniega* à maneira castelhana — *La Toga*, com o g áspero, um tanto palatinado — e ralhou, mais ou menos por esta maneira: — «Pois a Senhora, sendo portuguesa, pronuncia como... os espanhois, *que quase se não entendem?!*... Diga como nós: *La Toxa!*...»

Noutra altura, em Barcelona, certo artista de quem adquiri uns trabalhos, falando comigo, comentava, ao ouvir-me: «Vê! compreendo melhor a sua maneira de construir as frases do que compreendo a maneira como são construídas pelos... espanhois!...»

Aqui me vou ficando, em citações. Prolongar, seria uma infindável ladainha, a que acrescentaríamos as diversas formas de conduta, as reacções diferenciadas — todas imediatamente aparentes — que distinguem o castelhano do aragonês, do catalão, do galego, etc. A Espanha é, toda inteira, uma manta de magníficos retalhos! Retalhos serzidos pelo governo uno, mas, retalhos em que as costuras se não perdem ou escondem na tessitura!

Afinal, a realidade destas circunstâncias é sentida, mesmo por espanhois, e, por exemplo, o Dr. Gregório Marañon não foge a dar-me razão: — «Hasta el patriotismo del español es, ante todo, regional. Cuando los españoles se encuentran en el extranjero, no hacen, así que su número es algo crecido, un centro español, sino centros regionales; y, en la vida pública, lo que más une a un español medio con los demás, por encima de las diferencias políticas, religiosas, etc., es la regionalidad» (4).

(3) «Obras completas de Alejandro Pérez Lugín» — 2.ª ed., pág. 978.
(4) «El Conde-Duque de Olivares», 7.ª ed. — Argentina, 1950 — pág. 187.

O Estado espanhol é, pois, incontestàvelmente, o factor da Nação espanhola; ao contrário do Estado português, com existência posterior à da Nação portuguesa.

A Espanha, constituída assim por múltiplos pedaços, ainda hoje díspares, só emoldurada por uma realidade sensível, além da força central: a geografia da Península, não podia deixar de pensar — principalmente: de sentir — o imperativo dessa geografia, como primordial e operante, na génese estadual. Nunca podia preocupar-se com outras diferenciações que, no seu âmago, sempre existiram e continuam a existir, embora, segundo o meu conceito, atenuadas. — Isto sem desconhecer a existência queixosa da opinião negativa desse atenuamento, por parte de Santiago Ramon y Cajal (5) e outros. Ao contrário, Portugal, uno desde há séculos, com uma só personalidade, nítida, bem diferenciada pelo trabalho de muitas gerações e justificada pelo brilho incontestável e épico de toda a sua gesta, de trajectória definida, não podia também deixar de pensar — principalmente: de sentir — exactamente o contrário da sua próxima vizinha.

No próprio seio da Espanha — por via dos nossos irmãos galegos — assim se reconhece, acatando, a senda e o destino vincados pelo secular esforço português: — «...Solo un pueblo en su fuerte confianza pudo engendrar ese anhelo que se llama Portugal, anhelo de un más allá de los mares y un *além* de la consciencia ordinaria de la cultura. Pues Portugal puede defenirse como una constante de tensión suprema...» (6).

De certo, é antiga a preocupação — chamemos-lhe: de chancelaria — tanto portuguesa como espanhola, na unidade política da Ibéria, em proveito desta ou daquela dinastia. Tal ideia, porém, era uma flor fantástica do pensamento, apenas justificada pela existência de incontestáveis interesses, comuns a toda a Península. Sempre que essa flor era levada ao solo espanhol, pelos Reis de Portugal; sempre que era trazida ao solo português, pelos Reis de Espanha, não conseguia criar raízes — murchava.

Quer aceitemos — num grande mar de opiniões contraditórias — por exemplo, a doutrina de Herculano (7), e, com ela, a nossa não originalidade étnica, na formação inicial do núcleo político, quer sigamos a doutrina contrária, com António Sardinha (8), o espanhol Dr. Marañon (9) —

(5) «Obras literárias completas» — Madride, 1954 — pág. 379.

(6) Otero Pedrayo — «Ensayo histórico sobre la cultura Gallega» — Santiago, 1933 — pág. 127.

(7) «História de Portugal» — Lisboa, 1846 — Vol. I, pág. 2 e segs.

(8) «A questão Ibérica» — Lx.ª, 1946 — I conferência — pág. 50 e segs.

(9) «El Conde-Duque de Olivares» — 7.ª ed. — Argentina, 1950 — pág. 189.

confirmado e aplaudido pelo seu compatriota, Prof. Deleito y Piñuela ([10]) e alguns mais — quer acreditemos, como Silva Teles ([11]), na unidade geomorfológica portuguesa — a que, em todo o caso, teríamos de juntar a Galiza — quer, ainda, nos agrade a ideia da formação política, originada no acaso das guerras e na ambição dos príncipes, como proclama Oliveira Martins ([12]), etc. uma coisa não parece sujeita a qualquer dúvida: — A existência remotíssima, em Portugal, duma personalidade diferenciada, e, portanto, fundada em interesses e aspirações próprias — base justificativa duma vida autónoma. Os factores que cimentaram, ou que facilitaram, a criação dessa personalidade devem ter sido, como sempre, múltiplos e de natureza diversa, porém, o resultado é, por si próprio, de tal forma real que obriga Lafuente a concordar serem os portugueses «...un pueblo con razon orgulloso de haber sabido conquistar su independencia, de haberla conservado muchos siglos, y de haberse hecho con ella una grande e respectable potencia...» ([13]).

Criada, indestrutivelmente, a personalidade de Portugal, deixou de ser possível, à comunidade hispânica, qualquer equilíbrio de interesses, baseado na unidade política. Justamente por isso, apenas se tornou viável o dualismo coroado dos Filipes, enquanto não pretendeu entrar no caminho unitário, vergando-se à política propugnada pelo Conde-Duque de Olivares.

Desta maneira, a Restauração portuguesa não foi, pròpriamente, anti-hispânica, foi apenas anti-espanhola. Por minha parte — sem paradoxos — vou até ao ponto de considerar a Restauração como necessária — ou, pelo menos, benéfica — à efectivação prática do hispanismo. Realmente, não sendo possível aspirar à unidade política, só o prestígio e o engrandecimento das duas pátrias ibéricas lhes pode dar a mútua consideração, o mútuo poderio — e, com ele, a mútua tranquilidade — para conseguirem, confiadamente, tratar e resolver, em conjunto, os problemas que transcendam os interesses de cada uma delas e se integrem nos interesses superiores da comunidade hispânica.

Esses interesses superiores não podem ser negados — nem nunca podiam ter sido — e, do seu reconhecimento, nasceram precisamente, todas

---

([10]) «El declinar de la Monarquia Española» — Madride, 1947 — pág. 83.

([11]) «Notas sobre Portugal» — Lisboa, 1908 — Vol. I — Introdução Geográfica — pág. 2.

([12]) «História de Portugal» — 10.ª ed. — Lisboa, 1920 — pág. 13.

([13]) «História General de España» — Madride, 1864 — Vol. 16, cap. VII, pág. 215.

as ambições dinásticas, todas as maquinações políticas, cujo doloroso rasto apenas nos patenteia — o imenso prejuízo de tanto se haver mantido.

Um outro caminho nos aponta a História: o entendimento, a concordância cooperadora. Tal concordância deu-se — é sabido — sob várias formas e em diversas alturas; nem sempre com uniformidade, é certo, mas sempre consoante os possíveis factores de cada momento histórico.

Foram, outrora, elementos práticos e agentes preponderantes desse entendimento e dessa cooperação: os enlaces matrimoniais entre as dinastias peninsulares e as consequentes alianças e permutas de Damas e Gentis-Homens, pertencentes aos dois países, bem como a mútua inflência intelectual e o intercâmbio conhecido de muitos valores humanos.

A efectivação do bom entendimento geral, levada a cabo pelos bons entendimentos familiares e pessoais, conquanto não totalmente extinta, perdeu hoje todas as possibilidades práticas que a existência social da família e do indivíduo, pouco a pouco, também foi perdendo. Verdadeiramente, essa influência pessoal e familiar, à medida que predomina a orgânica democrática, baixando o nível geral dos valores, vai sendo apenas privilégio dos grandes vultos da política internacional e das grandes famílias de projecção mundial, invertendo, nas consequências efectivas, os princípios basilares da própria essência doutrinária.

Substituída, assim, a velha hierarquia humana e natural, por uma hierarquia burocrática, de orgânica estatutária; concentradas, preponderantemente, todas as iniciativas no Estado; super-mecanizados os meios de acção, resta-nos, como factores de aproximação e entendimento das Nações peninsulares — além da imprescindível cooperação dos governos, dada a amplitude dos Estados — os vários e possíveis contactos de natureza intelectual, artística, técnica, etc., quando se matenham o tempo suficiente para promoverem relações humanas — porque os sentimentos ainda continuam a ser humanos.

★

Perdão!... Mas?!... E as cartas luso-castelhanas?... E os retratos bracarenses?. Que relação existirá entre eles e toda esta núvem poeirenta, levantada a propósito de assuntos, cujo nexo com o tema proposto não é de presumir?

Pois bem: os retratos, as cartas, ligam-se a duas longínquas personalidades, as quais, focadas, darão um curioso exemplo de certa faceta íntima, projectada pela cena hispânica, nos derradeiros anos do século XVIII. Essa faceta vem, justamente, clarear — em pequeninos lam-

pejos — as possibilidades individuais e coevas da acção directa do homem, na coexistência das Nações.

Os retratos — hoje arrecadados honradamente num palacete familiar da Augusta Braga — poderão ser objecto de melhor análise, atentando nas reproduções que acompanham o presente escrito; as personalidades, neles fisicamente reproduzidas, foram, na terra: — D. João Pereira Coutinho Pacheco de Sousa (14), Gentil-Homem da Câmara, com entrada, dos Reis Carlos III e IV de Espanha, seu Mordomo de Semana, Conselheiro de Estado na Fazenda, Cavaleiro-professo da Ordem de Santiago, Presidente do Régio Tribunal de Contas de Madride, etc. — português de origem; e seu primo co-irmão, D. Frei Francisco Xavier Pacheco de Vilhena Coutinho Almeida e Silva, Balio de Malta, Comendador das Comendas de Cualeixa e de Vila-Cova, na mesma Ordem, Tenente-General das Armas, no Reino da Galiza, Governador de Alicante, Capitão-mor da Corunha, Marechal de Campo dos Exércitos espanhois, etc., Fidalgo Cavaleiro da nossa Casa Real — também português de origem.

Pelo que diz respeito à iconografia do primeiro, conheço — além do reproduzido — os seguintes retratos seus: Uma grande tela, pintada a óleo, de corpo inteiro e datada de Madride, 1774, excelente composição decorativa, bastante parecida com a que conhecemos no quadro de Carlos IV, devido ao pincel de Goia — hoje exposto no Museu do Prado, em Madride — e duas cópias, também a óleo, uma das quais — com as mesmas e grandes medidas do original — me pertence.

Possuo ainda uma cópia, muito minuciosa, do quadro bracarense.

Quanto ao Balio, D. Frei Francisco Xavier, existia — além do retrato de Braga — um magnífico e grande painel, tela executada a óleo, de corpo inteiro, farda, cabeleira branca e laço vermelho, «talon rouge», e bela compostura, num ambiente de corte requintada, hoje, infelizmente, perdido, pela incúria do seu possuidor e pelo mau trato do tempo a que esteve sujeito, num local cheio de humidade. E ainda, um meio corpo a óleo, parecido com o de Braga, porém, de muito maior beleza pictórica e propósito de composição. Esse está hoje, em Lisboa, na casa de D. Luís Pereira Coutinho, meu tio. — Do retrato, aqui reproduzido, também guardo cópia, feita nas mesmas condições do original.

Como indicação genealógica, acrescentarei a seguinte e curta nótula:

---

(14) É este o nome que lhe foi dado e também usou, conquanto apareça, documentalmente, com vários outros: — D. João Pacheco Pereira Coutinho, D. João Pereira Pacheco, D. João Pereira Coutinho e Pacheco, D. João Pacheco, etc.



D. João Pereira Coutinho Pacheco de Sousa

Quadro pertencente ao Ex.mo Senhor
António Luís Pereira Coutinho de Vilhena

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

D. João, era filho de António Luís Pereira Coutinho de Vilhena, Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real, Oficial da Armada Real, 5.º Senhor do Morgado de Soydos, no termo de Santarém, etc. e de sua mulher, D. Apolónia Maria Pacheco de Sousa, Dona da Câmara das Rainhas D. Mariana Vitória e D. Maria I, etc., cujas famílias se podem encontrar, um pouco mais longamente estudadas, no «Livro de Oiro da Nobreza» ([15]).

O Balio, D. Frei Francisco Xavier, era filho de João Pacheco de Sousa, Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real, Comendador de Santa Maria de Moreiras, na Ordem de Cristo, 5.º Senhor do Morgado de S. Bento da Saúde, em Lisboa, etc. e Familiar do Santo Ofício ([16]) — irmão de D. Apolónia Maria, acima referida — e de sua mulher D. Ana Josefa de Almeida Silva e Vilhena, cuja mãe — D. Engrácia Maria Pereira Coutinho de Vilhena — era irmã do acima mencionado Morgado de Soydos, António Luís Pereira Coutinho de Vilhena.

O sangue dos Almeidas, existente nas veias do nosso Balio, foi de preclara origem e representava um curiosíssimo caso genealógico; na verdade, segundo Braamcamp-Freire ([17]), tratava-se, indubitàvelmente, do mesmo que havia sido prodigalizado pelo valoroso Duarte de Almeida, «O Decepado» da Batalha de Toro, visto o Balio ser lídimo descendente daquele Manuel Alexandre de Almeida e Silva, referido por Braamcamp.

Antes de me alongar em cogitações, reproduzirei as duas cartas luso-espanholas, a fim de, conjugando todos os elementos ao meu alcance, tentar uma pequena digressão, através esse cantinho do passado onde os retratados de Braga sentiram os seus anceios — maiores, por certo, que eles próprios... como todos os anceios — alcançaram os seus triunfos — pequenos, sem dúvida, comparados com a ambição de cada qual... como todos os triunfos — sofreram, sorriram e voltaram ao impalpável pó, do qual apenas se exala e perdura a memória — que não é pó, porque é vida, porque é espírito.

Ambas as cartas foram subscritas por D. Diogo José de Noronha, Conde de Vila-Verde, Conselheiro de Estado, Ministro Assistente ao despacho do Príncipe Regente (Depois D. João VI), Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Gentil-homem da Câmara do mesmo Príncipe, Grão-Cruz

---

([15]) Drs. Domingos Affonso e Rui Valdez — «Livro de Oiro da Nobreza» — Braga, 1934 — Vol. III, págs. 697 e segs.

([16]) Torre do Tombo — Processos de Habilitação a Familiar — João — Maço 53, Deligências, 159.

([17]) «Brazões da Sala de Cintra» — 2.ª ed. — Vol. II, pág. 339.

de S. Tiago de Espada, Cavaleiro do Tusão de Ouro e da Legião de Honra, Inspector da Direcção dos negócios de Roma e, ali, Ministro Plenipotenciário, bem como em Madride e em Paris, Secretário de Estado da Casa de Bragança, Presidente da Junta do Comércio, Deputado da Casa do Infantado, Inspector da Biblioteca Pública de Lisboa, do Jardim Botânico, do Museu de S. A. R., Sócio honorário da Academia das Ciências de Lisboa, etc., filho de D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa, Marquês de Anjeja, de juro e herdade, Conde de Vila-Verde, Gentil-homem da Câmara da Rainha D. Maria I, Ministro Assistente ao despacho do Gabinete, etc., e de sua segunda mulher e prima D. Francisca de Assis Rita de Noronha, Comendadeira do Torrão, na Ordem de Santiago, filha dos 5.os Marqueses de Marialva ([18]).

A primeira carta está assinada com o nome e apelido do seu autor, não com o título; assim tinha de ser, nessa data titulava-se com o mesmo, seu irmão D. José Xavier, Marquês de Anjeja.

Os dois originais reproduzidos fazem hoje parte do meu pequeno arquivo familiar. Aqui os copio, centenários, tirando-os do seu longo olvido:

> *Creya V. S.ª que tinha sentido muito não ter novas suas, porque na verdade me interesso nellas, e ainda que V. S.ª se queixa de não passar bem, confesso lhe que me daria mayor cuidado, se se não queixasse, por que então estranharia muito vêr que V. S.ª mudava de génio, e de custume, conhecendo que tem entre as outras virtudes a da Constancia, como experimento no favor que me continua a fazer nessa Côrte.*
>
> *Supponho ter devido a V. S.ª o agradecer com as expressoens de mayor respeito à toda a Real Familia Catholica as honras que me fazem, e para mostrar o meu reconhecimento dezejara, que constasse a S. Magd.e, e a Suas Altezas, que eu as confesso em toda a parte com a mayor vaidade, e com grande sentimento de as ter logrado tão pouco tempo.*
>
> *Dou a V. S.ª os parabens da tomada do Forte de S. Philipe, e tãobem lhos dou da grande parte, que seu Sobrinho teria nesta acção, queira V. S.ª darlhos a elle em meu nome, e ambos devem*

([18]) Vide: «Resenha das Familias titulares e Grandes de Portugal» de Silveira Pinto — Vol. I, pág. 109 — e «História de Portugal» — ed. de Barcelos — Vol. VI, págs. 265, 270, 277, 293 e 310.



D. Frei Francisco Xavier Pacheco de Vilhena Coutinho Almeida e Silva

Quadro pertencente ao Ex.mo Senhor
António Luís Pereira Coutinho de Vilhena

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

crêr, que eu tenho grande interesse em tudo quanto lhe pertence: quanto terão nesta materia conversado, e discorrido os nossos Generaes, e o nosso bom Amigo Marquez de Llano, de todos me lembro muito, e me faz grd.ᵉ saudade a boa Conversação; deixeme V. S.ª por hum pouco metter nella, os Inglezes tem levado fortes golpes, dizem que a Jamaica he o objecto da proxima Campanha, he natural, que lhe succeda o mesmo, por que alem de terem lá muito menos forças, combattem com inimigos victoriosos e cheyos de gloria, que dá dobrado animo; mas quem me manda a mim metter em Cousas deste mundo, não vou para a Trapa, por que ainda me não desenganão de todo estes Douctores, mas se as minhas molestias mo permittirem, no principio d'Abril hirei continuando na minha peregrinação para a Corte de Roma, Se V. S.ª quizer Camandulas, reliquias, ou indulgencias, não tem mais que mandar mo; porem V. S.ª não cuida por hora em nada destas cousas, ainda que lá me lembra, que pode querer hum Corpo de hum Santo para a Sua Tribuna, tomára que tivesse esta devoção, porque me dava o gosto de o servir, e eu certamente dezejo ter muitas occasioens disso

D.ª guarde a V. S. mªaª. Paris 25 de Fevreiro de 1782

M.ᵗᵒ fiel am.ᵒ e m.ᵗᵒ obrigd.ᵒ aVS.ª

D. Diogo de Noronha

Ill.ᵐᵒ e Ex.ᵐᵒ Sñr.

Attendendo mais á preguiça, que conheço em V. Ex.ª para escrever' do que à quillo que pedia a minha amizade, não tenho escripto até agora a V. Ex.ª mas não posso deixar de lhe dizer nesta ocasião, que Sua Alteza Real o Principe Regente Meu Amo; Houve por bem Despachar a seu Sobrinho o Sr. Marquez de Soidos, concedendo-lhe a administração do Reguengo do Cartaxo, em sua vida; e devo segurar a V. Ex.ª que com grande gosto meu cumpri a Ordem de Sua Alteza Real, mandando lavrar o Decreto, que corre pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, que actualmente me está Confiada. Dou os Parabens a

V.Ex.ª e já os dei ao Snr. Dom Francisco Pacheco, que aqui me veio ver, queixandose sempre, mas agora com alguma rezão, porque o achei abatido, e com grande toce (19).

Dezejo que V.Ex.ª passe bem, e que depois de ter merendado o seu Chocolate, e comido muita fruta, tenha huma Partida comoda de Trezillo, em que possa ralhar, e ganhar como fazia sempre comigo. Não me esqueço disto, porque conservo a memoria do que devi a V.Ex.ª se alguem lá a conservar de mim, queira V.Ex.ª dar-lhe recomendaçoens minhas, e acreditar que he

Maior am.º e serbidor de VEx.cia
q s M b

Ill.mo e Ex.mo Snr. Dom João Pacheco

Conde de Villa verde

Porcalhota em 29 de Agosto
de 1805./.

Das cartas transcritas, a primeira foi enviada num período de violentas complicações mundiais, perturbadoras das relações entre os povos, quer no ponto de vista diplomático, quer no ponto de vista militar e guerreiro.

Recordemos um pouco:

Conquanto já em vislumbres de finalidade, ainda esbravejavam os ódios fraternais, provocados pela campanha da independência Norte-Americana, com a qual a Gran-Bretanha se não conformava — reagindo. A França e a Espanha apoiavam os coloniais separatistas e procuravam associar-nos às suas combinações e aos seus objectivos, nitidamente anti-britânicos. O Governo de D. Maria I pugnava — com extraordinária dificuldade, mas, inalterável persistência — pela política neutral, cambaleando

(19) De facto, D. Francisco morreu cerca de 6 meses depois. Pelo seu tipo físico e pela «toce», a que o Conde de Vila-Verde se refere, não estou longe de crer que morreu com algum achaque pulmonar — Vide, no Arquivo de S. Vicente, anexo à Torre do Tombo, o registo do seu óbito, lavrado nos livros da Freguesia de Arroios — Lisboa — em 3 de Março de 1806.

entre os escolhos de engenhosas transigências, oferecidas custosamente, como panaceias acalmantes, às duas irreconciliáveis facções. Isto, enquanto a Inglaterra, sofismando tratados, usava — abusando — da fraqueza material do nosso Governo e da boa-vontade, muito generalizada, dos portugueses, individualmente considerados.

A França, a Espanha e a própria União Norte Americana, premiam o Governo português, com todos os meios ao seu alcance. As dificuldades, dia a dia mais assoberbantes, levaram a Rainha D. Maria I — fortemente instada pela Imperatriz Catarina da Rússia — a assinar, com ela, uma convenção, pela qual os dois respectivos países se solidarizavam, quanto à atitude futura, na exigência de responsabilidades e indemnizações, a pedir pela actividade guerreira dos navios beligerantes.

A dolorosa neutralidade portuguesa foi coroada do melhor êxito, terminando pelo reconhecimento da independência, aos Estados Unidos, em 15 de Fevereiro de 1783.

São incidentes desta campanha os que o futuro Conde de Vila-Verde refere, na aludida carta para D. João Pacheco Pereira Coutinho, evocando, a esse propósito, a presença espiritual, muito querida e justamente apreciada, dum grande amigo comum: o Marquês de Llano. Entre esses incidentes, avulta a tomada do forte de S. Filipe, na Minorca, investida secretamente preparada em Espanha — após a quebra do bloqueio de Gibraltar, pelo Almirante Darby — a qual foi levada a cabo, no dia 5 de Fevereiro de 1872, por 8.000 soldados espanhois e 4.000 franceses, respectivamente comandados pelo Duque de Grillon, pelo Conde de Falkenhayn e pelo Marquês de Bouzols ([20]).

Não me é possível identificar o sobrinho de D. João, lembrado pelo conde, a propósito da tomada do Forte de S. Filipe, porém — imagino — seria, talvez, qualquer sobrinho afim, por parte de sua mulher, D. Teresa Petronilha de Montoya Maldonado y Escrivano, espanhola e filha de D. Gaspar de Montoya Maldonado e de D. Josefa de Escrivano.

Na eventualidade dum sobrinho consanguíneo — não de todo impossível, dada a neutralidade portuguesa — este só podia ser o 2.º Marquês de Soydos, D. António Luís José Francisco Xavier, realmente Coronel, figura de sereno vigor, apadrinhado, na pia baptismal, pelo carinho duma grande personalidade, futuramente trágica: — D. José Mascarenhas, Marquês de

---

([20]) D. António Ballesteros y Beretta — «Historia de España y su influencia en la Historia Universal» — Barcelona, 1929 — Tomo V — pág. 212.

Gouveia, Mordomo-mor, mais tarde Duque de Aveiro e justiçado pelo incerto destino das paixões humanas.

A segunda carta publicada surgiu, também — recordemos, novamente — numa época de intranquila espectativa. Há três anos apenas, as tropas espanholas haviam talado o solo português, executando a arremetida, insuflada pela França, que nos levou Olivença. Em Madride, desde 1804, estava vitorioso o chamado «partido francês», e, no horizonte, desenhava-se o espectro do futuro tratado de Fontainebleau, das invasões francesas e da fuga da Família Real Portuguesa para o Brasil, medida acertada — de alta visão, naquele momento — porém, impulsionadora de mais uma derrocada, no Império Português.

★

Observando os retratos, atentando nos cargos, analizando as cartas, nenhuma dúvida nos fica de enfrentarmos duas personalidades portuguesas, com notável destaque, na vida luso-espanhola da sua época.

Seria curioso aprofundar os parcos elementos documentais que, sobre elas, possuo, rebuscando arquivos, tanto espanhois como portugueses. Essa tarefa, porém, excede os limites deste minguado escrito e ocupar-me-ia um largo tempo, absolutamente fora das minhas disponibilidades e talvez, também, fora do merecimento relativo atribuível ao estudo proposto.

Todavia, a simples ponderação das duas personalidades focadas chega, quanto a mim, para lhes atribuirmos suficiente valor genérico e especulativo.

Assim, vou-me inclinar um pouco sobre a pequenina fresta, rasgada nesse passado distante, e meditar, interpretando, a lição colhida dessas interessantes e significativas existências.

D. João foi levado, criança ainda, para a Corte Espanhola, durante o reinado de El-Rei D. Filipe V — de quem foi pagem, ao que se diz, muito querido — pouco mais ou menos na altura em que sua tia, D. Teresa Pacheco de Sousa ([21]), deixou Portugal, no séquito da Princesa, depois Rainha de Espanha, D. Maria Bárbara de Bragança. Seu primo, D. Frei Franxisco Xavier, fixou-se em Castela, nos alvores da sua mocidade, cerca da mesma época e sob a mesma custódia familiar.

Não me consta, não vejo qualquer referência ou prova, pela qual sejamos compelidos a aceitar a perda de nacionalidade por parte de qualquer dos dois primos. O caso é, sem dúvida, bastante estranho, todavia,

([21]) Irmã inteira da Mãe de D. João, anteriormente referida.

essa estranheza será minorada se atentarmos na cronologia dos factos. Atentemos pois: A independência, pela idade e pela fixação na vida, de D. João e D. Francisco — consequentemente: a capacidade de escolha — coincidiu com o reinado de Carlos III, príncipe de larga transigência para os estrangeiros, num critério compreensível, ao recordar o destino que o fizera Rei de Nápoles, país onde estabelecera contactos, amizades e dedicações, as quais, raramente, desejou abandonar. É histórico o seu apreço, a sua deferência, por D. José Fernandes de Miranda, Duque de Losada ([22]) — esse, de origem espanhola, mas, seu servidor em Nápoles — é histórica a sua doutrina, de inveterado apego aos vários servidores do Paço, doutrina bem sentida e, por ele próprio, assim formulada: «que él no abandonaba ni dejaba a nadie, y que asi no queria lo dejasen» ([23]). É histórica a estima, contagiosa e envolvente, pela qual prendia os seus cortesãos, todos mantidos em espontânea e desvelada correspondência. Tal atitude merece o justo comentário do Conde de Fernan-Nuñez: «Bien lo merecia, pues trataba como hermanos y amigos a los que tenían la honra de servirle, y les cobraba un verdadero cariño, a que era difícil no corresponder» ([24]). É igualmente de ponderar a mentalidade régia, desabrochada na escola do seu tempo — «O Despotismo esclarecido» — e logo se compreenderá como, sendo este o seu pendor de homem, devia sentir a *obrigação* de o impor como Rei. Torna-se, à luz dos princípios coevos, curiosíssima de interpretação a atitude mental que o faz pronunciar esta frase, paternal e impositiva: «Mis vasallos son como niños, lloran cuando los lavan» ([25]).

Não me posso pronunciar, cabalmente — repito — sobre a eventual naturalização de qualquer dos dois primos, porém, a conclusão a tirar de todas as suas acções conhecidas — principalmente das de D. João — é, com certeza, esta: Ambos representavam um caso típico de atitude hispânica, sem a menor quebra do brio lusitano, sem o menor desinteresse pelo país onde se haviam acolhido, entre afectos e deferências.

Pormenorizemos:

Na sua intimidade atenciosa, com insofismáveis e confessados desejos de se tornar agradável, o Conde de Vila-Verde afirma a D. João Pereira Coutinho: «...Conservo a memória do que devi a V.ª Ex.ª...» (2.ª carta). Ora, se nos recordarmos como o Conde, nos longos anos da sua vida, sem-

([22]) Conde de Fernan-Nuñes — «Vida de Carlos III» — Madride, 1944—pág. 118.

([23]) Idem — pág. 119.

([24]) Idem.

([25]) D. Antonio Ballesteros y Beretta — «Historia de España y su influencia en la Historia Universal» — Barcelona, 1929 — Tomo V, pág. 219.

pre representou o papel de agente diplomático e Embaixador de Portugal, através todo um período dificílimo, — com a Espanha, internacionalmente adversa e nem sempre leal — é de concluir o extraordinário valor desta afirmação e mostra-nos até onde D. João devia ter atenuado as dificuldades do Embaixador, na vizinha Corte.

Não é de menos valia, nem menos conclusiva, a franqueza com que esse diplomata, embora sem largas confidências, *escreve* (1.ª carta) uma opinião derrotista, a respeito da Inglaterra, precisamente quando Portugal fazia o seu jogo internacional no sentido de contentar os ingleses, os espanhois e os franceses. — E tal opinão era *escrita* para um homem que pertencia à Corte de Castela! Pode existir qualquer dúvida sobre a sua inteira confiança em D. João? Pode presumir-se qualquer suspeita sobre a sua lealdade ao país que lhe fora berço? — Não creio, principalmente, se tivermos em justa consideração a longa prática e absoluto conhecimento que o Conde de Vila-Verde, nunca afastado da luta diplomática, tinha dos homens e de todos os acontecimentos, deste momento histórico, quer como Embaixador que havia sido, em Madride e em Paris, quer como Ministro do Reino, aqui, em Portugal.

Pois, atravessando todo esse espaço de tempo, incerto na amizade, então mais do que duvidosa, daqueles dois países, mantém absoluta confiança e visível reconhecimento a D. João — que desejava presentear com o corpo dum Santo (!), relíquia para a sua tribuna (1.ª carta) — e ao qual conhece bem, no feitio e na intimidade da vida, pois entra nos mais íntimos pormenores da sua maneira de ser: a merenda do chocolate e de muita fruta, o jogo do *trezillo*, cheio de ralhos e asperezas — mesmo ganhando — como, afinal, se presume, tratando-se dum já idoso valido daqueles paços reais, encastoados no coração de Castela (2.ª carta).

É essa a atitude do Conde de Vila-Verde para com D. João Pereira Coutinho. Teria, assim, ele incorrido, alguma vez, na suspeita e no desagrado dos Príncipes Castelhanos, ou dos seus ministros? — Nunca; D. João conservou, na Corte de Castela, a mesma posição, o mesmo prestígio e influência, até à sua morte, tendo sido mesmo uma das poucas pessoas — estranhas à Família Real — que, por testamento, receberam legados da Rainha D. Maria Bárbara de Espanha ([26]).

Esta inatacável posição não resultou ùnicamente da estima concedida

---

([26]) «Cláusulas Portuguesas do testamento da Rainha D. Maria Bárbara de Espanha» — Porto, 1943 — Comunicação apresentada pelo autor à 7.ª secção do Congresso Luso-Espanhol do Porto, 1942.

pelos seus régios senhores e amigos. Se o ministro português lhe patenteia gratidão, o célebre ministro castelhano, Conde de Floridablanca — conquanto mais formalista, pela índole do seu sangue — mantém uma atitude semelhante à do seu colega português. Assim, anos antes — porém, sempre dentro do mesmo malfadado tempo de intrigas e velados dissentementos — o famoso ministro, aproveitando a possibilidade de lhe revelar a régia mercê do título de Marquês de Soydos, a favor de seu irmão mais velho, imediatamente se apressou a dar-lhe, *em particular*, «la enorabuena», com a mesma atitude deferente e pela seguinte maneira:

> «*En atencion á los meritos y buenos servicios de VS. y al lustre de su Casa y familia, ha venido el Rey, condescendiendo á la suplica de VS. en conceder á D.n Geronimo Pereyra Coutinho Pacheco de Villena, hermano primogenito de VS. titulo de Castilla con la denominacion de Marques de los Soydos, con los Honores y tratamiento de Grande unidos á él, para si, sus hijos y succesores legitimos en el Mayorazgo de Soydos perpetuamente: lo que participo á VS. para su satisfaccion, dandole la enorabuena.*
>
> *Dios g.de á VS. m.os a.os*
>
> *S.n Lorenzo 31. de Oct.re de 1785*
> *El Conde de Floridablanca*
>
> *S.r D.n Juan Pereyra Pacheco*

★

Num outro momento, histórico para os dois Reinos peninsulares, exerceu D. João notável influência; aquela influência, acalentada nos bastidores da Corte, onde os arranjos diplomáticos precedem — quantas vezes? — a própria diplomacia.

Mantendo, inflexível, uma atitude discreta — grata à sua difícil posição — vai auxiliando sempre as pretensões portuguesas, nos limites correctos do seu serviço espanhol.

Assim, seguindo a tradição familiar, foi ele quem preparou, extra-oficialmente, o caminho do Embaixador português, Marquês de Louriçal, na sondagem a tentar, sobre as possibilidades dum matrimónio, entre o Príncipe D. João — futuro D. João VI — e a Princesa D. Carlota Joaquina de Espanha.

É certo, não posso apresentar documento indiscutível duma tal tradição. Todavia, ela sempre existiu — oral *e escrita* — entre os membros da

família — mesmo durante o ciclo histórico em que a Imperatriz-Rainha, D. Carlota Joaquina, vilipendiada, denegrida, não era de considerar, perante a doutrina oficial, uma boa adquisição para a Coroa portuguesa.

Estudemos, dentro das possibilidades, dentro do âmbito deste pequeno escrito, tão curiosa minúcia histórica.

A Rainha D. Maria I havia proposto a Carlos III o casamento do Príncipe D. João com a filha mais velha do Rei de Nápoles — neta daquele soberano — ou com uma sua sobrinha, filha do Duque de Parma. Carlos III adiava a resposta, com visível alheamento, pronúncio de outros objectivos pessoais. É então que o Marquês de Louriçal «propõe a Floridablanca, como coisa sua, o casamento com a Infanta Carlota Joaquina» ([27]) — Acertou! — Eram esses os ocultos desejos do Monarca espanhol.

Como foram eles adivinhados pelo Embaixador português, tratando-se duma pequenina princesa, cujos diminutos anos mal ultrapassavam os números dígitos? — Como os adivinhou, numa altura de manejos diplomáticos secretíssimos — tendentes a desnortearem o Embaixador de França, adverso ao casamento — e quando o Conde de Foridablanca, acuidadado, «trató este asunto con el mayor secreto hasta que estuvo enteramente concluido» ([28])?

Porque teria sido concedida a mercê do título de Marquês e de Grande ao irmão de D. João, a pedido deste, precisamente poucos meses depois de realizado o principesco casamento luso-espanhol? — porque se teria mencionado expressamente na Carta de título, entre os serviços prestados, justificando tão alta mercê, um, digno de especial referência, praticado «en los encargos y Comissiones que le he confiado» quando da recepção «del Embaxador extraordinário de la Reina Fidelíssima mi Sobrina, en su entrada para pedirme á la Infanta Doña Carlota Joaquina mi nieta por esposa del Infante de Portugal Don Juan»? ([29]).

([27]) Dr. Caetano Beirão — «D. Maria I» — Lisboa, 1934 — pág. 313.

([28]) Conde de Fernan-Nuñes — «Vida de Carlos III» — Madrid, 1944 — II parte, Capítulo IV, pág. 378.

([29]) Trancrevo a Carta de Título, na parte que interessa:

«Don Carlos por la gracia de Dios, Rey de Castilla, de Leon, de Aragon, de las dos Sicilias, de Jerusalén, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galicia, de Mallorca, de Menorca, de Sevilla, de Cerdeña, de Córdoba, de Corcega, de Murcia, de Jaén, de los Algarbes, de Algecira, de Gibraltár, de las Islas de Canaria, de las Indias Orientales y Occidentales, Islas y Tierra firme del mar Oceano. Archiduque de Austria, Duque de Borgoña, de Brabante y Milan, Conde de Abspurg, de Flandres, Tiról y Barcelona, Señor de Vizcaya y Molina etc. — Porquanto en atencion à los méritos y buenos servicios de Don Juan Pereyra Pacheco, Caballero de la Orden de Santiago, demi Consejo

Sinceramente, julgo de aceitar a tradição: o serviço prestado — e outro não se descobre nos relatos circunstanciados da época — deve ter consistido na discreta agência duma mediação insuspeita. Quem, melhor do que D. João, podia adormecer o faro diplomático dos representantes estrangeiros, quando era absolutamente natural a um português falar com o Embaixador de Portugal, e, a um Camarista de serviço efectivo e Conselheiro do Estado espanhol, falar com um Ministro do Rei, a quem ambos serviam quotidianamente, nos seus respectivos cargos? Pode, talvez, objectar-se com a existência, na Carta de Título, de outros serviços, referidos em conjunto com este, aos quais se não descortina o valor, o mérito real; no entanto, é de reflectir, demoradamente, em toda a transcendência e significado da Embaixada Marroquina — a qual coroava e consolidava uma nova política africana do Governo de Madride — e também no aspecto difícil das subtis negociações com o Vaticano. Ignoramos qual o grau da interferência de D. João, nestes outros factos históricos; contudo, justamente pela nossa ignorância, não podemos concluir, diminuindo o seu valor, quando o Rei e o Governo os enalteciam e galardoavam, com grandiosas e prestigiadíssimas mercês.

---

en el de Hacienda, mi Mayordomo y Gentilhombre de Cámara con entrada; y señaladamente á los executados en los encargos y Comisiones que le he confiado en estos últimos tiempos para el acompañamiento en Jornada y comitiva de la difunta Reyna Madre de Portugál mi hermana, en su venidad à mi Corte, y vuelta à la frontera de aquel Reyno: para las entradas, audiencias y asistencias de los Nuncios Apostólicos extraordinarios destinados à la presentacion de Faxas à los Infantes mis nietos: de los Embaxadores de su Magestad Marroquí; y últimamẽte del Embaxador extraordinario de la Reina Fidelísima mi Sobrina, en su entrada para pedirme à la Infanta Doña Carlota Joaquina mi Nieta por esposa deel Infante de Portugal Don Juan; y en atencion tambien al notorio lustre de la Casa y Tronco de Pacheco del antiguo solar de Ledesma, de que ha hecho constar ser legítimo descendiente; y à los servicios que sus ascendientes hicieran a mi Corona desde el tiempo del Señor Felipe Segundo, señaladamente el Maestre de Campos Juan Alvarez de Fonseca Coutinho, su sexto avuelo; y à instancia y Súplica del mismo Don Juan Pereyra Pacheco; Por Decreto señalado de mi Real mano de primero de Noviembre de mil setecientos ochenta y cinco, que se publicó en el mi Consejo de la Cámara en quatro de el mismo, vino en conceder à Don Gerónimo Pereyra Coutinho Pacheco de Villena, Caballero Profeso en la Orden de Christo, Fidalgo de la Real Casa de su Magestad Fidelísima, Señor donatario de los Derechos Reales de Cartajo y sus Lugares anexos, y del Mayorazgo de los Soydos y otros, su hermano primogénito, Titulo de Castilla con la denominacion de Marqués de los Soydos, y los honores y tratamiento de Grande nidos à él, para sí, sus hijos y Sucessores en el Mayorazgo de los Soydos nacidos de ligítimo matrimonio, perpetuamente...» Esta cópia é feita por uma pública-forma autêntica, que possuo, legalizada no Consulado Geral de Espanha, em Portugal, no dia 10 de Abril de 1817.

É patente a actuação hispânica de D. João, vendo-o, como temos de o ver, na permanente aceitação e defesa dos duplos interesses Peninsulares; porém, quão notável se torna a atitude — para nós menos conhecida, na minúcia — do Balio, D. Frei Francisco Xavier, detentor duma comenda em cada uma das duas Nações, fazendo a sua brilhante vida militar por Castela, tendo mesmo postos de comando fronteiriços a Portugal, mas, agindo por maneira a continuar no serviço da Casa Real Portuguesa e a ter a deferência amistosa do próprio Ministro do Reino! — Assim, e com a paz na consciência, foi-lhe possível, terminado o seu serviço em Espanha, vir descançar e morrer, tranquilamente, na terra portuguesa, bem junto dos seus maiores.

Com homens desta formação, em posições eminentes e poderosas, junto aos dois Governos Ibéricos, o benefício da mútua compreensão e entendimento devia encerrar largas possibilidades de acalmia, ao surgirem todos os inevitáveis conflitos dos ambiciosos e desencontrados interesses!

Evidentemente, nunca, entre os homens — como entre as Nações — a concordância absoluta será atingível, pela impossibilidade natural dum completo condicionamento de desejos e ambições — afinal inerentes à própria natureza humana. É, porém, possível — com exemplos fáceis de verificar, històricamente — a criação de fórmulas, susceptíveis de influenciar a disciplina interior, as quais, transformadas em mística espiritual, permitam alcançar um nível muito mais elevado de generosidade e auto-domínio.

Hoje, diminuídas as personalidades individuais, no sacrifício máximo à engrenagem do Estado, não é fácil de compreender o homem, até certo ponto independente, no seio da colectividade, agindo segundo normas próprias de conduta, auto-impostas apenas pela própria consciência e pela mística dum dever superior; isto é: — pela honra.

Essa honra, assim transformada em culto e em razão de ser, assemelhava-se a um tribunal íntimo, onde cada qual, ao mesmo tempo, actuava como juiz e como réu. Cheio de razão, assim observa Gabriel Marcel: «Honra, nobreza supõem certa interioridade, ou mais precisamente, não só uma consciência mas um esforço de justificação perante si mesmo» ([30]).

O permanente tribunal íntimo, onde as testemunhas não mentiam e os advogados não sofismavam, gerava certezas e forças que permitiam, confiadamente, singrar entre a porcela, sem quase nunca sossobrar — mesmo refervendo a borrasca mundana, nos pináculos da existência representativa. Assim, certamente, se pode explicar a vida dos dois primos, aqui retratados — D. João e D. Francisco.

([30]) Gabriel Marcel — «Os homens contra o homem» — Porto, s/d.—págs. 173-4.

«L' honneur, ce grand principe monarchique, planté dans tous les coeurs... comme un phare, éclairait les moindres actions, animait les moindres pensées»... ([31]) dizia o velho Balzac, no seu profundo conhecimento dos homens e das instituições, a propósito duma família-símbolo da tradição antiga.

A mística, na orgânica tradicional das Monarquias, ainda não se afundara de todo — e essa orgânica assentava, intrìnsecamente, no sentimento da honra. Tal fenómeno social era tão nítido, tão nítido, que — mesmo na altura de estremecer e derruir o vetusto arcaboiço monárquico — a arguta e insuspeita inteligência de Montesquieu proclamava a honra como base essencial do regimen monárquico ([32]).

É certo, Montesquieu — homem da viragem, na qual o pensamento humano preparou a Revolução francesa — conquanto reconhecesse essa verdade, considerava a honra tradicional como — um preconceito. Todavia, verificou: esse preconceito, tornado mística do indivíduo, impelia o homem para o bem comum. — «...Chacun va au bien commun, croyant aller a ses intérèts particuliers» ([33]).

Perdidos os sentimentos tradicionais, Montesquieu — tendo, conscientemente, *estudado* o problema — já não conseguiu *senti-lo*. Na verdade, qualquer mística é, *independentemente dos conceitos geradores*, uma realidade efectiva — porque existe, porque impele, contendo, em potência, todas as possibilidades de realização.

Torna-se, assim, profundamente merecido o comentário feito, a esse propósito, por Funck-Brentano: «...toutes les conventions qui font les sociétés deviennent des préjugés du jour ou elles ne concordent plus avec les moeurs» ([34]).

Porto, 8 de Outubro de 1955.

([31]) H. de Balzac — «Cabinet des antiques» — publicado em conjunto com: «Les Rivalités» e «La Vieille Fille», nas «Scénes de la vie de Province» — Paris, 1857 — pág. 196.

([32]) Montesquieu — «De l'esprit des lois» — Paris, 1871 — L.° III, Cap. VI e VII — págs. 24-5.

([33]) Idem.

([34]) Frantz Funck-Brentano — «L'ancien Regime» — 73.ª ed., pág. 99.

A Dominação Árabe e a Toponímia a Norte do Douro

pelo Dr. ANTÓNIO LOSA

I

INTRODUÇÃO

Panorama da Toponímia a Norte do Douro

Na sua mudez aparente e milenar, o solo que habitamos guarda o segredo das múltiplas acções e reacções dos povos que o pisaram.

A história do homem e da sua obra, por vezes tão difícil de escrever, mantém-se, muito embora fragmentária, na denominação das terras que nos foram berço e serão túmulo.

Povos e povos se sucedem no usufruto duma nesga de terreno. Os homens passam, os nomes ficam.

Numerosos idiomas se sobrepõem, assimilando-se ou deixando-se assimilar pelos preexistentes. Abundante espólio desses falares, que ninguém hoje seria capaz de reconstituir, está preso, há centenas, senão há milénios, à geira que o bronco lavrador rega com o suor do seu rosto.

Grande proveito colherá a geografia linguística no dia em que consultar os livros das matrizes das várias povoações. A história da língua não pode ser escrita sem entrar em linha de conta com os preciosos dados que a toponímia lhe fornece.

A história económica não pode ser indiferente tal estudo. Senão vejamos um exemplo: As populações da costa norte do País, desde a Foz do Douro a Caminha, que temperam as comidas com o sal que Aveiro lhes dispensa, ignoram que na foz de cada um dos seus rios — Douro (em Maçarelos), Leça, Ave,

Cávado (na margem direita), Lima (nas duas margens, na Meadela e em Darque), Minho (em Seixas) — se explorou, durante centenas de anos, mais ou menos abundantemente, a indústria salineira. Tal indústria cessou há muito tempo e já mal se lhe conservam vestígios, a não ser (excepção feita para Matosinhos, onde são ainda visíveis duas das comportas, e em Viana, onde seria fácil fazê-la reviver) os nomes de *Salinas*, em Esposende, Viana e Caminha; ou de *Marinhas*, na foz do Leça (1). Desapareceu aquela fonte de riqueza, que havia sustentado portugueses e estrangeiros de tempos idos, certamente porque outras nascentes brotaram, por certo mais caudalosas e mais sedutoras. A toponímia, porém, guardará religiosamente a sua memória através dos tempos.

A epopeia do homem da charrua, desbravando matagais, desalojando as feras dos seus covis, manter-se-á eternamente através das designações de *Raposeiras*, *Golpilheiras* ou *Corpilheiras*, que hoje denominam pingues várzeas ou prados verdejantes.

Vasto museu de história natural, todas as espécies vegetais que deram conforto ou sustento aos nossos maiores estão representadas no onomástico das terras em que florescem. Assim, é a vinha com as *Uveiras*, os *Vinhais*, os *Vinhedos* e os *Viduedos;* as árvores frutíferas com a *Pereira*, a *Maceira*, a *Macieira* e o *Macedo;* a *Figueira*, o *Figueiredo* e *Figueiró;* a *Ameixieira*, a *Meixeira* e o *Meixedo;* a *Moreira* e a *Amoreira;* o *Castanheiro* e a *Castanheira;* a *Oliveira* e o *Olival;* as *Laranjeiras;* as *Nogueiras* e *Nogueirós;* as árvores florestais e os arbustros silvestres: o *Pinho*, o *Pinhal* e o *Pinhel;* o *Carvalho*, a *Carvalha*, o *Carvalhal*, o *Carvalhido* e a *Carvalhosa;* o *Reborido* e o *Reboredo;* o *Sobral*, o *Sobreiro*, a *Sobreira* e o *Sobrado* mais o *Sobradelo;* o *Louro*, o *Louredo*, o *Lourido*, o *Louridelo*, o *Lordelo* e a *Lourosa;* o *Freixo; Canas, Canedo, Canidelo, Candal;* os *Sanguinhais;* a *Giesta*, a *Giesteira*, o *Giestal* e a *Giestosa;* o *Urjal* e *Urgeses* (ambos formados de *urze*); o *Codeço*, a *Codeça* e a *Codeçosa;* a *Alfena* e *Alfenados;* a *Murteda* e a *Arrifana;* a *Junqueira* e o *Juncal;* o *Amiar* (por Amial); o *Salgueiro* e a *Sabugosa;* a *Gramosa* e a *Gramela;* o *Rabaçal* e a *Rabaceira*. É a pastorícia com os: *Prado, Busto, Bustelo, Penso* e *Penselo*. É a configuração e constituição do terreno: o *Montalegre*, o *Montesinho*, o *Valongo* e o *Valbom;* os *Outeiros* sem conta; a *Pena*, a *Peneda*, a *Penha*, a *Penacova*, a *Penela* e a *Penhascosa* e o *Penedo;* o *Seixo, Seixas, Seixido* e *Seixosa;* o *Barro*, o *Barrio*, o *Barreiro, Barrosas* e *Barral* além dos *Barrancos*, que apresentam a mesma raiz; é a *Fraga* e o *Fragoso;* a *Lage, Lanhas* e *Lanhoso;* a *Lama*, o *Lameiro*, a *Lamosa*, o *Lamoso* e a *Lamela;* a *Várzea*, a *Varziela* e a *Varge* ou *Barge* (segundo o falar nortenho); o *Campo*, o *Campelo* e o *Campi-*

(1) Como mais longamente se mostrará em outro trabalho.

nho; a *Agra,* a *Agrela* e o *Agrelo;* a *Corte,* a *Cortinha,* o *Cortelho* e o *Cortinhal;* as *Chousas* e as *Chouselas;* são as *Regadas,* os *Sequeiros* e *Sequeiras,* as *Vessadas,* as *Cavadas* e os *Chantados* (ou *Plantados*).

É a Idade Média com as suas terras distribuídas pelas classes preponderantes, com o rei à cabeça. Daí: *Real, Vila de Rei, Pomar da Rainha, Reguengos.* Ou são as velhas terras *Aforadas,* os Foros. As ordens religiosas e a mitra com os seus *Coutos* e *Coutadas.* Os conventos, que ministravam o pão do espírito e cultivavam zelosamente o do corpo, deixaram por vezes o nome ligado a terras muito distantes da sua sede. É o caso do lugar do *Bouro,* sito a quilómetro e meio de Esposende. Os destacamentos militares recordam-se nos vários *Besteiros.*

O desporto da caça ao porco montês, tão querido de D. João, Mestre de Avis, que o descreveu maravilhosamente no *Livro da Montaria,* perdura no nome duma freguesia de Viana — S. Lourenço da *Montaria* — e nas várias *Armadas,* que se encontram espalhadas pelo Alto Minho. Desta mesma região desapareceu também o cervo, mas mantém-se *Cerveira,* e *Cervães.* Como *Fojo* e *Fojo Lobal* recordam os pontos de batida aos lobos, praticada ainda em nossos dias.

Os misteres dos homens, por mais humildes que sejam, não escapam a este destino de se perpetuarem através da denominação das terras em que se exerceram. São os *Ferreiros,* os *Cabreiros,* os *Porqueiros,* os *Vacariços,* os *Oleiros,* a *Olaria* e a *Alfarela,* os *Mineiros,* a *Cantareira,* os *Jugueiros* (que também podiam ser os que pagavam o imposto da *jugada*) e os *Albardeiros.*

Os nomes comuns significando «povoação», que da pre-história até aos nossos dias se foram fossilizando; como as *Antas, Antinhas* e *Antelas;* as *Mámoas, Mamoas* e *Mamoinhas;* as *Citânias* e as *Cividades;* as *Aldeias* e a *Alcaria;* a *Vila,* a *Vilela,* a *Vilaça;* o *Vilar,* o *Vilarinho* e o *Vilarelho.*

As habitações, desde as mais aparatosas, como o *Paço* e o *Paçô* ou *Paçó,* até às mais humildes, como as *Cabanas,* e *Cabanelas,* passando pela *Pousada* e a *Pousadela,* onde os grandes senhores ou o monarca faziam as suas vilegiaturas.

São nomes, extremamente frequentes, cuja chave se perdeu na lonjura dos tempos: os *Travaços,* os *Travaçós* e os *Travaçôs* e mais as *Travancas,* as *Trancas* e o *Trancoso;* o *Basto* e *Bastelo,* as *Infias,* as *Infestas* e as *Infestelas.*

Vêm depois os nomes exóticos, que ninguém sabe como cá entraram: *Belém, Meca, Navarra, Compostela.*

Há, por último, a grande avalanche de nomes de pessoas, antigos senhores do solo que nos sustenta. Aqui, é um homónimo dum herói do Ciclo Bretão — *Merelim* — além, é o dum rei português ou castelhano — *Ramir, Sanche, Roriz;* ou mortais de quem ninguém sabe a história: *Pinhote,* nome dum lugar

da freguesia de Marinhas, em Esposende, e de outro que, se não existe ainda, existiu antigamente em Soutelo, certamente o mesmo que denominava uma dama medieval chamada *Pinoti* (2); *Singeverga* (3), onde floresce um simpático mosteiro-beneditino; *Gonça* (4) e *Argivai* (5).

Os que hoje se chamam *Rebelo* mal sabem que foi um indivíduo do mesmo nome que forneceu a designação à terra que senhoreou — *Revelhe* (6).

É um dos numerosos *Vimaras*, de que estão cheios os documentos medievais, que baptiza a cidade-berço da nossa independência — *Guimarães*.

As *Matanças*, se as lendas nos não traem, mostram que a terra não tem apenas alegrias a contar; guarda o segredo de desgraças pungentes.

Infortunados sem conta, que a sorte das guerras lançou no mais vil dos destinos, a escravidão, foram adquirindo a almejada liberdade. O labéu infamante permaneceu, porém, nos inúmeros *Mouros*. Há-os que legam os seus próprios nomes, idênticos aos que seus irmãos em Alá usavam, para lá do Mediterrâneo. São os que se chamam *Murça* (por Muça), *Marvão*, *Mafomede*, etc.

Escorraçamos os inimigos de crença, o islamita intruso, mas aproveitamos-lhe a lição, não só como poetas dotados de imaginação mirabolante, mas também como detentores duma valiosa técnica de exploração do solo agrícola, bem reconhecível através dos engenhos que nos legaram: as *Azenhas*, a *Nora* e a *Atafona*.

O aventureiro ou profissional da guerra, o cruzado que, cumprido o seu voto piedoso se fixa aqui ao regressar da conquista dos Lugares Santos, o vizinho de Castela ou das Astúrias, como os da Galiza, que moravam paredes meias e falavam a mesma linguagem, recordam-se em: *Francos*, *France*, *Castelões*, *Estorões*, *Galegos*, etc.

Um topónimo perdido nas dunas que o vento açoita ou no fundo do vale onde o regato murmura, pode esconder a chave dum fenómeno geológico. Seja exemplo o caso seguinte: A poucas centenas de metros para norte da foz do Cávado, há um sítio, exactamente onde antigamente se fazia a praia de Esposende, a que os lavradores nativos chamam *Casa* ou *Esteiro*. Da *Casa*, estabelecimento de banhos, lembram-se ainda os velhos, e eu vi as últimas pedras que a compuseram serem lambidas pelas águas do Oceano. O *Esteiro* é que ninguém conheceu nem suspeitou, tanto mais que a costa segue rectilínea naquele ponto.

(2) *Inq.*, pág. 434, onde se lê: «Item so *Pinoti*, j peza de Souto».

(3) *Diplomatica Española del Periodo Astur*, por D. António C. Floriano, v. I, pág. 218.

(4) *Ibid.*, v. II, págs. 170-72.

(5) *Ibid.*, v. II, págs. 296-304.

(6) *Dipl. et Ch.*, doc. CCCCXX, de 1059: «quanta hereditate ibi habuit *revelio* et sua mulier maria».

Pois quem observe as escavações que se fazem a norte do Farol, na direcção daquele sítio, para extrair os seixos rolados, com que preparam o cimento, pode verificar que, em tempos idos, o rio devia seguir aquele caminho e que o *Esteiro* era então a foz do Cávado. Eis um problema que os geólogos podem estudar, com autoridade que nós não temos.

★

Constitui lugar comum dizer-se que os nomes de lugar de sul do País são, em grande número, de origem árabe, ao passo que os do norte foram legados pelos ocupantes germânicos.

Se nos debruçarmos sobre a Carta do Instituto Geográfico ou a do Estado Maior do Exército, e fizermos a comparação entre a toponímia algarvia e a da região abrangida pelo nosso estudo — as terras compreendidas a norte do Douro, de S. João da Foz a Barca d'Alva, veremos que existem realmente diferenças fundamentais.

Não pode causar estranheza que não figurem nesta parte de Portugal *Alfarrobeiras,* uma vez que tal árvore lhe é estranha. Ou que o *Zambujeiro,* tão falado em terras do Guadiana, nos surgisse uma vez apenas em Trás-os-Montes e nenhuma no Minho.

A primeira de todas as diferenças reside, porém, nos nomes de origem antroponímica. Enquanto que a norte do Douro um grande número de nomes de cidades, vilas, aldeias, lugares, casais, ou simples glebas remontam ao tempo da ocupação germânica, ou até ao da colonização romana, e se conservam, salvas as mutações fonéticas, como no-los deixaram os habitantes de então, no Algarve são muitíssimo poucos os antropónimos medievais que se fixaram na toponímia. Há-os, sim, mas dos tempos modernos.

A ocupação árabe, fugacíssima nesta zona da Península, alterou em muito pouco o existente.

Em face disto, é lícito pensar-se que não há que falar em toponímia de origem árabe neste pedaço de Portugal. Será assim? É o que o leitor poderá ver no presente ensaio.

Na verdade, as povoações principais — cidades, vilas e aldeias — raro apresentam um nome a que se possa atribuir origem oriental. Os numerosos topónimos designados por *Moure,* característicos das províncias do norte, e, segundo penso, inexistentes no Algarve, nada têm que ver com o domínio sarraceno.

Do estudo que vai seguir-se poderá o leitor ver, no entanto, que, muito embora menos profunda, e diversa, a passagem das hordas de Tárique pelo nosso solo também cá exerceu a sua influência.

Os *Prados*, os *Bustos* e os *Pensos* de aquém-Douro chamam-se para lá do Tejo, *Almargens*, *Almarjões* e *Almarjanitos*. Mas lá como cá há *Murtas*, *Murtedos* e *Oleiros*, a par de *Arrifana*, *Alfarelo*. Se se encontram mais *Atalaias* no sul que no norte, onde os *Fachos* e os *Faros* lhes ganham em frequência, as *Almuínhas*, tão faladas nos nossos forais, são quase exclusivo da metade norte do País. Não há *Mesquitas* nem *Azóias* em terras do Minho e Trás-os-Montes, onde os muçulmanos mal tiveram tempo de construir templos. Se só uma *Alcaria* se nos mostra em terras transmontanas, há talvez mais *Aldeias* para cá do Douro do que no resto do País.

Os meridionais possuem *Bensafrim*, *Benafátima*, *Faro* oriundos de nomes de pessoas. Os nortenhos dispõem de *Marvão*, *Murça*, *Cide*, *Almansor*, *Mafomede*, *Soleima*.

Alcácer, que só na forma de diminutivo românico — *Alcaçarilho* — subsiste na terra das amendoeiras, está representado duas vezes na província do Minho.

Alvaredo, que no Líbano, por exemplo, significa ainda hoje, «estação do correio», é desconhecido, que eu saiba, a sul do Douro.

A vida agrícola, as indústrias relacionadas com a alimentação do homem, estão representadas, no norte como no sul, por *Azenhas*, *Noras* e *Atafonas*.

No nosso trabalho tem particular desenvolvimento o verbete *Mouro-Moura*. Abundante é a documentação. Oxalá que concludente.

O sistema de transliteração dos nomes árabes, que já se adoptara no artigo *Em torno da palavra «baldio»*, publicado na revista SCIENTIA IVRIDICA, é da autoria do ilustre historiador e arabista Francisco José Velozo, que teve a cativante amabilidade de rever o nosso trabalho (7).

II

Nomes de origem oriental ou que foram influenciados pela ocupação árabe da Península

AÇOUGUES

Têm lugares assim denominados, entre outras terras do país, mas em número muito reduzido, as freguesias minhotas de: Britelo — Celorico de Basto; S. Lourenço de Selho — Guimarães; Britelo — Ponte de Lima (8).

---

(7) Esse sistema acaba de ser publicado pelo autor em *A Transliteração dos nomes árabes*, separata da REVISTA DE GUIMARÃES, v. LXV.

(8) Apanhado feito no *Dicionário Universal*, de Eduardo Noronha.

Em árabe — **aç-çuuk** — significava, e significa ainda hoje, «mercado, bazar» (9). Em espanhol conserva significado idêntico a palavra *azogue*, «mercado, praça» (10). Em português, porém, especializou-se para indicar o que hoje chamamos «talho» — casa onde se vende carne.

ALBARDEIROS

É um derivado português da palavra *albarda* — **al-barda'a** (11). *Albardeiros* denomina um lugar da freguesia de Semelhe, Braga.

Outros lugares há no País de nome idêntico:

Albardeiros, em: Vale de Estrela e S. Vicente — Guarda; S. Tiago — Montemor-o-Novo; S. Marcos do Campo — Reguengos de Monsaraz; S. Sebastião — Lagos.

Sem dúvida, estes nomes podem ser de formação recente, mantendo-se viva, como se mantém, a palavra *albarda* — e seus derivados —, e sendo os locais assim designados indício da existência, agora ou noutros tempos, de indústria de aparelhagem dos solípedes.

ALCÁCER

Este topónimo existe como nome dum lugar da freguesia de Távora, nos Arcos de Valdevez e doutro em Arnoia, junto da vila de Celorico de Basto.

Provém do árabe — **al-kaçr** — que tem a significação dupla de «palácio» e «castelo» (12).

Não conheço o local onde se situa *Alcácer* de Távora, ignorando portanto o motivo que pode ter conduzido os habitantes da região a escolherem aquele nome.

Quanto ao lugar da freguesia de Arnóia, que visitei, o topónimo foi, certamente, tirado da designação por que é conhecida uma casa, por sinal bastante incaracterística e sem qualquer interesse — no exterior pelo menos. Junto desse prédio, porém, há umas casas velhas, habitadas por caseiros da propriedade rústica em que se encontra o *Alcácer*, uma das quais é conhecida como *Estrebaria*. Na vizinhança destas construções acha-se ainda um edifício de bom aspecto, relativamente moderno, a que chamam *Paço*.

---

(9) P. B. Belot, *Vocabulaire Arabe-Français*, Beirute, Imprimerie Catholique, 1924.

(10) J. M. Almoyna, *Dicionário Espanhol-Português*, Porto Editora, 1951.

(11) «Bât d'âne. Bardelle. Ce qu'on met sous le bât». — Belot, *Vocabulaire Arabe-Français*.

(12) Belot, *Vocabulaire*.

Nenhuma das pessoas interrogadas me soube esclarecer acerca destes nomes, nem da origem dos prédios por eles designados.

Qualquer que tenha sido a origem destes topónimos minhotos, é curioso verificar-se a sua existência em região tão pouco influenciada pelos povos orientais. Tanto mais que no nosso país só se conhecem, penso eu, *Alcácer do Sal*, no Alentejo, e *Alcaçarinho*, no Algarve — povoação de Alcoutim, Vila Real de Santo António.

Além destes, entraram na nossa língua os nomes de duas antigas possessões portuguesas: *Alcácer Ceguer*, «o palácio pequeno» e *Alcácer Quibir*, «o palácio grande».

Em Espanha há: *Alcázar*, empregado pelo menos seis vezes; *Alcazarejos*, diminutivo daquele, de formação românica; *Alcazarén*, dual árabe, significando, portanto, «os dois castelos», ou «os dois palácios»; *Alcocer*, diminutivo árabe, «o palàciozinho»; *Alquézar* (13).

Usada ainda em nossos dias, sob a forma — **kcar** — a palavra árabe tem servido para formar numerosos topónimos no mundo islâmico (14).

ALCARIA

Possuímos na nossa língua duas palavras para significarem «pequenos agremiados de populações rurais». São elas *Alcaria* e *Aldeia*, ambas, por sinal, de origem árabe.

Enquanto a segunda, que tem larga representação na toponímia nortenha, como a seu tempo veremos, entrou na linguagem comum, a primeira fossilizou-se, mantém-se apenas como nome de lugar.

Quer uma quer outra são ainda hoje correntes nos países árabes (15).

O étimo de *Alcaria* é — **al-kariyat** — «aldeia, lugarejo» (16).

O topónimo está largamente representado no Algarve, sem ser exclusivo daquela província. Vai rareando à medida que caminhamos para norte.

A Carta de Portugal, que vimos seguindo, regista uma *Alcaria* apenas no território compreendido no nosso trabalho, situada na região de Peso da Régua. Mas parece ter passado despercebida dos dicionaristas, que não a citam.

---

(13) Asín Palacios, *Contribución a la Toponimia Árabe de España*, Madrid-Granada, 1944.

(14) Consulte-se, por exemplo, *Les Guides Bleus-Maroc*, Hachette, Paris; A. Pellegrin, *Essai sur les noms de lieux d'Algérie et de Tunisie*, Tunis, 1949.

(15) Belot, *Dictionnaire Français-Arabe*, Beirute, 1939.

(16) Id., *Vocabulaire Arabe-Français*.

Além da forma com artigo aglutinado, existe *Caria*, na Beira. Também há um topónimo correspondente a um diminutivo românico — *Alcariota* (17).

O espanhol possue duas formas divergentes: *Alqueria* e *Alcaria*, ambas largamente representadas (18).

Em Marrocos apontam-se, por exemplo, *Karia ben Aouda*, *Karia El-Abbassi* e *Karia Djerafi* (19).

ALCOUCE

São muito vulgares em todo o país os nomes de lugares: *Alcouce* e *Couce*, *Alcouço* e *Couço*.

Terão eles a mesma origem?

Duas etimologias têm sido propostas para os explicar.

A primeira é a que os filia em — al-kauç —, «o arco» (20).

Há, realmente, na toponímia numerosos vocábulos românicos com a mesma significação: *Arcos de Valdevez*, *Arcozelo*. São, porém, menos frequentes, segundo julgo, do que *Alcouce* e seus aparentados.

A frequência destes topónimos nos meios rurais, até aplicados a terrenos que eram de cultura, como *Chão* (*Chão de Couce*), leva-nos a pôr em dúvida tal origem, pois dificilmente se encontrariam nos campos e agras, tão frequentemente, os correspondentes aos *Alcouces*, *Couces*, que aí se acham. A menos que a palavra, como aliás *Arco*, tivesse um significado que hoje ignoramos (21).

A relação proposta com *alcouce*, «lupanar» (22), que em latim se dizia por vezes *arcus*, topa com as razões que acabo de invocar. Nos meios rurais essas casas são pràticamente inexistentes.

Resta considerar a outra etimologia, que deriva esta família de topónimos partindo de — al-χauç — «sul, vento sul». (23).

Sem dúvida que uma tal explicação, dada a insistência com que topamos com estes nomes, seria mais aceitável.

---

(17) Américo Costa, *Dicionário Corográfico*.

(18) Asín Palacios, *Op. cit.*

(19) *Les Guides Bleus-Maroc* (transcrição francesa).

(20) É a apresentada, entre outros, por J. P. Machado, *Comentário a alguns arabismos de Nascentes*, Lisboa, 1940.

(21) É provável que *Arco* e *Arcos*, por vezes, sejam sinónimos de *ponte*.

(22) J. P. Machado, *Op. cit.*

(23) Steiger, *Contribuición a la fonética del hispano-árabe y de los arabismos en el ibero-románico y el siciliano*, Madrid, 1932, explica por ela o nome comum *alcouço*, mas acha que não pode ter a mesma etimologia o topónimo de Coimbra *Belcouce* (Porta de...).

Na verdade, recorre-se constantemente aos pontos cardeais: norte, sul, etc., para designar às terras retalhadas cada vez mais. Os antigos empregavam nomes que desapareceram totalmente do uso da linguagem falada: *Jusão, Susão,* que correspondem às formas: *de Cima, Cimeiro, de Riba,* etc.

Esta etimologia, porém, só com sérias reservas pode ser aceite, pois constituiria o único caso em que a gutural — χ —, em plena Idade Média, produzia, na que se havia de chamar língua portuguesa, um c medial (24).

O único caso semelhante que se conhece é o verificado com a palavra *califa*, cuja forma actual é de introdução tardia.

A distribuição geográfica da palavra *Alcouce* não vai além das Beiras.

No Minho existe representada, por exemplo, em:

Calendário (no extremo sul da povoação) — Famalicão

Sobradelo da Goma — Póvoa de Lanhoso.

Em Espanha não deve ser muito vulgar, pois não a vejo mencionada nos livros da especialidade. A menos que os seus autores duvidem da origem árabe desta família toponímica.

Não nos faltam documentos a atestar a voga que a palavra teve na Idade Média no território português. Eis alguns tirados das Inquirições:

Cousso — no Julgado de Refojos, em Santo Isidro de Negrelos (25).
» — » » , na vila da Várzea (26).
Coussos («in loco qui dicitur...») — Julgado de Celorico de Basto, Santa Maria de Borba (27).

Como se vê, estes não têm a partícula *al-*.

Qualquer que seja a sua origem, uma coisa porém parece certa, que é a presença do artigo árabe em *Alcouce* e *Alcouço,* coexistindo com *Couce* e *Couço.*

ALDEIA

Das duas palavras mais ou menos sinónimas (28): *aldeia* — al-day'a — e *alcaria* — al-karya — o Norte quase só conhece a primeira, que pertence tam-

(24) O mesmo Steiger apresenta, além de *califa*, nome de importação tardia, os arcaismos portugueses *coteife* e *cuteif* «soldado de baja clase», em que a consoante produziu um *c* inicial.

(25) *Inquistiones*, pág. 538.

(26) *Id.*, pág. 540.

(27) *Id.*, pág. 641.

(28) Belot, *Dictionnaire Fançais-Arabe.*

bém à linguagem falada, enquanto que do Centro para o Sul são numerosas as *Alcarias*.

É pràticamente impossível indicar todas as povoações ou lugares que se chamam *Aldeia*, quer com o vocábulo simples quer com ele em composição com outros, como: *Aldeia de Cima, Aldeia de Baixo, Aldeia da Cruz*, etc., etc.

O topónimo predomina, sobretudo, nos concelhos da costa marítima. Basta dizer-se que entre o Porto e Caminha, passando por Famalicão e Barcelos, há umas boas dezenas de lugares, sítios mesmo, que têm o nome de *Aldeia*.

Se as *Vilas* e *Cima de Vila*, com que se topa em quase todas as terras, revelam o ponto de partida dos povoados modernos, o lugar da *Aldeia* (sem poder hoje, como talvez noutros tempos, marcar-se bem a distinção entre o conteúdo significativo das duas palavras), indica a fase inicial do arroteamento das terras distribuídas aos cultivadores.

Nos forais ainda é visível a significação de «casal agrícola». Assim, escolhendo ao acaso, podemos ver no foral de Contocelas, de 1194:

«Et qui habuerit aldeias et unum iugum boum...» ([29]).

O mesmo se lê no de Abrantes, mais próximo de nós.

O topónimo não é menos frequente em Espanha. Nada menos de 229 vezes regista-o Palacios ([30]).

Note-se ainda a variedade de formas existentes no país vizinho: *Aldaya, Aldea, Adaya, Daya, Deyá*.

Estas últimas apresentam-se sem o artigo *Al-*.

Como aconteceu em *arrabalde*, em que o *l*, que não existia no étimo árabe, mas foi desenvolvido pelo som *d* (som chamado enfático), assim, no caso presente, o mesmo *d* enfático impediu a assimilação normal do *l* do artigo à primeira consoante da palavra — que é uma das chamadas consoantes solares ([31]).

ALFÂNDEGA (da Fé)

Segundo penso, o português é a única língua que possui, na linguagem comum, a palavra *alfândega*, substituída nos outros idiomas românticos, com excepção do romeno, por formas aparentadas de *duana*.

([29]) *Leges et Consuetudines*, p. 487.

([30]) *Op. cit.*

([31]) V. Steiger, *Op. cit.*, e Neuvonen, *Los Arabismos del Español en el siglo XIII*.

É difícil, senão impossível, averiguar o motivo que levou a denominar-se assim aquela vila transmontana. Possuiu alguma vez uma *alfândega*, no sentido que a palavra tem modernamente?

O árabe dispõe de duas palavras ainda vivas que podem explicar o vocábulo português. O primeiro é — **al-funduk**ᵘ — «hôtel, hôtellerie». O segundo é — **al-handak**ᵘ — «fossé qui sert de retranchement. Ravin; fossé» ([32]).

O que o nome comum português *alfândega* tem de curioso é que compendia as duas ideias — de «casa de recolha» ou de «hospedagem» e de «barreira» ou «trincheira».

Esclareça-se que nenhum dos étimos apontados tem em árabe o sentido do vocábulo português. Trata-se, certamente, duma fórmula dialectal que existiu na Península.

Não se conhecem formas medievais que assinalem a evolução do topónimo de que nos estamos a ocupar.

Asín Palacios ([33]), que contràriamente ao que fazem outros autores ([34]), propôs o segundo dos étimos acima apontados, regista em Espanha os seguintes topónimos: *Alfandeche, Alfandiga, Alfántega* y *Alhándiga.*

Alfândega da Fé, qualquer que seja a sua verdadeira origem, constitui caso único de cristalização do vocábulo, pois as outras *Alfândegas* que existem mantêm viva ainda a recordação de postos aduaneiros.

Não creio que alguma vez tenha havido uma *alfândega* nesta terra trasmontanha. Estou em crer, sim, numa fixação, na toponímia, da palavra no tempo em que tinha o sentido do árabe —**handak**ᵘ— «fosso», que considero étimo do topónimo trasmontano.

ALFANJE

Alfanje é um topónimo de Vila Pouca de Aguiar. E outro existe em Santarém.

Desde há séculos que este último vem sendo explicado, e com razão, a partir de —**al-hanax**— «a cobra» ([35]). Efectivamente, na crónica latina — *De Expugnatione Scalabis* — o historiador escreve:

([32]) Belot, *Op. cit.*

([33]) *Contribución.*

([34]) Steiger, *Op. cit.;* Neuvonen, *Op. cit.;* J. P. Machado, *Comentários* e *Dicionário Etimológico.*

([35]) Segundo Belot: «Insecte, reptil; serpent. Animal auquel on fait la chasse».

«A parte uero australi propter precipicium quod fit ex natura terre quasi hiantis, et in abyssum euntis, *uocatur alhanse, idem coluber*, ...» (36).

Seria metáfora idêntica que deu o nome à terra trasmontana? Ou foi partindo do *alfanje*, arma ou instrumento cortante, que ele se constituiu? Impossível sabê-lo, dada a ignorância de formas medievais que lhe assinalem a evolução. Em qualquer dos casos, trata-se dum nome de proveniência oriental.

David Lopes, em *Os árabes na Obra de Alexandre Herculano*, revela a existência, em Granada, de *Babelihans*, ou seja «a porta da cobra».

ALFARELA

O vocábulo existe na nossa língua apenas como nome de lugar, sob as formas *Farelo, Alfarelos, Alfarela* e *Alfarela de Jales*, situando-se as duas últimas na área compreendida no presente trabalho, uma em Celorico de Basto e outra em Vila Real.

Em espanhol, pelo contrário, há, na linguagem comum actual, os vocábulos: *alfar*, «olaria», *alfareria*, «olaria», «*alfarero*, «oleiro» (37).

Os topónimos portugueses devem ser diminutivos românicos dum primitivo *Alfar*, que se perdeu na nossa língua, mas que existe em Espanha, a par de *Alfafara* e *Alfara* (38).

O étimo árabe é — al-faχa'r — «olaria» (39).

Não deixa de não ser interessante verificar que ainda hoje existe em *Alfarelos* a indústria da cerâmica.

ALFENA

A palavra *alfena* é o nome dado a certa planta ornamental, empregada na indústria da tinturaria. Em linguagem científica classifica-se como *Ligustrum vulgare*. Dela diz Morais (40): «Arbusto da família das oleáceas, que serve a ornamentação dos jardins; dá flores brancas e fruto negro...».

Derivado de *alfena* temos, ou tínhamos, pelo menos no século XVI, o verbo *alfenar*, «tingir com alfena» (41).

---

(36) Citado por José P. Machado, *Revista de Portugal*, v. VI, pág. 126.
(37) Almoyna, *Dicionário Espanhol-Português*.
(38) Palacios, *Op. cit.*
(39) Belot, *Op. cit.*
(40) *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10.ª ed.
(41) Morais, *Dicionário*.

O seu étimo é árabe — **al-hinne$_t$** — e Belot define-a como sendo uma planta que serve para tingir de vermelho — «plante qui sert à teindre en rouge, henné» (42).

Em árabe clássico, o vocábulo era agudo. Houve pois uma deslocação do acento na passagem para o português, como aliás para outras línguas peninsulares.

Não custa a acreditar que tenha sido este arbusto que deu o nome à freguesia de *Alfena*, no concelho de Valongo. É um fenómeno semelhante aos que se verificam em: Castelo de *Vide*, *Figueira* da Foz, *Carvalho*, *Macieira*, etc., etc.

ALGARES

É nome comum ainda, este termo árabe — **al-ga'r** — «caverna» (43).

Além de vários outros espalhados pelo país, encontram-se nomes de lugares com esta origem em:

Balugães — Barcelos.

Carvoeiro — Viana do Castelo.

Em espanhol há *Algar* e *Algares*, singular e plural (românico), exactamente como em português (44).

ALGARVIA

Algarvia é um adjectivo gentílico formado a partir de — **al garbiy** — «ocidental» (45). Não se trata portanto dum sufixo românico em *-io*, como à primeira vista se pode afigurar, mas da adaptação aos dois géneros, determinada pela necessidade e pela analogia com os nomes de origem latina, da final *iy*, exactamente a que aparece no vocábulo *javali* — «montês» (porco).

A razão de existência deste gentílico perdido no norte do país, é que ainda não pude descobri-la.

ALGIBE

É povoação vizinha da cidade de Braga, sita na freguesia de Este.

O seu étimo árabe é — **al-jibb** — forma dialectal, talvez, com o mesmo significado de — **al-jubb** — «poço, cisterna» (46).

---

(42) P. J.-B. Belot, *Vocabulaire Arabe-Français*, Beirute, 1924.
(43) Belot, *Dictionnaire Français-Arabe*.
(44) Asín Palacios, *Op. cit.*
(45) Belot, *Op. cit.*
(46) Belot, *Op. cit.*

No Algarve há a ribeira de *Algibre*, certamente com a mesma origem. Em Espanha existem os topónimos: *Algibe, Aljupe, Aljube* — forma idêntica à do nome duma cadeia portuguesa (47).

ALMANSOR

Não sei se ainda se chama assim um pico dos Arcos dos Valdevez. Vejo-o referido na *Corografia* de Carvalho da Costa, mas nem os dicionários geográficos nem as cartas o mencionam.

Além do *Pico de Almansor*, há vários topónimos portugueses assim conhecidos. A todos se ligam lendas relacionadas com o terrível chefe árabe do mesmo nome. O dos Arcos não podia fugir à regra.

Falando de S. Paio da Vila e explicando, com a credulidade fácil que o caracterizava, própria de homem que bebia nas fontes de Alcobaça..., o nome *Morilhões*, diz Carvalho:

«Nela está *Morilhões*, nome que tomou da palavra *Mouros longe*, que disse ElRey Don Bermudo o segundo, quando aqui venceu Almançor» (48).

Os Arcos são férteis em recordações dessas. Assim, na *Veiga da Matança* ter-se-ia travado o duelo entre os cavaleiros portugueses de Afonso Henriques e os leoneses de Afonso VII, seu primo.

Falando depois de Santa Maria de Paçó, o autor da célebre corografia declara:

«Santa Maria de Paçó, corrupto de Paço, nome que tomou de uma lapa, que chamão os Paços del Rey, por nella se aquartelar El Rey Dom Bermudo o Segundo, depois de alli acabar de vencer Almançor, bravo capitão mouro cordovèz, de quem também tomou o nome hum monte, e penedo sobre a igreja, a que chamão o *Pico de Almançor;* porque ali estava o seu quartel quando deu a batalha de Morilhões, e delle escapou fugindo» (49).

Al-mançuur — significava «vitorioso».

Falando do chefe muçulmano que assolou a península, diz David Lopes: «O seu nome era Abu Amir Mafamede e pelas vitórias sobre os cristãos chamou-se daquele modo, que quer dizer vitorioso» (50).

---

(47) Palacios, *Op. cit.*
(48) C. da Costa, *Corografia Portuguesa*, v. I, pág. 199.
(49) *Ibid.*
(50) *História de Portugal*, Barcelos, I vol., pág. 398.

O topónimo está representado em várias regiões do País, como em Castelo de Paiva, onde dá o nome a um lugar da freguesia de Paraíso. Denomina um dos afluentes do Tejo. E uma serra da Beira Baixa, cujo ponto mais alto é conhecido por *Cabeça* ou *Cabeço de Almansor*. Também à volta deste Cabeço se teceram lendas que o relacionam com o famigerado agareno (51).

Em Espanha há *Almansor* em Sevilha (52).

Em Marrocos existe, na região costeira, um pouco a sul de Larache, uma povoação com igual nome (53).

O feminino de *Almansur* (que deu as formas *Almansor* da Península) é *Almansura*, designação por que eram, por vezes, conhecidas as cidades fortificadas. Assim, na Argélia existe ainda uma *Almansura* em ruínas (54).

Em Espanha há *Almansora* (55), na região de Almeria.

O topónimo *Mansores*, existente em Arouca, deve ser um plural português da mesma palavra, mas sem o artigo árabe.

Num documento do mosteiro de Pendurada, datado de 1056, figura um tal *Manzor tanoizi*. E entre as testemunhas, quase todas com nomes não-árabes, encontra-se um *Abdella*.

Na inquirição relativa à paróquia que em 1258 se chamava «Sancta Ovaya de Forramondanos», no termo de Guimarães, aparece *Almazor:* «Item dixit quod circa Petram de *Almazor* (sic)...» (56).

Nem admira que naquela povoação houvesse uma *Pedra de Almansor* quando existia um

Dominicus Johannis *Maurus*

Certamente, como este, outros mouros existiam ou haviam existido que usaram nomes árabes, agora banidos dos registos.

Uma coisa parece certa, e é que não é preciso ir buscar os nomes dos chefes militares ou políticos para explicar os numerosos topónimos de origem árabe. Esses nomes não eram apanágio de chefes, nem mesmo de muçulmanos, pois uma boa parte dos moçárabes não punham escrúpulos em os atribuírem a seus filhos (57).

---

(51) *Enciclopédia Port. e Bras.*
(52) Palacios, *Op. cit.*
(53) *Les Guides Bleus*, pág. 336.
(54) Pellegrin, *Op. cit.*, pág. 105.
(55) Palacios, *Op. cit.*
(56) *Inquis.*, pág. 720.
(57) Como mostraremos em trabalho que temos em preparação.

ALMOFALAS

As *Almofalas* de aquém Douro foram esquecidas pelos dicionaristas, que registam apenas as existentes nos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Castro Daire, Caldas da Rainha, Tarouca, Tondela e Vila de Rei.

A carta do Instituto Geográfico e Cadastral, melhor informada, não deixou porém de marcar a povoação que existe com o nome de *Almofala*, no concelho de Guimarães, freguesia de Penacova — se não me engano.

Entre outras, a palavra árabe — **al-muhalla**[t] — tem as seguintes significações: «hospedaria, pousada, acampamento, bairro citadino» ([58]).

Asín Palacios ([59]) regista, em Espanha, *Almoalla*, a que atribui o significado de «el acampamento», «la pousada», «el barrio», referindo que Yacut o cita como topónimo muito frequente no Oriente.

Por sua vez, Pellegrin ([60]), ocupando-se das palavras que significavam «pousada», etc., diz que o étimo acima apontado serviu, também no Norte de África, para a formação de vários topónimos ([61]).

O vocábulo existe em português, como palavra comum, no sentido de «tapete sobre que os árabes armavam assentos, etc.» e de «hoste, arraial de mouros», podendo revestir ainda as formas *almaala* e *almoala* ([61]).

Num documento de 1188-1230, *almofala* aparece com o sentido de «hoste» ([62]).

ALMUINHA

Foi nome comum na Idade Média, e como tal parece manter-se em certas regiões do País, que não no Minho, creio, onde está larguíssima, e pouco menos que exclusivamente, representado na toponímia.

Constitui povoações ou lugares de:

Miranda — Arcos de Valdevez
Lamas — Braga
Cepães — Fafe

([58]) Belot, *Vocabulaire.*

([59]) *Contribución.*

([60]) *Op. cit.*, pág. 179: «Inutile de dire que quelques-unes de ces haltes son devenues des bourgs assez importants. Dans le même ordre d'idées, notons *h'al, me'âl,* «campement, lieu, *halte*» et *meh'alla,* «camp».»

([61]) *Enciclop. Portuguesa e Brasileira.*

([62]) «Hos alcaldes quando forem em almofala o em apellido en las aldeas...», *Leges et Consuetudines*, II, pág. 934.

Prazins — Santo Tirso
S. Salvador do Souto — Guimarães
Longos Vales — Monção
S. Salvador de Vitorino das Donas — Ponte de Lima
S. Salvador de Rebordões — Ponte de Lima
Areias — Santo Tirso
S. Paio — Vila Verde
Cepães — Fafe.

Isto falando apenas de *Almuinha*, pois a palavra, cujo étimo é árabe — **al-munya** — «herdade, casal, horta» (63), apresenta ainda outras formas dentro da toponímia do nosso País, tais como *Almuía*.

Almuinha figura constantemente nos forais, para significar «horta» (64).

No entanto, quando chegamos ao século XIII, às Inquirições, por exemplo, a palavra parece ter caído em desuso, mantendo-se já fossilizada na toponímia.

No país vizinho há: *Almuña* e *Almunia* (65).

ALVAREDO

A tratar-se dum arabismo, como penso, é exclusivo das províncias a norte do Douro.

O seu étimo provável é — **al-bariyd** — «correio, estação do correio» (66).

A forma primitiva normal deve ter sido *Albarede* ou *Alvarede*. As formas modernas em *-edo* devem-se, certamente, à analogia com os nomes colectivos: *Vinhedo, Figueiredo, Murtedo*, etc. .

Em Espanha há, segundo Asín Palacios (67), *Albareda* — que assenta sobre uma forma árabe terminada em *-a*, ou seja o chamado nome de unidade — *Alberite, Albored, Alboret*.

Como já acima foi observado, o termo árabe deixou vestígios apenas no Minho e em Trás-os-Montes: freguesia de *Alvaredo*, em Melgaço; lugar da

---

(63) Belot, *Op. cit.*

(64) No foral de Tomar (1174), por exemplo, diz-se: «Si aliquit de vinea vel de almuynia in gremio vel in taleiga vel in cesta attulerit. Et hominem aut mulier de senior non intret in almunia aliena (...)» — Foral de Ferreira de Aves (114-1128). — «Illas almonias de illo seniore prendant illas (...)» — Foral de Seia (1136). — «Si quis intrauerit in vinea vel in almoynia alicuius furtim causa comedendi uel cum manu sua bestias in ferragine alicuius miserit V solidos petet.» — Foral de Tomar, de 1174.

(65) Asín Palacios, *Op. cit.*

(66) «Exprès, courrier. Poste. Distance de douze milles». Belot.

(67) *Op. cit.*

freguesia de Paço Vedro de Magahães, em Ponte da Barca; lugar da freguesia de Parada do Bouro, Vieira. Denomina uma mina sita na freguesia de Mouçós, em Vila Real. *Alvaredos* se chama uma ribeira transmontana, bem como uma freguesia de Vinhais.

Repare-se que um dos topónimos está localizado em *Parada* de Bouro, certamente ponto de passagem e de paragem obrigatória dos correios doutras eras.

ARRABALDE

Eis um topónimo marcadamente nortenho. Basta dizer-se que está representado em:

Figueiró — Amarante
Pereira — Barcelos
Arco de Baúlhe — Cabeceiras de Basto
Arnoia — Celorico de Basto
Moure — Felgueiras
Selho — Guimarães
Gominhães — Guimarães
Telha — Maia
Ribeira — Ponte de Lima
Moure — Póvoa de Lanhoso
Alvarelhos — Santo Tirso
Salamonde — Vieira
Azurara — Vila do Conde
Delães — Famalicão
Arcozelo — Ponte de Lima.

O étimo de *Arrabalde é* —**ar-rabad**—, que significa, em árabe como no português moderno, «arredores» (68).

Para a explicação do aparecimento do *l*, que não figurava no vocábulo árabe, ver o que sobre o assunto compendiou Steiger (69).

A par de *Arrabalde*, temos *Arrabal*, em S. Pedro Fins, Guimarães.

Os nomes *Robaldo* e *Robalde*, que à primeira vista parecem ser idênticos, com a diferença de não apresentarem o artigo, julgo-os formadas a partir do nome germânico Robaldo, que figura em documentos medievais (70).

---

(68) Belot, *Op. cit.*
(69) *Contribución a la Fonética del Hispano-Árabe*, págs. 49 e segs.
(70) *Leges et Consuetudines*, Foral de Azurara da Beira, 1102, pág. 353.

ARRIFANA

São bastante numerosas as povoações que, desde o Minho até o Algarve, se denominam assim.

Os árabes chamam à planta por nós designada «murta» — ar-rayha'na[1] — e foi precisamente essa planta que deu o nome a muitos lugares do nosso país (71).

A par do termo árabe temos outros topónimos formados sobre a palavra românica *murta*, modificação, em vulgar, de *myrtus* latino.

O Guia de Marrocos, falando da aldeia marroquina que serve de sede a uma das maiores confrarias muçulmanas, a dos Taibias, e que constitui a **Meca** de Marrocos, diz expressamente: «La zaouia fut créée en 1727 par le chérif Moulay Abd Allah (...) dans un village qui portait le nom de *Dechra Djebel Er Rihane*, «village de la montagne aux myrtes» (72).

Em Espanha há *Arrayán* e *Arrayanal* (73).

Também Pellegrin (74) assinala a existência de topónimos congéneres na Argélia e Tunísia, apresentando mesmo a tradução para francês dum desses nomes de lugares: *Sebkhat er-Rihana* «sebkhat des myrtes».

Parece pois não restarem dúvidas de que *Arrifana* é sinónimo de «murta», concorrendo com as formações românicas: *Murta, Murtede, Murtosa*, etc.

ATAFONA

É nome que desapareceu totalmente da linguagem nortenha, para a qual contam apenas os *moinhos*, se são de vento, e as *azenhas*, se a maquinaria rústica é accionada pela água.

Atafona provém do árabe — at-ta'huuna[1] — «mó de moinho», «moinho» (75).

Era pois a palavra que significava pròpriamente «moinho», que indicava o engenho destinado à redução dos cereais a pó.

No Norte, que eu saiba, só há um lugar com o nome de *Atafona* — em S. Tiago da Cruz, Vila Nova de Famalicão.

No resto do País apontam-se:

---

(71) Belot, *Op. cit.*
(72) *Les Guides Bleus — Maroc*, pág. 245.
(73) Asín Palacios, *Op. cit.*
(74) *Op. cit.*, pág. 164.
(75) Belot, *Op. cit.*

Povoação de Évora
Monte de Alcaria Ruiva — Mértola
» do concelho de Fronteira
» » » » Estremoz
» » » » Évora
Montinho do concelho de Aljustrel
Quinta do concelho de Évora.

Há ainda *Atafonas* (no plural) em Elvas e em Évora.

ATALAIA

Atalaia é nome comum usado mais ou menos em todo o país, quer empregado como nome simples, quer na expressão «estar de atalaia».

Substituído na linguagem militar pelo termo «sentinela» e por outros, como «vigia», etc., o vocábulo prestou-se para a formação de inúmeros topónimos espalhados por todo o país, marcando, sobretudo, lugares altos, como picos, serras, ou pontos estratégicos situados junto da costa marítima; enfim, conservando a recordação dos tempos em que os homens se refugiavam nas eminências das serras ou das colinas, ou se defendiam contra os piratas que lhes punham em contínuo sobressalto as populações ribeirinhas.

Apesar da sua natureza montanhosa — não esqueçamos porém que, a quando da vinda dos árabes para a Península já ia muito distante o sistema de vida castreja — são raras as Atalaias da região cisduriense. Nesta parte do País, principalmente, o termo árabe sofre a concorrência de outros de origem diferente, como *Facho* e *Faro*, este último principalmente junto da costa marítima. — O monte do *Faro*, por exemplo, que começa em Esposende e ladeia quase toda a orla minhota.

Para se fazer ideia da distribuição geográfica do topónimo em referência, basta dizer-se que o «Dicionário Corográfico» de Américo Costa ([78]), assinalando-o nada menos de uma centena de vezes em todo o território de Portugal, só registou dois na região compreendida no nosso trabalho: em Travassos, Fafe; em Gondufe, Ponte do Lima.

Mesmo que acrescentemos dois que os cartógrafos nos marcam, um na região de Montalegre, denominando uma montanha, e outro na margem esquerda do Minho, verifica-se que, em comparação com outros aqui estudados, o topónimo *Atalaia* é raro.

([78]) *Dicionário Corográfico.*

Os autores divergem quanto à etimologia, incontestàvelmente oriental, do vocábulo. Na verdade, é difícil, partindo das formas árabes que significam quer «lugar de observação» — **aṭ-ṭal'** —, ou «pessoa que observa, vigia» (77), chegar aos vocábulos peninsulares.

Foi por isso que Dozy propôs um étimo na forma do plural — **aṭ-ṭalī'a** — «vanguarda», cujo singular é — **aṭ-ṭaliy e** —.

Penso que é um erro querer explicar as palavras saídas duma língua, para mais fixando-se em regiões muito distantes dos países de origem, por meio de formas clássicas. Temos o exemplo no latim vulgar, tão diverso da língua manejada por Cícero. Admitamos pois que os nossos avós receberam a palavra diferente da que figura nas «Mil e uma noites», ou que lhe deram, pelo menos, e em obediência à índole da língua que falavam, uma estrutura diversa da que possuía em Damasco ou em Bagdade.

Palacios (78) apresenta numerosos topónimos espanhois com a forma *Atalaia, Talaya, Talayola, Talayuela* e *Atalayuela.*

Na Secília há a palavra *talái* e na Catalunha *talaia,* formas privadas de artigo (Steiger, *Op. cit.*). Ignoro, porém, se aí deixaram representantes na toponímia.

AZENHA

É nome comum ainda hoje, não admirando por isso que nos lugares assim designados existam os moinhos de água, empregados na moagem dos cereais, que lhes deram o nome. Com o desenvolvimento que a maquinaria tem tomado nos últimos tempos, não tardará muito que deles reste apenas a memória perpetuada nesses fósseis que são os topónimos.

O seu étimo árabe é, segundo Belot (79) — **Aç-çaṭ'niyaṭ** — «roda para a irrigação, nora. Animal que a faz girar». A sua raiz é a do verbo — **çanaṭ'** — «banhar, regar».

Como se vê, a sua função não corresponde à que hoje se lhe exige.

Povo dado à agricultura, os Árabes deixaram-nos os nomes de três dos engenhos utilizados na cultura e preparação dos cereais, sendo-lhes ainda atribuída a introdução na Península dum desconhecido desta região, mas muito vulgar no sul do País. Queria referir-me à *cegonha.*

São numerosos em todo o território português os nomes de lugares designados por *Azenha* ou *Azenhas.*

---

(77) Belot, *Vocabulaire.*
(78) *Op. cit.*
(79) *Op. cit.*

Além de *Azenha* há a variante *Assenha*, no distrito de Coimbra, no de Aveiro e em Sines.

E, para os que não são minhotos, devo acrescentar que a pronúncia geral desta região é *zenha* (80).

Em espanhol há *Acenã* e *Cenia* (81).

CHAFARIZ

O único topónimo formado com este nome que vejo registado pelos dicionaristas situa-se na freguesia de Gandarela, Guimarães, de que é povoação (82).

O étimo árabe é — **çahariyj** — «cisterna» (83).

Sendo um nome muito vulgar, não é difícil encontrá-lo na toponímia das cidades e vilas, exactamente onde há *chafarizes*.

Não conheço Gandarela, ignorando portanto se ainda existe qualquer fontenário que tenha constituído o ponto de partida para a formação deste topónimo.

Asín Palacios (84) não menciona qualquer nome de lugar formado a partir deste étimo, que na linguagem comum espanhola deu, segundo creio, *zafareche*, «estanque, tanque», e *zafariche*, «cantareira, poial para cântaros» (85).

Segundo Pellegrin, são numerosos os topónimos argelinos com a mesma origem, revestindo as formas *Çaharidj* ou *Çah'arij* (86).

CIDE

O nome por que ficou conhecido o tão famoso como irrequieto Rui Dias de Bivar — o Cid Campeador — também deixou representação na toponímia do norte de Portugal.

Nem outra coisa era de esperar, dada a frequência com que se nos apresenta na antroponímia medieval. Eis alguns exemplos:

---

(80) É curioso notar-se que já nas Inquirições se regista tal facto, escrevendo-se *zenia* em vez de *azenia:* «et facerunt ibi duas zenias, et vineas plantaverunt...» — *Inquisit.*, pág. 459.

(81) Palacios, *Op. cit.*

(82) Eduardo Noronha, *Dicionário Universal Ilustrado.*

(83) Belot, *Op. cit.*

(84) *Op. cit.*

(85) J. M. Almoyna, *Op. cit.*

(86) *Op. cit.*, pág. 162.

Cidi pelaiz (87)
Cidi telliz (88)
Cidi maruaniz (89)
Cidi fredaliz (90)
Cidi bene elias (91)
Cidi fredenandis (92)
Cidi presbiter (93)
Elias bene egas cognomento *cidi* (94).

O mosteiro de Vilar foi propriedade dum *Cide:*

«(...) monasterio de villar que fuit de *cidi* saluatoris» (95).

E um outro *Cide* tinha adquirido várias herdades em Soutelo:

«Et in sautello hereditates quantas ibi obtinuit *cidi* nebuzaniz integras» (96).

O étimo de *Cide* é, em nosso entender, o árabe — **çiyd** — «senhor» (97). Não foi, porém, sobre esta forma que ele se formou, apesar de ela poder conduzir a idêntico resultado fonético; mas sim partindo de — **çiyd-i** —, exactamente como no-lo atestam os documentos medievais que acabamos de citar. A terminação *-i* é a do possessivo. Portanto *cidi* significava, como ainda hoje pode significar, «meu senhor». E dizemos *pode* porque esta palavra árabe tornou-se um título nobiliárquico, correspondente talvez ao nosso *dom* e ao francês *monseigneur*. Entre os povos muçulmanos usa-se, sobretudo, apor o *Cid* aos nomes de indivíduos que a sua crença considera santos (98).

---

(87) *D. et Ch.*, doc. CCCLXXIV, de 1050, pág. 228.
(88) *Id.*, doc. CCCXL, de 1045, pág. 207.
(89) *Id.*, doc. CCCLXXVIII, de 1050, pág. 230.
(90) *Id.*, doc. DLXXXI, de 1080, pág. 350.
(91) *Id.*, doc. CCCXXIV, de 1043, pág. 198.
(92) *Id.*, doc. CCXLIV, de 1020, pág. 150.
(93) *Id.*, doc. LXX, de 956, pág. 40.
(94) *Id.*, doc. CCLXII, de 1030, pág. 164.
(95) *Id.*, doc. CCCCXX, de 1058, págs. 257 e segs.
(96) *Id.*, doc. CCCCXX, de 1059, págs. 257 e segs.
(97) «Lion. Loup. — Chef, seigneur, maitre» — Belot, *Op. cit.*
(98) A. Pellegrin, *Essais sur les noms de lieux:* «L'emploi des noms de personnes en toponymie africaine a été sugérée par l'idée d'appartenance, de propriété (...) L'emploi des noms de personnes en toponymie africaine est aussi la con-

Na Península, como aconteceu com outros de origem latina — tenhamos presente, por exemplo, o caso de *senhora*, fórmula de tratamento a usar antes dum nome de mulher, e o nome próprio *Senhorinha* — o *Cidi* medieval individualizou-se, formou uma unidade antroponímica.

Há linguistas (99) que têm procurado explicar o topónimo *Cide* a partir dum nome germânico. Não me parece, contudo, que tenham razão, pois os nomes, com tal origem, que na idade média nos aparecem com a terminação *-i*, são femininos.

E *Cidi*, em todos os documentos acima referidos, é masculino. Só uma vez o encontrei como nome de mulher.

O emprego dele pelos moçárabes — é o caso de *Cidi bene elias* e de *elias bene egas*, — também nos pode fornecer alguma indicação, embora discutível.

Acrescente-se ainda que o *Cide* parece estranho às regiões da Espanha que menos contacto sofreram com o mundo muçulmano. Assim, nos dois grossos volumes de *Diplomatica Española del Periodo Astur*, referentes aos séculos VIII, IX e X, publicados por D. António C. Floriano (Oviedo, 1949 e 1951), só há um *Cidi*, e esse figurando num documento relativo ao território português, extraído dos P. M. H. (D. et Ch. — XVI).

O nome *Cide* é muito frequente nas Inquirições. Sendo já pouco vulgar como nome de pessoa, de que nasceu o patronímico *Cides*, que aparece, por exemplo, em S. Miguel de Entre os Rios *(Inter Ambos Rios)* (100):

Alfonsus Cidiz

topamos com ele, a cada passo, a designar propriedades agrícolas:

«Item de Casal de *Cidi* dam al Rey cada ano...» — diz-se em Santo André de Vitorino (101).

---

séquence, pour une large part, du culte des saints musulmains ou maraboutisme très répandu en Afrique du Nord. Auprès de la demeure du saint, de son vivant, ou auprès de son tombeau après sa mort, des paysans ou des nomades vinrent se grouper sous la protection du saint personnage, en raison de la *baraka*, force qui émane de sa personne ou de ses ossements. (...) Quand ce n'est pas le centre habité lui-même qui reçoit le nom du santon, c'est la montagne, la vallée, l'oued, etc. Tous les noms de lieux commençant par la désignation honorifique *Sidi* «Monseigneur» ont été déterminés par le culte des saints». — Pellegrin, *Op. cit.*, págs. 190-91, onde se apontam os vários topónimos norte-africanos formados desta maneira.

(99) Joseph M. Piel, por exemplo, in *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, Lisboa 1937.

(100) *Inquis.* pág. 37.

(101) *Id.*, pág. 320.

Em S. Fins da Várzea havia um *Porto de Cidi* (102).

Em Santa Asia figurava um *Casal de Cedi* e outro *de Cidi* (103).

Uma *erdade de Cidi* existia em Santa Eulália de Sande (104).

Um *pomar de Cidi* é indicado em S. Tiago de Vila Chã (105).

Em Matosinhos, no lugar de Sendim, fala-se «do casali in quo morabatur *Cidi*» (106).

Que *Cides* existem na toponímia moderna nortenha?

Ei-los, situados respectivamente em:

Gondizalves — Braga
Gémeos — Guimarães
Paços de Ferreira
Vide — Seia
Parada de Gatim — Vila Verde
Esporões — Braga.

Na freguesia de Penso, concelho de Braga, existe ainda o diminutivo *Cidello.*

Fora da área deste estudo, os dicionaristas registam apenas um outro *Cide,* em Piodão, Arganil.

MAFOMEDE

Este topónimo, nome dum campo de Monção (107) — *Campo de Mafomede* — foi-lhe legado certamente por um homónimo do próprio Profeta.

É oriundo duma forma participal — **muhammad** — dum verbo que significa «louvar» (108).

Nas Inquirições realizadas, em 1258, por ordem de Afonso III, figurava uma devesa com o nome de *Maffomade* na freguesia de Azurém, em Guimarães. Não me foi possível, para já, apurar se ainda subsiste. Trata-se duma pequena variante (109) do mesmo topónimo existente no Alto Minho. Como variante é

---

(102) *Id.*, pág. 369.

(103) *Id.*, pág. 414.

(104) *Id.*, pág. 430.

(105) *Id.*, pág. 438.

(106) *Id.*, pág. 468.

(107) Revelado por Francisco J. Velozo, no seu precioso trabalho, *As Origens Nacionais de Portugal e de Espanha e o domínio Islâmico na Península*, pág. 9.

(108) Belot, *Vocabulaire.*

(109) A passagem do *a* tónico a *e* — fenómeno conhecido pelo nome de *imala* — é muito frequente.

Mafamedes — com plural português — existente em Sever, Santa Maria de Penaguião. — Compare-se com o nome de *Mafamude*, junto de Vila Nova de Gaia, que é oriundo doutro particípio passivo — **mahmuud**. O antropónimo **Mahmuud** é muito vulgar ainda hoje no Oriente.

São bastante frequentes as formas que acabamos de explicar, empregadas como nomes de pessoas, durante o período de ocupação muçulmana, e mesmo algum tempo após, quer por árabes quer por moçárabes.

Eis alguns exemplos:

Mahomat iben zaata ([110]).
Mohamed iben farfon ([111]).
Mahomad iben maauia ([112]).
Gebir iben *mahomad* ([113]).

Da outra forma apontada, de que derivou *Mafamude*, temos:

Alhauzau iben *mahamudi* ([114]).

No mesmo século, e até anteriormente, há «*villa Mahamudi*» ([115]), precisamente a povoação a sul do Douro.

MARVÃO

Eis mais um nome de lugar que na origem era nome de pessoa.

O seu étimo é — **marua'n** — ([116]), largamente representado no onomástico medieval do território português, usado quer pelos sequazes de Mafoma quer pelos cristãos que com eles privavam mais de perto. O *Marvão* de que nos ocupamos é o nome duma povoação da vila de Prado, no concelho de Vila Verde, e doutra da região de Peso da Régua, concelho de Santa Marta de Penaguião, na freguesia de Moura Morta.

O nome *Maruan* não só foi adoptado pelos não-árabes, como recebeu tra-

---

([110]) *D. et Ch.*, 1016, pág. 143.
([111]) *Id.*, 1018 (?), pág. 149.
([112]) *Id.*, 1018 (?), pág. 149.
([113]) *Id.*, 1018 (?), pág. 149.
([114]) *Id.*, 976, pág. 74.
([115]) *Id.*, pág 16.
([116]) Foi sempre dos nomes de pessoas mais vulgares entre os povos árabes.

tamento românico pela adjunção do sufixo patronímico *-iz:* — *Maruaniz*, «filho de Maruan».

Eis alguns nomes em que entra a palavra *Maruan:*

Maruan iben farh allaui (117).
Maruane (118).
Maruan menendiz (119).
Maruan aluitiz (120).
Mozoud iben *maruan* (121).

Os nomes aqui transcritos são de indivíduos que viviam fora da região compreendida neste trabalho. Note-se, no entanto, que esse facto não invalida a hipótese de que alguns lugares a norte do Douro foram baptizados com nomes de origem árabe. De resto, bastavam os dos escravos, que os devia haver em grande número, trazidos das terras conquistadas ou assoladas por ocasião dos fossados.

MOURE

Ocupamo-nos aqui deste topónimo, não porque estejamos convencidos de que ele tem qualquer relação com a ocupação árabe da Península, mas porque lhe anda associado nas lendas com que os outores, menos dados à investigação filológica do que aos jogos da fantasia, procuram envolver as terras que assim se chamam.

O nome *Moure*, que me parece estar representado apenas na toponímia de Viseu para o norte, é resultante do genitivo *Mauri*, de *Maurus*, nome de pessoa, o qual gozou de certa popularidade na região norte do País.

Essa popularidade deve ter sido determinada sobretudo pela fama da santidade de S. Mauro (hoje conhecido entre nós por Santo Amaro), que viveu no século VI e foi discípulo de S. Bento.

De *Maurus* se devem ter derivado nomes como: *Mauricius, Maurigus, Maurilius, Maurellus*, etc., todos eles mais ou menos representados na toponímia nortenha.

A partir do século IX, porém, vão-se tornando cada vez mais raros. Basta dizer-se que nos *Diplomata et Chartae*, entre milhares de indivíduos, não apa-

(117) *D. et Ch.*, 1016, pág. 143.
(118) *Id.*, 1008, pág. 125.
(119) *Id.*, 1080, pág. 351.
(120) *Id.*, 1001, pág. 113.
(121) *Id.*, 1016, pág. 143.

rece um único que se chame *Mauro*. Dos derivados surge apenas *Maurigo*. E uma vez só (122).

Fora do território que hoje constitui Portugal encontram-se ainda, durante o século IX, alguns indivíduos de nome *Maurus*, inclusive um bispo.

Assim, no ano de 866, Afonso III faz testamento das salinas de Lanzada a favor da igreja de S. Tiago de Compostela, terminando o documento como segue:

> «Adefonsus rex hoc testamentum confirmo *(Signum)*.
> Exemena regina confirmo. — Garsea conf. — Hordonius conf. — Froila conf. — Argimirus testis. — Possedonius ts. — Argimirus. ts. — Didacus presbiter ts. — Hermenegildus ts. — Sarracenus ts. — *Maurus* legionensis episcopus conf. — Brandaricus lamecensis episcopus conf. — Naustus conimbricensis episcopus conf.» (123).

Se o culto de Santo Amaro determinou a frequência do uso do nome *Mauro*, frequência que nos é revelada pelos vários topónimos que com ele se formaram, o sentido que o gentílico *maurus*, (que primitivamente significava «natural da Mauritânia»), obteve a partir de determinada data, tornando-se sinónimo de «muçulmano», sobretudo de «muçulmano peninsular», deve ter provocado o seu completo desaparecimento como primeiro nome de indivíduo. Compreende-se aliás perfeitamente que um cristão não quisesse que seu filho fosse portador dum nome que o podia confundir com os seus inimigos em raça e, sobretudo, em fé.

Sobre a possível etimologia de *Maurus* dir-se-á algo no artigo *Mouro-Moura*.

Eis algumas das povoações que se chamam *Moure:*

Freguesias de:

Felgueiras
Vila Verde
Barcelos
Póvoa de Lanhoso

Lugar das freguesias de:

Campo — Viseu
Lamas — Feira

---

(122) Documento do Mosteiro de Moreira, datado de 1002.
(123) D. António C. Floriano, *Op. cit.*, v. II, pág. 165.

Vila Cova — Fafe
Lufrei — Fafe
Candoso — Guimarães.

MOURISCO

Existem na região de Entre-Douro-e-Minho os seguintes topónimos:

Mourisco — S. João das Caldas — Vizela
» — Ronfe — Guimarães
» — Mogege — Famalicão
» — Goães — Vila Verde.

E no feminino:

Mourisca — Portela — Arcos de Valdevez
» — (Quinta da) — Aborim — Barcelos
» — Gualtar — Braga
» — Estorãos — Fafe (124).

Estamos, sem dúvida, perante um derivado de *mouro*, que, segundo penso, se tornou seu sinónimo. Pelo menos é-o em nossos dias.

Segundo David Lopes (125),

> «O *mourisco* é o mouro (isto é o muçulmano) tornado cristão».

E explica:

> «Os mouros que depois da conquista de Granada foram obrigados a abraçar o cristianismo tomaram esse nome; e nas nossas praças de África os mouros que vinham para nós e se convertiam à nossa fé assim se chamaram também; e os almocadens desses lugares eram justamente indivíduos das cercanias deles que se punham ao nosso serviço e que bem os conheciam para poderem servir de guias nas nossas incursões no territtório adversário».

---

(124) Américo Costa, *Op. cit.*
(125) Alguns vocábulos, págs. 10 e 11.

Embora não conheça documentos anteriores à conquista de Granada em que *mourisco* apareça como nome comum, a sua fixação na toponímia leva-nos a admitir a sua existência muito antes dessa data, sendo porém difícil averiguar qual o verdadeiro sentido que então possuía.

O documento mais antigo em que o topónimo *Maurisco* se nos apresenta remonta aos começos do séc. X — 30 de Novembro de 1904. E situa-se em território espanhol, não no português:

> «Ego Adefonsus, gracia Dei Rex, una cum conIuge mea Xemena; (...) Damus et cartulam concessionis facimus de monasterio nostro uocabulo Sancti Felicis subtus Autero *Maurisco* (...)» (126).

Nos *Dipl. et Chartae*, em documento de 953, fala-se duma *Carraria Maurisca* (127).

As Inquirições, por sua vez, também nos fornecem alguns elementos:

Na relativa a Valença, diz-se:

> «et inde aa *Mourisca* do Regaengo de Villa Verde» (128).

Em Valongo há um linhar *Mourisco:*

> «Et in alio loco qui dicitur Linaris *Maurisco*» (129).

Em Borba faz-se referência a um

> «Prado *Mourisco*» (130).

Que o nome *mourisco* também se aplicava às pessoas, mostram-no, por exemplo, dois aniversários do Livro das Kalendas *(Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis):*

> «Petrus Iohannis dictus *Maurisco* olim civis Colimbrie» (131).
> «Petrus Petri cognomine *Mauriscus*» (132).
> «Iohannis Petri dictus *Maurisco* tabelionis Colimbrie (133).

---

(126) *Diplomatica Española del Periodo Astur.*
(127) Pág. 365.
(128) *Inq.*, pág. 365.
(129) *Id.*, pág. 512.
(130) *Id.*, pág. 142.
(131) *Id.*, pág. 142.
(132) *Id.*, pág. 243.
(133) *Id.*, pág. 118.

A fixação de *Mourisco/-a* na toponímia não é privativa do norte do País. Assim, há uma paróquia em Montemor-o-Velho de nome Mata *Mourisca* e outra em Abrantes, chamada *Mouriscas* (S. Sebastião das).

O vetusto Livro das Kalendas (134) fala-nos duma *Porta Mourisca,* existente em Coimbra, na paróquia de Santa Justa, no Bairro dos Caldeireiros. Isto no século XIV (1355). Como a toponímia urbana é sempre a mais mexida, é provável que já não reste outro vestígio de tal topónimo, além do fornecido por este documento.

Para encerrar este artigo, observe-se que na linguagem comum dos nossos dias, além de se empregar como sinónimo de *mouro,* mormente *mouro* que se fixou entre cristãos e se adaptou aos seus costumes e crença, aplica-se em vários domínios, principalmente no agrícola, para indicar, por exemplo, certos tipos de vides, de linho; na arquitectura, para designar certa maneira de construir os telhados das casas; na dansa popular, etc. (135).

MOURO — MOURA

Já vimos como explicar, em nossa opinião, os vários topónimos designados por *Moure.* Formulámos a hipótese de que eles se devem ter fixado numa época anterior à entrada dos árabes na Península, ou, pelo menos, antes da palavra *mouro* ter adquirido a significação que depois tomou, designando, em globo, o conjunto de povos que, sob a bandeira do Islão, ocuparam o território que hoje constitui Portugal e Espanha.

Mais numerosos que *Moure* são, porém, *Mouro, Moura* e seus plurais, quer simples quer em composição com outros vocábulos que eles precisam.

Quase não há povoação nortenha onde não figure um campo, uma agra, um penedo ou uma fonte que se não chame dos *Mouros.*

Eis alguns exemplos que não figuram nas cartas nem nos dicionários, mas que podemos encontrar, todavia, nos livros das matrizes das Secções de Finanças respectivas:

Fonte dos Mouros — freguesia de Monserrate, Viana do Castelo (136).
Alto da Moura — Alvarães, Viana do Castelo (137).

---

(134) *Id.*, pág. 260.
(135) V. *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.*
(136) Consta do respectivo livro de matrizes.
(137) P.e Manuel Martins Cepa, *Monografia de S. Miguel de Alvarães,* Braga, 1939, pág. 157.

Calçada da Moura — Alvarães, Viana do Castelo ([138]).
Agra dos Mouros — Apúlia, Esposende ([139]).

Donde provém esse desenvolvimento do nome *Mouro,* numa região em que a ocupação árabe foi fugacíssima? É o que vamos tentar descobrir.

Antes de mais, convém notar que, se houve dominação que impressionasse a memória das gerações que se lhe seguiram, a imaginação criadora de lendas, foi a dos povos sarracenos. Haja em vista, por exemplo, as belas histórias de mouras encantadas. Repare-se na lenda da misteriosa e sedutora Dama Pé de Cabra, que obriga o cristão, que enfeitiçou, a sacrificar a fé por seu amor; e que lhe desaparece no dia em que ele, esquecido do juramento prestado, invoca o nome da Virgem ([140]). Atente-se no curioso Bispo Negro, produto de Afonso, o Conquistador, que, sendo Martinho, era filho de Suleima — um nome árabe — e de cor escura, se não negro ([141]). E para não tocarmos em mais lendas, reveja-se a de Gaia, que nos conta as saudades de uma cristã, esposa do rei Ramiro, a qual expia o crime do seu desabafo amoroso em plena foz do Âncora ([142]).

A imaginação peninsular habituou-se a atribuir aos *mouros* tudo o que era antigo, pré-histórico mesmo, ou que tivesse ar de mistério.

Uma torre pode abrigar um encanto de moura, o mesmo se podendo dizer duma fonte, duma gruta ou dum penedo que a acção do tempo carcomeu.

Há, no entanto, topónimos para os quais não bastam os jogos de imaginação, ou a mauromania, a explicá-los.

Procuremos, pois, recuar no tempo e aproximarmo-nos, tanto quanto possível, da época em que os sequazes de Mafoma senhoreavam o ocidente da Europa e tentemos descobrir as circunstâncias em que tais nomes se vincularam às terras que ainda hoje assinalam.

Antes, porém, atentemos na própria palavra *mouro* e vejamos as vicissitudes por que passou até adquirir a significação com que chegou até nós.

Quer seja de origem fenícia ([143]), como é natural, quer indiana, como

---

([138]) *Ibid.*

([139]) Consta das matrizes da Apúlia.

([140]) *IV Livro de Linhagens*, fls. XXXV R. e V.

([141]) *Chronicas «breves» e Memórias avulsas de S. Cruz de Coimbra*, págs. 27 a 30.

([142]) IV Livro de Linhagens, fols. LIX, R. a LXII, V.

([143]) É a opinião de Cagigas — *Los Mudéjares*, t. I — a quem se deve também a citação de Estrabão, e de Pellegrin, *Op. cit.*, pág. 115, onde se lê: «Un autre ethnique bien connu est celui de *Maures*, lat. *Mauri*, dont le dérivé *Mauretania* (...) *Mauri* représentait peut-être (...) un mot phénicien».

pretendeu Estrabão, a palavra entrou no grego e no latim para designar os naturais da região norte-africana conhecida por *Mauritânia*.

Parece ter sido Santo Isidoro quem relacionou o nome *maurus* com a cor dos habitantes da Mauritânia (144). E, certamente, não lhe foi estranha, nessa interpretação, a existência, em grego, de *mauros, maurós* e *amaurós*, todos com a significação de «escuro» (145).

O que importa frisar é que, à data da entrada das tropas sarracenas na Península, o nome se aplicava aos naturais da Mauritânia que constituíram um dos contingentes, porventura o mais numeroso, de todos os que assolaram o *Andaluz* — como eles lhe haviam de chamar.

Durante os dois primeiros séculos de ocupação, a palavra conservou o seu sentido primitivo, para significar «natural de África, berber», por oposição a *árabes* ou *sarracenos* — como eram conhecidos os que provinham da Ásia.

A partir do século XI, porém, e como testemunho da fusão, se não da supremacia dos africanos sobre os asiáticos, vamos encontrá-la aplicada a todos os que praticavam o culto maometano, fosse qual fosse a raça a que pertenciam. A sua significação estendia-se não só aos sarracenos que viviam em território cristão mas também aos muçulmanos independentes (146).

Poder-se-á insistir na pergunta: Se a permanência dos árabes nesta parte do país foi tão curta que os cristãos que haviam abandonado as suas terras diante das tropas sarracenas que avançavam puderam ainda reocupá-las, sem que se obliterasse a noção do legítimo proprietário, como explicar a existência de topónimos com o seu nome na região de entre Douro e Minho?

Vamos tentar demonstrar que, se o seu domínio foi breve, nem por isso os mouros deixaram de existir por muito tempo nesta região do País.

Antes da fundação da nacionalidade, e ainda muito tempo depois, o norte de Portugal estava, em grande parte, na posse dos ricos e numerosíssimos conventos aqui existentes.

Quem cultivava esses vastos domínios? Os servos da gleba, homens vinculados à terra que arroteavam? Escravos de guerra, que constituíam o despojo de cada fossado ou batalha? Uns e outros certamente.

Para o caso presente interessa-nos considerar estes últimos.

Segundo Herculano, os escravos mouros ocupavam, na época da reconquista, o último degrau da escala social (147). Na verdade, a igreja não admitia

---

(144) Na doutrina aqui expendida seguimos de perto Isidoro de las Cagigas, *Los Mudéjares*, tomo I, Madrid, 1948, págs. 60 e segs.

(145) C. Alexandre, *Dictionnaire Grec-Français*, Paris, 1868.

(146) Cagigas, *Op. cit.*, pág. 62.

(147) *Histôria de Portugal*, v. VI, livro VII, págs. 194 e segs.

já a servidão dos que pertenciam ao seu grémio, tolerando no entanto a escravatura nos que não seguiam a sua lei (148).

Vários dos forais especificam que o mouro baptizado deve ser livre (149).

Não nos faltam documentos comprovativos da existência de escravos mouros no território situado a norte do Douro.

Na inquirição de Santo André de Gondomar, concelho de Guimarães, colhe-se a notícia de que

> «este davandito Moesteiro fez elRey don Alfonso I.º de Portugal, et plobou o de bois e de vacas et de eguas et de seu ganado et de seus *mouros* et de seu aver» (150).

É do mesmo século outro documento em que Martinho Viegas, na era M.ªCC.ªVI.ªX.ª, deixa ao mosteiro de Pendurada

> «II. os *mauros* et duas cubas» (151).

Se naquele documento os escravos mouros alinhavam ao lado dos gados, neste figuravam entre o vasilhame.

Casos perfeitamente idênticos se verificam noutras regiões, que caiem fora da área do nosso estudo.

Nas *Dissertações Cronológicas* de J. P. Ribeiro publica-se um documento em que o citado mosteiro de Pendurada, no ano de 1194, é contemplado por Menendus Venegas, com

> «unum *Maurum*, et unam *Mauram*, et unam azemelam» (152).

E um tal Melendo Venegas (talvez se trate do mesmo indivíduo), noutro documento, testa, juntamente com as vacas e uma azémola,

> «uno *Moro*» (153).

---

(148) *Ibid*, v. VI, livro VII, pág. 201.

(149) «Maurum qui fuerit christianum uel seruum et ad fresno uenerit sedeat liberum» — Foral de Freixo (1152), págs. 378-381.

(150) Inquirições de D. Afonso II, 1.ª alçada — *Inquisitiones*, pág. 415.

(151) *Dissertações Cronológicas*, de J. P. Ribeiro, V. III, pág. 56.

(152) V. III, pág. 51.

(153) J. P. Ribeiro, *Op. cit.*, V. III, pág. 54.

Em outro documento do século XII (em 1163), Maria Tizona lega aos Cónegos da Sé de Coimbra, entre outras coisas, uma azémola e um *sarraceno* (154).

Volvido século e meio, em 1319, o presbítero Pedro Martins, mestre-escola de Santa Maria de Coimbra, legou, entre muitas outras coisas:

«suum *sarracenum Çaide* et uxorem suam *Ayxam*...» (155).

Vemos pois a prática corrente de deixar aos conventos os escravos.

Um caso há, pelo menos, em que é o próprio mosteiro que, em compensação de benefícios recebidos, cede vitaliciamente um dos seus *mouros*.

Em documento do mosteiro de Pendurada, datado de 1178, Maior Mendes declara ter recebido daquele convento uma *moura* para a servir até ao fim da vida (156).

Não seria em vão que a maior parte do forais da época da reconquista salvaguardavam para a coroa ou para o senhor os direitos sobre o que pudesse vir da *terra dos mouros*.

Os mesmos forais determinavam o imposto a pagar à coroa em caso de manumissão dos escravos.

Comprados pelos mosteiros e pela alta nobreza, activos e dóceis, segundo parecem inculcar as expressões *mourejar* e *trabalhar como um mouro*, os escravos mouros, ao mesmo tempo que vão sacrificando a crença de seus avós, vão recuperando a liberdade perdida, passando primeiro a servos da gleba, depois a homens completamente livres — *ingénuos*.

Eis a passagem dum documento que chamou a atenção de Herculano e que não deve constituir, como pensou o grande historiador, uma excepção:

Na inquirição de Afife, Viana do Castelo, refere-se que D. Maior Velha possuíra um mouro e uma moura, que alforrara. Mas oiçamos o próprio redactor das inquirições de 1258:

> «que ouviron dizer que domna Mayor Velia auia j. *mouro* et j. *moura*, et mete us in termio de Baltasares ubi chamam Portela, et forro us et arromperon in esse logar et fizeron y morada» (157).

---

(154) *Lib. An. Ec. Cath. Colimbriensis*, pág. 73.
(155) *Ibid.*, pág. 141.
(156) J. P. Ribeiro, *Op. cit.*, V. III, pág. 227.
(157) Inquirições de D. Afonso III, 1.ª alçada — *Inquisitiones*, pág. 328.

Baseado neste documento, Herculano formulou a hipótese seguinte:

> «...Servos existiam de feito (em 1211); mas eram os escravos mouros, que viviam em regra numa domesticidade abjecta, ainda que nos restem exemplos, posto que raros, de serem empregados quase como colonos nos predios ruraes, vindo por isso a obter a manumissão» ([158]).

Ao historiador passaram inteiramente despercebidos os testemunhos da antroponímia, fornecidos sobretudo pelas inquirições. Aí, os escribas acharam por bem marcar para a posteridade, com a designação de *mouros*, uma infinidade de jurados que nelas são ouvidos.

Logo na primeira página das *Inquisitiones*, no questionário relativo a S. Tomé de Abação ([159]), entre os inquiridos, encontramos um *Maurus:*

Petrus Monacus prelatus
Fernandus Gomiz
Petrus Fernandiz
Johannes de Carvalio
Gunsalvus Menendi
Pelagius Cuviliana
Petrus Gomez
Petrus Gunsalvi
Gunsalvus
Pelagius *Maurus.*

Em Gonça ([160]), freguesia do mesmo concelho de Guimarães, depõe um Petrus *Maurus.*

Um Petrus *Maurus*, aparece, em idênticas circunstâncias, em Castelões, do mesmo concelho.

Em S. Faustino (o S. Frausto medieval), figura um indivíduo que se chama simplesmente *Maurus*, ao lado dum proprietário de nome Pedro Negro.

Mouros há em Tagilde, em Selho (S. Cristóvão), em Figueiredo (onde depõe Pelagius *Maurus*, senhor dum casal reguengo) ([161]), em Gominhães, em S. Eufémia, em Garfe, em Vila Fria, em Mascotelos, em Candoso, em Vila Nova,

([158]) *História de Portugal*, V. VI, livr. VII, pág. 206.
([159]) Inquirições de D. Afonso II — Reguengos — *Inquisitiones, pág. 1.*
([160]) *Ibid.*, pág. 2.
([161]) *Inquisitiones*, págs. 6-7.

em Creixomil (um Petrus *Maurus*, um *Maurus* e um *Gallecus)*, em Priscos, em Santa Maria de Oleiros, em S. Vicente de Areias, em S. Martinho de Rio Mau, em Tamel, em S. Martinho de Rio Tinto, em Beiriz, no Mosteiro de S. Simão, em Gamil, em Chorente, em Viatodos, em Argivai, em Macieira, em S. Cristóvão (?), em S. Paio de Carvalhal, em Entre-os-Rios, em Touvedo (um tal *Maurus* Menendiz — dos raríssimos casos em que o *Maurus* dá a impressão de ser nome de baptismo), em S. Tiago de Vila Chã, em S. Lourenço (?), em S. Romão de Vilarinho, em S. João de Roios, em Santa Maria de Antime, em S. Vicente e S. Salvador de Ermelo, em S. Martinho de Vale de Bouro, em S. Salvador de Vila Garcia, no mosteiro de Telões, em S. Miguel de Frossos, em Roriz ([162]). — Isto nas Inquirições de 1220, e na parte referente aos Reguengos.

As de 1258, porém, são bastante mais elucidativas, pois mencionam pormenorizadamente não só o nome do proprietário mas também a designação por que a propriedade era conhecida.

Já acima se fez referência aos casos raros em que a palavra *Mouro* nos aparece como primeiro nome de indivíduo.

Uma ou duas vezes, encontramos nas Inquirições *Don Mouro*. Duas hipóteses podem explicar estes nomes. A primeira é de que, no século XIII, havia descendentes de *mouros*, e que como tais eram ainda reconhecidos, aos quais foi facultado o acesso à nobreza — o que explicaria a presença do título nobiliárquico *don* antes do nome por que eram conhecidos. A segunda é de que se trata pura e simplesmente dum indivíduo que se chama — ou chamava, visto esses nomes aparecerem a denominar propriedades agrícolas — *Mauro* ou *Mouro*, como podia chamar-se, *Pedro, Domingos, Martinho*, etc.

Eis uma das passagens em questão:

> «Item, disse que da quintana de Roffes dam cada ano al Rey espadoa (...)
> «Item de Casal de Mioteyro (...) et de erdade de *don Mouro* et de Medendo Simeonis (...) ([163]).

Segue-se a relação das povoações nortenhas em que figuram *mouros*, nas Inquirições de 1258:

Barcelos, Mazarefes, Vitorino (Santo André), Poiares (S. Tiago), Ardegão (Santa Maria), Afife, Fontão, Estorãos, Facha, Covas, Várzea (S. Félix), Ensalde, Melgaço, Vilela, Cuide, Chorente, Souto (S. Salvador), Soutelo (S. Mi-

---

([162]) Segue-se a ordem das *Inquisitiones*.
([163]) *Inq.*, pág. 295.

guel), Lordelo, Pampelido, Vila Chã (?), Retorta, Tougues, Guilhabreu, Guidões, Ardegães, Foz do Sousa, Baguim, Gondesende, Várzea (S. Paio), Lagares (S. Veríssimo), Idães, Ferreira (S. Félix), Figueiras (S. Salvador), Mudelos, Soverosa (Santa Eulália), Feveros (?), Besteiros (S. Cosme), Lovegelli (?), Gandra (S. Miguel), Sobreira (S. Pedro), Castelo de Aguiar, Mosteiro de Cete, Duas Igrejas (Santa Maria), Rebordosa (S. Miguel), Fonte Arcada (S. Tiago), Paredes (S. Miguel), Valpedre, Rio de Moinhos (S. Martinho), Galegos (S. Salvador), Luzim, Boelhe, Eja, Canelas, Peroselo, Canas (?), Marecos, Paçó (Mosteiro), Castro («hermita Sancti Martini de Carasti»), Mosteiro de Vila Boa de Quires, Portocarreiro, Constance, Castelões (S. Salvador), Recezinhos, Oliveira (S. Paio), Caíde, S. Salvador (?), S. Romão de Carvalhosa, Fregim, Torno, Mindelo, Gamaçãos (?), Antime, Travaços, Roma, Melres, Vila Garcia, Castelões (?), Guilhofrei, Urgeses, Entre as Aves (inter Avem et Avizellam), Cerzedelo, S. Jorge de Selho («inter Avem et Selium»), Fermentões (Santa Eulália de Forramondanos), Prazins (Santo Tirso), Nespereira.

Eis a distribuição geográfica do que nós entendemos por colónias de *mouros*.

Se há terras em que entre os inquiridos, em número bastante variável, só figura um *mouro*, outras há em que nos aparecem três e quatro.

Tratando-se de indivíduos que se não são inteiramente livres, são-no parcialmente, isto é, têm a condição de servos da gleba ou homens de criação, não serão, pelo menos em parte, descendentes dos moçárabes vindos do sul, quer voluntária quer involuntàriamente, à medida que a Cruz ia tomando as terras do Crescente? É possível, embora não possuamos dados para provar ou negar esta hipótese.

Do que parece não restarem dúvidas é de que este *Maurus*, aposto ao nome individual, indica a qualidade ou origem da pessoa.

Vejamos alguns casos em pormenor:

Os jurados da inquirição de Lordelo (164) são:

Monendus Boyeiro
Petrus Johannis, dictus Frigidus
Petrus Petri, dictus Chacuna
Dominica Castiça
Elvira *Maura*
Petrus *Maurus*
Julianos Pardus
Durandus *Maurus*.

(164) *Id.*, pág. 437.

No primeiro nome omitiu-se o patronímico por se julgar a profissão (pela qual o indivíduo era, certamente, conhecido) nota suficientemente indivuante. No segundo e no terceiro registam-se os nomes dos pais, mas apuseram-se-lhes as alcunhas por que eram tratados. No quarto, vem o nome de baptismo e a alcunha. No sétimo, sublinha-se a cor escura do indivíduo. O Pedro e o Durando são chamados *Maurus*, bem como a Elvira — *Maura*.

Mais elucidativa ainda é a inquirição de S. João de Luzim (165):

Gunsalvus Pelagii
D. *Maurus*
Petrus Martini
D. Johannis
Laurencius Petri
D. Michaelis
Petrus Pelagii
Petrus Menendi
Petrus Dominici
Gunsalvus Alfonsi
D. Michaelis
Johannes Egee
Petrus Martini
Petrus Dominici
D. Johannis
Petrus *Maurus*
Michaelis Didaci.

Aqui, o sistema da construção dos nomes de pessoas (nome do indivíduo seguido de patronímico) mostra-se rígido, abrindo-se excepção apenas para os que as Inquirições denominam *Mouros*.

Todavia, há um ou dois casos em que o patronímico também é empregado para eles. Assim, em S. Pedro de Sovereira (166):

Dominicus *Maurus*
Martinus *Maurus*
Petrus *Maurus*
Petrus *Maurus* Guedaz.

---

(165) *Id.*, pág. 584.
(166) *Id.*, pág. 572.

É fácil descobrir o motivo que levou a tornar público o nome do pai do segundo Pedro *Mouro* — distingui-lo do primeiro.

De todos os jurados que depõem nas Inquirições e são marcados com a designação de *Mouros*, nem um único ostenta nome oriental.

Que conclusão tirar deste facto? Tratar-se-á duma intolerância, duma manifestação de racismo, que explicaria ao mesmo tempo a preocupação de distinguir do resto da sociedade os indivíduos de sangue ou de contacto mouro? Talvez. No entanto, é preciso considerarmos que a partir do século XII a antroponímia sofreu uma completa remodelação, fazendo desaparecer grande parte dos nomes de origem germânica, e de outras procedências, para darem lugar a outros tirados do onomástico latino-cristão, mormente do agiológio.

Qual a situação social destes *mouros*? Felizmente, os documentos, ainda que fugidiamente, deixaram-nos referências que permitem responder a esta pergunta.

Embora se torne exaustivo enumerar as passagens das Inquirições em que podemos surpreender os *mouros* como homens inteiramente livres, *herdadores*, como gente *de criação*, na posse das terras que herdaram ou que lhes foram destinadas pelos legítimos possuidores, para que as amanhassem, ou ocupados nas operações de compra ou de escambo, reputo essa exposição necessária para a compreensão dos problemas que aqui vão surgindo. Eis, pois, as passagens em referência:

«et de casali de Pelagio *Mauro* dant iij. bracales» (167)

«Item da erdade de quintana de Nuno *Mouro* dam al Rey cada ano pro fossadeira ij. dineiros (...)» (168)

«Item da erdade de Petro *Mouro* et de Gontina Bispina (...) (169)

«Item da erdade de *Mouro* Menendi j. meala» (170)

«Item da erdade de Pedro *Mouro* X. ovos.» (171)

«Item da erdade das mancebas iiij. varas de bragal, et da erdade de Pelagio *Mouro* ij. varas (...)» (172).

«Item, Petrus *Mouro* trivodou erdade cum no Espital, que pectava voz e caomia (...)» (173)

---

(167) *Id.*, pág. 6.
(168) *Id.*, pág. 320.
(169) *Id.*, pág. 320.
(170) *Id.*, pág. 321.
(171) *Id.*, pág. 323.
(172) *Id.*, pág. 335.
(173) *Id.*, pág. 340.

«Item, da erdade de Petro *Mouro* pro Januario VI dineiros (...) [174]
«Item, do Casal de Mido *Mauro* vam ao castello levar a madeira» [175]
«Item do Casal de Petro *Mouro*» [176]
«(...) et o Casal de Menendo *Mouro*» [177]
«Item, da erdade de Suerio *Mouro* ij. varas meias» [178]
«quintana de Vilar et de Johanne *Mouro*» [179]
«erdade de Godinho *Mouro*» [180]
«Item, so Pinoti, j. peza de souto (...) erdade de Pelagio *Mouro*» [181].
«et de casali in quo moratur Elvira *Moura* (...)» [182]
«et de casali quod fuit Durandi *Mauri* solebant dare medium morabitinum, et modo filii ejus vendiderent illud (...)» [183]
«et Dominicus *Maurus* fecit aliam ruptam in loco qui dicitur Petra curialis» [184]
«et hereditates *Mouri* herdatoris» [185]
«et duo casalia (...) quibus morantur Martinus Petri et Petrus *Maurus*. Fernandus Menendi» [186]
«et laborant istas leiras D. *Maurus* homo de Fernando Stephani et Petrus Martini (...)» [187]
«Et ipsa Ecclesia tenet tres bouzas in Lomba de Cayde (...) Et in ipso loco pacet alia bouza et tenet illam Johannes *Maurus*, homo Martini Egidi (...)» [188]
«Et Martinus *Mouro* moratur in casalia de Travanca et Sancti Pelagii, et dat inde annuatim Domino Regi j. gallinam (...)» [189]

([174]) *Id.*, pág. 354.
([175]) *Id.*, pág. 358.
([176]) *Id.*, pág. 359.
([177]) *Id.*, pág. 363.
([178]) *Id.*, pág. 399.
([179]) *Id.*, pág. 420.
([180]) *Id.*, pág. 421.
([181]) *Id.*, pág. 434.
([182]) *Id.*, pág. 437.
([183]) *Id.*, pág. 437.
([184]) *Id.*, pág. 488.
([185]) *Id.*, pág. 556.
([186]) *Id.*, pág. 567.
([187]) *Id.*, pág. 584.
([188]) *Id.*, pág. 601.
([189]) *Id.*, pág. 603.

«Et de casalia filiorum Gonsalvi Petri et Petri *Mauri* (...)» (190)
«et quintana est filiorum et nepotum Garcie *Mauri* (...)» (191)
«et aliud (casale) est filiorum et nepotum Pelagii *Mauri* (...) (192)
«et casale Martini Menendi et filiorum Pelagii *Mauri* (...)» (193)
«et de hereditate de *Mauris* (...)» (194)
«Item, aliud casale de *Mauris* (...)» (195)
«Item dixit quod sautus desuper quintanam que fuit *Mauri* Reynaldiz est totus regalengus» (196)
«et duo (casalia) sunt Johannis corruti et filiorum Johannis *Mauri* (...)» (197)
«et duo (casalia) sunt filiorum et nepotum Menendi *Mauri* (...) (198)
«Item, dixit quod filii Johannis *Mauri* comparaverunt unum campum in Riparia Selii veream que fuit casalis de Midi (...)» (199)
«et duo (sunt Dominici Johannis *Mauri* Vimarãñ (...); dixit quod campus de Assorosa (...) et alia medietas est Fernandi Johannis et Dominici Johannis *Mauri* (...)» (200)
«et modo Dominicus Johannis *Mauri* et Dominicus Vincencii acceperunt illam filio ipsius Dominici Johannis *Mauri* (...)» (201)
«et tria sunt Dominici Johannis *Mauri*» (202).

De todos os documentos aqui apresentados se pode concluir que os *mouros* do norte do país eram, pelo menos no século treze, criaturas ligadas à agricultura, caseiros ou proprietários como os outros indivíduos. Nem um único documento deste século encontramos que no-los mostrem, nesta região, exercendo qualquer outra profissão.

Qual a situação destas colónias de *mouros* — se assim me posso exprimir —

---

(190) *Id.*, pág. 612.
(191) *Id.*, pág. 614.
(192) *Id.*, pág. 619.
(193) *Id.*, pág. 675.
(194) *Id.*, pág. 675
(195) *Id.*, pág. 675.
(196) *Id.*, pág. 699.
(197) *Id.*, pág. 703.
(198) *Id.*, págs. 703-4.
(199) *Id.*, pág. 711.
(200) *Id.*, pág. 720.
(201) *Id.*, pág. 722.
(202) *Id.*, pág. 724.

sob o ponto de vista religioso? Étnicamente postos à margem da outra sociedade, mantinham eles as crenças dos seus avós?

É impossível responder a esta pergunta, a não ser por hipóteses mais ou menos plausíveis.

Não há, que eu saiba, na região abrangida pelo nosso estudo, nada que recorde o exercício do culto islâmico. E, no entanto, ainda no século XV, pelo menos, existia em Braga uma sinagoga (203).

Também não há nada que nos possa fazer recordar a existência de núcleos isolados de *mouros*, como em Lisboa, por exemplo, a *Mouraria*. Escravos de lavoura, servos da gleba, libertos que ascenderam à situação de proprietários rurais, é dispersos pelos campos, casais, herdades, que eles vivem. E, se os vizinhos teimavam em lhes chamar *mouros*, há muito que deviam ter sacrificado a fé em Alá para servirem a Cristo.

Nem doutra maneira se compreenderia que em 1258 quatro dos párocos, pelo menos, da região de entre Douro e Minho fossem... *mouros* (204).

São os seguintes os topónimos registados pela Carta dos Serviços Geográficos em que aparecem *Mouro* ou *Moura:*

Quinta do *Mouro* — Ponte da Barca
Souto do *Mouro* — Caminha
Vilar de *Mouros* — Caminha
Rio *Mouro* — Monção
Cerro da *Moura* — Monção
Ponte de *Mouro* — Monção
Vilar de *Moura* — Arcos de Valdevez
Corte *Mouro* — Montalegre
Mouros — Refojos de Basto
Pai *Mouro* — Braga (certamente por Paio Mouro).

Isto é o que apresenta a Carta. Muitos outros topónimos existem, porém, a atestar a passagem por estas paragens dos descendentes dos antigos adora-

---

(203) Livro I dos *Prazos do Cabido Primacial de Braga*, fols. 20 e segs. — Por esse tempo havia na capital do Minho, além da *Esnoga*, duas ruas de nome *Judiaria Nova* e *Judiaria Velha*. A primeira, porém, já havia mudado de nome, oficialmente, tendo passado a chamar-se *Rua de Santo António*.

(204) São eles: «Gunsalvus *Maurus*, prelatus ejusdem Ecclesie Miranci» — *Inquis.*, pág. 485; «Stephanus *Maurus*, prelatus ejusdem Ecclesie» (S. Michaelis de Gandara) — *Id.*, pág. 571; «Martinus *Maurus*, prelatus» — *Id.*, pág. 605. «Johannes *Maurus*, prelatus» — Id., pág. 605.

dores de Alá, perdidos nas montanhas e nos vales, que os naturais desses lugares obscuros conhecem.

A grande massa dos nomes *Mouro, Mouros*, etc, remonta à época em que os nomes de pessoa de origem oriental foram substituídos pelos que usavam os cristãos. Se alguns, como *Vilar de Mouros*, existiam no século XI ([205]), outros podem ser de época posterior.

Já se fez referência, embora de passagem, a outros elementos étnicos que supõem a existência de colónias estrangeiras no norte do País. Nem o facto deve causar estranheza, se nos lembrarmos que o Conde D. Henrique era francês e com ele devem ter vindo compratiotas seus; que parte dos cruzados por cá se quedaram; que D. Sancho I, por exemplo, procurou atrair ao nosso país estrangeiros que colonizassem o solo recém-conquistado.

As inquirições apresentam-nos *francos* em:

S. Cristóvão do Selho (de Ripa Selli) ([206]):

Menendus *Franco*

Ramalde ([207]):

Petrus *Francus*

Francos existiam noutras terras, como sejam:

Geraz (Santa Maria), Carreço, Seixas, Polvorosa.

Não faltam *galegos* nem *castelhanos:*

Em S. Miguel de Creixomil um dos inquiridos é:

Menendus Johannis *Gallecus* ([208]).

Em Besteiros figuram:

«tria casalia que fuerunt Dumne Marie *Gallece*» ([209]).

([205]) *Diplomata et Chartae*, doc. CCCCLXXXXIV, de 1071, pág. 306.
([206]) *Inquisitiones*, pág. 5.
([207]) *Id.*, pág. 462.
([208]) *Inq.*, pág. 13.
([209]) *Id.*, pág. 567.

«...dixit quod xviij. to casalia et sunt omnia Domini Egidii Martini, et Domni Alvari Didaci de *Castella*, et Domne Tarasie Martini, et Domni Fernandi Johannis *Gallecie*...» ([210]).

Nas inquirições parece-nos ainda um flamengo — Gunsalvus de *Frandes* ([211]) — e um bretão — Pelagius *Bretam* ou *Breton* ([212]).

Suficientes muito embora para deixarem assinalada a sua passagem, estas colónias de estrangeiros que se fixaram no nosso país, são pouquíssimas, se as compararmos com as de *mouros*.

Quanto à maneira como se formavam esses núcleos, a inquirição de 1258 relativa a Guimarães trouxe até nós um eco:

«Interrogatus de Ecclesia Sancti Jacobi ipsius ville, dixit quod genus *Francorum* Vimarãn. eligerunt semper et eligunt priorem (...) Et nos inquisitores vidimus cartam Domini Comitis Henrici sine sigillo et sine signo quod Dominus Comes dedit illum terrenum duobus *Francis* quod fecerunt ibi capellam suam» ([213]).

Para concluir este artigo, que se tornou excessivamente longo, acrescente-se que não são apenas as Inquirições que usam o sistema de substituir o patronímico pelo adjectivo *Maurus*. O mesmo se faz em outros documentos. Nos forais, por exemplo:

«Ego supradicti qui hanc cartam iussi facere coram idoneis testibus propriis manibus roboraui. Fernandus *captiuo* test. Archiepiscopus Pelagius conf. Bernaldus episcopus Colimbriesis conf. Gunsaluo roderici conf. Egas moniz conf. Gunsaluo Sauza senior conf. Qui presentes fuerunt et hec uiderunt, Tructesindus uermuiz conf. Pelagius carualius test. Garsia *mauro* test. Saluador frosendiz test. Petrus reiriquiz test. Suerius menendiz test. Pelagius presbiter notauit» ([214]).

Como se pode verificar, entre as testemunhas idóneas, figura, além dum *cativo*, um Garcia *Mouro*.

([210]) *Id.*, pág. 462.
([211]) *Id.*, pág. 720.
([212]) *Id.*, pág. 256.
([213]) *Id.*, pág. 737.
([214]) Foral de Seia — 1136 — *Scriptores*, pág. 372.

O documento é tanto mais de assinalar quanto nele se fala de *mouros* que fugiam para território inimigo («trans ermio»), dos que se libertavam (qui exierit de catiuo»), dos que faziam testamentos piedosos («Si homo *mauro* mandauerit suum habere pro sua anima cum testimonia et cum carta...»), das coisas que porventura poderiam vir do território sarraceno («de terra de *mauros*»).

MURÇA

Na Idade Média aparecem-nos sob a forma de *Muça* ou *Muza* ([215]), quer o nome da vila trasmontana, quer o dum lugar da freguesia de Silvares, concelho de Guimarães.

Estamos perante um nome de origem antroponímica — **muuçay** —, correspondente ao hebraico *Moisés*.

Além do topónimo de Silvares e do de Trás-os-Montes, a carta do Instituto Geográfico regista um em terras de Barroso, na freguesia de Salto.

A passagem de *Muça* para *Murça* é certamente devida à analogia com certas palavras em que havia o grupo consonântico *-rs-*, que passava naturalmente a *-ss-* (*Versata — Vessada; ursa — ussa*), e nas quais, por influência erudita, se restituiu a forma primitiva, como é o caso de *ursa* ([216]).

NORA

São pouco numerosos os topónimos formados a partir do vocábulo árabe — **nɔ'urɔ'** — «nora, roda de irrigação» ([217]). Limitam-se a quatro ou cinco, no cômputo do «Dicionário Ilustrado» ([218]), respectivamente em:

S. Pedro de Merelim — Braga
Messines
Querença — no Algarve
Rio de Moinhos — Borba.

Da definição acima, vê-se que em árabe *nora* e *azenha* são sinónimos.

([215]) «Item dixit quod in *Muza...*» — *Inquisitiones*, pág. 718.

([216]) Este topónimo foi estudado por David Lopes — *Toponímia árabe em Portugal*, pág. 14.

([217]) Belot, *Op. cit.*

([218]) Eduardo de Noronha, *Op. cit.*

SARRAZIM

É o nome duma povoação da freguesia de Gondiães, concelho de Vila Verde.

É forma evoluída do genitivo latino *Sarracini*, variante de *Sarraceni*.

Ambos se formaram do adjectivo latino *Saracenus* (219), um dos nomes por que eram conhecidos os sequazes de Maomé.

Foi com o vocalismo *i* da sílaba tónica que o gentílico se fixou como nome de indivíduo, e de indivíduo cristão, bastante frequente nos séculos IX a XI (220). Eis alguns exemplos colhidos nos «Diplomata et Chartae»:

Sarracino iben leopelle (221)
Sarracino ueniegas (222)
Sarracino iben gaudio (223)
Sarracina benegas (224).

E sob a forma de patronímico, temos, por exemplo:

Yaffar *sarraciniz* (225).

Do feminino há os topónimos:

Sarrazina, povoação de Ega, Condeixa e
Sarracina, na freguesia de Parada, Miranda do Douro.

Em Espanha o vocábulo tem representação mais abundante e mais variada do que entre nós:

---

(219) Para a etimologia de *Sarraceno*, que hoje se crê derivado, não de Sara mas de Saraca, cidade da Arábia, bem como para a distinção primitiva entre *Ismaelitas, Agarenos, Árabes* e *Mouros*, consulte-se «*Los Mudéjares*», de Cagigas, t. I, págs. 76 e segs.

(220) Na obra já citada de D. António C. Floriano encontram-se vários indivíduos que se chamam *Saracenus, Sarracenus, Sarrazino, Sarrazenus, Sarraceno* (II vol., págs. 56, 145, 165, 263, 317, 378 e 383).

(221) Ano 952, pág. 37.

(222) Ano 1060, pág. 266.

(223) Ano 1006, pág. 120.

(224) Ano 1073, pág. 313.

(225) Ano 953, pág. 38.

Villa *Sarracino* ([226])
Castrel *Sarracín* ([227])
Serracín ([228])
Serracines ([229])

Que *Sarracinus* é forma alotrópica de *Sarracenus* vê-se, por exemplo, na passagem que segue duma das Crónicas Breves de Santa Cruz de Coimbra ([230]):

> «Dom afomso o primeiro rey de portugal como tomou leirea aos mouros logo dotou aa uera cruz com toda jurdiçom e com todo o ecclesiastico. E o prior dom Joham por homens para a defensarem, e vieram os *sarraziis* e tomaron leirea per força. E dom joham prior de Santa cruz com muyto grande despecto buscou gente darmas e foisse a arronches, que era dos *sarraziis*, e per força darmas a tomou.»

Além de *Sarracenus*, outro gentílico, aplicado aos islamitas, parece ter sido empregado como nome individual. É, pelo menos, o que nos faz supor o topónimo *Agarém* (que penso ser forma derivada do genitivo de *Agarenus*) o qual figura na inquirição relativa a S. Martinho de Aboim, de 1258 ([231]):

> «Item, de linar de Gunsaluo o tertio per uara; de *Agarem* o quarto por uara».

O facto de vermos usados por cristãos nomes que eram designativos do povo islâmico não nos deve surpreender. Da parte dos muçulmanos verificamos prática idêntica, com o emprego de *Nezeron* — **naçran** — «cristão», correspondente ao português *nazareno* ([232]).

Num documento do Mosteiro de Lorvão, datado de 978 ([233]), um moçárabe, chamado *Zuleiman iben lazaro*, vende um moinho que possuía em Forma ao mesmo convento. Entre as testemunhas figuram indivíduos portadores de nomes

---

([226]) I. de las Cagigas, *Op. cit.*, pág. 77.
([227]) *Ibid.*,
([228]) *Ibid.*
([229]) *Ibid.*
([230]) *Scriptores*, pág. 24.
([231]) *Inquisit.*, pág. 322.
([232]) Belot, *Op. cit.*
([233]) *D. et Ch.*, pág. 77.

inteiramente árabes, outros de nomes germânicos ou latinos e ainda outros com eles mistos:

Froila gutieriz
Homeia iben abdella
Zuleiman iben *nezeron* (234)
Garsea presbiter
Paulus notuit.

SEIDE

Um outro topónimo com filiação na antroponímia é Seide, nome de duas freguesias minhotas:

S. Miguel de *Seide* — Vila Nova de Famalição
S. Paio de *Seide* — Vila Nova de Famalicão

É provável que em outras terras nortenhas existam topónimos idênticos, fixados como nomes de propriedades rurais.

Na verdade, este nome foi bastante vulgar na idade média, quer empregado sob a forma simples — *Seide* — quer como derivado patronímico — *Seides*.

Eis alguns exemplos:

«et in *Zeide* ij. leire» (235)
«et in villa de *Ceides* vllij. casalia regalenga» (236)
«e o casal dos *Ceides*» (237)
«quintana de Gunçalo *Ceidiz*» (238)

A sua origem antroponímica vê-se claramente no último destes exemplos. Uma vez pelo menos, aparece-nos *Ceidi*, com forma de genitivo.

«et est ipsa corte inter corte de *ceidi* tendaldiz et de alia parte corte de cidi pelagiz. ad integram uobis illas concedimus cum sua uasa ... ...in uilla matesinus» (239).

---

(234) Convém não confundir com o nome *Nazar* ou *Naçar*, que aparece sob as formas *abonazar* (*D. et Ch.*, pág. 78) e *melec iben abonazar* (*D. et Ch.*, pág. 110).
(235) *Inquis.*, pág. 584.
(236) *Id.*, pág. 41.
(237) *Id.*, pág. 415.
(238) *Id.*, pág. 420.
(239) *Dipl. et Chartae*, 1032 — CCLXXIV. — Além desta e da forma em

A existência de formas como *Zeidones* (240) e *Zeidonesses* (241) supõe que este nome foi flexionado com sufixo patronímico *-o/-onis.* e *-onicus/-onici.*

Pròpriamente na antroponímia, a idade média apresenta-nos, por exemplo:

«*Zeide* presbiter test» (242)
«Adaulfus iben *zaide*» (243)
«Hamed iben *zaid*» (244).

Que o nome é árabe, mostra-no-lo, por exemplo, a passagem dum documento do século XIV, já transcrito no artigo *Mouro-Moura*

«suum sarracenum *Çaide*».

É provável que alguns dos nomes medievais citados tenham origem em — **zaid** —, nome próprio muito frequente em árabe, e cujo feminino é — **zaida** —, sendo ainda vulgar em nossos dias o seu uso entre nós.

O étimo, porém, que pode explicar os nossos *Seides* é, certamente, — **ça'yd** —, tão popular entre os povos orientais como o anterior. A sua significação, como adjectivo, é «feliz» (245). Deixou representação na toponímia oriental quer no masculino *Said,* quer no feminino *Saida* (246).

SOLEIMA

Era dos nomes mais frequentes na Península durante a Idade Média, usado quer por árabes quer por moçárabes. Uma boa parte do chamado «Livro Preto» da Sé de Coimbra, publicado por Alexandre Herculano nos «Diplomata et Chartae», é firmado por *Suleima presbiter.* Um padre cristão, que desempenhava as funções de tabelião, era portador dum nome árabe. O caso, porém, está muito longe de ser único.

-icus/-ici, que explica *Ceides,* existem topónimos com a final em *-on* — provenientemente, por certo, duma flexão em *-onus/-oni.*

(240) *D. et Ch.,* ano 1070, pág. 304.
(241) *Id.,* ano 1071, pág. 308.
(242) *Id.* — 976 — CXVII, pág. 74.
(243) *Id.* — 1041 — CCCXVII, pág. 194.
(244) *Id.* — 1018 (?) — CCXL, pág. 149.
(245) Belot, *Op. cit.*
(246) *Les Guides Bleus — Maroc;* Pellegrin, *Op. cit.*

Este topónimo é nome de certos terrenos de S. Paio de Antas, no concelho de Esposende.

Forma divergente desta é *Soeima*, em Alfândega da Fé, na qual se verifica o desaparecimento do *l* intervocálico.

O étimo árabe — **çulayma'n** — correspondente ao hebraico *Salomon*. *Suleiman* [247] — na Idade Média é talvez mais frequente a grafia *Zuleiman* — reveste ainda as formas variantes *Suleima* e *Sulema* [248].

ZAMBUJAL (Quinta do...)

É o único caso que conheço, a norte do Douro, do emprego desta palavra como topónimo. Nem admira que assim seja, dado que o *zambujeiro* ou *azambujeiro* [249] é desconhecido no Minho. Em Trás-os-Montes, porém, já se encontra.

Zambujal é o colectivo português formado a partir de *Zambujo*, forma aliás representada também na toponímia, mas do Algarve.

Esclareça-se que *zambujo* não é de origem árabe; é berber. Mas foram certamente os invasores da Península que o trouxeram para cá.

Em berber é — **zebuj** — «oliveira brava» [250].

As formas portuguesas supõem o emprego, no nosso território, duma forma dialectal com nasal — **zambuj** —. No entanto, os espanhóis têm, na língua falada, *acebuche* [251], evolução normal do étimo berber. E na toponímia possuem *Azauchal* e *Azauchosa*, ambos sem nasal [252].

III

Outros Topónimos

O presente estudo não pretende — longe disso, — esgotar o assunto. Trabalhos destes requerem muito tempo e reflexão aturada sobre os problemas.

---

[247] Dada a sua frequência, dispensamo-nos de apresentar os exemplos que ocorrem nos documentos medievais.

[248] Com forma idêntica a esta última há em Espanha, na região de Albacete, *Zulema* (Palacios, *Op. cit.*).

[249] *Azumbujeiro* difere de *zambujeiro* em que aquele recebeu o artigo árabe e este não. Forma com artigo é, por exemplo, o topónimo *Azambuja*. No Algarve, além de *Zambujo*, acima referido, há *Zambujal*, *Zambujeira*, *Zambujeiro*, *Zambujosa* — todos sem artigo.

[250] *Les Guides Bleus — Maroc*, págs. 50 e 59.

[251] Almoyna, *Op. cit.*

[252] O que não impediu Palacios de as derivar da forma com nasal.

Só a consulta dos livros de matrizes nos poderia elucidar sobre a possível existência, em nossos dias, de outros topónimos, não menos interessantes do que os que aqui ficam estudados, que vimos registados nos documentos medievais. Enquanto não existir entre nós um centro de estudos de geografia inguística, tal consulta torna-se pràticamente impossível.

Na verdade, além dos nomes que acabamos de estudar, muitos dos quais víramos documentados nos monumentos da Idade Média, outros podem subsistir que nos passam inteiramente despercebidos por caírem fora do âmbito dos dicionários e cartas geográficas.

Haja em vista, por exemplo, topónimos como *Nazar*, nome de pessoa frequente na Idade Média e que deve ter a mesma origem que o nome do actual chefe do governo egípcio — *Nasser*, ou seja — **naça'r** —, «o protector» (253).

No século XIII havia em Borba uma fonte que ficava situada junto dum salgueiro de *Nazar:*

> «ad fontem de salgueiro de *nazar*» (254).

Está claro que ao encontrar-se na inquirição de S. Faustino um «casale de *Zaffara*», é-se tentado a pensar que tal casal recebeu a designação duma homónima de certa escrava moura a que se refere o doc. XVI, de 908, publicado nos Dipl. et Ch., que reza assim:

> «IIIs suas mancipias nominatas ipsas mauras mariame et sahema et *zafara*» (255).

O mesmo acontece com relação à explicação do nome *Coreixas*, quando se confronta com esta passagem dum documento do século X:

> «Nos humilissimi et exigui servi et ancilli uestri rodoricus cognomento abulmundar et uxor mea *coraxia*...» (256).

Que tal nome deve ser de origem oriental mostra-no-lo não só este documento medieval, em que *coraxia* emparceira com *abulmundar*, indiscutìvelmente árabe, mas também a existência, em terras islâmicas, de indivíduos como

---

(253) Belot, *Op. cit.*
(254) *Inq.*, pág. 641.
(255) *Id.*, pág. 684.
(256) *Dipl. et Ch.*, pág. 39.

Abu Coreisch Isa el Izandalani, de Bagdade, apontado como o primeiro farmacêutico ([257]).

Vários são os topónimos, de origem obscura ou mal explicada, começados por *al-*, que encontro a norte do Douro. Eis alguns deles:

Alborninhas — Vinhais
Alconchel — Meadela, Viana do Castelo
» — Gamil, Barcelos ([258])
Alcrimes (ou *Alecrimes*) — Monte, Terras de Bouro
Alcondrim — Peredo de Bemposta
Alfaião — Bragança
Alafanados — Ribeira, Ponte de Lima
Alfarves — Mouçós, Vila Real
Alfeirim — Guimarães
Alganhafres — Torre de Moncorvo
Algreves — Póvoa de Varzim
Almide — Arcos de Valdevez
Almofães — Carreira, Famalicão
Almofreta — Peso da Régua
Almorfa — Chaves
Alpande — Vila Pouca de Aguiar
Alqueidão — Negrelos, Santo Tirso
Alvega — Ponte da Barca.

A par de *Alborninhas*, existe, na província de Trás-os-Montes, a serra de *Bornes*. Tratar-se-á aqui dum diminutivo do mesmo vocábulo, a que se juntou o prefixo *al-*? ([259]).

Alconchel pertenceu certamente à linguagem comum. Doutra maneira, dificilmente se explicaria a existência do mesmo topónimo nas margens do Lima, do Cávado e do Guadiana.

Estou em crer que *Alconchel* se formou a partir de *conchel*, lugar de *conchos*, semelhantemente a *Pinhel*, forma divergente — no vocalismo da sílaba tónica, — do colectivo *pinhal*. É, pelo menos, o que insinua certa passagem das Inquirições.

([257]) *Diário do Norte*, de 5 de Janeiro de 1955.

([258]) Além destes dois, existe, no País, um outro na margem do Guadiana, em Olivença.

([259]) Em Almargem, Sintra, há *Albornas*.

Efectivamente, ao inquirir-se na Meadela, em 1258, falava-se num talho ou leira que principiava na vinha de Alconchel e acabava na *Pedra de Concho:*

«de vimea dAlconchel usque petra de *Concho*» (260).

Que *concho* é este de que fala o documento medieval?

Os dicionários portugueses, que eu saiba, não nos dizem nada a esse respeito. Carré Alvarellos, porém, no seu *Diccionario Gallego-Castellán* regista o vocábulo, dizendo que é «cierto molusco de valvas negruscas que se cría en el río Miño».

Alconchel será, pois, um vocábulo românico a que se juntou a partícula inicial *al-*, como acontece com *Alfontes, Almuro, Alportel,* etc.

A Carta de Portugal regista *Alecrimes.* É essa a pronúncia local? Os dicionaristas escrevem *Alcrimes.* (V. Noronha, *Op. cit.*). Ignoro se a palavra tem algo de árabe. A raiz — **krm** —, «honrar», existe de facto e um dos nomes vulgares entre os árabes é, ainda em nossos dias, — **karíym** — usado em composição com o nome — **'abd** —, «servo», — **'abd-al-karíym** —, «servo do nobre». «Nobre» é um dos atributos de Alá (261). Não conheço, todavia, nome próprio, quer no presente, quer no passado, com a forma de *Alcrime* ou *Elcrime,* a única que poderia explicar cabalmente o topónimo nortenho.

Existe, ou existiu, na linguagem comum, o termo *alfanado,* sinónimo de «casquilho, aperaltado» (262), que é geralmente considerado como derivado de *alfena,* que já estudamos. Será também esta a explicação do vocábulo que se fixou na toponímia minhota?

Alfarves faz-nos pensar também num nome comum, *alfarva,* forma divergente de *alfova,* ou — **al-holba** — nome de certa planta estudada por Garcia da Horta nos seus *Colóquios* (263).

A par de *Alfeirim,* para que não encontrei explicação plausível, há, fora da área do nosso estudo, *Alfarim,* povoação da freguesia do Castelo, concelho de Sesimbra.

Para *Almide* não vejo outra explicação que não seja a da adjunção ao topónimo *Mide* (264), preexistente à data da ocupação árabe, da partícula *al-*.

---

(260) *Inq.*, pág. 331.

(261) Belot, *Op. cit.*

(262) *Dicionário de Morais.*

(263) *Enc. Port. e Brasileira.*

(264) *Mide* existe, realmente, como nome de lugar, na região de Guimarães, por exemplo. Piel (em *Os Nomes Germânicos na Toponímia Portuguesa*) informa que ele se encontra também na Galiza.

Não é, porém, sem reservas que apresento este alvitre, pois tal fenómeno, a dar-se, seria um caso raro, se não único, numa região onde os árabes se demoraram o breve espaço de vinte e tal anos.

Será *Alvega* um composto formado pela palavra *veiga*, acrescida do artigo *al-*? Estaremos perante um espanholismo? E como explicá-lo?

A forma *Alpendurada* — nome duma povoação onde floresceu um dos mais importantes mosteiros —, tem alternado, através dos séculos, com *Pendurada*. É, porém, de crer que se passou da segunda para a primeira, formada de *alpendre* ou *alpendor*, e não vice-versa.

Dos restantes componentes da lista acima apresentada, nada mais tenho, de momento, a assinalar que a sua existência.

★

Não quero concluir sem chamar a atenção para o facto de, contràriamente ao que acontece a sul do País, os nomes árabes que encontramos para aquém do Douro não apresentarem a partícula patronímica *Ben-*, «filho de», que vemos, por exemplo, em: *Benafátima, Bensafrim, Benfarras, Benavente* (265).

A razão do facto está à vista: enquanto que no Algarve e Alentejo os senhores que ligaram o seu nome às terras que possuíam eram pessoas qualificadas, os de Entre-Douro-e-Minho eram originàriamente escravos; não tinham direito — junto dos cristãos, está claro — a *Ben-*.

O facto de existir em Trás-os-Montes uma *Quinta de Bensaúde*, (nome que bem pode ter recebido modernamente) não é suficiente para invalidar esta hipótese (266).

---

(265) Penso que *Benavente* se formou do nome românico *Aventus*, a partir do genitivo, e da partícula *Ben-*. O antropónimo *Aventus* encontra-se, por exemplo, em *Diplomata Española*, v. II, pág. 26: «et alia terra iuxta limite de *Aventi*».

(266) Carta Geográfica.

Breves notícias genealógicas

HOMENS DE BRAGA

I

CENTE DE GUERRA

pelo genealogista JOAQUIM CHAVES

(Continuação)

Em princípios do século XVI, vivia nesta Sede Arquiepiscopal, D. João da Guarda, Deão de Braga, Guarda e Lamego, Conde Palatino, Protonotário Apostólico, Comendatário do Mosteiro de Bouro e do de S. Salvador da Lixa, Comendador de Vila Pouca de Aguiar e Freixo de Espada à Cinta na Ordem de Cristo, do Conselho de El-Rei, etc.

O Conde D. João da Guarda era filho de Tristão da Guarda, descendente de Estêvão da Guarda, Copeiro-mor e Plenipotenciário do Rei D. Diniz no ajuste das diferenças que teve com o Infante D. Afonso, como diz Manso de Lima, em *Famílias de Portugal*. Era ainda sobrinho do grande Arcebispo D. Fernando da Guerra e, por esta via, neto de D. Pedro da Guerra e bisneto do Infante D. João, filho do trágico amor de D. Pedro, o Cru, com D. Ignez de Castro.

Foi o Conde D. João da Guarda magnífico senhor, vivendo com grande estado. Fez construir para sua residência, na Rua de S. João, a casa do Passadiço (1) que, por largo tempo, andou na sua família (como diz o erudito investigador e escritor bracarense Dr. Alberto Feio no seu livro *Bom Jesus do Monte*), tendo-se-lhe devido a feitura da primeira Igreja e Capela do admirável santuário da Oração e da Natureza, que é a famosa estância descrita na obra citada.

---

(1) Foi Senhora da Casa do Passadiço, mandada construir por D. João da Guarda, D. Leonor Thomé da Guarda, casada com Fernão Figueira, ascendentes dos Viscondes de Pindela, tendo sido depois vendida a estranhos.

Só Deus pode julgar o *homem-alma*. Aquele que tem de ser de sempre — qualquer que seja o meio cultural em que exista. Que nós só temos que ver com o *indivíduo social*, ou seja: com aquele que é bom ou mau, conforme age ou não age harmònicamente com o todo humano de que faz parte.

D. João da Guarda devia manter-se fiel ao seu voto de castidade. Não ofendeu, porém, a moral dos homens do seu tempo com os filhos que deixou. Era assim então e não podemos aplicar juízos de hoje a condutas sociais de outras épocas.

O mundo sempre foi criadoramente de si mesmo. D. João da Guarda não quis perder em estéril castidade as perseverantes potencialidades do seu sangue, e deu origem a uma exuberante estirpe de soldados, para que chamaremos, ainda que só de passagem, a atenção do Leitor.

Assim é que de mulher fidalga, depois casada com Bento Cogominho, teve os filhos seguintes:

2 — Diogo Tomé Cid da Guarda, Comendador de Vila Pouca de Aguiar e Freixo de Espada à Cinta, na Ordem de Cristo, casado com D. Filipa de Araújo, Senhora da Casa da Mota, em Guimarães; c. g.
2 — D. Carlos da Guarda, Deão de Braga pela renúncia de seu pai;
2 — D. Lucrécia da Guarda, mulher de D. Pedro de Menezes, filho de D. António de Noronha, Conde de Linhares; c. g.
2 — Tristão da Guarda.

Tristão da Guarda, Senhor do Assento de S. Lourenço de Celeirós, casou com D. Juliana DosGuimarães, filha de Lourenço Campello, Cavaleiro Fidalgo, Administrador do morgado dos Campellos, Juiz de Braga em 1560 (5.º neto, por varonia, de Martim Gonçalves de Morais, Senhor das Honras de Vinhais e Alagôa e do Capítulo de S. Francisco de Bragança e de D. Lourença de Távora, filha do Senhor de Mogadouro) e de sua mulher D. Filipa DosGuimarães, filha de Pedro DosGuimarães, Juiz em Braga em 1510, e de D. Leonor do Valle Peixoto, neta paterna de Martim de Castro DosGuimarães, Vassalo d'El-Rei, Comendador de Garfe, na Ordem de Cristo, Senhor da Torre e do Couto de Sebariz, Tabelião Geral d'El-Rei, bisneta de D. Fernando da Guerra, terceira neta do Infante D. João, filho d'El-Rei D. Pedro e de D. Ignez de Castro. D. Leonor do Valle Peixoto era bisneta materna de João Vasques Peixoto, Comendador

da Faia, Cavaleiro da Soberana Ordem de Malta e Senhor do Morgado da Pouzada.

Tristão da Guarda e sua mulher deram dois filhos à Índia: o Capitão Fabião Peixoto, cujo fim naquelas partes ignoramos, e Gaspar do Valle, que pereceu em combate.

Francisco Peixoto, perpetuador do sangue de seu pai, Tristão da Guarda, exerceu um cargo pacífico. Foi Escrivão da Câmara Secular de Braga. Mas nem por isso deixou de ser digno dos seus maiores. Pois também ele viu partir, com orgulho de casta no coração, três filhos: João, Constantino e Duarte, que o sonho da Índia levou, mar e mar em fora, para nunca mais voltarem.

O sacrifício de sangue dos Guardas era já bastante. Chegava. Não ficaria, porém, por aqui. .

D. Mariana Peixoto DosGuimarães, neta de Francisco Peixoto, casou com Luís Álvares Lanhas, Mestre de Campo de Infantaria, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Familiar do Santo Ofício, Senhor da Casa de S. Sebastião das Carvalheiras, que foi também grande soldado. No maço existente na Torre do Tombo, que pertenceu a Fernando Castiço, se diz que El-Rei D. Pedro II, estando presente na campanha da Beira, fez mercê a Luís Álvares da patente de Tenente General.

Era mulher a neta de Francisco Peixoto. Não tinha braço para as armas. Mas também podia oferecer sua dádiva de sangue. E ofereceu. Deu à Índia dois filhos do seu casamento: Veríssimo Álvares Lanhas, que serviu com assinalado valor, e João Peixoto de Mello. E ofertou ainda outro ao Brasil: o Ouvidor Dr. António Álvaro Lanhas, que acabou, quando ainda podia esperar muito da vida, às mãos do gentio.

Não pretendemos ofuscar a memória dos Albuquerques, dos Castros, dos Almeidas. Mas parece-nos oportuno acentuar, com sentido preito de homenagem, que nem aqueles teriam sido tão grandes, nem poderíamos evocar hoje a epopeia da Índia, se não tivessem existido tão valorosos capitães como os Guardas e outros, — pedras de sangue que as mães portuguesas dolorosamente arrancaram das entranhas para oferecer à construção do Império, obra de muitos, como é óbvio, e não de poucos (2).

(2) Vive nesta cidade um descendente do Conde D. João da Guarda, seu 10.º neto, pela estirpe legítima de seu filho Tristão da Guarda, o Dr. Luís Maria de Assis Teixeira de Magalhães e Menezes.



So Noble a Captain

por Charles McKew Parr (1)

Creio que foi o ilustre H. Morse Stephens o primeiro escritor norte-americano a chamar a atenção dos seus compatriotas para Portugal e a sua história, tendo escrito uma *História de Portugal*, depois traduzida para português. Mas desde então até hoje, raros têm sido os historiadores da grande nação norte-americana que estudaram em extensão ou em profundidade a história portuguesa, tendo sido preciso esperar pelo segundo quartel do século actual para ali se constituir uma plêiade, pouco numerosa mas brilhante, de lusófilos ilustres, à cabeça dos quais, sem desprimor para nenhum deles, é da mais elementar justiça colocar o Sr. William B. Greenlee, antigo discípulo de Morse Stephens, por cuja munificência a notável *Newberry Library* de Chicago possui hoje a mais importante colecção de obras portuguesas, brasileiras e estrangeiras acerca de Portugal e do Brasil, e cujo catálogo, editado em 1953, tem mais de 340 páginas em 8.° grande. E seria grande e imperdoável injustiça da minha parte omitir a dívida que há longos anos Portugal contraiu com a *Hispanic Society of America*, que tantos trabalhos publicou acerca de figuras notáveis das nossas Letras assim como edições diplomáticas de alto valor.

Algumas Universidades americanas, como a de Berkeley, têm publicado obras de exegese histórica ou literária, algumas delas de muito merecimento, e ainda há poucos meses tive o gosto de conhecer nesta cidade o Prof. Dan Stanislawski, catedrático de Geografia na Universidade do Texas, que em Portugal se demorou algumas semanas na colheita de elementos para trabalho a publicar, e que se mostrou encantado com o nosso país e desejoso de esclarecimentos e dados a seu respeito.

O escritor Joaquim Paço d'Arcos, que há poucos anos ainda viajou largamente pelos Estados Unidos a convite do Governo norte-americano, revelou, na obra notável que escreveu acerca da sua viagem, como é grande o interesse em algumas Universidades *yankees* pela cultura portuguesa, como o prova o facto de na Universidade do Novo México, na cidade de Albuquerque, se estudar a Língua e a Literatura portuguesa com amor e devoção, sendo familiares aos alunos os trabalhos de D. Carolina Michaëlis, de Teófilo Braga, de Braancamp Freire e de Aubrey Bell, estando, na ocasião em que o escritor por ali passou, a preparar-se um vocabulário de Gil Vicente, «com interpretação em português moderno e em inglês do significado das palavras

(1) Thomas Y. Crowell Company. New York. 1953. XV-423 págs. Ilustr.

e expressões vicentinas (...) trabalho registado em mais de cinco mil fichas» (*A Floresta de Cimento*, Lisboa, 1953, pág. 202). E que não se trata de mero exercício escolar, prova-o ainda a representação da farsa *Quem tem farelos?*, levada a efeito em honra do visitante, «dita em português de Quinhentos por actores de língua inglesa e por um só de língua espanhola».

Dado este profundo interesse hoje revelado pelos Americanos, compreende-se com que curiosidade me debrucei sobre o elegante volume *So Noble a Captain*, que o sr. Charles McKew Parr teve a gentileza de oferecer-me na entrada do verão passado.

Tem-se dito e divulgado, um pouco apressadamente, que os Americanos são gente prática, e o cinema (quase sempre o mau cinema) tem dado aos Portugueses a noção errada de que o que mais interessa aos *Yankees* é o dinheiro, apresentando-os quase sempre como pessoas preocupadas com os negócios ou com os desportos. E quem nunca visitou essa grande nação, ou quem não tomou contacto com a sua literatura, pode, com certeza, admitir como verdadeiro o que não passa duma enorme falsidade e, acima de tudo, injustiça. Há nos Estados Unidos um numeroso grupo de escritores de ficção, de notáveis pedagogos, de ilustres dramaturgos, de cientistas de renome universal, que fazem da pátria de Benjamim Franklin um grande povo pensante. E avaliar a vida mental dessa vasta nação pelo que Hollywood exporta para aqui com intuitos meramente comerciais, ou pelas mil-e-uma novelas policiais, mal escritas e muito pior traduzidas, representa um estado de espírito muito semelhante ao daquele Director Geral do Ensino Liceal que, na blague sangrenta do Eça, perguntava se na Inglaterra também havia literatura, por supor os Ingleses meros exportadores de carvão!

Bastaria atentarmos nessa cadeia de Universidades que se estende de ponta a ponta do continente norte-americano e que a munificência particular criou e mantém — admirável lição dada pelos filantropos norte-americanos, aos ricaços ociosos e comodistas do nosso velho continente —, para se demonstrar que as actividades intelectuais são perfeitamente compatíveis com a especulação económica ou a exploração industrial. Assim como se admite como truísmo que «não fazem mal as Musas aos doutores», também os Estados Unidos demonstram hoje que as mais prosaicas ocupações de ordem económica não inibem os espíritos curiosos de se dedicarem às especulações artísticas, científicas ou literárias. Se não estou em erro, lá como na Europa, o intelectual puro só tem a lucrar com passar pelas cadeiras de gerência de actividades industriais ou comerciais, para assim corrigir certos defeitos de visão que tantas vezes obnubilam o espírito de tantos intelectuais, frequentemente deformados pelo espírito da cátedra.

Por isso não admira que o sr. Charles McKew Parr se tenha revelado com o seu livro um escritor de garra, depois de ter estado ligado desde a sua mocidade às mais variadas actividades industriais e à política. Originário duma família que há séculos se estabeleceu no Maryland, tendo no seu *pedigree* como antepassado nada menos que o grande Franklin, teve de abandonar a vida militar, depois de frequentar a famosa academia de West Point, onde foi contemporâneo de alguns militares ilustres, entre os quais o general Mac Arthur. Entrando nas actividades industriais, está hoje ligado a umas quatro grandes empresas eléctricas, de que é director ou presidente, depois de ter sido conselheiro da Junta do Comércio de Guerra durante a Guerra Mundial I. A par disto é ainda grande fazendeiro em Chester (Connecticut), onde se dedica à criação de gado em grande escala, o que o não impede de possuir

uma extensa biblioteca que instalou em casa própria. Profundamente culto, conhece sete línguas, entre as quais a nossa, o latim e o grego, língua que começou a aprender aos 40 anos, metade da idade que o ilustre Catão tinha quando se deixou cativar pelas suas belezas.

A política atraiu-o também, porque o sr. C. McK. P., como todo o bom filho duma terra em que a palavra Democracia é interpretada etimològicamente, tem a funda convicção de que os homens não podem furtar-se a participar do Governo, em vez de se limitarem a criticar-lhe os actos, tendo sido, portanto, primeiro, deputado, e hoje senador na Câmara Estadual de Connecticut.

Foi com todo este cabedal de experiência que o sr. C. McK. P. se abalançou a escrever uma obra acerca de Fernão de Magalhães, para título da qual escolheu as sentidas palavras do veneziano Pigafetta, companheiro do malogrado navegador: «um tão nobre capitão», obra em que gastou 10 anos da sua vida e para cujo empreendimento teve de solicitar o auxílio de eruditos de todo o Mundo e mandar proceder a buscas em vários arquivos europeus, tendo visitado Portugal, particularmente esta ridente província do Minho, berço de Magalhães, e que o encantou sobremaneira. Demorou-se no Paço Vedro, em Ponte da Barca, o solar da família Magalhães, visitou Sabrosa do Douro, de onde foram oriundos os antepassados do navegador, esteve em Madrid, em Sevilha, em Simancas e em muitos outros lugares, onde colheu elementos substanciais para a sua obra, e obteve auxíllio ou simples informações de numerosos eruditos, portugueses e estrangeiros, a quem presta a sua homenagem de gratidão no limiar da sua obra.

Tendo em 1940, pouco antes da traição de Pearl Harbour, empreendido uma longa viagem sobre o Pacífico, quando se dirigia a Hong-Kong em viagem de negócios, desceu na ilha de Guam e ouviu lá casualmente referências a Fernão de Magalhães, que ali aportara depois de ter atravessado o grande Oceano. Isso chamou-lhe a atenção para o navegador, e foi o ponto de partida para os seus estudos, certo de que, apesar do muito que já se escreveu acerca dele, ainda lhe não fora feita justiça inteira. Pretende, portanto, *So Noble a Captain* ser uma obra de justiça plena ao descobridor do estreito a que para sempre ficou ligado o seu nome, o homem a quem o A. chama, no seu livro *Over and Above our Pacific*, «Fernão de Magalhães, o Indomável». Desde então a figura estranha do grande navegador jamais o abandonou, passando a constituir uma preocupação de todas as horas vagas, até se ver forçado a estudá-la sob todas as suas facetas, procurando reconstituí-la integralmente, talvez por ter sido Magalhães um daqueles raros portugueses de vontade forte, que souberam impor-se aos homens e aos elementos.

A vida agitada do ilustre capitão tem, desde o século XVI, impressionado fortemente os espíritos, talvez mais pelo seu génio aventuroso e pelo arrojo da sua famosa viagem, do que pròpriamente pelo saber técnico do seu organizador. Mas o facto de ele ter empreendido a sua odisseia ao serviço do Rei de Espanha, e o de, ele próprio, esquecido do que devia à sua terra, passar a assinar-se *Magallanes*, fizeram que, ainda hoje, muitos estudiosos o suponham espanhol, quero dizer, natural de Castela, não procurando indagar até que ponto o seu saber era subsidiário da ciência portuguesa do tempo.

Grande foi, de facto, o seu feito, que excede em muito o de Colombo, visionário e sonhador, que se cria predestinado ao cometimento de grandes coisas, e não se dedignava de reclamar boa paga por tais serviços. O feito de Magalhães ultrapassou-o

sob todos os aspectos e, sobretudo, pelo rigor científico com que se planeou e realizou. Não se esqueça, porém, que, independentemente dos aspectos inferiores do carácter do ilustre capitão, da sua irascibilidade e, digamo-lo, da sua ambição, essa maravilhosa viagem só se tornou possível depois de obtido o concurso de tantos que, por meras ambições pessoais frustradas, se passaram à Espanha a colaborar num plano que, embora grandioso, o maior até então gizado, constituía feia traição à sua pátria, numa hora em que se lhe contestava a posse duma parcela dos seus vastos domínios, adquirida pelo esforço continuado de muitas gerações. E isto é que explica com suficiente clareza por que Camões classificou Magalhães de «no feito português, mas não na lealdade».

É possível que aos olhos dos homens de hoje, de espírito utilitário e com noção diversíssima dos valores éticos e humanos, o acto de Fernão de Magalhães possa desculpar-se, quiçá justificar-se. Não nos esqueçamos que não vão passados muitos anos sobre o escândalo do Dr. Fuchs, cominado pelo Mundo ocidental por se ter evadido para a Rússia levando consigo segredos importantes acerca da fabricação da bomba atómica. Note-se de passagem que o célebre cientista é alemão naturalizado inglês, o que, creio, pode servir de atenuante ao seu crime. Com isto não quero justificá-lo, mas tão-sòmente demonstrar que, apesar da diferente noção dos valores humanos e éticos que hoje possuímos, ainda levanta geral indignação um acto como o do Dr. Fuchs, que não julgo muito diferente do de Fernão de Magalhães, agravado este com o repúdio ostensivo e declarado da sua pátria de origem que quis, deliberadamente, prejudicar nos seus interesses vitais, como eram então os económicos relevantes do comércio oriental.

E não se diga que o despeito do navegador era pelo Rei que não o quisera ouvir, ou não se mostrara disposto a aproveitar os seus serviços, pois nesses recuados tempos Rei e Nação identificavam-se um com a outra a tal ponto que se tornava impossível distinguir os interesses de qualquer deles separadamente. Por muito que hoje tal ponto de vista nos repugne e por muito que a instituição real tenha decaído nos nossos tempos, em que se elevam antes os homens nos escudos e se esquecem ou desprezam os princípios, manda a verdade histórica que não se ignore o facto, porque é dentro do seu tempo e à luz das ideias nele dominantes que acontecimentos e homens se devem analisar e julgar, abstraindo das nossas ideias actuais, que tudo desvirtuarão.

O acto de Magalhães, portanto, quer localizado no seu tempo, quer analisado segundo o padrão da ética de hoje, não pode deixar de ser censurado pelas suas determinantes, embora a ciência pura o considere, e não poderia deixar de o fazer, um dos maiores feitos de todos os tempos, pelas suas consequências imediatas e pelo grande impulso que deu à arte da navegação, e ainda, e acima de tudo, à Geografia demonstrando triunfalmente o que, até então, fora apenas resultante das conjecturas e das especulações dos sábios: a esfericidade da Terra. Se, comparada com a viagem de Vasco da Gama, a de Magalhães lhe é superior do ponto de vista dos meios empregados para ser levada a cabo, julgo que ninguém que as compare a frio pode deixar de julgar a primeira mais importante do que a segunda, exactamente pelo facto de esta última se ter realizado em condições muito mais favoráveis. De resto, acentue-se, sem a primeira, jamais a segunda seria possível, além de que reputo o saber náutico do Gama superior ao de Magahães como se depreende até da narrativa do próprio e insuspeito Pigafetta quando cotejada com o famoso *Roteiro* atribuído a Álvaro Velho.

Espiritualmente — e, segundo as ideias correntes nos séculos XV e XVI, isto

tem importância fundamental — também a viagem do Gama sobreleva em muito a de Magalhães, pois a despeito da ambição decidida de D. Manuel de monopolizar o comércio do Oriente, ele não esquecera — e a demonstrá-lo há a célebre carta ao Samorim — que era Rei dum país cristão e visava ao aumento da Cristandade em terras do Oriente, ao passo que a odisseia de Magalhães tinha ùnicamente fins utilitários em vista (prova-o suficientemente o contrato assinado entre ele e o Imperador), apesar de um dos comanditários da viagem ter sido o famoso bispo Fonseca, a quem, justamente, o sr. C. McK. P. chama «príncipe dos materialistas» (pág. 392), pessoa que mais parecia um dos antigos sacerdotes do Bezerro de Ouro ou de qualquer dos muitos deuses que no mundo antigo simbolizavam as riquezas deste Mundo, do que da religião que manda abandoná-las para se alcançar o reino dos céus.

Muito se tem escrito acerca de Fernão de Magalhães e da sua viagem, desde a narrativa ingénua do veneziano Pigafetta que nela tomou parte. Creio, porém, que desse muito uma obra há que, pela sua seriedade, objectividade, aparato científico e cuidadosa selecção das fontes sobreleva as demais, e essa é a do meu ilustre amigo sr. Visconde de Lagoa, cujo trabalho monumental honra a terra onde viu a luz e constitui um depoimento fidedigno acerca do grande navegador, a quem presta justiça com a imparcialidade que tem por timbre em tudo quanto escreve.

Entre o vasto público de língua inglesa, a obra do sr. C. McK. P. estará destinada a desempenhar o papel que a do sr. Visconde de Lagoa tem desempenhado entre os povos da Europa ocidental. Todavia, estou certo de que, apesar da boa vontade e do manejo cuidadoso das fontes, o distinto A. americano foi por vezes induzido em erro ou a emitir opiniões que, por ousadas, me parecem exigir séria ponderação.

Consta a obra de uma Introdução e três partes. Nas 30 páginas da Introdução passa em revista a história de Portugal até ao fim do reinado de D. João II; na I Parte trata da infância e primeiras viagens do herói; na II Parte refere-se particularmente à luta comercial dos Fuggers e dos Marchionis pelo comércio das especiarias, e às intrigas e ambiciosos projectos do bispo Fonseca, futuro grande inimigo de Magalhães, o que tudo constitui uma reconstituição do ambiente histórico quando o navegador partiu definitivamente para Espanha; na III Parte descreve pormenorizadamente a grande viagem até à morte de Magalhães.

São demasiado transparentes as simpatias do A. pelo seu biografado (simpatias manifestadas, aliás, por muitos outros seus biógrafos) para que possamos considerar a obra trabalho histórico objectivo. De resto o livro, escrito em estilo aliciante, pela beleza da narrativa faz o leitor esquecer, por vezes, que está em presença dum livro de história para se supor a ler um belo romance de aventuras, embora aventuras verdadeiras vividas por personagens autênticos. Podemos considerá-la exaustiva, tantos e tão completos são os pormenores em que o A. entra, testemunho do seu saber miúdo acerca dos factos dessa época grandiosa que foi o século XVI. Lamenta-se que não seja suficientemente abonada por chamadas oportunas a notas de fim de página, comprovativas dos seus pontos de vista novos e das ilações que tira da numerosa bibliografia citada em apêndice, nem toda, aliás, de autoridade indiscutível. Possuidor dum estilo fluente e brilhante, o A. escreveu um livro que, embora o não apresente como obra de erudição, pode considerar-se biografia romanceada, ainda que desprovida da parte dialogada, que anima as obras dessa espécie. Por isso, qualquer autor que dele queira servir-se como orientador terá de o abordar com as devidas cautelas. Todos

sabemos como certas opiniões assentes em documentos estão sujeitas a discussão pela interpretação defeituosa que muitas vezes se lhes deu. O livro do sr. C. McK. P. ficaria sumamente valorizado se fosse devidamente anotado nos passos competentes, embora com prejuízo da extensão do volume.

No seu conjunto esta obra compacta é fiel aos factos históricos, aliás por demais conhecidos dos especialistas e dos estudiosos, não podendo, portanto, acusar-se de desvirtuamento da verdade ou de erros graves. Em pormenor, porém, encontramos bastantes passos em que se nos deparam afirmações e asseverações que, ou não estão de acordo com os documentos coevos, ou têm de ser postas de reserva por aventarem opiniões ousadas, portanto discutíveis.

Para não alongar demasiado esta nótula, limitar-me-ei a apontar aqueles que, apenas na Introdução e no Apêndice, provocaram a minha estranheza. Acentuarei já que as minhas observações não desmerecem em nada o valor duma obra que representa muitos anos de trabalho, estudo aturado e admiráveis qualidades de método e ordenação, sempre de admirar mormente em quem entra no campo da história em idade que já não é juvenil. Mas, exactamente porque me parece obra digna de apreço, julgo que em futuras edições o distinto A. deveria expungi-la do que é discutível ou se encontra em oposição com a verdade.

A pág. 1 chama a D. Henrique de Borgonha «Conde de Portucalensis» *(sic)*, explicando que este estranho nome era o «nome romano de que derivou Porto», o que me parece confusão lamentável só possível devida a leitura apressada dos nossos historiadores, ou, o que talvez seja mais plausível, dos estrangeiros que o A. consultou e nem todos são de fidedignidade exemplar.

A seguir dá ao Arcebispo de Braga, durante a Idade Média portuguesa um predomínio de tal forma excessivo no decurso dos acontecimentos históricos, que tudo o mais quase se apaga, incluindo as figuras dos mais notáveis e conspícuos dos nossos Reis, a começar em D. Afonso I, o que, como é óbvio, não corresponde exactamente ao que dessa época sabemos. Embora o Clero, particularmente os Bispos e Abades das ordens monásticas, pretendesse, por vezes, sobrepor-se à acção real, a verdade é que desde a fundação da Monarquia foi evidente a tendência, por parte dos Monarcas, para imporem a sua autoridade aos turbulentos súbditos que constituíam as classes privilegiadas. Nada encontramos a demonstrar, por exemplo, que fosse devido aos esforços do Arcebispo de Braga, «sob a tutela genovesa» (pág. 3) que uma armada se desenvolvesse, quando todos sabem que as primeiras tentativas começaram nos fins do reinado de D. Afonso III, com a criação do Arsenal de Lisboa, e que o que havia antes eram navios particulares da burguesia comercial de Lisboa e Porto, que negociava desde muito tempo antes com a Inglaterra e a Flandres.

Também nisto deve haver confusão com o célebre e irrequieto Diogo Gelmirez, arcebispo de Compostela, que, no dizer da *Historia Compostellana*, mandou vir de Génova mestres para lhe construírem *galleas*. De resto o desenvolvimento posterior da construção naval deveu-se, não ao prelado de Braga, ocupado com assuntos de muito diversa finalidade, mas à varonil D. Teresa, como oportunamente o notaram historiadores da envergadura de Herculano (*Hist. de Port.*, II, nota XXVI) e Alberto Sampaio (*Estudos Históricos e Económicos*, I, pág. 297). Não podemos, pois aceitar os pontos de vista do A. relativos a um impulso dado à nossa nascente Marinha pelo Arcebispo de Braga, nem tão-pouco admitir que o prelado bracarense, durante os anos de confusão da crise dos fins do séc. XIV «adoptasse uma política marítima que

salvou o país» (pág. 5), política de que não se encontram rastos por não ser da iniciativa do Primaz das Espanhas.

De estranhar é que, ao descrever a batalha de Aljubarrota (pág. 6 e 384) o A. nem ao de leve aluda à acção decisiva de Nun'Álvares, cujo nome se omite por completo. Se é certo que a intervenção dos archeiros ingleses do Duque de Lencastre, contribuiu para deter o avanço vitorioso da brilhante cavalaria castelhana, também é certo que à acção pessoal do Condestável se deveu o levantamento do moral dos seus bisonhos soldados abalado pelos primeiros tiros dos «trons» e pelo ímpeto das cargas da cavalaria inimiga. Com os archeiros ingleses e sem Nun'Álvares talvez o resultado de batalha tão desigual fosse diferente. Parece-me digna de salientar, contudo, a opinião do A. de que «Aljubarrota foi um dos recontros decisivos da Guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra» (pág. 384), sabido como D. João I de Castela tinha fortes contingentes de soldados franceses sob as suas ordens, enquanto do lado português combatiam os famosos archeiros que iriam, 30 anos mais tarde, contribuir poderosamente para a brilhante vitória de Azincourt.

A pág. 7 escreve o sr. C. McK. P. que em 1387, «no dia da Candelária, o Arcebispo de Braga, com o rosto ainda oculto pelas ligaduras das feridas recebidas em Aljubarrota e ainda por sarar *(sic)*, uniu o Rei sombrio com a mortificada Princesa». Carece este passo de rectificação, embora me pareçam estas asseverações de importância muito secundária. O casamento de D. João I com a filha de João de Gaunt foi celebrado por D. Rodrigo, bispo do Porto, no testemunho de Fernão Lopes (*Cron. de D. João I*, II Parte, cap. XCV). D. Lourenço, arcebispo de Braga (aquele mesmo cuja múmia se venera ali à Sé) «levava a Rainha da redea», no cortejo que conduziu os Reis à Sé portucalense. Dos dizeres do Pai da nossa história não se depreende, não pode depreender-se, que D. João fosse «sombrio» e a Rainha «mortificada». Poucas linhas antes escreveu o A. que «ela era feia e mais velha vários anos do que D .João», quando o cronista afirma que tinha «ell Rey vimte e nove años e a Ifamte sua esposa vimte e oito» (*ob. cit.*, cap. XCIV).

Falando do início dos descobrimentos marítimos, o A. emite algumas opiniões que me parece não poderem aceitar-se sem reserva, como vou procurar demonstrar. Tem sido problema debatidíssimo no segundo quartel deste século, o das origens da nossa expansão ultramarina. E embora para o resolverem historiadores eminentes — como Jaime Cortesão, António Sérgio, Damião Peres, Vitorino Godinho e o alm. Gago Coutinho — tenham terçado armas, pessoalmente convenci-me de que quase todos os que o têm estudado não salientaram suficientemente a ancestralidade nórdica do infante D. Henrique como uma das determinantes do seu génio indagador. Apesar disso, e se não estou em erro, julgo que no estado actual dos estudos henriquinos, não é possível aceitar a opinião do A. quando escreve que

> «*sejam quais forem as fontes do seu conhecimento e a extensão das suas informações, o facto é que a Rainha não só concebeu o ousado plano duma invasão do norte da África, mas lançou-se de modo prático a obter o apoio para ele entre os seus opositores*» (pág. 13).

Tudo o que sabemos acerca das origens do plano de ataque a Ceuta, desde a obra clássica de Mateus de Pisano e a de Zurara, em que aquela parece ter bebido, até aos estudos recentes dos Drs. Damião Peres e Vitorino Godinho, leva-nos à con-

clusão de que, ou originàriamente concebido pelo Rei, ou pelo seu conselheiro João Afonso, ou pelo próprio Infante, ou ainda determinado pelas condições económicas do país como querem autores modernos, de todos ou de qualquer deles poderia ter resultado a expedição que constituiu o ponto de partida da nossa expansão ultramarina, em parte alguma se vislumbrando sequer que a Rainha pudesse ter concebido tão «ousado plano» como o «duma invasão do norte da África», parecendo até que manifestou certa reserva, se não animosidade quando dele teve conhecimento.

Por outro lado não creio que empresa de tanta magnitude como a das viagens marítimas de que resultou o descobrimento de novos mundos, pudesse ter saído apenas do cérebro de D. Henrique, ainda que, como escreve o A., «talvez D. Filipa lhe transmitisse algo do que sabia pelo grande físico e alquimista Fr. João de Inglaterra» (pág. 17). Há, tem havido espíritos de intuição genial, visionários que se antecipam séculos às descobertas da Ciência, mas do que sabemos do Infante ele não era um visionário, antes espírito reflectido, prudente, fechado consigo, nada expansivo, que digeria em silêncio o que ia absorvendo, embora não creiamos que fosse o homem de ciência que muitos, com o A., querem fazer crer que fosse. E comparando as datas com factos verifica-se que só depois do regresso do irmão D. Pedro, que o presenteou com o famoso livro de Marco Polo que a Senhoria de Veneza lhe oferecera, é que D. Henrique procurou lançar cada vez mais longe as suas caravelas, à procura desse decantado Prestes João. Veja-se que de 1418 a 1427 (?) apenas se descobriu o arquipélago da Madeira. Neste último ano Diogo de Sines atinge os Açores, que só quatro anos depois Fr. Gonçalo Velho recebeu o encargo de colonizar. Depois a série aumenta progressivamente até à morte do Infante em 1460.

Mas, repito, D. Henrique jamais teria empreendido tão ousados planos se antes de 1415 as galés portuguesas não tivessem sulcado os mares a caminho das Canárias, e se o fizeram a partir daquela data, é porque o espírito ousado dos navegantes portugueses se havia ensaiado muito antes. Com toda a sua curiosidade pelo desconhecido e toda a sua tenacidade, D. Henrique não poderia sòzinho lançar no caminho dos mares um povo que não tivesse a vocação marítima. Sem desdouro para a memória desse homem extraordinário, pode dizer-se que para a obra de expansão ultramarina se conjugaram esforços múltiplos, sem qualquer dos quais tal obra não poderia empreender-se; a vocação do povo, o génio do Infante e a colaboração estrangeira. D Henrique foi, efectivamente, o espírito coordenador e polarizador dos elementos que soube aproveitar, encontrando em seu sobrinho o «Príncipe Perfeito» um continuador genial que o excedeu.

A ancestralidade nórdica talvez possa explicar essa febre do Infante pelo devassar dos mundos, mas a Inglaterra de então era apenas um país rural. Só com o génio previsor de Cromwell ela se lançaria definitivamente no caminho dos mares, após a acção ousada dos seus corsários isabelinos Drake, Hawkins, Frobischer e Davis. Mas esses tempos vinham ainda longe, nesses começos do século XV.

Sobre uma suposta divergência de pontos de vista entre os que, na época de D. João II, defendiam o caminho do Oriente ou do Ocidente para se atingir a Índia, e que o A. chama «Orientalistas» e «Ocidentalistas» (pág. 26), cremos haver interpretação demasiado livre dos documentos e crónicas do tempo, porquanto o que é positivo é que o caminho da Índia pelo Ocidente ninguém em Portugal já o admitia nessa época; muito bem se sabia que as terras a Oeste barravam a rota para lá. De resto, como o Rei proibia em absoluto as viagens para a Guiné, que só se faziam

por sua ordem, restava apenas o Ocidente àqueles que sentiam chamá-los a vocação do mar e de cujos serviços o Rei não queria valer-se. A quantidade existente de numerosas concessões de terras a Ocidente, descobertas ou a descobrir, demonstra claramente que não havia diversidade de vistas, facto perfeitamente demonstrável com a atitude do Monarca e da Junta dos Matemáticos perante a proposta de Colombo.

Se o genovês se convenceu de que, navegando para Ocidente, atingiria a Ásia, isso deveu-se à sua convivência com os mareantes da Madeira e dos Açores e nunca à possibilidade de encontrar o segredo da decifração de «notas que indicavam a existência de ilhas muitas léguas a oeste do Atlântico» (pág. 35), notas que ele teria encontrado nos papéis de seu sogro Bartolomeu Perestrelo, colonizador de Porto Santo e que nunca foi navegador. Isto é fantasia de tantos que têm escrito acerca de Colombo e vem sendo repetido por quantos estudaram até hoje o problema da permanência do enigmático genovês entre nós.

O estudo que o A. faz da época de D. João II parece ter sido escrito no propósito de diminuir os personagens da Corte para exaltar o notável Rei. Concordo que a atitude dos nobres, em particular os Braganças, pode merecer censuras; mas devemos por igual admitir que, atendendo-se à forma violenta como o Monarca resolvia os problemas originados pela animosidade da Corte contra a sua política centralizadora, não poderia esperar-se mais nada senão a oposição, o que, aliás, é o fruto que sempre colhem os que enveredam pelo caminho das violências. De resto o A. parece não ter tomado em conta a lição de alguns dos hitoriadores que cita em apêndice e se referiram ao «Príncipe Perfeito», repetindo e excedendo o que a história liberal regista a seu respeito. Onde se encontra qualquer depoimento coevo por que se possa inferir que a infanta D. Beatriz, sogra do Rei, era vingativa? (pág. 45). Como se demonstra que o infante D. Afonso «foi morto *(sic)* em circunstâncias misteriosas que nunca se esclareceram, pensando-se em geral que foi morto pelos Braganças»? (pág. 46). Como é possível, depois do trabalho monumental e exaustivo do Conde de Sabugosa, dizer-se que D. Leonor, a grande Rainha das Misericórdias e protectora de Gil Vicente, conspirou contra a vida do Rei, para colocar o irmão, o duque Manuel, no trono de Portugal»? (loc. cit.). Que autor ou documento assegura que D. João II proclamou D. Jorge, seu bastardo, «herdeiro do trono, começou a industriá-lo nas responsabilidades e ofícios de Príncipe Real»? (pág. 47). Tivesse o A. consultado o livro que o ilustre Ricardo Jorge escreveu, com imparcialidade e saber, acerca do óbito do Rei, e não afirmaria que ele foi envenenado (pág. 49).

Estes são os passos em que me parece impor-se correcção por não ser já hoje permitido pela crítica histórica serena e desapaixonada, embora outros haja que pedem pelo menos discussão, se atendermos a que devem traduzir interpretação pessoal do A. sem terem a sua base probatória devidamente salientada em nota.

Em alguns outros passos há pequenos erros de cronologia, sem importância de maior, como por exemplo: a data geralmente aceite como a do descobrimento da Madeira é 1419 e não 1425 (pág. 18), em que a formosa ilha estava já a ser colonizada; D. Francisco de Almeida foi morto pelos Cafres em 1509 e não em 1515, ano em que morreu Afonso de Albuquerque (que nunca foi chamado *dom* (pág. 115) seu sucessor imediato no governo da Índia; a guerra civil foi em 1832 e não em 1842 (pág. 380).

Certos termos do vocabulário náutico da Espanha, que o A. parece admitir

como portugueses, também deveriam ser corrigidos, como exemplo: *puertas* (pág. 41), *combes, papahigo* e *messana* (pág. 63), *todillo* (pág. 65), *guardias* (pág. 66).

Carece igualmente de correcção o que diz a pág. 18, ao afirmar que o infante D. Henrique tinha galés e *naus* ao seu serviço, quando se sabe que as primeiras naus se construíram por indicação de Bartolomeu Dias para a viagem à Índia, com o fim de tornear os ventos do hemisfério sul. Até então havia as galés, as barchas, os várinéis, e, depois, as caravelas, mandadas construir pela primeira vez por D. Henrique, sendo estas que fizeram o périplo da África, até que nos fins do séc. XV surgem as primeiras naus.

Em extensas notas, relegadas para o apêndice, o sr. C. McK. P. desenvolve alguns dos seus pontos de vista relativos a pontos tratados superficialmente no corpo da obra. Também aqui há matéria discutível e opiniões que carecem de base documental que as confirme. Assim, a pág. 384 escreve que os historiadores portugueses dos séculos XIX e XX atribuem a D. João I «muitas das grandes contribuições da sua mulher para a sua terra adoptiva», acusando do facto por um lado o nosso nacionalismo, pelo outro a atitude de superioridade tomada pela Inglaterra para com Portugal durante os reinados da rainha Vitória e de Eduardo VII. Admito que o distinto A. possa partilhar esse ponto de vista meramente pessoal; creio, porém, que ele não pode assentar sobre quaisquer provas documentais ou mesmo inferir-se da leitura atenta das crónicas do tempo e, sobretudo, dos factos tal como se passaram. Profunda e benéfica foi, de facto, a influência de D. Filipa, mas essa nos costumes da Corte, que moralizou bastante puritanamente, e, ainda, com a educação que deu aos filhos, a «ynclita geração, altos Infantes» como com justiça os apelidou Camões.

Duvidoso é igualmente que fosse o próprio rei D. Manuel I o inventor *(sic)* do estilo chamado «manuelino» (pág. 388), embora o seu juízo acerca da obra desse Rei seja perfeitamente imparcial, salientando a sua larga visão, negada por alguns historiadores de há cem anos a esta parte.

Absolutamente inadmissível é o que o A. escreve a respeito das relações entre o futuro D. João III e a ex-noiva casada com o pai (pág. 389), pois tais relações não se compadecem, por forma alguma, com o carácter do «Piedoso», nem D. Manuel as poderia admitir se, como o sr. C. McK. P. escreve, bastante livremente, «toda a Corte soubesse que o leito da rainha estava aberto ao antigo noivo!» Não se esqueça que, logo após a morte do «Venturoso» se ventilou a hipótese do casamento do novo Rei com a ex-noiva e madrasta, plano que parece não ter desagradado aos dois e veio a ser contrariado pelo Imperador, pai da Rainha viúva, que a fez casar com o volúvel Francisco I de França. E foi tudo o que se passou e os documentos e cronistas nos revelam. Avançar mais é entrar nos domínios da fantasia pura, para além, portanto, de tudo o que deva chamar-se história.

A parte ilustrativa é de muito bom gosto, embora fosse preferível reproduzir directamente os quadros e dá-los em desenhos deles copiados. Todavia estes são de muito perfeita execução a condizer com a beleza da edição. Seria preferível que ao retrato fantasia do infante D. Henrique, reproduzido da obra conhecida de Lafitau (pág. 19), o A. tivesse reproduzido o único e mais conhecido retrato autêntico do Infante, o dos painéis de S. Vicente, pois sabe-se que foi feito ainda em sua vida, tendo servido para atestar a autenticidade do que anteriormente se conhecia e se reproduz na crónica de Zurara chamada *Dos Feitos da Guiné*. Creio que o A. desconhece tal retrato,

aliás não teria escrito (pág. 18) que o Infante era um «monge medieval, louro *(sic)* e corpulento».

Tenho forçosamente de deter-me neste ponto, havendo já excedido em muito o espaço disponível. Forçoso é por isso deixar de referir-me a muitos outros passos do corpo da obra em que o sr. C. McK. P. dá demasiado lugar às interpretações subjectivas dos personagens, particularmente do próprio Fernão de Magalhães que, com todo o seu saber náutico e toda a sua longa experiência, não deixou de, a cada passo, criar atritos no Oriente, em Portugal, em Espanha, no decurso da sua heróica viagem, fazendo assim despertar a animosidade alheia, levado por pruridos excessivos ou temperamento irascível, responsável em grande parte pelas suas próprias desgraças, a despeito de ser homem de honestidade exemplar e possuir em alto grau esse saber e essas qualidades de direcção e de comando que dele fizeram um dos maiores homens do século XVI e um dos maiores navegadores de todos os tempos.

O livro do sr. C. McK. P., aparte pequenos senões, de que salientei os mais importantes, constituirá de ora avante espécie valiosa na já vasta bibliografia do grande navegador, e traduz um desejo muito louvável de erguer à sua memória aquele monumento que em Portugal já lhe erguera o sr. Visconde de Lagoa. Se tenho de considerar a obra deste meu ilustre amigo verdadeiramente exaustiva e única, a que verdadeiramente se impõe a todo o estudioso dessa grande figura de marinheiro, também estou convencido de que *So Noble a Captain* terá o condão de chamar a atenção dos leitores anglo-americanos para a obra de um navegador que tantos ainda consideram castelhano, afinal por culpa do próprio capitão que tão inglório fim veio a ter.

Mas, apesar de tudo o que de discutível possa haver na obra a que acabei de referir-me, não posso nem devo deixar de estar grato ao seu distinto A., que através do seu *Over and Above our Pacific* tanto se compraz em exaltar Portugal e que, ao ir ao Oriente pela primeira vez, quis ver Macau, «por ter estado interessado durante muitos anos pela história marítima e colonial do pequeno Portugal».

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA

OESTRYMNIS

(ATLÂNTIDA — CAMPO ELÍSEO)

(Continuação da pág. 362)

por FRANCISCO JOSÉ VELOZO

Estrabão serve-se de uma informação de Asclepíades de Mirleia, que ensinou gramática na Andaluzia no séc. I a. C. (505), ao dizer (506):

«Outros chamam Ibéria apenas à região da parte de cá do Ibero» (Ebro), «a cujos habitantes a princípio chamavam *Igletes* e ocupavam uma pequena região, no dizer de Asclepíades de Mirleia».

Estes *Igletes* são por certo aqueles *Gletes* que sabemos estarem entre o Guadiana e o Rio Tinto, no Sul da Península (507), já porque ambos são Iberos, já porque o nome é o mesmo, dada a possibilidade de se omitir o I inicial. Uns e outros eram pois Cinetas iberos.

Scílax declara, no séc. IV antes de Cristo (508):

«Os primeiros da Europa são os Iberos, que são um Povo da Ibéria, e o Rio Ibero... *(falta a continuação desta frase);* logo Empórion, colónia dos Massaliotas»; etc.

É evidente que este autor não considera toda a Península, a que chama já Iberia, habitada pelos Iberos, mas tão só a parte ocidental dela («os primeiros da Europa...») e talvez a zona do Rio Ibero ou Ebro, depois disso, se não se trata do nome antigo do rio Tinto, Hiberus, na região de Huelva (o que parece aliás provável).

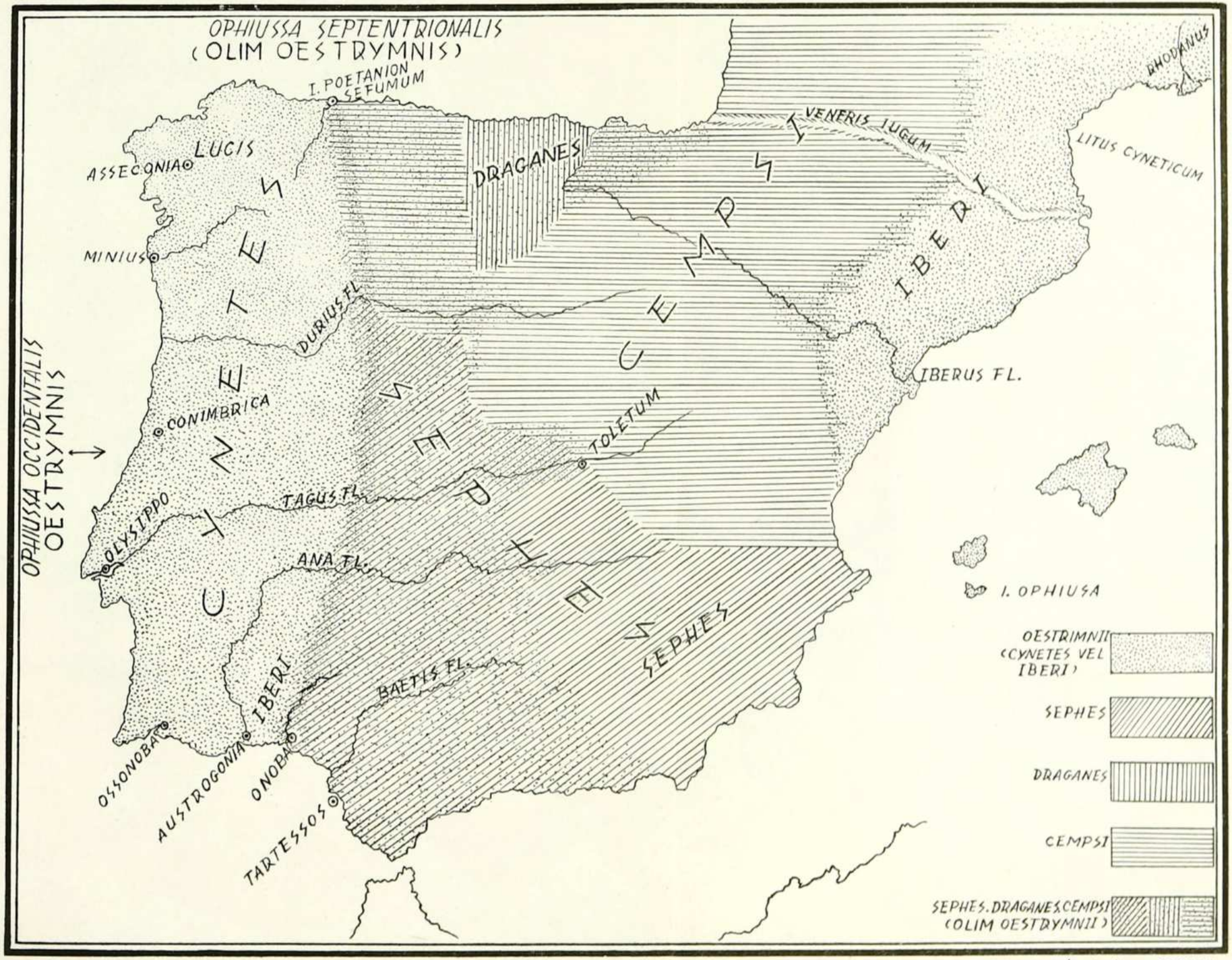
---

(505) GARCIA Y BELLIDO, *op. cit.*, pág. 93.

(506) ESTRABÃO, *op. cit.*, liv. III, c. IV, 19, pág. 78 (166 C.).

(507) HERODORO DE HERACLEIA, X, in CONSTANTINO PORFIROGENETA, *De administrando Imperio*, cit. por GARCIA Y BELLIDO, *op. cit.*, pág. 93 e nota 8. Cf. TEOPOMPO, *Filipica*, liv. XLV, apud ESTÊVÃO DE BIZÂNCIO, cit. *ibid.*, nota 9.

(508) SCÍLAX, *Périplo*, cap. 2, in *Fontes*, II, pág. 67.



L. CAMPOS dos. juxta spec. F. J. VEL.

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

Todos os Ocidentais da Península são chamados Iberos. Com propriedade, como se vê, pois não só os de entre Guadiana e Huelva representavam essa primitiva raça. Com efeito estes não eram mais do que um elemento ou ramo da estirpe *oestrymnia* dos Cónios.

O Rio Ibero de que fala Scílax, parece ser o Ebro, pois ele prossegue, dizendo ([509]):

«Atrás dos Iberos escondem-se os Lígures e os Iberos misturados até ao rio Ródano».

Os Iberos penetraram pois no Sul da França, criando um domínio extenso, que ia do Ebro ao Ródano, abrangendo a Catalunha e uma grande parte da Aquitânia.

Era o Ródano o limite da Ibéria para os escritores mais antigos, di-lo expressamente Estrabão, num passo que transcrevemos adiante ([510]).

Não há dúvida pois que a Catalunha e o Sul da França, costas do Mediterrâneo, constituíram uma unidade étnica que os Pireneus não separavam. O elemento unificador eram os Cónios iberos, designadamente os Igletes, que ali ficavam ([511]).

Atentemos porém na lição de Avieno.

Logo ao pé do Ebro ele coloca o *Monte Sacro*, designação que atesta a presença dos *Iernos*, Povo *oestrymnico* ocidental da Península e colonizador da Irlanda. Os nomes do monte *Sellus*, — *ris* ([512]) e da cidade de *Salauris* ([513]), mencionados a seguir, são no radical o dos *Silures*, habitantes da Grã-Bretanha considerados Iberos por Tácito ([514]), o do monte *Silurus* da Bética ([515]), e o do cabo *Siliarius*, hoje Silheiro, da província de Ponte Vedra (Galiza) ([516]). Ao pé daquela última cidade, o périplo menciona *Callipolis*, a cidade — *polis* —

([509]) *Op. cit.*, cap. 3.
([510]) ESTRABÃO, *op.c it.*, liv. III, c. IV, 19, pág. 78 (166 C.). Cf. nota 531.
([511]) V. *supra*, e nota 501.
([512]) AVIENO, *op. cit.*, v. 507, pág. 72.
([513]) *Ibid.*, v. 513.
([514]) TÁCITO, *Agricola*, 11, cit. por SCHULTEN, *Tartessos*, pág. 27.
([515]) AVIENO, *op. cit.*, v. 433, pág. 70.
([516]) F. BOUZA-BREY, no seu primoroso estudo *A pia megalítica de Mougás e as práticas adiviñatorias da Galiza antiga* (separata do «Boletin de la Academia Gallega», Corunha, 1931), lê na respectiva inscrição:

Face 1.ª: SILI . EORINI LACVVS | *Face 2.ª:* HO · S.

e interpreta SILI(I) EORINI LACVVS HOS(TIIS) ou HOS(TIARUM): «pia de Silio Eorino para as vítimas» (págs. 10-14). E explica: «...*Silio* (é) abondoso na epigrafia romana peninsuar. Em troques EORINO não tem pra nós paralelo conhecido; mais ja o Sr. Dominguez advertia com notoria oportunidade que *eurinus* é adjectivo latino, sinhificando oriental ou de levante e que provinha da voz grega *eurin, eurinos*, sinhificando sagaz, astuto, etc.» (pág. 10). Quanto a LACVVS diz o mesmo ilustre investigador (pág. 11): «oferece de interessante a duplicacião gráfica de V, que mais é devido a descoido do *quadratarius*, que a indicação da longura silabica de difíciles

— de *Calle*, topónimo mui conhecido no território português e galego da Antiguidade. Em *Tarraco*, — *nis* ou — *na* poderíamos ver o artigo *ta* seguido de uma palavra ou radical que poderia ser *ara*, montanha, com *r* dobrado (como em *Tirreni* e outros vocábulos de Leste sujeitos à influência latina; e como o postula a palavra «Aragão», de *Araco*, — *nis*, aliás *Araconem*, que é a mesma sem o artigo *ta*. E presumìvelmente como último elemento o tema *con*, dos Cinetas ou Cónios ([517]). A palavra *aRa-CoN*(ii) significaria os Cónios montanheses ou da zonha montanhosa. O Rio *Anystus* evoca-nos o nome do *Ana*, *Anas*, *Anatis*, *Anides* lusos e berberes. Como tribos dos Iberos, o périplo menciona depois duas, sendo de relevar o nome da dos *Ceretes*, que relacionamos com os nossos conhecidos *Curetes* e *Creta* ([518]), pois obedecem ao mesmo tema. Ficavam elas depois dos Pireneus, ou «Cordilheira dos Pireneus» *(Pyrenaem iugum)* ([519]), e logo o *litus Cyneticum*, a «costa dos CINETAS» ([520]).

Dos Cinetas, repare-se. Há aqui uma preciosa indicação sobre a origem dos Iberos de França. São Cinetas, habitantes do Ocidente da Península.

Por fim, o rio Lez, o *Oranus* de que acima falamos, atesta mais uma vez a presença dos *Arni* ou *Ierni* atlantes. Ele divide os Iberos dos Lígures, segundo Avieno. Assim, não pode haver confusão entre uns e outros ([521]).

Voltando ao Ebro.

Por este rio penetraram naturalmente os Atlantes, como por todos os outros rios a cuja foz ou estuário aproaram. Talvez isto explique a presença dos *Coniaci* ou *Conisci* ([522]), que são provàvelmente de origem cinética ou cónia, e aos *Berones* que são evidentemente *I-ber(ones)*, Iberos, como os nossos Beirões ([523]), e ficavam no curso superior daquele rio, segundo Estrabão ([524]):

«Ao norte dos Celtiberos estão os *Berones*, que são vizinhos dos Cântabros *Coniscos*, e tomaram parte na invasão dos Celtas».

E antes escrevera ([525]):

«...Os Celtas que hoje se chamam Celtiberos e *Berones*».

---

precedentes na nossa epigrafia indígena». Podemos citar apenas a forma CONVENTVVS da lápide de Braga dedicada a Isis.

Fica assim corrigida a referência ao «idolo pontevedrense», feita *supra*, I, e nota 89. Mantemos porém a convicção de que se trata de reminiscência do nome dos *I-erni*.

([517]) AVIENO, *op. cit.*, v. 547, pág. 74. Cf. *supra* o que se disse na nota 451 sobre os Cerretanos, aliás Ceretanos.

([518]) O A. cit., vv. 523 e 550, págs. 73 e 74, menciona, além dos *Ceretes* (antes *Ausoceretes*, ou melhor porventura *Aucoceretes*), os *Indigetes*. Sobre o tema *CRT* e o mais aludido no texto, v. *supra* IV, e notas 444 e segs.

([519]) *Op. cit.*, vv. 552 e segs., pág. 74.

([520]) *Ibid.*, v. 566.

([521]) V. *supra* nota 276.

([522]) ESTRABÃO, *op. cit.*, liv. III, cap. III, § 8, in SCHULTEN, *Fontes*, VI, 66 t. gr. (156 C.), 107 da tr., e comentário a págs. 220.

([523]) V. nota 53 e supra o que se disse de *Beira*.

([524]) ESTRABÃO, *op. cit.*, III, 4, 12, pág. 74 t. gr. (162 C.), 112 tr.

([525]) *Op. cit.*, III, 4, 5, pág. 69 t. gr. (158 C.) 109 tr.

Atentemos convenientemente nestes nomes e nesta referência.

Em *Coniaci* achamos, além do tema *CoN*, já nosso conhecido, o sufixo *acus* tido por céltico. Donde, o nome vem portanto, segundo toda a probabilidade, de um país céltico. Parece indicado supor que se trata de Cónios do Sul da França, que vieram com os Celtas, e já por eles baptizados, e com eles misturados. O mesmo se diga dos *Berones* ou Iberos, que com os Celtiberos, formaram na invasão gaulesa, céltica, os resíduos de uma população anterior aos Celtas da Gália, mas por eles arrastada ao passarem para cá dos Pireneus. Note-se que não afirmamos, quanto aos Celtiberos, o seu iberismo, como de Celtas misturados com Iberos. Podem ser puros Celtas, denominados assim por se acharem às margens do *Iberus* (Ebro).

Nenhum destes Povos aparece ainda na Península ao tempo do périplo de Himilcão, reproduzido em Avieno: sinal de que os Celtas ainda não tinham vindo, como já tantas vezes temos dito e ensinara Martins Sarmento.

Avieno aponta a cidade de *Ilerda* (Lérida), como a primeira dos Iberos, «estabelecidos junto ao mar» (526).

Os *Beribraces*, indicados depois pelo mesmo autor, parecem aparentados com os I-*Beri* e os *Brac*-ari (527).

Enfim o nome do *Caprasiae iugum* recorda-nos o *Cepresicum iugum* do Algarve, no país dos Cónios (528).

A orla marítima era pois cinético-ibera, desde o Ebro ao Lez ou ao Ródano (Meio-Dia da França). No interior viviam outros Povos, uns relacionados com os da costa, principalmente ao longo dos rios, por onde os Atlantes subiam nas suas embarcações de couro; outros diferentes, como os Cempsos, presumíveis antepassados dos actuais Vascos, que viviam nos Pireneus ocidentais e suas imediações (como hoje os Vascos...).

O sistema de feitorias não é invenção púnica ou grega, mas atlântida. Assim também a primeira talassocracia.

Isto explica a apreciação que Estrabão faz dos Aquitanos (529):

«Dizem que os Aquitanos são completamente diferentes dos outros» (habitantes da Gália ou Gauleses) «não só no idioma, mas também na feição corporal, pois se parecem mais com os Iberos do que com os Gauleses...».

E, quando Estrabão escrevia, já deviam estar algo misturados, quer de Lígures, quer de Celtas gauleses, não só pela vizinhança, como — quanto aos últimos — porque são chamados Celtas quando invadem a Península.

A mesma ordem de considerações nos leva a considerar, não Celtas, como se tem dito, sem qualquer fundamento histórico nem etnológico, mas Atlantes

---

(526) AVIENO, *op. cit.*, vv. 474-475, pág. 71.

(527) *Op. cit.*, v. 485, pág. 72. Talvez se relacionem com os *Bebrykes* ou *Bebryces* mencionados na nota 495, nome que representa a contracção daquele.

(528) V. *supra*, nota 309.

(529) ESTRABÃO, *op. cit.*, liv. IV, cap. I, 1 (p. 176 C.), in *loc. cit.*, pág. 302: ...τοὺς μὲν Ἀκυιτανοὺς τελέως ἐξηλλαγμένους οὐ τῇ γλώττῃ μόνον ἀλλὰ καὶ τοῖς σώμασιν, ἐμφερεῖς Ἴβηρσι μᾶλλον ἢ Γαλάταις.

ou Iberos os *Picti* da Irlanda e Grã-Bretanha e os *Pictones* da Gália (530). Aqueles são pré-celtas (e se fossem Celtas, não seriam *Galli* mas *Britanni;* mas não são): logo estes também o são. No nome dos *Pictones* encontra-se o sufixo *ones,* como em *Berones.* Todos estes Povos são dos primitivos *Oestrymnii* (*Osismii,* na forma corrupta galo-romana).

Ibéria e Hispânia

Em face do que temos dito, é fora de dúvida que o nome *Ibéria* tinha um significado étnico, primitivamente. Designava grande parte dos Povos atlantes da Península. Qual o seu significado? Correspondia a algumas características tribais? Eis o que não podemos dizer.

Foi com os *Oestrymnios* ou Atlantes denominados Iberos que contactaram primeiro os Gregos, e em geral todos os Povos que vieram pelo Mediterrâneo até ao Sul da França e costa leste da Espanha. Assim não admira que, tomando a parte pelo todo, como geralmente sucedeu através dos tempos com a toponímia de grandes regiões, se chamasse País dos Iberos ou Ibéria à Península.

De igual modo o nome *Spania* ou Hispânia designou primeiro o País dos Sepes ou Sefes, conforme atrás supomos ter demonstrado.

Mas o Povo que havia de conquistar esse País, os Romanos, não podia deixar de preferir o nome de uma região onde quiçá mais profundamente se radicou e com a qual mantinha relações comerciais, além de ser talvez, à sua chegada, o país de cultura mais desenvolvida. E assim veio a dar a toda a Península um nome que só cabia à Bética e Cartaginense de direito, o nome de Hispania.

No entanto, mesmo depois, a região ibérica pròpriamente dita conservou o seu nome por certo tempo. Estrabão explica suficientemente tudo isto, quando escreve (531):

«Com o nome de Ibéria os antigos designaram todo o país, *a partir do Ródano*» [para oeste, posição desde Roma], «e o istmo formado pelos Golfos gauleses» [de Lyon e de Biscaia,] «enquanto que os de hoje colocam o seu limite na Pirene, e usam o nome Ibéria no mesmo sentido que Hispânia. Mas outros chamam Ibéria só ao país *para cá*» [posição desde Roma] «*do Ebro*».

---

(530) SCHULTEN, *Los Cantabros y Astures y su guerra con Roma,* Madride, 1953, pág. 43, nota-o expressamente. Cf. VAN KAMPEN, *Atlas,* 19, C/D, 3, a localização dos *Pictones,* referidos por CÉSAR, *De bello gallico,* III, 11, 5; VII, 4, 6 e 75, 3; VIII, 26, 1 e 27, 1.

(531) Cf. *supra,* nota 510.

VII. O POVO DOS DÓLMENS

Uma cultura ocidental e ibérica

Não é este um estudo de Arqueologia. Mas não queremos ocultar que foi ela, a sua interpretação simples e despreconcebida, nas já clássicas ilações do seu estudo, que nos encaminharam para uma interpretação, cada dia mais firme para nós, dos textos arcaicos, quantas vezes deturpados. A Arqueologia é uma base, quando norteada apenas pelo culto da verdade, e não sobrecarregada com fantasias nem com a febre de novas hipóteses.

Todo o arqueólogo, verdadeiramente digno deste nome, não deixa de notar o carácter primitivo de muitas *antas* do Noroeste de Espanha, e de Portugal, onde entretanto não faltam as espécies mais evoluídas de tais construções, existindo também por toda a parte abundância extraordinária destes exemplares megalíticos de qualquer das fases da respectiva evolução, dentro da forma peculiar e característica da região, pelo menos. O insigne investigador galego Jesus Ferro Couselo, num trabalho magistral, mostrou que essas construções ainda na Meia-Idade tinham utilidade como indicações de divisórias ([532]).

Daqui, impõe-se a já velha mas segura conclusão, formulada por Florentino López Cuevillas, Fermin-Brey e Bosch Gimpera em Espanha, e por Mendes Correia em Portugal de que no Ocidente da Europa, e particularmente na orla ocidental da Península Ibérica, se deve apontar o foco originário da respectiva cultura megalítica. Quando muito, não se restrinjam ao Centro e Norte de Portugal e Sul da Galiza espanhola os momentos iniciais do surto dessa cultura, visto que ela se manifestou igualmente ao Norte da Galiza e no Sul de Portugal.

As antas, chamadas também dólmens, termo bretão, mostram-se na sua forma primitiva e essencial, constituídas por suportes de pedra, cavados na terra, e por uma lage maior, que sobre eles a certa altura repousa horizontalmente. Eram cobertas de terra por cima, e, como isto formava um montículo, daí o significativo nome de *mamoas* ou *mamelas*, que o Povo também lhes dá.

Está averiguado que se trata de sepulturas.

Pondo uma nota inconfundível na paisagem, resistem, como as pirâmides do Egito, à acção do tempo. Mas nem sempre foram poupadas, nem o são, pela irreverente devastação dos homens.

São os dólmens ou antas os elementos característicos e predominantes da cultura megalítica, gerada em Portugal e na Galiza. Por isso não falamos em outros aspectos, que revestiu, de mais discutida origem no Ocidente. Fugimos assim aqui à controvérsia, remetendo o leitor para os autores citados e para o excelente trabalho, em vias de publicação, do Dr. Sérgio da Silva Pinto, intitulado *O Neolítico de Portugal*, de que seguimos as conclusões.

([532]) JESUS FERRO COUSELO, *Los petroglifos de término e las insculturas rupestres de Galicia*, Orense, 1932.

Não temos outro objectivo, neste lugar, senão vincar que, segundo pensámos haver demonstrado, as notícias conservadas nos textos mais antigos postulam a veracidade da tese clássica, e não a da origem oriental da civilização em apreço. Os textos indicam precisamente que foi no Ocidente, particularmente na Península ibérica, e em especial na Galiza (abrangendo provàvelmente o ocidente asturiano) e em Portugal e ainda na Andaluzia, sobretudo na sua parte ocidental, ou cinética, que surgiu a cultura megalítica que se tem chamado *portuguesa*, mas que entendemos, convindo com os escritores espanhois na impropriedade geográfica do termo, que se deverá chamar doravante atlântida ou *oestrymnia*.

Tradição cultural

Desta região irradiou a cultura *oestrymnia*.

Pelo Sul, marcha do nosso Algarve e região espanhola adjacente até Almeria, foco por sua vez de outra cultura, que deverá relacionar-se, não com os Iberos, que são *Oestrymnios*, mas com a invasão «heracleia», designadamente com os Sefes ou Caldeus. Passando o trato de costa espanhola do Mediterrâneo intercorrente, vai por via marítima, fixar-se nas margens do Ebro, e daí por terra chega ao Ródano, ou pelo menos ao Rio Lez. A Sardenha, Malta, Creta, pelo menos, acusam a sua presença, que a Itália não desconhece no seu continente. Ao Mar Egeu chegam os reflexos desse movimento arquitectónico ocidental. O Norte de África não ficou incólume, e nas costas da Palestina, onde chegou a raça ibérica, também há vestígios.

Na parte setentrional da Península, a cultura megalítica atlântida avança, desde a Galiza, ao longo do Mar Cantábrico, até ao Golfo da Gasconha ou da Biscaia. Por mar alcança a Bretanha francesa, a Grã-Bretanha, a Irlanda. Não é impossível que dali, de qualquer destes países, irradiasse para as costas do Mar do Norte.

Nas velhas lendas irlandesas atribuem-se estas construções a semi-deuses. Um moderno escritor afima que «assim, nas sagas, os semi-deuses abundam, vêm e vão, não morrem mas escondem-se debaixo da terra, em maravilhosos palácios chamados *side* — pronunciar *xi* —, e se o curioso chega a perguntar onde estão esses *xi*, então o povo aponta grandes construções sepulcrais como Brugh-na-Boinne, esses vastos *tumuli*, que podem impressionar ainda o moderno viajor em Knowth, Dowth e New Grange» ([533]).

Nada mais adequado, como se vê, do que estas lendas à antiga realidade das antas cobertas na parte superior da terra, de modo a confundirem-se com o relevo do solo, sob o qual jazia, dentro delas, um desses heróis pré-históricos, senhores dos segredos do mar e das costas atlânticas.

Isto são factos incontestáveis. São marcos da Ciência arqueológica, firmes e certos, que os eternos amantes dos raciocínios «não-euclidianos» não podem invalidar.

Os *petroglifos* e *labirintos* trarão nova luz ao problema, pois assinalam,

([533]) O' FAOLAIN, *op. cit.*, pág. 19.

até na América, a expansão dos velhos Atlantes ou *Oestrimnii*, cuja população inicial me parece constituirem os Cónios, os filhos de *Okeanos*, o deus Oceano, fundadores do primeiro grande Império e da primeira grande cultura ocidental.

A verdade de Platão

Que vemos nós, pois? Que nos ensina a Arqueologia?

Que uma potência do Ocidente invadia as costas do Mediterrâneo, ameaçando a região grega e do mar Egeu, e dominando a África. E que os seus marinheiros sulcavam os mares, atingindo a Grande Ilha do Norte, a Atlântida de Platão, possìvelmente a Irlanda, que, como a Arqueologia ensina, irradiou por sua vez a sua cultura *oestrymnia*, reelaborada com cunho próprio. Foi ainda a outros lugares.

Do lado de lá do Atlântico, reminiscências europeias, de eras muito recuadas, lembram o primeiro abraço das gentes dos dois continentes, dos Dois Mundos.

Platão, confirmado pela Arqueologia...

E, para os que achem duvidosa a extensão das navegações dos Atlantes, até distantes regiões, como a Grã-Bretanha, *que fundaram* (prenunciando a nossa aliança), oferecemos esta notícia, publicada no «Primeiro de Janeiro», de 26 de Outubro de 1954, onde aparece referida, como existente no País de Gales, ainda hoje, a velha embarcação que usavam os *Oestrymnios*, entre eles os Lusitanos.

«Illanrwst (Denbighshire, País de Gales), 25 — Uma mulher salvou-se num pangaio (*sic*) de vime e couro de vaca — o barco utilizado pelos antigos britânicos — quando a inundação atirou com as águas para a sua casa, ontem.

A senhora Caradoc Evans foi apanhada de surpresa quando as águas da inundação penetraram no seu café, situado numa vivenda do Século XVI, junto à margem do rio Gonway. Porém, conseguiu saltar para a embarcação primitiva e pôr-se a salvo.

Pescadores fluviais galeses ainda utilizam o pangaio, uma das primeiras formas de transporte aquático do Mundo. — (R.).»

Nem só o que é pequeno, escasso e limitado, é verdadeiro neste mundo... e na História.

APÊNDICE

Vocabulário «Oestrymnico»

Julgamos proveitoso reunir, segundo as raízes estudadas, os vocábulos *oestrymnicos* referidos no texto, com os significados daquelas ainda que meramente aproximados.

Os números referem-se às notas que trazem os termos reunidos aqui, e, quando o estudo destes é feito no texto depois da remissão à nota, a indicação é feita por exemplo assim: *d. 392;* o que significa que se pode encontrar no texto a seguir à remissão para a nota 392.

A ordem alfabética das raízes deve entender-se referida apenas às consoantes, como ùnicos elementos geralmente estáveis (embora se considerem as vogais nas formas dadas pelos textos e referidas a propósito de cada raiz):

a **A**

(*Artigo*, 390)

A-chale, 309
A-chila, 339
A-gonis, 346
A-sseconia, 147, 319

B

bbrk **BeBRyK**

V. *BeR* e *BRiKa*, vb. Beribraces, etc.

bls **BeLSa**

Balsa, 363

bn **BaiN**

(*Nome antigo do Rio Minho*, 172)

Bainis, 172
Bande, 173

br **BeR**

(*Radical que se refere a Iberos*, 53 e passim)

Barbari, 129
Barbarion, 128, 129, 307
Berberes, 130
Beribraces, 527
Berones, 53, 523, 524, 525
Iberi, 53
Iberos, 102, 103, 254, 264
Iberus, 131, 503
Hibera, 276
Hiberi, 467
Hiberia, 467
Hiberus, 467

brk **BRiKa**

Significação: ópido, 185, 196. (*Plural: Braka*, 18, 340-341ª, ou *Braika*, 389, 341ª)

Arabriga, 180
Arabrigenses, 180
Braca, 189
Bracara, 189

Bracari, 527
Braica, 341ª
Braikarioi, 189
Bebryces, 527
Bebrykes, 527
Beribraces, 527
Brega, 182
Brica, 181
Bricis, 184
Briga, 181
Brigis, 184
Bris, 183
Brix, 184
Conimbrica, 19, 181

bs **ByS**

Bysos, 53
Ebusus, 53
Ibiza, 53

bt **BaiT**

(*Nome antigo do Gaudalquivir e suposto do R. Minho*, 174, 175, 363)

Baetica, 363
Baitis, 174, 175

D

dr **DyR**

Significação: coluna do ceu, 30, 31, 43; Atlas, 30, 31 (cf. *Atlanticus maris*, 234; *Atlântida*, 13; *Atlantis nesos*, 13)

Adiri(m), 30
Ad Dyrin, 37
Adirin, 37
Diur, 45
Doria, 47
Dorios, 39
Doris, 43
Doro, 44
Dourios, 40
Douro, 38
Dur, 44
Duria, 46
Duri(n), 30
Durius, 41, 42, 46
Dyri(n), 37

F

fs **FiuSa**

Significação: costa, margem, *fissum*, *fossa*, *fusus*, 308

Fiusa, 308
Ofiusa, 253, 277, 278, 289, 284, 348
Ophiusa, 253, 277
Ophiussa, 279, 280, 281, 282, 348
Phiussa, 308

G

gd **GaD**

Significação: gado meúdo, 51; *melon*, 48 (cf. *Eumelos*, 48)

Cádiz, d. 114
Egiditania, 53
Igaeditani, 51
Gadeira, 50
Gadeiros, d. 29, 49, d. 114
Gades, 50, 111
Gadeiraioi, 51
Gadereis, 51
Gadeiritai, 51
Gadi(bus), 111
Gadir, 50, 53, d. 114, 127
Gaditani, 51

gl **GLe (tes)**

Gletes, 507
Igletes, 507

i **I**

(*Artigo plural*, 390)

E-giditania, 53
Hi-erma, 53
I-beri, 53
I-erna, 53
I-gaeditani, 52
I-gaeditania, 53
I-lerda, d. 57
I-spani, 395 e segs.

K

k **auKa**

Auca, 451
Aucoceretes, 451, 453

kl **KiL** *

Significação: escarpa, margem escarpada, 329, 330, 333, 342; *akte*, 329, 333; *portus*, 330, 342; *cautes*, 330. *Plural: KaL(e)*, 342).

Achale, 309, 330, 343, 345, 346
Achila, 339
Calacticum, 328, 472
Caladunum, 324
Cale, 317, 318, 333, 342
Cales, 317
Calle(m), 18, 88, 317
Callipolis, 331, 332
Coelerini, 87, 325
Coelerni, 87, 325
Colarni, 86, 325
Hokellon, 322
Kaledonioi, 326
Kolarnon, 85, 325
Ocelum, 334
Okellos, 327
Okella, 323
Okellon, 18, 322
Okelon, 18, 318, 321
Okile, 480
Okilis, 335, 338
Portucale, 317

kn **KyN**

Significação: Oceano, Poseidon, Neptuno, Oceânicos, Povo do Oceano, 17, 361

Agonis, 346, 460
Araco(nis), 461
Asseconia, 147
Austrogonia, 144
Cinetas, 359, 481 e segs.
Conembrica, 19
Coniaci, 522
Conisci, 522
Conistorgis, 480
Conisturgis, 480
Conimbrica, 19
Cuneus, 19, 363
Cynaetus, 19

(*) Em Julho e em Novembro (30) de 1955 o jornal *O Primeiro de Janeiro* noticiava que, em cada um desses meses, designadamente em 29 do último, o Sr. Dr. ANTÓNIO DE SOUSA MACHADO proferira uma conferência sobre o mesmo tema — o nome de *Portucale*, na qual defendia que os Romanos tinham aditado à *Cale* o termo *Portus*, como sinónimo. Tendo eu propugnado no presente trabalho, desde que se iniciou, em 1953, que tal sistema fora repetidamente usado por Romanos e Gregos, referi-me expressamente ao nome Cale, e também algo à localização do núcleo populacional primitivo, na nota 317, e a págs. 120 e segs. do n.º 1-3 (26-28) do vol. V (Outubro de 1953 — Junho de 1954), e em todos os demais lugares que vêm indicados no índice supra, na parte dedicada ao assunto, — tendo propugnado isso, dizia, escrevi ao Sr. Dr. MACHADO em 30-11-1955, e dele recebi uma amável correspondência, em que me anunciava a preparação de um livro, que saiu no ano corrente, intitulado *As origens da cidade do Porto — O problema de Portucale* (Livraria Tavares Martins, Porto, 1956). Com amável dedicatória sua o recebi, e prometi-lhe dizer alguma coisa na sequência do meu trabalho sobre ele.

O ilustre A. diz, equivocamente, a págs. 93, que na nossa teoria há a «aceitação dos pleonasmos geográficos», e a págs. 97 que tal doutrina «vem, assim, perfeitamente, ao encontro do seu pensamento». Verdade seja que cita, neste último lugar, o passo em que afirmamos a originalidade desta nossa bem humilde descoberta. Mas o leitor desprevenido do seu erudito ensaio, como das notícias dos jornais, poderá supor-nos plagiário do Sr. Dr. MACHADO, o que S. Ex.ª por certo não quis dizer, nem podia, pois este ilustre A. é que «aceitou» e «veio ao encontro» da nossa tese. Não se leve este reparo à conta de vaidade, porque bem pouco é o que descobrimos; mas apenas à de legítima defesa da propriedade das ideias, para nós mais querida do que a dos bens materiais.

O Sr. Dr. MACHADO acha que a significação que damos a *Cale* se não compadece com a sua doutrina da localização de *Portucale* na Ribeira, no Porto, porque aí não há escarpas, margens escarpadas. Cremos que se trata de um lapso, mais de visão do local, do que crítica do nosso pensamento. Aliás nós, com vários autores antes, defendemos que houve dois núcleos com o nome de *Cale* ou *Portucale*, um a sul, romano, e outro a norte do Douro, suevo (nota 317). Não percebemos bem

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

Cynetes, 19, 460
Cynetici, 276
Cynetes, 19, 348
Cyneticum, 19, 75, 348, 363, 520
Kin, 20
Kon, 20
Kun, 20
Kyn, 20
Kynetes, 19
Kynethioi, 19
Kynetikon, 19
Kynesioi, 19
Oceanus, 348
Okeanos, 17-23
Tarraco(nis), 451

kprs **KaPReSi**

Cabrasia, 314
Caprasia, 313, 316
Cepresica, 309
Cepresicum, 309, 362, 528
Crabasia, 316
Crabra, 316
Krabasia, 315

krn **KeRN**

Significação: Saturno, 460, 462; Cronos, d. 300

Cerne, 301
Cyrene, 301
Kerne, 301
Kronos, d. 300
Kyrene, 301
Kyrnos, 301a

---

por que o A. entende que somos forçados a colocar qualquer deles na foz do Douro. Pelo contrário, se é aí onde as escarpas são menores . .

O douto investigador prefere à nossa explicação do sentido de *Cale (portus*, «passagem» para os Romanos: *akte*, «escarpa» para os Gregos) a teoria do Sr. Blanchet, de 1940, baseada em uma série de homonímias, nem sempre acertadas, pois não se pode nunca esquecer que, entre as mais diversas línguas, dos Povos menos afins, há por vezes termos iguais, de origem muito diferente. Pela nossa parte, procurámos fugir a esse critério artificioso, determinando primeiro se entre as Nações, no seio das quais existiam os topónimos iguais, haveria alguma afinidade indicada pela Arqueologia (neste caso a civilização dos dólmens) ou pela história. Qualquer pode verificar por um dicionário geográfico, que deitamos fora alguns topónimos semelhantes ao nosso *Cale*, por não estarem em regiões onde fosse possível atestar ou supor a existência da mesma estirpe humana; e que propositadamente pusemos de parte toda a argumentação baseada em topónimos modernos,—resultantes tantas vezes de influências estranhas e corruptelas,—atendendo sempre às fontes latinas e gregas. O Sr. Blanchet diz que *Cale* é «abrigo, habitação». E o A. a isto acrescenta, manifestamente dominado pela «aceitação dos pleonasmos geográficos», que propugnáramos: «Se Cale significa abrigo, significa o mesmo que porto, pois também essa palavra tem esse sentido» (p. 95).

Mas o A. não está bem certo da doutrina do Prof. BLANCHET (que aliás arranjou um significado tão genérico e arbitrário que quase convém a tudo, portos, cidades, torres, casas, fortalezas, florestas e tendas de campanha .) O seu fino espírito crítico não escapou à indecisão, sentindo talvez que não era o significado de porto de mar ou fluvial que os Romanos davam ali ao termo *Portus*, pois logo adiante, a págs. 96 é forçado a escrever: «Isto é *(sic)*, Portucale seria o Cale ou porto que dá *passagem* (re-sic) ou abrigo, na estrada que para Braga vem de Lisboa».

A págs 58, lendo isoladamente a nota 318 do nosso trabalho, diz o A. que lhe parece que nós afirmamos que Ptolomeu fala de *Cale*. Mas, logo adiante duas páginas, e na referência expressa constante da nossa nota 321 à nota 318, tinha o A. (e os leitores que possam cair no mesmo equívoco) o sentido da frase, onde apenas se quis dizer qual a forma correspondente a *Cale* dada pelos Gregos e designadamente por Ptolomeu, ao falar do território lucense. Este escritor grego aliás não esquece a referência aos *Kallaikoi* (p. 42 da ed. Bertius Beverus). O Sr. Dr. MACHADO formula assim uma refutação desnecessária, ao que julga afirmado por nós.

Estes apontamentos, que aqui deixamos, não significam menos apreço pelo nobre esforço do A. de *As origens*, num campo tão descurado pelos nossos investigadores. Nem aqui nos deteremos a examinar a sua brilhante tese histórica da localização do Porto, pois não é esse o escopo do nosso trabalho. Persistimos em afirmar que o presente estudo, na parte linguística, lhe é perfeitamente indiferente; o que o A., se reexaminar os seus argumentos, certamente há de descobrir, sobretudo agora que, completada esta fastidiosa e vasta dissertação, lhe será possível apreender melhor o nosso pensamento que, talvez com justiça, se queixava de não abranger ainda, (págs. 93).

krt **KReTa**

Aucoceretes, 451, 453
Ausoceretes, 451, 453
Caeretes, 451
Ceretanos, 517
Ceretes, 451, 518
Cerretanos, 517
Chretes, 443
Creta, 443 e segs., 518
Curense, 450
Cures, 453
Curetes, 449, 518
Keretes, 451
Kerretanoi, 451
Quirites, 453

kss **KaSS (it)**

Significação: estanho, 219 e segs.

Cassitérides, 219, 220, 221
Cassiteros, 220

L

l **oLe**

Significação: elemento líquido, 443

Oleaster, 503
Oleum, 443, 503
Thalatta, 123, 443
Thalassa, 123, 443
Thula, 223
Toletum, 443, 504

lb **aLB**

Alba **
Albani, 453
Albanense, 457
Albanos, 103
Albion, 213, 223
Albionas, 453
Albiones, 214, 230, 474
Albios, 474
Alouios, 213
Aluion, 213
Aluios, 213
Olba, 474
Albios, 474

lk **LaK**

Laca, 271
Lacuus, 89, 273, 516
Lacobriga, 363
Malaca, 304

LyK

Ilucia, 269
Lucenses, 438, 453
Lucis, 255, 348, 411 e segs.
Lucus, 18, 453
Lukki, 441
Lukos, 18
Lyces, 433
Lucis, 433
Lyco, 101
Lycus, 267, 268, 272, 430 e segs.
Lykis, 433
Lykos, 433
Oluca, 18
Oluka, 272

ln **LoN (d)**

Significação: marinho, *pelagius*, 297, 302, 303

Lanobris, 299
Londobris, 298
Londunum, 300

lr **LauR**

Lauro(nis), 18
Olauro, 18

lrd **LeRD**

Ilerda, 57, 526

ls **LyS**

Significação: cavalo, 57 e segs. (cf. *Elasippos*, 57, d. 64; *Hippon*, 60, d. 64; Hippona, d. 64)

Holios-Hippon, 58
Holosin, 61

(**) Cidade do Lácio (*Alba Longa*).

Lusitani, 64, 125
Lusos, 417
Lysitanoi, 63
Olios, 62, d. 64
Olioseipon, 58
Oliosipona, 58
Olios-Hippon, 58
Olisippo, 57
Olosin, 61
Olys, d. 64
Olysippo, 57, 62

M

m(n) **Mai (N)**

Significação: lã, *nake*, 158

Malaca, 304
Mainace, 158
Mainake, 158
Mainobora, 379

mn **MiNi**

Significação: ópido, 196; *moenia*, 202; *civitas*, 201; país, *ibid.*

Aeminium, 196
Aiminios, 197
Aramini, d. 200, d. 207
Arimini, d. 207
Ariminium, d. 206
Ariminus, 206
Armenia, 208
Herminius, 200
Minium, 204
Minios, 171, 172, 176
Minius, 203
Oestrymnici, 138, 278
Oestrymnis, 132, 138, 278
Osismioi, 139
Os(s)ismii, 140, 141
Ostidamnioi, 134
Ostimnioi, 135

mnd **MuNDa**

Monda, 198
Munda, 199

N

n **aNa**

Ana, 363, 460
Anas, 491
Anatis, 491
Anides, 492
Anystus, d. 517
Una, 493

nb **NeB**

Significação: estuário, 18, 153, 158; água, rio, 160

Mainoba, 158
Nab, 159
Nabais, 163
Nabar, 164
Nabia, 160
Nabion, 162
Nabios, 18, 160, 162
Nabrissa, 166
Naebis, 161
Nauaios, 163
Neb, 159
Noba, 159
Nouuios, 163
Nouios, 18, 160, 162
Nebios, 18, 160
Onoba, 18, 153, 158
Ossonoba, 18, 155, 157, 363
Sonoba, 18, 158
Tongoenabiagus, 160

o **O**

(*Prefixo locativo, significando «lugar onde»*, 18)

O-fiusa, 253
O-noba, 18
O-ss-o-noba, 18
O-ranus, 74-75
S-o-noba, 18
U-ranus, 72
O-lys, d. 64

P

ptn **PoeTaN**

Petauonion, 355
Petauonium, 356
Petón, 358
Petones, 358
Poetanion, 348

R

pk **PiK (t)**

Picti, 530
Pictones, 530

R **aRa**

Significação: monte, elevação de terreno, 165, 187, 188, 189; *bomoi*, 187; *mons*, 189

Ara, 165, 180, 188, 187
Ara-aui, d. 296
Arabriga, 180
Arabrigenses, 180
Arabrigensis, 180
Araco(nis), 451, 517
Aramini, d. 207
Arimini, d. 207
Ariminium, d. 207
Ariminus, 206
Armenia, 208
Aruia, 304
Aruium, 304, d. 306
Aryium, 292
Bracara, 189
Braca-ara, 189
Herminius, 200
Tarraco(nis), 451, 517

rb **eReB**

Erebea, 467, 469, 476
Herbi, 467
Herebus, 469

rg **aRG**

Airg, 341
Arg, 341

rn **aRN ou eRN**

Significação: sagrado(?), 83, 92, 95, 214, 222, 363, 478

Aernus, 77
Aornos, 76, 96, 476
Arnus, d. 76, 96
Averna, 76
Avernus, 96
Coelerini, 87
Coelerni, 87
Colarni, 86
Eorini, 89
Erin, 90
Herma (?), 53
Hierna, 53, 214
Hierni, 78, 214, 222
Hiuernia, 223
Hieron, 84, 95
Hiuerione, 81
Ierna, 53, 91, 222
Iernos, 95
Iuernia, 79, 80, 224
Iuerniai, 80, 224
Iuernikos, 82
Iuernios, 82
Kolarnon, 85
Oarn, d. 76
Oranus, 74, 75, 254, 264, 276
Quarqueni, 453
Querquerni, 453
Tirreni, 517
Tirrenikos, 260

rt **aRIT**

Significação: praetor (cf. Aritium praetorium) ***

Aritium Praetorium
Erythia
Erytheus
Orthos
Tartessos, 115, 116

(***) PTOLOMEU, *op. cit.*, liv. III, c. 5, p. 41 fala de Ἀρίτιον, cidade lusitana. É porém ANTONINO, op. cit., p. 26, que nos diz ser a 1.ª mansão no *iter ab Olisipone Emeritam*, e nos dá o significado do termo, escrevendo: «*Arittium* Praetorium». Os nomes de *Erythea* e *Erytheus* apare-

Tartessus, 460
Tartettios, 123
Turdetani, 125
Turduli, 122, 126
Tursa, 119
Turta, 120
Turtha, 119
Turtoi, 121
Turtytanoi, 121
Viriatus

S

slk **SaLaKi**

Salaci, 453
Salacia, 453

slr **SiLuR**

Salauris, 513
Siliarius, 516
Sellus(ris) 512
Silures, 515
Silurus, 515

ssb **aSSeBa**

Asseba, 456
Asseua, 456
Asseuua, 456
Auseba, 456

str **STRy**

Significação: astro, d. 209 (cf. Pátria dos astros, 210; Ocidente, 210, 211; Hespera, 211; Hesperia, d. 211; Hesperios, 211; Campo Elíseo, 32, 33. 34)

Asseconia, 147
Austrogonia, 144
Oestrymnicae, 168, 216
Oestrymnicus, 214
Oestrymnides, 212, 214, 226
Oestrumnides, 169, 212, 214
Oestrymnis, 132, 138, 167, 278
Osismioi, 139
Os(s)ismii, 140, 141, 142
Ossonoba, 18, 363
Ostiaioi, 136
Ostidamnioi, 134
Ostiones, 137
Ostideoi, 136
Ostimnioi, 135
Sonoba, 18

T

t **Ta**

(*Artigo*, cf. 390)

Ta-cfarina(tis), 124
Ta-filalet, d. 124
Ta-cubis, 124
Ta-rtessos, 115
Ta-rtettios, 123
Ta-rtettos, 123
Ta-rraco(nis), 451
Tha-lassa, 123
Tha-latta, 123
T-irrenia, 12
T-urduli, 122, 126
T-ursa, 119
T-urta, 120
T-urtoi, 121
T-urtytanoi, 121

V

v **aVi**

Significação: flumen, 196, 197; *aqua*, 190

Abos, 192
Ara-aui, d. 296

---

cem nos AA. antigos referidos à Lusitania e a um lusitano. *Orthos* é, sem o prefixo ou artigo *Ta*, na essência, o mesmo nome dado ao cão *Tartettios*. Enfim, ousamos aproximar destes termos, incluindo-o na nossa lista, o nome de Viriato, *Uiriatus*, que poderia relacionar-se com a raiz acima, significando RT *praetor* ou «chefe» (se não se trata antes da raiz *aRa*, acrescida do sufixo *it*, donde resultaria o sentido de *montanhês*). Eis o que porém não sabemos.

Araui, 178, 179
Arauis, 178
Araus, 178
Aruia, 304
Arui(i), 304
Aruium, d. 306
Aui, 190
Avi, 190, 191
Avia, 195
Avona, 193
Avonis, 191
Ayion, 191
Oruion, 178
Oryion, 178
Via, 195 ****

(****) Na nota 22 referimos a opinião de RUSSEL CORTEZ, sobre a origem do topónimo *Corgo da Maga*, que relaciona com as letras *Crougeai Maga* da lápide de Lamas de Moledo. Recentemente o Sr. Arquitecto ROGÉRIO DE AZEVEDO considerou esta expressão como simples palavras gregas do texto respectivo, escrito nessa língua: cf. *A inscrição de Lamas de Moledo* (Porto, 1954) e *O cântico greco-latino de Lamas de Moledo*.

Aproveito a oportunidade para agradecer reconhecido o concurso bibliográfico que me deram os meus bons amigos Prof. António Álvaro Dória, Cónegos Dr. Luciano dos Santos e Arlindo Ribeiro da Cunha, e Drs. Fermín Bouza-Brey e Sérgio da Silva Pinto, nomes bem conhecidos em Portugal por suas investigações no campo da História e em outros ramos de saber.

Quero também agradecer as palavras de incentivo que nos dirigiu o nosso eminente Amigo e Mestre Prof. Mendes Corrêa e, em amável carta, o Prof. Garcia y Bellido, lustre da ciência espanhola, a cujo, infatigável labor presto a minha homenagem — e que me deu testemunho espontâneo do seu apreço, por este modesto ensaio.

CORRIGENDA

Poderíamos abrir um novo capítulo só com as gralhas que se meteram pelo nosso trabalho como por seara madura, e das quais não temos culpa, aliás algumas explicáveis pela dificuldade da composição. Eis as principais:

Pág. (Vol. IV)	*Linha*	*Errata*	*Correcção*
185	13	decerto	de certo
187	10	revela	revelam
193 (nota 18)	20	*loc. cit.*, topónimos lusitânicos, sendo os três primeiros...	*loc. cit.)*, topónimos lusitânicos, pois vemos o último elemento também em *Ossonoba*, sendo os três primeiros...
200 (n. 53)	29	notas 98 e segs.	notas 78 e segs.
201 (n. 58)	44	ὁλιοσείπων	ὁλιοσείπων
205	7	Aperece	Aparece
»	12/13	Marciano Estrabão	Marciano e Estrabão
»	17	que por	que, por
212 (n. 123)	41	dialeto ático	do dialecto ático
213	29	s ópromontório	só promontório

Pág. (Vol. V)	*Linha*	*Errata*	*Correcção*
» (n. 127)	41	PIDOL	PIDAL
219 (n. 178)	29	*Airaus*	*Arauis*
» « 189	53	CASERIEGO	CASARIEGO
223	1	«Ao pé vértice	«Ao pé do vértice
225 (n. 226)	37	SARMENTO para os	SARMENTO desloca para os
226	32	diz Platão?	como diz Platão?
227 (n. 234)	21	SCHULEN	SCHULTEN
(Vol. V)			
105	7	*(Iderda)*	*(Ilerda)*
108 (n. 256)	38	Dizem alguns que Homero não faz menção dos Scitas, porque lhe eram desco-	«Dizem alguns que Homero não faz menção dos Scitas, porque lhe eram desconhecidos... Como como poderá afirmar-se que Homero desconhecia os Scitas, se ele fala
110 (n. 60)	25	Πελοπόννησος	Πελοπόνησος
» »	»	δέ	δὲ
» »	27	ἀπολαμβανέαδαι	ἀπολαμβανέσθαι
» »	»	καί	καὶ
» »	30	*AKra*	*Akra*
114	2	Plotomeu	Ptolomeu
»	19	Ilírios tinha	Ilírios, tinha
116	2	a cartaginês	o cartaginês
»	12	Plotomeu	Ptolomeu
» (n. 297)	30	*intremecens*	*intremescens*
117	11	Plotomeu	Ptolomeu
118	28	póriplo	périplo
121 (n. 319)	50	prefixo — artigo berbebe	prefixo — artigo berbere
122	11	*Kaledoniioi*	*Kaledonioi*
» (n. 323)	42	Ὠψικέλα (ν),	Ὠψικέλλα (ν),
» »	»	*Opsikella.*	*Opsikella (n).*
123	34	Breteiros	Briteiros
124	15	corespondente	correspondente
»	23	dsta	desta
126 (n. 346)	35	*Sacro*	*Sacrum*
127	30	*papuli*	*populi*
340	7	ele	este
353	32	altíssifas	altíssimas
357 (n. 480)	40	Itália	Itálica
360	35	(491)	(492)
»	38	(492)	(491)
361	3	na Pseudo-Scimnos	no Pseudo-Scimnos
192	23	aos	dos

PRÓ-BRAGA

As Metamorfoses de... Santo Ovídio

por BALCONIUS

Novembro, 1953

Entrando na nossa avelhentada Sé, pelo largo da Misericórdia, sobre o qual uma lápide esquecida em velho muro lembra as glórias romanas e a conquista das legiões, acompanha-nos o homem inseparável destas ruínas, o restaurador inultrapassado do formoso altar-mor: o Cónego Manuel de Aguiar Barreiros.

Felizmente, depois da nossa anterior entrevista, mão repesa ou reparadora entaipou devidamente, acautelando-a das intempéries, a que longo tempo esteve exposta (como um Altar das Almas, verdadeira apoteose folclórica das *alminhas* das encruzilhadas aldeãs, agora envernizado e colorido a arco-iris, a bâton e a rouge...), a formosa absidíola do defunto claustro de São Geraldo. Bem haja! E que as intenções louváveis continuem a frutificar, numa obra de Reparação total!

Toda Braga deve agradecer.

O nosso Companheiro está visìvelmente satisfeito. O tapamento ainda não tem dignidade. Lembra até vagamente uma porta de loja de ferreiro. Já é porém um resguardo.

Mas o Senhor Cónego não subscreveria a ideia de levar a edícula de Santo

Ovídio para dentro da capela de S. Geraldo, servindo de altar-mor, o que parece visar o actual restauro respectivo. Entende, pelo contrário, que ela deveria estar no seu antigo lugar, como remate do claustro de S. Geraldo (sacrìlegamente apeado), a compor a sua união ao edifício da capela de S. Geraldo...

Do lado oposto, o muro do claustro devia sair um pouco, anulando-se os enfeites que foram introduzidos para disfarçar o desencontro da parede com a do templo.

São estas as lições do Mestre. Ouvimos. E registámo-las *ad perpetuam rei memoriam*...

Dali vamos ao Museu. O Senhor Cónego Barreiros prepara-lhe amorosamente um guia ilustrado. Este Museu bem precisava de ser alargado. Criando-se talvez o grande Museu de Arte Sacra, o Grande Museu da Catedral, aproveitando as casas anexas à Sé, que dão para a Rua do Cabido (devidamente alargada, segundo o alinhamento da Rua dos Mártires da Pátria, aliás Rua da Rainha, aliás ...), com uma bela escada para esta última Rua. Melhorando as suas intalações. Acautelando, por meios modernos, da luz, do pó e da traça, as peças expostas. A ambição do Senhor Cónego Manuel de Aguiar Barreiros merece o carinho de todos, será a de todos os Bracarenses zelosos da sua augusta cidade, tão cheia de encantos, mas tão incompreendida...

. . . . . .

Abril, 1954

Demorado o número da BRACARA AUGUSTA em que devia sair a nótula que antecede, lá fomos em nossa quase diária visita à Casa da Igreja Bracarense.

— Bom dia, Senhor Cónego Barreiros! Será possível deixar de o encontrar, quando se vem ver a Sé, em romagem de filial devoção?

A conversa estabelece-se. Estamos... no ex-claustro de São Geraldo.

— Céus, que é aquilo?

Santo Ovídio saiu, sempre abrigado pelo seu pequeno badalquino de pedra, da capela do seu vizinho São Geraldo. Quem o trouxe, sentiu o vácuo deixado pelo infortunado Altar das Almas, a tristeza de uma parede, de um fundo de arco, que se não fizera para mostrar a variedade de calhaus desafeiçoados... Quem o trouxe foi pô-lo no lugar das Almas.

— Santo Ovídio no Purgatório, — diz Aguiar Barreiros, com sua ironia a faiscar nos olhos azuis... Ironia? Não. Reparando melhor vê-se que está desesperado.

— Isso é o menos. O pior ainda é o que está ali.

Olhamos. A absidíola está de novo exposta ao ar e à humidade, esses dois

grandes inimigos da pintura a fresco. A chaga enorme que lhe abriram, retirando uma pedra, e truncando o fresco precioso, escancara-se, como uma boca do Inferno, a insultar, a negar a devota e santa legenda do Loreto. À frente da absidíola, uma grade anã, ligeiramente superior à «varanda» do altar-mor da Sé, e da cor do mogno, sugere a vedação de um aviário de luxo.

Palavras ásperas, sarcásticas, frementes de dor. As lágrimas embargam a voz daquele Sacerdote, forte e firme como as pedras da sua amada Catedral, cujos segredos há muitos anos descobriu com desvelo.

— Tanto batalhei pelo restauro! E pensar que havia de dar nisto!

O sol batia duro sobre as lages, agora remodeladas em rebaixamentos e reintrâncias. Santo Ovídio abençoa o velho Cónego. O seu olhar de pedra, desbotadas as cores da pintura que encarnava a imagem de granito, está triste, mas exprime-se claramente:

— Meu amigo, tens razão! Eis as metamorfoses da minha casa...

Como num eco, a ironia do nosso interlocutor, implacável:

— *As metamorfoses... de Santo Ovídio.*

Uma porta bem aberta, lá adiante, mostra-nos a Sé em Trevas... Dois colegas do Cónego Barreiros, os Cónegos Luciano dos Santos e Arlindo Ribeiro da Cunha, arqueólogos também, que participam na campanha arqueológica da Santa Marta, sob a égide dos Monumentos Nacionais, aproximam-se.

Já era tempo de confiar de novo ao Cabido da Sé, na pessoa dos três arqueólogos que hoje conta, o restauro da Catedral, dentro dos moldes necessários para a reintegração do vetusto monumento na Arte e no Culto ritual, muito embora mediante um plano, prèviamente delineado e fundamentado, que merecesse a aprovação das entidades oficiais do Estado.

Só assim acabariam as «metamorfoses» da Sé.

Moura Coutinho, e os Monumentos Religiosos Bracarenses

Morreu Moura Coutinho. Braga ficou de luto.

Ao penetrar na câmara ardente, onde serenamente repousava o seu corpo, num sono doce, espelho duma alma repousada no seio do Senhor, da suprema Beleza à qual serviu, lembramos a nossa visita anterior, naquela mesma sala.

Moura Coutinho esperáva-nos, meses atrás, antes da sua última doença. Em sua casa respirava-se um ambiente de Museu. Pelas paredes alguns quadros de raro valor. Faianças escolhidas e antigas sobre os móveis e as mesas.

Uma biblioteca especializada de Arte e História como poucas. Uma casa fadada para o estudo e para o alto espírito que a habita. Não é um palácio. É uma dessas casas antigas, de fachada larga e um só andar, sua boa sacada de pedra, suas janelas setecentistas, silharia granítica bem assente no solo, que o proverbial mau gosto bracarense está empenhado em fazer desaparecer.

Moura Coutinho dá os últimos retoques na sua obra de doutrina e polémica: «São Frutuoso». Obra pensada, vivida, sofrida, amada, e não acabada, como o restauro que não pôde terminar da igreja de Montélios.

— São Frutuoso? Em breve, se Deus me der vida, hei-de dizer o que penso. O meu livro está quase pronto. A minha recente comunicação ao Congresso Espanhol de Arqueologia, na sua jornada bracarense, é apenas um capítulo, e resumido. É a afirmação de uma coisa que me enleva, e deverá enlevar todo o português consciente: a afirmação de uma arte regional na Alta Idade Média, ligada embora ao conjunto artístico da Península e da Romanidade, e a um estilo que chamo «visigótico».

Moura Coutinho está visìvelmente doente. O cansaço lê-se-lhe no rosto.

Só os temas de arte o exaltam, e lhe animam o rosto fino, pergaminhado e aristocrático.

Todos os monumentos bracarenses prendem a sua atenção. A todos dedicou o seu estudo com amor.

Prepara também um estudo sobre a Sé, a pedido da «Bracara Augusta».

No entanto, explica, entende que é em vão que se pretende fazer arqueologia e restauros sem a competente investigação histórica, a preceder qualquer trabalho.

Urge exumar dos Arquivos os documentos esquecidos. Com saudade lembra o seu amigo Dr. Jerónimo Louro, cooperador da primeira campanha de restauro de São Frutuoso, o seu zelo pela cultura, a sua intervenção, por intermédio da Junta Geral do Distrito, para a compra de uma tipografia para o Arquivo Bracarense editar o *Liber Fidei*, esse repositório inestimável de História da Catedral Primaz...

Moura Coutinho percorreu todos os recantos e escaninhos da Catedral. Mostra-nos uma planta minuciosa e valiosíssima que elaborou, e há-de acompanhar o seu estudo. Por ela se há-de ver o que é a Sé, o plano a que obedeceu a sua construção, as alterações que sofreu.

— Se as coisas inanimadas podem ser vítimas da má fortuna como os homens, a Sé revela-se-nos um exemplo de infelicidade.

O projecto primitivo, que obedecera à mesma inspiração arquitectónica de Compostela, foi abandonado, em tempos de São Geraldo. As provas disso são de facto as colunas incrustadas na parede, e a absidíola do antigo claustro

de São Geraldo, que ostenta um fresco do século XV. Abandonado foi também o pensamento de abobadar o tecto. Mas ficaram os arcos botantes, que todos podemos ver ainda hoje, destinados a lançar a abóbada de pedra. Sobre eles se apoiou o tecto de madeira.

Também a construção das naves laterais indica época posterior à da nave central. Os arcos daquelas já não são perfeitamente redondos, já tendem para a ogiva do estilo gótico.

D. Diogo de Sousa aproveitou os elementos existentes e enriqueceu a Sé.

As obras de restauro, infelizmente, não seguiram sempre um plano pré-estabelecido, nem a orientação mais aconselhável. Por exemplo o tecto andou para baixo e para cima, até ficar como está agora, bem.

Recordo-me de que na capela da Senhora da Glória, que então os Monumentos Nacionais restauravam, se pensava em desfazer toda a cobertura das paredes, em que os valiosos frescos mudéjares se ocultavam sob a caliça. Quando já estava dada a ordem de *limpar*, eu, suspeitando da sua existência, levantei a caliça e descobri-os. Mandei logo sustar a execução da *limpeza*, por minha conta e risco, e porque então iniciara a restauração de São Frutuoso, trabalhando com os Monumentos Nacionais, cuja Direcção corroborou inteiramente a minha atitude, mandando logo vir um técnico italiano, que ressuscitou essa maravilha sepultada sob a cal.

No restauro interior da Sé, as bases das torres não se encontram como deviam, não obstante o arranjo do túmulo do Infante D. Afonso tenha dignidade e beleza.

A Sé nunca teve os arcos postos no transepto, e não se deveria esquecer que os altares não têm todos a mesma idade... sendo por isso diverso o restauro a fazer, e nunca imitado.

Inadmissível o apear-se o claustro de São Geraldo.

Na sua opinião, também a capela, chamada «dos Reis», não pode considerar-se de modo algum, como há quem pense, coeva de D. Diogo de Sousa. Ali foi encontrado um elemento de alto valor, e muito mais antigo: um capitel que está no Albergue Distrital, e não permite mais dúvidas.

E... voltamos a São Frutuoso, eterno tema.

A ruína e devastação criminosa do coro da igreja anexa de S. Francisco, o antigo coro da Sé, estudado por Manuel Monteiro.

Nessa igreja anexa encontrar-se-iam muitos materiais que foram tirados de São Frutuoso, e do antigo mosteiro.

Impõe-se remover o templo moderno para o largo da freguesia de Real, que há adiante.

VOCABULÁRIO MINHOTO

(Subsídios para o Léxico Português)

por MANUEL DE BOAVENTURA

(Continuação da pág. 184)

Choupilos — No 1.º volume das «Farpas» de Ramalho Ortigão pág. 26: «...e grandes muros verdes do veludo dos musgos e da vegetação minhota das candeias e dos choupilos...». Ao choupilo chamam aqui coucilo; em Barcelos — tronchudinha; em Famalicão — pampirros ou pampiros; na Póvoa de Varzim — trinchudas e em Braga — xinxurros. [Cf. F. Varzino, 225]. Por todo o país é conhecida, com diversos nomes, a crassulácea «cotyledon umbilicus». Tenho verbetadas as seguintes designações: Arroz das bruxas, arroz da raposa, arroz dos ratos, arroz dos telhados, capuchinho, capuzinho de frade, caucelho, caucelo, caucilo, caussilho, cauxilo, cauxilho, cauxilro, chapelinho, chapelo, chapéu dos telhados, chaupelo, chaupilo, choupelo, choupilo, choupilho, choupilro, coucelo, concelo, conchelo de água, consilgo, concilho, conxilgo, copilno, copilho, copilo, copilro, coucelho, coucelo, coucilho, coucilo, cousilgo, coupilo, coupilho, coussilo, couxilgo, couxilro, covilhete, coxilgo, coxilro, embude, funilinho, guarda-chuvinha, orelha de frade, orelha de monge, pampiro, pampirro, panfilo, panfiro, pompilo, pompilho, poupilro sombreirinho, sombreirinho dos telhados, sombrinha, testinho, testinho dos telhados, testo, trinchuda, tronchudinha, umbigo de moça, xinxurrinho e xinxurro. Nada menos de setenta acepções.

Chousa — Pequena comporta nos ribeiros para apanhar peixe (Coura).

Chouso — Terreno fechado sobre si; eido para as ovelhas e cabras. O Elucidário traz chousa. — Uma fazendinha, pequeno campo ou cortinha.

Choutada — Pausada. Recomeçou, erguendo mais o papel naquela voz choutada, levemente morfenha da luneta, que lhe comprimia as asas do nariz...

Chouver — Tapar, vedar, cerrar com parede — S. Pedro da Torre — Valença e Coura.

Chovedor — Aspecto do tempo, i. é, com tendências para chover.

Chozes — Armadilha, ratoeira: «Armou chozes aos bichos do monte».

Chuçar — Chupar, sugar: «chuçar um osso» (Póvoa de Varzim).

Chuchurro — Sussuro, barulho.

Chuchurreliar — Chuchurrear; andar na vadiagem.

Chuço — Avarento, somítico: é tão chuço que nem dá o folar ao afilhado!».

Chulear — Delinear a algodão as costuras de fazenda para não esfiar.

Chumaço — Chumaceira, sobre a qual gira o eixo do carro. Sendo de ferro chama-se chaço. Agulhas de pinheiro (Amarante).

Chumbeira — Batina ligeira, sem mangas.

Chumbeiro — Utensílio em que o caçador leva o chumbo de caça. — Cada um dos greiros de chumbo: «matar um coelho com três chumbeiros».

Chumeco — Coisa sem valor.

Chunfrar — Choramingar; o mesmo que chonfrar.

Chupa-tinta — Amanuense, escriturário, escrevente de cartório ou repartição.

Chupilho — Explorador, comedor; que gosta de chupar, ou comer à custa de outrem.

Churdeiro — Enxurdeiro, pocilga, lama-

çal, porcaria: «aquela casa, lá por dentro, parece um churdeiro». **Churdeira** — Lã churda, antes de ser lavada.

Churra — Vitela nova, antes de fazer o ano.

Churrasco — V. **Chorrasco.**

Churriana — Meretriz (ouv. em Valença).

Churro — Coisa sem valor, nem préstimo. (Avô-Beira).

Churrua — Charrua.

Chús! — Caluda! Silêncio. Nem chus, nem bus: nem pio!

Chusca — Mal vestida e porcalhona (Vila-Chã).

Chusmar — Cheirar. (Calão).

Chuveirada — Chuveiro: «abriguem-se no coberto, até que passe a chuveirada».

Chuvença — Chuva miúda e impertinente.

Chuvescer — A querer chover.

Chuviscada — Chuveirada de pouca monta.

Chuviscoso — Chuvoso.

Chuvisquenta—Com predisposições para chover.

Chuzes — Sapatos ferrados.

Cibana — Acibana, pequeno coberto, ou corte de animais.

Cibinho — Bocadinho, pedacinho de qualquer coisa.

Cibo — Bocado, um pedacito. É mais vulgar o diminutivo cibinho. — «É preciso encontrar a pedra, um cibo, p'rá qui!». (Ouv. nas Marinhas a um pedreiro).

Cicleta — Bicicleta. Alcunha duma mulher de Palmeira.

Cicote — Suor e mau cheiro do pés.

Ciga — Ponta de cigarro: «Começou a pedir lume, para a ponta apagada do cigarro: — «Faz favor chega lume à ciga! «Para meio cigarro, na pitoresca linguagem do Neto, basta meia palavra: a ciga é a beata, a belisca a corisca, a ponta do cigarro, em suma». M. de B. — *A Alma da Pecha*, in *Correio do Minho*, de 2-9-54.

Cigálha — Uma cigálha de pão — bocadinho de pão que se coloca nas varas de visgo ou ratoeiras dos pardais.

Cigarrento — Com o aspecto de cigarro.

Cigela — Tigela (Beira Alta).

Cilhal — Suporte de cortiço de abelhas (Santo Tirso). Aparece num documento do século XVIII.

Cimenteiro — O que trabalha no cimento armado: «não se lhes pode chamar pedreiros: são apenas cimenteiros». «Cartas Rossamienses», de Ribeiro Coelho, in Diário do Minho, de 2-9-52).

Cinaré — Alc. Gemeses, Fão, etc. é também apelido de família: Os Cinarés.

Cinca — Meta. Ver cincar.

Cincar — No jogo de bola cincar é não chegar a bola à cinca, que é um risco a certa distância dos paus. O jogador que cincou não conta os «vintes» que lançou por terra.

Cincerro — Chocalho.

Cincho — Caixa cilíndrica de aduelas, separadas entre si um ou dois centímetros, dentro da qual se coloca o bagaço, para sujeitar à pressão das lagaretas comuns, ou «Mabilles».

Cinco-ouros — Jogo de cartas em que a quina de ouros é a carta de maior valor.

Cinquilho — O mesmo que cinco-ouros (Vila-Chã).

Cinquinho — Pedaço, um pouco de: «um cinquinho de moléte».

Cintarel — Sarrafo de madeira para traçar grandes circunferências, como por exemplo a da roda duma azenha. V. **Raspa.**

Cintro — Volta de arco; curva côncava «...ornatos lineares e pela cintro quebrado da sua porta principal».

Cínzea — Como o aspecto da cinza ou do cinzento.

Cinzelaria — Oficina de cinzelador.

Cinzelura — Cinzeladura? «cinzeluras de bronze» (dum jornal).

Cinzul — Cinzento, tirante a azul.

Ciprestálico — Com o aspecto do cipreste: «a mesma monocromia ciprestálica...». Magro, esguio, alto: «era um homem ciprestálico».

Circundeambular — Andar em volta dum ponto: «toda a manhã circundeambulou na praça».

Cirolé ou **Sirolé** — Diz-se dum rapaz ou rapariga enfezados ou magricelas.

Cirqueiras — Cerqueiras, terras vedadas ou cercadas com paredes. Top. vulgar.

Cirulé ou **Sirulé** — O mesmo que cirolé.

Ciruleira, ciroleira, cirolé — Coisa insignificante: «tão grande babaré, por uma ciroleira...».

Cisca — Agulhas secas de pinheiro (Fafe, Celorico, etc.).

Ciscalho — Cisqueiro, argueiro; cisco miúdo de lenha ou carvão.

Cisco — Agulhas de pinheiro (S. Pedro da Torre — Valença).

Cispar — Tapar um buraco. O mesmo que chispar-se; fugir.

Cisparrear — aparentar que tem chispa, ou inteligência.

Cisqueiro — (de cisco) — Argueiro: «caiu-lhe um cisqueiro no olho» . «O relógio tinha cisqueiros na máquina». Poalho. Pá de apanhar o lixo.

Citó-cito — Oficial de diligências. «Andam por aí os caínzeiros da câmara no citó-cito dos cães». **Caínzeiros,** são os empregados encarregados de fazer o recenseamento dos cães pelas aldeias e aplicar multas.

Citóte — Acção de citar, citação: «veio o citó-cito fazer-lhe um citóte».

Cládio — Claudio. No port. antigo aparece Croio de Craudio: «D. Croio de Tronqueiros, senhor de curvos...» [«Ânsia de Perfeição», 81].

Clapicho — Capricho; orgulho.

Clibe, clive — Aclive, declive: «...subir ao Faro, pelo clive da encosta, p'ra não suar...».

Clódio — Claudio (S. Clódio) de Curvos. O mesmo que Cládio.

Coaca — Cuaca, cloaca, sentina.

Coador — Certa parte da rede de pesca.

Coalha — Perdiz? Cordoniz? Galinhola? A uma cozinheira, nascida em Vigo, ouvi dar esta designação a uma perdiz. Possìvelmente é voc. galego.

Coalhar — Juntar, economizar: «coalhou algumas libras...».

Cobardo — Que tem bom génio, amigo de ordem: «F. é de génio muito cobardo!» — Cobardo parece estar por **quebrado** ou cobarde?

Cobélos — Top. de Vilachã — Esposende. Deve ser Covélos, de cova, terra funda. Ou de **cobe,** lugar ermo e afastado? Nesta acepção parece-me ser brasileirismo.

Cobra — Bebedeira (Vila Cova — Barcelos). Preguiça: «estás c'uma cobra!».

Cobradoiro — O mesmo que cambão, digo ou oudigo. Ouvi chamar-lhe assim em Eiradana, lugar da freg. de Palmeira e informaram-me que para lá do Cávado (Fonteboa, Rio Tinto, Apúlia, etc.) é bastante comum. O mesmo objecto é pois conhecido, neste concelho, por quatro designações diferentes.

Cobranceiro — Talvez antes — quebranceiro — que quebra ou fende. Certo vime preto inferior em qualidade ao amarelo (Vila-Chã da Maia).

Cobrição — Pocriação. V. **Cultivo,** arraçar, etc.

Cobrida — Acto de cobrir o marginado nos campos semeados de centio, trigo ou aveia, com a terra que o assuco levantou nas margens.

Cobrinha — Fio de linha que se enfia na teia, para evitar que se desencruze. Deve ser Cabrinha.

Côca — O papão: «cala-te menino que vem aí a côca» (Avô — Beira).

Cóca — Planta que esmagada e atirada à água tem a propriedade de atordoar o peixe (Trancoso). Treta, ganja: «ter muita cóca!».

Coçalha — Coçalheira — Voc. do Alcunhário de Esposende. De coça, ou de coçar.

Coção — Comichão, coceira. — Grande tareia: «hoje apanhas um coção, meu brejeiro!»

Cóceira — Comichão; pequena régua, ou varinha espalulada com que se coçam as costas. Coça: «levas uma cóceira, pr'a aquecer os lombos».

Cócha — Fiado com cocha — aquele que por ter sido torcido de mais, retorce quando desenrolado da maçaroca ou da meada.

Cochadeira ou **Escochadeira** — Pequeno instrumento de ferro com que se torce o arame e os cabos, nos lateiros ou ramadas.

Cochado — Fechado; apertado: «uma latada de uvas de cachos cochados».

Cochança — Basófia, importância.

Cochar — Ganhar cócha. Tem também outro sig.: — um cacho de uvas bem cochado: fechado, cheio. Os cachos de vinhão são bem cochados.

Cocharra — Escudela (Alcobaça).

Cochecha — Vísceras da raia.

Cochila — Navalha de ponta e mola; faca grande, de ponta.

Cochino — Porco (Beira). Chico no Minho.

Cócho — Pá pequena, semelhante ao vertedoiro usado nos barcos, com que se apanha a massa da azeitona, depois de moída no alqueréme.

Côco — Púcaro de folha de meia canada ou três quartilhos, para tirar água dos cântaros. Às vezes tem um cabo de dois palmos: emprega-se então para tirar a água quente dos potes. Gil Vicente, no «Auto da Barca», tem estes versos:

«Mãe e o côco está ali.
Quereis vós estar quedo, quele».

Côco — Murrão de milho: «O milho do eirado ganhou muito côco».

Cócora — Maçador, pegamaço, fastidioso: «F. é um cócoras».

Cocorrica — Canto da perdiz.

Cocorricar — Canto do galo.
Cocorrucho — Cartuxo de papel.
Códa, códiga — O ponto onde uma árvore se corta, junto ao solo. O trépe ou raizeiro da árvore: «Uma bouça cheia de códas; uma códa com uma vara de diâmetro».
Coderniz, codorniz — Ouv. em Valença.
Codesso — É uma planta leguminosa. O Pão de codesso de que fala Aq. in T. do Demo, 62, deve ser o pão ordinário.
Códiga — Colo do tronco da árvore. O local onde os lenhadores golpeiam a árvore para a lançar à terra.
Codilhado — Lograd, burlado, enganado.
Codo — Por codório? Veja-se esta citação de Aquilino: «Era também quase certo irem topar ali uma aguardentinha da rija, bagaceira de três ossobios, com um codo daqueles era beber e rezar por mais». «A Faunos», 206.
Codorna — Codorniz, carcolé, corcolé, coalha, coderniz, etc.
Codorno — Certa variedade de pera que só se pode comer assada por ser agra e dura. Pera-parda e nozelhenta. Por extensão: coisa ordinária: — Ora! isso é codorno pela certa!
Cofear — Confiar; acariciar; «cofear o gado».
Cofegar ou **sofegar** — Coxear (Eluc.).
Cofinho — Alcofinha, pequeno cesto de vime.
Côfo — Espécie de açamo de madeira que se mete no focinho ao gado para não comer a novidade nos campos.
Cogiar — Verificar, apalpar, fiscalizar; espreitar.
Cognicates — (de canonicato). Bistórrias.
Coia — Marafôna. Mulher de vida fácil.
Coiado — Porco doméstico, cevado para ser posto em salmoira. No Elucid. Cioado.
Coira — O mesmo que coia corça, zoina, etc.
Coiracho — Em coiracho: nú, em soila, em pelote. [Am. César — Foz Coa].
Coiralho — Pelaço de couro; coisa sem préstimo; o mesmo que coirelho.
Coirel — Courel — Top. de V. Chã, Esp. Courela, pequena leira. E também coisa de somenos importância.
Coirão — Grande coira, meretriz.
Coirelho — O mesmo que coirão, mulher ordinária.
Coirinhos — Erupção de pele nas crianças recém-nascidas.
Coisadas — Coisas, objectos a que se não dá nomes: «Havia coisadas várias para rematar».
Coisar — Fazer coisas; o mesmo que aquelar: «quem coisou isto? — que estás tu a coisar?». Ouvi a uma criança de 6 anos, dizer: — «Mamã? A Micas está a coisar na máquina, — a fazer coisas ou a brincar, com a máquina de costura.
Coitanaxo — Coitado, coitadito.
Coitanixo — Coitanaxo, coitado.
Coitoiro — Foucinha (Avô, Beira).
Coitos — Certa variedade de figos.
Coiveira — Pé ou folha de couve.
Coiveiro — Cobarde, fracalhão.
Coixo — Côxo, manco.
Coja — Meretriz, coia.
Cóla — Pedra com que se calça outra pedra maior, para se poder voltar com o auxílio da alavanca ou ferro-do-monte.
Colação — Comida leve, em geral pão; queijo e vinho. Por extensão: merenda: «vamos tomar uma colação p'ra sairmos p'ró campo».
Colada — Terreno encolado, i. é: com pequenas elevações aos altos e baixos «...coladas de terreno, a parecer planície».
Colarete — Trincha ou tira de pano com que se debruam as saias e aventais sobre as pregas. Também se chama colarete ao cós das calças.
Còleira — Còlheira — peça de arreios no pescoço do animal. Dizem os dic. que **Colheira** vem do castelhano **cuellera** e que portanto a forma correcta seria coleira. Em Esposende e Barcelos tenho sempre ouvido pronunciar **còleira.**
Colheitar — «Direitos senhoriais de colheita: foro que os vassalos paragavam ao Príncipe, quando vinha à terra — uma vez em cada ano». (V. Braga, «Curiosidades de Guimarães», XIII. pág.55).
Colheiteiro — O que cultiva e colhe da terra.
Colmaço — Colmasso, o mesmo que colmado: «...a carrejar vigas e colmaço para reedificarem a choupana». (Camilo, «B. de M. Córdova, 246). «Mais adiante huma casa colmassa, q he de ter ovelhas». («Tombo» de Vila-Chã, Esposende, datado de 1549).
Colmado — Aquilo que serve para colmar ou vedar o tecto de casas rústicas ou cabanas: «Na Apúlia usam as palhas da lagôa para colmado».
Cólo — Diz-se que uma tábua tem cólo quando está empenada. **Descolar** uma tá-

bua é cavacá-la com enxó, plaina ou garlopa até que fique direita.

Colodros ou **Colodras** — Socos, tamancos (Cerveira).

Colondra — Concubina, marafona.

Colondrina — À maneira de colondra. Em Aquilino, «E. de Santiago» aparece o voc. neste trecho: «...dava-lhe uma sova todos os dias. Pois ele há lá maior colondrina?», 123.

Colonho — Feixe de lenha: levar um colonho à cabeça (Cerveira).

Comadrear — Servir de comadre. Acomadrar. Conversa entre amigas

Comarcar — Marcar com... confrontar, treitear: «Esta minha leira comarca com a do vizinho André e é por isso que...» Vulgar no port. ant.: «Este reino de Pegú... comarca com outro chamado Tenaçàri...» [Castanheda — Desc. da Índia, 1, 2.].

Comareiro — Terra comareira: com elevações e corcovos. Pequeno cômoro, treita entre duas leiras: «a confrontar do norte, com o comareiro de Todolos-Paços». (Foral de partilhas, de Vila-Chã, Esposende).

Comassim — «Assim, comassim...» («Aldeias da Nossa Beira», 210).

Comba — Viga de madeira, ou fieira de pedra, para suster as pipas na adega.

Combanido — Estar combanido — fedorento.

Combativismo — Disposições para a defesa de ideias.

Combleza — Concubina; amante de homem casado.

Cômbro — Cimaro, parede, que forra o socalco ou geira de terra. V. quélhada, (Avô).

Começalho — Começo, princípio: fiei seis maçarocas e um começalho quer dizer: começou, principiou outra.

Comecilho — O mesmo que começalho.

Comercialismo — Que diz respeito ao comércio.

Comércio — Loja, venda, taberna: «O sr. vai por aí fora: e lá diante, onde há um comércio vira à direita. (Beira).

Comichento — Amigo de explorar o próximo, interesseiro.

Comichoso — Ver antecedente.

Cominar — Combinar. Parece ter outro sig. talvez o de dominar, numa notíc. inserta no «Jornal de Not.» de 19-7-27.

Compadradiço — Compadrinho: «E vencendo no seu bairro por arrombamento ou na sua repartição por compadradigos...» [B. Burity, «Lucta», de 23-7-15].

Comparança — Comparação: «Festas como as de Braga não têm comparança».

Compartidário — O mesmo que correligionário: «...nós cá somos compartidários...».

Compasso — Visita pascal (pároco e comitiva).

Compita — À compita, i. é: à teima.

Compodoiro—(de compor, consertar)—: «este prato partiu-se em tantos bocados que decerto nem tem compodoiro». (Ouv. em Palmeira).

Compor — Ser melhor de compor: contentar-se com qualquer coisa, não ser exigente.

Compostela — Pessoa que se «compõe» com pouco, acomodatício contemporizador (Coura).

Composteiro — Peça do tear onde bate a caixa e é a peça a que a tecedeira encosta o ventre. — Acção de compor: «o guarda-sol não tem compostoiro». V. **Compodoiro.** Tempereiro do tear.

Comprente — Pleno, cheio: «mar comprente», dizem na Apúlia, da maré cheia. Ao contrário: maré baixa.

Conçalves, Gonçalves, Gonçalo — Gonsalvo — Insecto cleóptero, de cor verde, que aparece nas searas e nas vinhas. Ter olhos conçalves ou consalvos, é ter olhos esverdeados. Há num vilancete de Camões, este enigmático terceto:

«Com vossos olhos Gonçalves,
Senhora captivo tendes
Este meu coração Mendes.»

Concertilhar, Consertilhar — Fazer consertos, botar remendos.

Conchelo, concelo — Coucilo, choupilho, choupito, etc.

Conchelo-de-água — Coucilo.

Concho, cuncho — Mexilhão.

Condeixa — Top. antigo de Vila Chã, Esposende. Ignora-se hoje onde era esse local. Há na freg. limítrofe Antas, o sítio de Condessos, ou Condeiços. Condeiço é o nome duma planta, semelhante ao codêço. Estará aqui o étimo?

Condessilha — Pequena condessa? «enganha-se: meu pai é uma fera. Tinha-me de condessilha, não sei lá para quem, há-de lhe custar a dar o braço a torcer». Aq. Ribeiro, A. Faunos, 136. Condessilho sig.: cuidado, recato.

Condessos — Top. de Antas, Esposende. Também dizem Condeixos. Será o mesmo que Codeços?

Conditor — Do lat. **conditor**; fundador, instituidor, instigador.

Conêlhos — Farrapos, remendos mal cerzidos. V. aconelhar e aconapar.

Confeiteira — O mesmo que erva-confeiteira. **Valantia Aparine** de Linn, seg. Brotero.

Conferição — Acto ou efeito de conferir.

Confio — Subst. Fazer confio de alguém: depositar valores ou segredos.

Confita — Lá estava ela à certa confita, escogitando o tempo... Aq., «A. Faunos», 116. No espanhol este voc. sig. compartimento, cela, aposento. Haverá ligação? Entre os velhos é frequente o estribilho: «à certa confita que aconteceu isto ou aquilo...».

Conflituar — Armar conflitos.

Congorça — Está talvez, por congosta. Congorsa é a «erva da inveja». «Vou de atalho em caminho, de ribanceira em congorça» (Correia de Oliveira, «D'Aquem e d'Além ondas», pág. 24).

Congregamento — Acto ou efeito de congregar ou reunir.

Congrejeira — O mesmo que caranguejeira. Variedade de ameixa.

Cònhador — (de cònhar). Ladrão, explorador, comedor: «não há escrivão que não seja cònhador» (ouvido na Apúlia). É vulgar em o concelho de Esposende.

Conhar — Malhar os «conhos», — malhar as espigas do trigo, centeio, aveia, depois da «Calcada», a fim de lhes extrair os grãos que ainda ficaram agarrados. Usa-se figuradamente com o sentido de roubar, empalmar: «cónhou-lhe os cóbres!».

Conhecenças — Colheita das conhecenças, isto é: primícias, côngrua (Marinhas).

Cónhos — Em Barcelos **canhos**: Restos de palha triturada, moinha, grãos pêcos, etc., que ficam na eira após a malha dos cereais. Para livrar o grão dos cónhos apaja-se o cereal, isto é ergue-se ao ar com uma pá, para que o vento o limpe. Os cónhos por serem leves vão cair a certa distância.

Conjectar — Conjecturar.

Consante — Consoante, conforme: «consante o tempo o permitir».

Consagratório — Consagrativo; digno de ser consagrado.

Consalia — Certa planta.

Considerativo — Digo de considerar.

Consternamento — Consternação.

Contaminante — Que contamina.

Contarelo — Pequeno conto ou lenda: A uma velha ouvi dizer: «Meu pai, que Deus haja sabia muitos contarelos e remancilhos».

Contenças — Apelido de certo indivíduo. Móveis insignificantes. Trêtas, palavriados, ditos; anedotas: «P'ra contenças, não há quem lhe leve a palma».

Continas ou **entinas** — Desejos violentos, apetites. Também é conhecido nas Beiras: «Até lhe deram entinas de ir à botica por um papel de rosalgar». Leomil, 15. Parecem também significar desejos, vontade, intentos: — Deu-me continas de o esbofetear!

Contra — Pedra interior da padieira.

Contra-amarra — Amarra que reforça outra.

Contraliar — Contrariar.

Contrapiscar — Piscar os olhos a alguém.

Contrapoente — Contra o poente, i. é: leste ou nascente.

Contrar — Colher.

Contraste — Contraste do cordão (borboleta).

Contratuante — O que contrata.

Contributo — Contribuição.

Contristante — Contristador.

Convidar — Em Avô, Beira, convidar sig. presentear: «Fez o favor, mas eu convidei-o com um saco de nozes».

Copacabana — Aparentemente um brasileirismo. Será, ou não será. Segundo Magalhães Basto operoso escritor portuense, houve no desaparecido convento dos Loios, no Porto, uma capela dedicada a N. S. de Copacabana, ou Copavana, desde 1643, inst. por António da Veiga, o indiano. O ilustre escritor historia: Há na Bolívia, entre esta nação e o Perú, a 3.850 metros de altitude, um grande lago — o Tilicax — e neste uma península e uma cidade: uma e outra chamadas de Copacabana. Não há explicação etimológica do voc. que deve ser de origem tuca, azteca, ou araucánia e sig. península, ou povoação a borda d'água. V. in «Primeiro de Janeiro» de 7-9-51, «Falam Velhos Manuscritos».

Còpada — Cópo cheio de qualquer coisa.

Cópas — Borlas feitas de fio de lã ou de seda de diversas cores: «uma saquinha de relógio com cópas de lãzinha. Corimbos de cebola que se reservam para semente.

Copear — Beber copos de vinho: «estive toda a tarde a copear».

Copilho — V. coucilo.

Copilo — Coucilo, copilro, etc.

Copilro — Coucilo: «...mesmo na volta da quelha, entre eras e copilros». A Terra de Leomil, 182.

Copo — Voc. dos pesc. algarvios. Possìvelmente o ponto onde ap. o cardume dos atuns. «...Nessa altura... sonham com copos a abarrotar de peixe. M. Nascimento, «Pesca do Atum» in Janeiro, 28-7-51.

Córa — A córa são duas ou três achas que se colocam a arder à porta do forno para não deixar fugir o calor enquanto se cozem os bolos: «pôr córa ao forno; tirar a córa; apertar a córa». Trabalhar na córa do dia — pouco mais ou menos das 10 da manhãe às 3 da tarde.

Coradoiro — Sítio onde arde a córa — isto é na soleira da porta do forno. Nas Marinhas: brazeira.

Coraige — Coragem.

Corajudo — Que manifesta coragem.

Corça — V. coia, coira, zoina, etc. Corça também sig. velhaca, manhosa.

Corcha — Cocha; nozelhos que se formam na corda, ou no arame ao destorcer.

Corchar — Ganhar corcha.

Corcolé, quercolé — V. Carcolé.

Corculher — Corcolé, codornis: «...cacarejava para lá o perdigão e a corculher».

Cordabão — Cordabã é um arbusto brasilseiro. A cordabão dá-se-lhe o signif. de pessoa feia, suja, mal posta, repulsiva: «é um cordabão de meter nojo».

Cordão — Espécie de corrente fina e comprida fechada, que chega a ter 1,"8, que as mulheres trazem ao pescoço como adorno. É ao cordão que está presa a **borboleta.** Em Viana — fieira. [Cf. Revista Lusit., XVII, 82].

Cordo — Juízo, assento.

Coredoira — Anha, ovelha nova.

Corga—Além dos sig. de córrego, corça, corgo, parece ter em Monção este outro: local onde nascem águas de rega; a gleba, sorte de terra, etc.: «A nascente da aludida água, fica situada numa corga da serra».

Corgas de altitude — Terrenos cultivados nos montes beirões.

Corgo — Top. de Vila Chã. São campos por onde passa o ribeiro, que ali toma o nome de Corgo, para a seguir se chamar Abilheira e terminar junto à foz, nas Marinhas com a designação de Rêgo Peralto.

Corigo — Certa variedade de figo, que não se presta à seca (Marialva).

Corisca — Ponta de cigarro, beata, celisca, etc.

Corisqueiro — Tempo variável com alternativas de sol e chuva. Chuveiro inesperado: «o dia está corisqueiro; deu de manhã uns corisqueiros».

Corjeira — Corojeira, corujeira. Top. de Antas, Esposende.

Corna — Chipre. Buzina de corno de boi.

Cornal — Sôga, ou apeaça, com que se prende o boi pelos chifres.

Cornambano — Corno, minotauro. Aq. «E. Santiago».

Cornéca — Vágem de feijão verde: «o feijão já tem a cornéca vingada». (Gondomar — Vila Verde).

Corneira — Asa da corda do carro, ou da sôga. (Feitos — Barcelos).

Corneja — Gralha (ave). Cravagem do centeio, cornelho. Espécie de sanguinho, planta arbustiva.

Cornil — V. cornal.

Corôa — Espaço de areia ou terra que aflora nos rios.

Corocha — Lagarta.

Corojeira — Top. de Antas, Esposende. Por corujeira.

Corouço — Montículo de terreno; terrão. Cadouço de palha a atempar no campo, após a ceifa.

Corpêlho, corpilho — Colete de mulher, corpête, justilho.

Correão — O mesmo que corrilhão.

Corredia — Diz-se da madeira que alisa bem ao aplainar.

Corredoira — 30 braças de fio. Um novelo tem 7 corredoiras. (Ouv. a um pescador de Esposende). Mamite da ovelha. Andar às corredoiras—um pouco a correr, outro pouco de vagar. Ir numa corredoira — ir de pressa.

Córrego — O que corre. Água de córrega, é a dos ribeiros que se aproveita para rega e lima. (Cab. de Basto).

Corrência — (de correr). Procura, saída: «o vinho agora tem muito corrência».

Correntão — Pândego, borguista. (Aq. «E. Santiago», 121).

Corrente — Familiar, franco, que fala com toda a gente: «F. é uma pessoa corrente, de quem se gosta». (Avô — Beira).

Corricão — Galgo, cão de lebre. Os dic. dizem: acto de levantar caça por meio de cães.

Corricar — Saltitar. Andar às corridinhas.

Corricha — Corte de gado. (S. Salvatos, Mirandela).

Corrichão — Pequeno tranco de terreno, leira de lavradio.

Corrida — De corrida — muito de passa-

gem, sem demora: «vai de corrida buscar-me cigarros!»

Corrilhão, correlhão, correão — Cinto de caça donde pende o polvorinho ou as cabaças da pólvora e a bolsa do chumbo. É ao correlhão que se segura a caça morta.

Corrilheira, correlheira — Pequena pá de madeira com que se rapa e apanha a massa na masseira. Há uma outra pá de madeira, de cabo mais comprido, a que em algumas freg. também chamam correlheira. A essa chama-se aqui (Vila Chã, Curvos, Palmeira, etc.) envolvedoira.

Corrimar — A corrimar, às corredoiras.

Corrincho — Ajuntamento de pessoas que conspiram; gente reles: «Os ladrões tinham seu corrincho na cabana da serra».

Corruca — Carriça.

Corrucho — Voz para chamar os porcos.

Corrume — No mesmo correr: «casaridos em corrume». «...que viesse tão perto no corrume dos tempos». Aquil., «Geografia», 77.

Corta a trave — «...Tinham acudido as comadres para cortar a trave, se fosse lobisomem». (Aquil., «Faunos», 271). Refere-se à membrana sublingual?

Cortas — No «Branco e Negro», [n.º 82, de 24-10-1897, vol. IV, pág. 61], vem uma gravura representando um aspecto das Minas de S. Domingos tendo por baixo esta desig.: «Os cortas». A gravura representa uma espécie de anfiteatro, talhado em camadas geológicas sobrepostas.

Córte — Os pedreiros chamam córte a um paralelopípedo de grandes dimensões: «talhar um córte que dê cem esteios».

Cortelha, cortelho — Os dic. dizem que cortelha e cortelho são uma e a mesma coisa. Aqui não. Cortelha — é um pequeno eido para porcos ou ovelhas: «...da cortelha o porco morto» [B. Burity, Lucta de 3-7-15]. Cortelho — é um campo pequeno, até meio hectare tapado sobre si: — «Um cortelho de terra de lavradia e mato no sítio do Campo do Longo...» [Duma Relação de Bens, Vila Chã].

Cortiçada — Conjunto de boias de cortiça nas redes do pescado.

Cortiço — Espadeladouro para linho.

Cortinha — O mesmo que «Assento», em Algarelho (Maia); «Eirado», em Macieira (Barcelos); «Lugar», em Areosa (Viana), e «Eido», em Famalicão (não confundir com o «eido» ou «aido» de outras localidades. Vid. «Assento».

Cortinal, curtinal — Top. de Vila Chã, Esposende. Pequena cortinha, terra de regadio e lima, própria para pauis de ervagens tenras.

Coruncho — Carolo da maçaroca do milho. A parte mais alta da árvore.

Corunchudo — Há uma adivinha popular, que diz — «Pai corunchudo, mãe revironga, filho berimbondas adivinha se podes». É o feijoeiro, a vargem e o feijão.

Corvear — (de Corvo). Espreitar, cocar, observar: «Corveei toda a tarde, — Passei o dia a corvear!» (Vila Cova, Barcelos).

Corra, Carvalho — Palavras que por antitese e por apêntese acobertam obscenidades proferidas amiudadas vezes por gente baixa: «aquilo é um desbocado, um malcriado muito grande: as corras e os carvalhos, nunca lhe saem da boca!».

Corrupio — Corrupios de cabelo: certa disposição de cabelo que lembra espirais ou remoinhos: «...e aos lados da testa uns corrupios que lhe davam um aspecto mitológico de sátiro dos bosques...» [«Crimes d'um Usurário», por M. de B, pág. 21.

Coruta — Carucha, ponto mais alto da árvore.

Coscovilheiral — Local de coscuvilhice: «Nem pela raiz dos cabelos lhe passou que atribuído pudesse ser neste coscovilheiral soalheiro da intriga indígena...» [B. B. Lucta de 8-4-15].

Cossoirado, Cossourado — Top. de Barcelos. J. Piel filia o voc. no latim «cursorius», (o que corre) que deu em port. **cossoiro**, disco do fuso. Também pode sig. «lugar onde há caça; ou resvaladoiro. Assim Cossourado, pode querer dizer, terra de caça, ou local onde se fabricavam fusos (cossoiros).

Costa — Modelo para determinar a circunferência da pipa, e que se obtém com o auxílio do raio e dum sector.

Costal — Pequena meadinha que serve de início à meada.

Costanças — Constância—Alc. Vila-Chã.

Costaneira — A costaneira do forno, paredes interiores contra as quais se encostam as brôas. Ter o pão boa costaneira, é sinal de o forno ter sido aquecido suficientemente.

Costariça — Voc. topon. Casa ou lugar na costa ou encosta do monte.

Costear — Verificar com a costa se a leiva está desempenhada. Costear uma vasilha de novo: escangalhá-la, juntá-la depois com a juntoira e acertá-la por meio da costa.

Costurados — O que se costurou e deu

por acabado: «Os seus costurados estão prontos». «Ouv. a uma costureira).

Cota — Nota; lembrança.

Cote — De cotio, de todos os dias. Mas entre o fato de cote, aos cantos, havia ainda navalhas, pentes etc. (Aquilino, «T. Demo», 163.

Cotear — Namorar: «...ou vai cotear com a namorada que sabe de tudo!» [Landolt.,«Folclore Varzino», 78]. V. **Acotiar.**

Cotinheiro — Assim chamam os poveiros aos naturais de Gontinhões,, Âncora.

Cotista — Quotista. Sócio de soc. por quotas.

Coto — Marco de pedra para delimitar propriedades. Top. de Vila Chã, Esposende.

Cotrel — Boi cotrel é o boi velho já cansado, que se engorda para o matadouro. (A. Minho).

Cotudo — Felpudo, com aspecto de cotão: «manta cotuda».

Cotulo — O ponto mais elevado da árvore: «os corvos fazem os ninhos na cotula dos pinheiros». Cotula da barrela ou da meda. — V. **Carucha** e **quetula.**

Coturela — Alc. Palmeira. Há lugares com esta desig. em Vila Chã, Curvos, Palmeira, etc. Por alguém nas coturelas: elevá-la, elogiá-la. Parece ser metatese de **corutela**, de coruto, ponto elevado.

Couca — Pequena meda de centeio ou de trigo, feita no campo, logo após a ceifa.

Coucão — No carro de bois: — Forte peça de madeira que fica por baixo de cada cheda. Os coucões fixam as cantadouras às chedas.

Coucela — Caixa de papelão ou casquinha, de um couto ou um palmo de diâmetro. As coucelas servem para guardar os cordões, contas, brincos e outras peças de ouro: «Em casa dos do Eirado há seis coucelas de ouro!...».

Coucelo — Coucilo, choupilo, etc.

Coucilho — Choupilo.

Coucilo, couchilo.

Couco — Montículo de alhos. (Aguçadoura, Póvoa).

Courinhos — Erupção cutánea nas crianças recém-nascidas.

Cousilo — V. Choupilo.

Coussilho — V. Choupilho.

Couto — Medida um pouco inferior ao palmo. É igual à largura da mão e mais o dedo polegar (0,m15 ou 0,m16) «um barrote de couto».

Couve-de-rato — Certa planta a que chamam também home-bô e digital.

Couxilgo — V. Choupilo.

Covada — Terra no fundo dos vales. (Avô, Beira).

Coval, Cobal — Variedade de maçã.

Covela — Top. vulgar. Jogo de rapazes, que consiste em atirar botões para dentro duma covinha: «o jogo da covela».

Coveta — Local onde pousa o aguilhão do veio da mó e dentro do qual gira. Em Gemeseses: covacho. A coveta é dentro da arriela. V. este voc.

Côvo — Espécie de cêsto de rede de arame para a pesca. O mesmo que **marejôna.** Não é o mesmo que **Cóvos.** (Ouv. na Ilha Berlenga).

Cóvos — Rede para a pesca da lagosta. V. côvo.

Cotelear — Coxear.

Coxilgo — V. choupilo.

Cozinha-de-ferro — Fogão .

Crajido — Top. de Antas, Esposende.

Craneria — Que se refere ao crânio: «...nervoso e brusco, cheio de mocidade de craneria e de vigor...» [B. B. Lucta de 8-4-15].

Crapúla — O mangual consta de duas partes: vara e pírtego. Na extremidade da vara, há a crapúla, ou nariz de ferro, que por meio do cedoiro, pedaço de couro, liga as duas peças. «Benziam-se por môr dos maus repentes com o vinho para que o pírtigo, saltarado da crapúla, não matasse...» Aq. T. D., 33.

Crupúlo — Carôlo, carulo, carunho do milho. (Marinha Grande).

Crastelinho — Castelinho, castrelinho. (Voc. top. Vila Chã).

Crasto — Castro. Top. de Vila Chã, Esposende.

Cravansaralho ou **Caravansaralho** — Do voc. de origem persa, caravansará, caravansarai? Toma-se no sentido de reunião secreta, conjura, conspirada: «Os da trempe reuniram em caravausaralho, para tomar decisões». (Ouv. ao poeta João Neto).

Cravineira—Cravina, cravilina, pequeno cravo de pétalas fimbradas.

Créca — Careca, calvo. Variedade de alga marinha. [Apúlia, Póvoa, etc.].

Crecença — Crescença, crescimento: «os pinheiros lançaram boa crecença!».

Crena — Talvez querena — parte do navio que fica abaixo do nível da água. Diz o dic. que crena são os dentes das folhas vegetais. Mas num contrato de trabalho da Const. Naval, do Porto, diz ser «...operário que repara embarcação em sêco...».

Crendeirismo — Crendismo, disposição para acreditar em superstições.

Crescente — Fermento, que se junta à massa, para que esta levede: «Manda dizer a mãe, se empresta o crescente, que o nosso ganhou bolor».

Crêspo — Ao crêspo — ao arrepio, ao contrário. Ser crêspo — ser grosseiro; imbecil, parvajola; grotesco: «ter cara de crêspo». Ac. Vila Chã, Esposende.

Crestada — Ninhada: uma crestada de pintos, de porcos, de cachorros, de gatos, etc. (Vila Cova).

Crestão — Cabrito novo, cabrito castrado, cabrito de certo desenvolvimento. No Fiel camarário de Esposende, fala-se do preço do crestão. O Novo Dic., reg. **Cresto** — cabrito castrado aos 8 dias.

Créstes — Top. ds Salvador do Campo, Barcelos. Velhos doc. fazem referência a uma Quinta e lugar de Crescente, que já não existe. Em seu lugar ficou Créstes. Os copistas por economia de espaço e tempo, escreviam Cres.te em abreviatura e Créstes se ficou a chamar ao lugar. Na Quinta de Créstes viveu o poeta Sá de Miranda.

Cretinice — Coisa própria de cretino.

Crica — Maricas, vagaroso, indolente: «aquilo é um cricas, que não serve para nada».

Crianioso — Crianoso: bom tempo para criar os frutos (Avô, Beira).

Criativo — Com disposições para criar.

Cricar — Fazer qualquer coisa vagarosamente.

Cricas — Feridas, postemas. Araújo Correia. «Sem Método», pág. 74).

Cricrilar — Canto do grilo.

Crim — Vara ou pau de crim: é a vara ingrime, que se diferença da racha, que é a vara de lodo serrda da prancha, muito do apreço dos jogadores de pau.

Crio — Cria. (A. Leite, «Porto 1950», pág. 156.

Cristo! — Interj. É vulgar sobretudo entre os trabalhadores que vêm da Galiza: Cristo! que dizes? Ó Cristo! não sejas parvelho».

Cró — Nem pi, nem cró — frango mediano. «que não pie, como os pintainhos, nem faça **cró**, como os galos velhos». (Dum prazo antigo).

Croaca — Cloaca, chiqueiro, latrina: por ext, nariz ranhoso: «limpe essa croaca, seu porco!».

Croa-de-rei — Planta vulgar nos valados e cujas flores se aproveitam na farmacopeia doméstica. Um xarope feito de coroa-de-rei cura a tosse em três dias. A planta é um pouco semelhante à leituga mas a folha e bizarramente recortada.

Cróca — Verruga no tronco dos carvalhos. Buraca no tronco das árvores. Ter croca ou coca — ter lábia, ter treta. **Cróca, crôco** — Velho, caído: estar crôco.

Cróça — Capote de palha usado pelos lavradores durante o inverno. Este vocábulo é usado no Douro: «Tinham-lhe falado nas podas, com homens de capote de palha de croças, estranhas e pitorescas». (Torga, «Vindima», pág. 48).

Croças — Ser croças, não ter energia, ou decisão. (Coura).

Crôco — Oco, velho, carcomido: «um crôco de castanheiro».

Cróque — Ancinho de grandes dimensões usado sobretudo na apanha do sargaço. Tem duas ordens de dentes de ferro formando ângulo recto ou aproximado.

Croia — Mulher de vida fácil. No Elucidário diz que **croio** é o nome próprio Claudio ap. num doc. de 1308.

Crôsco — Colmo miúdo, palha triturada.

Crucieiro — Cruciante, atormentador: «aquele homem é um crucieiro para a mulher».

Crugir — Afligir, atormentar: «não me estejas a crugir!».

Crulha — Grulha; que fala contìnuamente (Gemezes).

Cruma — Caruma — agulhas sêcas de pinheiro; pruma. (Beira Alta).

Cruturar — Crotorar: diz-se dos estalidos que a cegonha dá com o bico (Beira Alta).

Cruz — V. Canas-da-Cruz.

Cruzes — Além de interj. — cruzes! Tarrenego!—sig também, rins, ou rens: «sinto dores nas cruzes»; «...disse à mulher que estava moído, lhe doiam muito as cruzes». Aq. «T. do Demo», 109.

Cuanha — No barco do rio Minho: — Pequena tábua colocada à pôpa, que serve de assento ao tripulante que vai ao leme.

Cuanhas — É na Beira o mesmo que cònhos, no Minho. Por aqui diz-se cónhos — restos de cereal e palhiço, que ficam na eira.

Cuanheira — A jornaleira que varre os coanhos, ou cónhos; vassoura de giesta, usada na eira.

Cubela — Voc. beirão que Aquilino emprega neste passo: «entremeando mangúeiras direitas com esquerdas, a fim de não quebrar a mão em aberto, encedavam a **cubela**». T. do Demo, 33.

Cubicar — No sentido próprio: — Achar o volume de qualquer objecto; avaliar o volume da madeira, empranchada ou em

tabuado. Em sent. fig.º — «Cubicar o assunto»: estudá-lo, ponderá-lo.

Cubo — No moinho é a caixa ou depósito de água que saindo de jacto impele as penas, faz mover o rodizio.

Cucar — Mofar, mangar, cassoar. Espreitar.

Cuche — «Ficar cuche», é ficar em primeiro lugar: Numa corrida de rapazes, o primeiro que chega à meta fica cuche. O último a chegar «ferra a gata». (Marrancos, Vila Verde).

Cuco — Ficar num cuco, estar num cuco — grande prazer, alegria, satisfação. «Ficou num cuco assim que soube do negócio».

Cuculear — Cucular, canto do cuco.

Cucusitar — Cuculear, cucular.

Cultivação — Padreação.

Cultivo — Cobrição, padreação. Levar a vaca ao cultivo, a arraçar.

Cultura — Cobrição, fecundação: «foi com a vaca à cultura».

Cumiar — Cumear, atingir o ponto mais alto.

Cumprelanos — cumprimentos por motivo de aniversário. (Melgaço).

Cumuliformes — Com a forma de cúmulos (nuvens).

Cunca — Malga, tigela.

Cunheira — Orifício, sulco feito a cinzel nos penedos para neles se introduzirem os guilhos, que são uma espécie de cunhas de ferro sobre os quais se malha com o martelo, até rachar o penedo.

Cuquear — Canto do cuco. Também se diz **cucular, cuquelar,** etc.: «O cuco já cuqueia». Tem sentido pejorativo: Veja-se esta tirada de Aq. em «T. do Demo», 99: «O Chico Brás não tornou a cuquear com a Zefa do Alonso». É evidente a alusão.

Cuquejar — Canto do cuco.

Cuquelar — O mesmo que cuquear, cuculear, etc.

Curador — Moço de cavalariça.

Curandeirice — Curandice.

Curiosismo — Que diz respeito à curiosidade ou à coscuvilhice.

Curiosice — Curiosidade.

Curvalhõss, curvatões — Travessas de sobreiro que ligam os dois bancos de prôa e sota-prôa (Esposende). Os dic. reg.: **curvatões** — (Naut.). Duas peças do mastro acima da romã nas quais assentam as vaus reais».

Curvéo — Variedade de peixe (Nazaré).

Cusparada — De cuspir: botou uma cusparada.

Cusparelas — Cusparada: «...atira sem protesto com nossa ninhada de gatos para a sepultura do Fialho, enche de cusparelas as exposições e anda ver se surropia os subsídios da Academia das Ciências para o meter na mangedoira da Sociedade Cabreiral». [B. B. «Lucta» de 23-7-15].

Cuspir — Diz-se que o arco da pipa, **cóspe,** quando escorrega ou desliza e não se fixa. O mesmo se diz da cunha que, ao apertar com malho salta fora.

Custódia — Peça de ouro do feitio dum coração, com um relicário ao centro, usado pelas camponesas como adorno. Há-as de linda filagrana e de certo merecimento artístico: «apareceu no romaria, bem vestida e o peito constelado de custódias, colares e cordões de ouro».

Cutelante — Cortante como cutelo: «em páginas cutelantes de polémica em laudas beneditctinas de saudação...» [B. B. Lucta de 29-7-15].

Cutiar—Namorar, cotiar, brincar: aquele está-te a cutiar — aquele está com brincadeiras (Póvoa de Varzim). [Landolt, «F. Varz», 163].

Cuvéla — Caróchа negra que se cria nos lugares onde se junta esterco; insecto tão voraz e carniceiro que ataca os pintainhos matando-os pelo ânus; chamam-lhe no Porto: chucha-pitos.

Cuvilhete — Malga branca. (Penafiel).

(Continua).

Acontecimentos memoráveis em Braga no ano de 1955

Notas e organização de Joaquim Monteiro (Jorge)

Muitos foram os acontecimentos memoráveis que se verificaram em Braga no correr do ano de 1955. Em todos eles imperaram a acção indispensável e orientadora da Câmara Municipal, o interesse e devoção dos intelectuais bracarenses e a atenção e participação do povo.

Isto define uma clara ideia de orientação que urge pôr em relevo, vincado que está, desde há muito, no consenso do nosso país, a garantia política, a força de espírito e índice cultural dos responsáveis pelo presente e futuro da nossa cidade, a qual se compõe dum povo directamente ligado a um equilíbrio social que se procura engrandecer no conhecimento pleno das possibilidades de vida e cultura que sempre o tem distinguido.

Acontecimentos de grande retumbância, que procuramos alinhar por ordem.

Na súmula de todos eles nós temos que eleger o sentido e conteúdo intelectual que se sobreleva ainda nos mais aproximados de manifestações locais. O fim deste trabalho será provar essa constante de eloquente característica da tradição braguesa.

Na análise retrospectiva desses acontecimentos memoráveis, impõe-se-nos uma atitude de decidido louvor para com o Senhor António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga, a quem tantas coisas belas se devem, e para com o Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto que, como Vereador do Pelouro da Cultura daquela Edilidade, vem desenvolvendo meritória actividade.

Procurou-se caminhar, sempre, pela melhor via.

As portas da nossa Cidade continuam abertas para delas se lançar ou receber a mensagem perene do mundo unido pela Inteligência e pelo Espírito.

A visita do Conselheiro Dr. Albino dos Reis

Os fastos memoráveis que se deviam assinalar brilhantemente no decorrer do ano de 1955, não podiam ter melhor abertura como a que foi dada pela visita, no dia 4 de Janeiro, do Presidente da Assembleia Nacional, Conselheiro Dr. Albino dos Reis, notável personalidade da política e do pensamento português.

Ligado à obra restauradora que se iniciou com a Revolução Nacional por uma actividade que vem desempenhando com elevado espírito construtivo, a sua figura simpática e distinta impôs-se como alvo a ser consagrada pelos homens do nosso Muni-

cípio que, assim, a presença e voz do povo, desejou testemunhar à veneranda entidade política todo o seu apreço e todo o seu respeito.

O português nacionalista conhece sobejamente, na verdade das suas linhas firmes, tudo aquilo que orquestra a rica sinfonia que o Dr. Albino dos Reis escreveu em prol do engrandecimento da missão dos portugueses na continuidade duma obra política, na qual a sua figura não poderá jamais deixar de ser lembrada, sempre que necessário se torne, ao jovem de hoje ou de amanhã, escutar a sentenciosa palavra dum mestre e amigo, dum pensador e dum homem.

Nesse momento de fraternal emanação patriótica, cujos actos oficiais tiveram lugar na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, (a mesa, presidida pelo homenageado, foi assim constituída: à direita: senhores Governador Civil do Distrito, Cónego Martins Gonçalves, em representação do Senhor Arcebispo Primaz, Dr. Avelino Moreira, Meritíssimo Juiz-Corregedor do Círculo Judicial e Deputado Sr. Dr. Alberto Cruz; à esquerda: senhores António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara, Tenente-Coronel Filipe Gonçalves, Comandante Militar, Dr. Francisco Malheiro, Presidente da União Nacional e Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, Magnífico Reitor da Faculdade de Filosofia de Braga), foram pronunciados pelos srs. António Maria Santos da Cunha e Dr. Albino dos Reis, os seguintes discursos que não podemos deixar de arquivar:

Discurso do Presidente da Câmara Municipal de Braga:

«É-me, na verdade, profundamente grato, neste lugar e nesta casa, testemunhar a V. Ex.ª, Senhor Presidente da Assembleia Nacional, não só os nossos cumprimentos de boas-vindas mas ainda a afirmação do nosso muito respeito e da nossa maior admiração: respeito pela maneira como V. Ex.ª tem sabido honrar as altas funções que desempenha na vida pública do País; admiração pelas excepcionais qualidades políticas de V. Ex.ª, que o tornam um Chefe eminente nos quadros da Revolução Nacional.

Cumpre-me, ainda, na função que desempenho na vida municipal e na representação que me cabe dos interesses deste povo, acrescentar o testemunho do nosso reconhecimento pela maneira cativante como V. Ex.ª se tem prontificado, em todas as oportunidades, acarinhar os anseios e a secundar os interesses da gente deste velho burgo.

V. Ex.ª, Senhor Presidente da Assembleia Nacional, é exemplo para tantos que, fechando-se nos seus castelos, vão proporcionando a fuga das areias movediças sobre que se levantam esses mesmos castelos. É V. Ex.ª o exemplo dos que querem e procuram saber quais são os anseios que é preciso auscultar e, em qualquer caso, pelo menos escutar. V. Ex.ª não se esquece daqueles que, cá por baixo, com o sacrifício de todos os dias e porventura com incompreensão de muitos, seguram e impedem a fuga dessas areias que, repito, são por natureza movediças.

É V. Ex.ª uma personalidade tão forte — ia dizer única — que, entre todos os que servem nos quadros da Revolução, V. Ex.ª ocupa um dos vértices mais altos da nossa política.

Eu considero-me mais o representante da Cidade junto do Governo, do que o representante do Governo junto da Cidade. Sempre foi costume, nesta terra, aproveitar a vinda, ao nosso seio, dos grandes para lhes representar as queixas dos pequenos. Eu não venho agora fazer queixas, mas não posso deixar de manifestar, neste mo-

mento em que temos entre nós o Presidente da Assembleia Nacional, a minha mágoa pela maneira como se asfixia o velho município português, que sempre foi nesta Pátria a mais perfeita manifestação das liberdades populares. Insisto: jamais em instituição alguma se respeitou mais a liberdade do cidadão do que na velha organização municipal e jamais os interesses dos povos foram mais atendidos do que no tempo em que podiam as suas reclamações encontrar eco no seu Município.»

Discurso do Sr. Dr. Albino dos Reis:

«Eu não sei a que se deve este testemunho de carinho de que sou alvo neste momento. Mais profundo é ainda o meu reconhecimento ao constatar a expontaneidade desta manifestação.

Senhor Presidente da Câmara de Braga: — eu aproveito este ensejo para testemunhar a V. Ex.ª o meu apreço pelos serviços que tem prestado a Braga.

Lá longe eu acompanho, por imposição das minhas funções, a vida local de cada terra e de toda a parte recebo informações. De todos que me falam de Braga tenho ouvido que esta cidade encontrou em V. Ex.ª o legítimo representante das suas aspirações e das suas necessidades e uma forte dedicação ao seu desenvolvimento e progresso.

V. Ex.ª servindo esta cidade presta ao mesmo tempo um grande serviço às instituições políticas que V. Ex.ª e eu servimos.

Muito obrigado, senhor Presidente, pelas palavras que me dirigiu. Eu sou apenas um homem que serve desinteressadamente um pensamento e uma causa política. Estou convencido de que é servindo o pensamento político que está na base das nossas instituições que servimos os próprios interesses da Nação.

Todos os que estão nestas fileiras constituem neste momento um exército na imensa batalha que vai ser travada e em que as tempestades assaltam a civilização cristã. Estou convencido de que venceremos. Vejo aqui representadas todas as forças — as da Igreja, as do Estado, as da Escola, as do Exército, etc. — e por isso reforço esta minha certeza: venceremos.

Muito obrigado a todos VV. Ex.as deste concelho na pessoa do Presidente da Câmara e aos que de todo o distrito aqui vieram eu agradeço na pessoa do sr. Governador Civil.

Foi-me grato viver uns momentos neste ambiente vibrante, aqui em Braga, neste Santuário da Revolução Nacional. Vou daqui mais confiante, mais certo de que esta Revolução poderá, ao cabo de quase trinta anos de marcha que necessàriamente há-de ter depositado nela as impurezas e feito aparecer as rugas da idade, exibir-nos ainda a alma e a face, se viermos retemperar-nos em Braga ao calor dos vossos sentimentos e do vosso entusiasmo. Temos necessidade de voltar de vez em quando às fontes puras da Revolução Nacional, para vencermos as nossas próprias tendências e tantos egoísmos emperdenidos cujo desdem pela causa pública só poderá servir os interesses do inimigo. E assim conseguiremos, sem desfalecimentos, prosseguir e atingir os objectivos da REVOLUÇÃO NACIONAL.»

«Sala Dr. Manuel Monteiro» na Biblioteca Pública de Braga

Foi em sua reunião efectuada em 4 de Abril que a Câmara Municipal de Braga, por proposta apresentada pelo seu Presidente, Senhor António Maria Santos da Cunha, deliberou, instituir, na Biblioteca Pública de Braga, a «*Sala Dr. Manuel Monteiro*», ao mesmo tempo que anunciou, também, adquirir toda a livraria que pertenceu ao saudoso escritor bracarense, a qual ficará recolhida na Sala destinada a perpetuar a memória do brilhante espírito que foi Manuel Monteiro, com rica e firme expressão de estudioso, na ciência arqueológica, «ciência tão rica, cujos adeptos foram aventureiros e homens de estudo, românticos entusiastas e intelectuais ponderados; ciência que percorre simultâneamente o tempo e o espaço», como a definiu Ceram.

A Câmara Municipal de Braga deseja, assim, duma maneira mais exacta e justa, consagrar devidamente o trabalho e o valor dos filhos que esta nossa terra de encantamentos intelectuais criou e fez crescer na beleza e força do seu humus fertilizante.

O teor da proposta feita pelo Presidente da Câmara Municipal é, pela verdade e sinceridade das suas determinações, a cabal corporização duma mensagem que define por si mesma o elevado sentimento de respeito e gratidão que lhe merecem todos aqueles homens que, nas artes e nas letras, no trabalho intelectual, honraram nobremente a nossa augusta Cidade. E, por isso, a vamos transcrever na íntegra:

«A Câmara Municipal de Braga prestou a Manuel Monteiro a homenagem que seria possível prestar em tais circunstâncias, quando se deu o infausto sucesso do seu falecimento. Teve ocasião mais favorável de o fazer quando, um ano depois, promoveu a sessão efectuada nesta Sala e descerrou uma lápide na casa em que vivera.

Não considerou, todavia, saldada essa homenagem, nem quando, em dia lutuoso, ondeou a meia adriça a bandeira da cidade, nem quando esta subiu ao topo no dia da glorificação, antes de uma e outra ocasião manifestou o desejo de prestar mais perdurável tributo à memória do esclarecido e saudoso bracarense.

Chegou agora a oportunidade de realizar propósitos já então manifestados.

Impõe-se a criação, na Biblioteca Pública, de uma sala a que seja dado o nome de Manuel Monteiro, e que recolha a livraria que a Ele pertenceu, e o retrato, em que Mestre Columbano reproduziu artisticamente as feições do inolvidável artista e literato.

A instâncias do testamenteiro do ilustre bracarense, o Prof. Doutor Álvaro Machado Vilela, já o Governo inscreveu no Orçamento Geral do Estado a verba necessária à aquisição do retrato do dr. Manuel Monteiro, para que fique em Braga essa obra genial.

Também já está autorizado pelo Governo que na Biblioteca Pública se institua a Sala Dr. Manuel Monteiro.

Além da personalidade do homenageado justificar tal criação, ocorre ainda a consideração de ter sido esse homem Público uma das pessoas que mais concorreram para a Biblioteca ser transferida para as suas actuais instalações, e a Ele se dever a primeira dotação dessa transferência.

A Sala Dr. Manuel Monteiro é, pois, uma aspiração prestes a realizar-se, e assim se cumprirá o voto desta Câmara ao aprovar, dias após o falecimento, o que

formulou em reunião, o Vereador do Pelouro da Cultura, sr. Dr. Sérgio Augusto da Silva Pinto.

Para completar o que em 1952 se afirmou, e em 1955 se repetiu, julgo necessário cooperar na instauração da referida Sala.

Para isso, PROPONHO que a Câmara autorize o Presidente a entabolar as negociações necessárias para a compra da referida biblioteca, em comparticipação com o Estado.

Para este último pormenor foram também feitas diligências pelo Prof. Doutor Álvaro Machado Vilela junto de Sua Excelência o senhor Ministro das Finanças que se mostrou particularmente interessado por esta Homenagem que a Cidade prestará a tão ilustre Filho, sua glória, e lustre da arte que dedicadamente serviu, das letras que opulentou, e da Pátria que procurou sempre exaltar no convívio interno e no internacional».

I Congresso Nacional de Filosofia

A Faculdade de Filosofia de Braga, da qual é Magnífico Reitor o Professor Dr. Lúcio Craveiro da Silva, tem desempenhado um grandioso e vasto trabalho de elaboração e divulgação filosófica. A sua importância e a sua bem estruturada organização conferem-lhe justos encómios do pensamento europeu com o qual se encontra estreitada por intermédio duma Revista excelente: a *Revista Portuguesa de Filosofia*. Por seu intermédio, e dada a sua notável posição nos domínios do saber e da formação intelectual, têm sido escutadas em Braga, em sessões magníficas, as personalidades mais destacantes da filosofia contemporânea, ao mesmo tempo que vai lançando para os escaparates das livrarias de todo o mundo obras de indiscutível valor.

Por isso não é de estranhar que, sob o patrocínio da Câmara Municipal, ela tenha levado a efeito, em Portugal, o I Congresso Nacional de Filosofia, que se desenrolou, em Braga, de 9 a 13 de Março.

Três factores de alta envergadura histórica contribuiram, ainda, para que o Congresso tivesse todo o jus a realizar-se na nossa primacial cidade, factores esses que formaram a trilogia que informou o espírito que superintendeu à ideia geral da magna reunião: *XVI Centenário do nascimento de S. Agostinho*, do qual Paulo Orósio, natural de Braga, foi directo cooperador; *Inauguração do Monumento a Francisco Sanches*, que a si próprio se designou por «Bracarense», e recebeu o baptismo na Igreja de S. João do Souto, tendo, ainda, frequentado em Braga o Colégio de Jesuítas de S. Paulo, segundo aviso do Dr. Sérgio da Silva Pinto; e *IV Centenário da Renovação do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra*, o que evoca um dos principais objectivos da Faculdade de Filosofia de Braga: restauração da continuidade moral com os Conimbricenses, aos quais se liga por entidade docente, orgânica universitária e património cultural.

Na sessão inaugural do Congresso, dia 9 de Março, os congressistas foram saudados pelo Sr. António Maria Santos da Cunha, que proferiu o seguinte discurso:

«De novo se engalanaram os Paços do Concelho desta velha urbe, para receber, em grata manifestação de apreço e simpatia, alguns dos mais notáveis valores do

pensamento português, acompanhados por pares seus de nações amigas, que entre os muros a tantos títulos venerandos da Bracara Augusto vêm percorrer mais uma jornada nobilitante para a cultura nacional.

Mestres insignes das nossas gloriosas Universidades trazem até nós o prestígio do seu nome aureolado de saber e o brilho e majestade das suas borlas e capelos, honrando assim não só o I Congresso Nacional de Filosofia que dentro de horas se vai inaugurar, mas também a Cidade que foi escolhida pelo seu ambiente e quietude para a realização desta assembleia e a insigne Faculdade sua promotora, à qual gratamente também saúdo na pessoa do seu Magnífico Reitor, figura modelar de Padre e destacada figura de intelectual que o País tanto admira já, e a Cidade carinhosamente estima e quer, como se seu filho fora.

A Terra de Orósio e de Sanches a todos saúda efusivamente, agradecendo a preferência que lhe foi dada, e, se lhe é legítimo, pela boca do seu Presidente do Município formular um ardente e vivo desejo, é o de que dos trabalhos do Congresso resulte maior unidade de pensamento para os cultores da Ciência das ciências, isto é, maior tranquilidade para as inteligências e para as almas tão alvoroçadas nestes tempos de perturbação que vão decorrendo.

Evoquei, senhores, o ilustre Sanches filho desta nossa Terra Bracarense, baptizado ali cerca do lugar onde vamos erguer a sua estátua. Médico de renome, brilhou também como astro de primeira grandeza entre os cultores da ciência filosófica.

Bem vos está, pois, a reunião nesta Pátria de Francisco Sanches.

Mas aqui é, também, a Pátria de Paulo Orósio, aquele que de Braga saíu quando invasões de estranhos assolaram esta antiga Terra da Galécia e, jovem ainda, procurou refúgio junto de Santo Agostinho, e deste a solução aos problemas que lhe preocupavam o claro entendimento, mostrando-se, então, digno discípulo do imortal pensador.

Nem este, Senhores, será esquecido no Congresso cujos trabalhos ides empreender, e porque decorre o seu XVI Centenário, vamos todos comemorá-lo com um acto solene na Igreja do Pópulo, onde os seus filhos, novos Orósios, tiveram casa e estudos superiores.

E se tenho falado de Alguns que pertencem ao passado, de Alguns de quem resta só a preciosa memória, peço-vos que evoqueis comigo Alguém que tão de perto viveu este Congresso, que dois anos o acalentou como esperança, que foi o primeiro Secretário-Geral da sua preparação, e que partiu de entre nós no mesmo instante em que esta aspiração se tornava realidade, no momento em que ia florir e, assim creio, dar abundantes frutos, a vergôntea que tão delicadamente cultivara. Ao jesuíta Severiano Tavares — sinto que ele gostaria que lhe chamasse assim — tenho aludido, curvo-me diante da sua memória abençoada, deixando cair no seu sepulcro mal fechado ainda, uma lágrima de comovida saudade e gratidão. Saudade do amigo que sentia o afecto do seu bonissimo coração, gratidão de quem falando em nome de Braga, não pode esquecer quem o nome de Braga soube sobremaneira enriquecer.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Do brilho e projecção deste Congresso são garantia antecipada os nomes daqueles que subscrevem as teses a discutir, notável elenco digno de registo.

É nota a assinalar a extensão universitária que sobre certo aspecto o Congresso representa, o que diz da influência das mesmas Universidades na vida do País.

Antes de terminar — e vou fazê-lo já — eu quero agradecer a presença do

Ex.ma Senhor Governador Civil nesta Casa, aliás tão acostumada a receber de Sua Ex.ª esta honra e o prestígio da sua autoridade nestes dias de trabalho.

E a Vossas Excelências, Ilustres Congressistas, com a minha homenagem pessoal, apresento as homenagens, as saudações e o afecto de Braga, orgulhosa de vos ver reunidos nesta Casa — a Casa de toda a Cidade — para aqui começar o vosso altíssimo Congresso.

Sêde benvindos, meus Senhores!»

Resumo dos Trabalhos e Actos oficiais do Congresso:

Dia 9 de Março — Início; chegada dos Congressistas; Sessão de boas-vindas na Câmara Municipal de Braga presidida pelo senhor Governador Civil do Distrito, tendo discursado o senhor Presidente da Câmara. Em nome do Congresso usou da palavra o senhor Prof. Doutor Victorino Nemésio, representante do Magnífico Reitor da Universidade de Lisboa e do Director da Faculdade de Letras. A sessão foi encerrada pelo senhor Governador Civil. Inauguração solene da Exposição Bibliográfica, na Biblioteca Pública de Braga. A Exposição foi organizada sob a presidência do Dr. Rocha Madahil, com a orientação técnica do Dr. Francisco Xavier Monteiro e António de Pina, S. J., e a colaboração dos Drs. Egídio Guimarães e Prof. Júlio Fragata.

A Sessão solene de Abertura realizou-se à noite, na Sala da Biblioteca da Faculdade de Filosofia; discursaram o Magnífico Reitor daquela Faculdade, Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, o Prof. Dr. Delfim dos Santos, da Universidade de Lisboa e o Prof. Dr. Miranda Barbosa, da Universidade de Coimbra. Sua Ex.ª Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz fez o encerramento do acto.

Dia 10 de Março — Começo dos trabalhos doutrinários divididos por secções especializadas, os quais decorreram na Biblioteca Pública de Braga, para esse fim cedida pelo Ministério da Educação Nacional.

A primeira secção teve lugar no Gabinete da Torre, e ocupou-se do tema «*Conceito de Filosofia*». Presidiu o Prof. Dr. Cassiano dos Santos Abranches, actuando como Secretários o Dr. Alexandre de Oliveira Morujão e o Prof. Dr. Júlio Fragata.

A segunda secção realizou-se no grande Salão do Arquivo Provincial, sendo tratado o tema «*Filosofia, suas determinações e problemas*». Presidiram os Profs. Drs. Arnaldo Miranda Barbosa e Délio Nobre dos Santos, servindo de Secretários os Profs. Drs. Artur Moreira de Sá e António Pereira Dias de Magalhães.

A terceira secção reuniu-se no Salão Nobre, agrupando os trabalhos sobre «*História da Filosofia em Portugal*». Foi presidida pelos Profs. Drs. Delfim Santos e José Maria Diez Agrin. Secretariaram os Drs. Victor Raúl da Costa Machado e António Alberto de Andrade.

(Na tarde do mesmo dia, manhã do seguinte (dia 11) e manhã do dia 12, continuaram estes trabalhos durante os quais se verificaram interessantes debates, havendo os Presidentes das secções, na conclusão dos mesmos, elogiado o elevado nível das lições).

De tarde, com a participação de 200 congressistas que se reuniram no Salão Nobre, efectuou-se o Colóquio sobre «*Causas da decadência filosófica em Portugal e princípios de restauração*. A brilhante sessão foi orientada pelo Prof. Dr. Luís

de Pina, que representou o Instituto para a Alta Cultura e a Universidade do Porto. Secretariou o Prof. Dr. José Bacelar e Oliveira, Secretário Geral do Congresso.

Dia 11 de Março — Às 14 horas os Congressistas partiram para Guimarães, onde foram recebidos na Sociedade Martins Sarmento, efectuando-se a recepção oficial no Palácio dos Duques de Bragança. O Congresso foi saudado pelo Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, sendo pela mesma oferecido um «Porto de Honra».

Às 18 horas, na Sociedade Martins Sarmento, realizou-se uma Sessão plenária de estudos. Apresentaram trabalhos o Dr. Francisco José Velozo, de Braga e o Prof. Dr. Francisco Elias de Tejada, de Sevilha. Usou da palavra, ainda, o Prof. Dr. Pessoa Vaz, da Faculdade de Economia do Porto. Presidiu o Senhor Coronel Mário Cardoso, Presidente da Sociedade, o qual encerrou a sessão.

Colóquios especializados: — À noite, em Braga, realizaram-se três colóquios especializados, assim distribuídos: um para juristas, que abordou o tema «*Direito Natural*»; um outro para Professores de Seminários Filosóficos que tratou de «*Questões filosófico-científicas*»; e um último ainda, para Professores do Ensino Secundário, que se alargou sobre diversos problemas de Pedagogia e Metodologia.

Dia 12 de Março — Inauguração do Monumento a Francisco Sanches, às 15,30 horas, pela Câmara Municipal de Braga. Pronunciaram discursos oficiais: Dr. Sérgio da Silva Pinto, Vereador do Pelouro da Cultura, em nome da Câmara; e Prof. Dr. Luís de Pina, em nome do Congresso. O senhor Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, Governador Civil de Braga, em representação do Governo, proferiu o discurso final.

No Salão Nobre da Biblioteca Pública, às 17 horas, teve lugar a Sessão plenária de encerramento, na qual apresentaram trabalhos os Profs. Drs. Joseph Moreau, da Universidade de Bordeus; Alois Dempf, da Universidade de Munique, e Cassiano Abranches, da Faculdade de Filosofia de Braga. Prestou-se homenagem à memória do Prof. Dr. Severiano Tavares, idealizador daquela assembleia. O Prof. Dr. José Bacelar e Oliveira, Secretário-Geral do Congresso, leu a Acta do I Congresso Nacional de Filosofia, sendo a sessão encerrada pelo bispo de Tui, Vice-Presidente do Consejo Superior de Investigaciones Cientificas de Madrid.

No Salão Medieval, às 21,30 horas, efectuou-se a Sessão solene comemorativa da Filosofia Portuguesa, abrindo a sessão o Reitor da Faculdade de Filosofia de Braga. Os Profs. Drs. Délio Nobre Santos, Artur Moreira de Sá, ambos de Lisboa, e Torquato de Sousa Soares, de Coimbra, pronunciaram discursos. Este momento soleníssimo atingiu grande pompa e esplendor, envergando os Professores e Dignatários as suas insígnias, enquanto a magna assistência se apresentou em traje de cerimónia.

Dia 13 de Março — Homenagem a Santo Agostinho pelo XVI Centenário do seu nascimento. A igreja do Pópulo foi toda uma nave de luzes e beleza, nesse instante de excelsa espiritualidade. Discursou o Bispo de Tui e oficiou Sua Ex.ª Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz. O Orfeão do Seminário Conciliar participou com muita arte.

Como último acto, no Palácio dos Falcões, efectivou-se um almoço oferecido pelo Governo Civil e Câmara Municipal de Braga.

Comissão Executiva do Congresso:

Faculdade de Filosofia: Presidente, Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva; Secretário-Geral, Prof. Doutor José do Patrocínio Bacelar e Oliveira.

Representação da Câmara Municipal de Braga: António Maria Santos da Cunha (Presidente) e Dr. Sérgio da Silva Pinto (Vereador do Pelouro da Cultura).

Outras Comissões:

Comissão de Honra, Comissão Orientadora dos Trabalhos; Comissão da Exposição Bibliográfica; Comissão das Actas do Congresso e Comissões Auxiliares (Serviços de Turismo e Hospedagem e Serviço de Imprensa e Rádio).

O filósofo Gabriel Marcel e a sua Mensagem

No dia 14 de Maio, na Escola do Magistério Primário, numa sessão presidida pelo Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva, da Faculdade de Filosofia de Braga, que se fez ladear, à direita, pelos srs. Dr. Sérgio da Silva Pinto e Francisco José Velozo, e à esquerda pelo Dr. Olindo Casal Pelayo, Director daquele estabelecimento de ensino, ao lado do qual se sentou um representante da autoridade militar, fez-se ouvir o intelectual francês Gabriel Marcel que, nos domínios da Filosofia Existencialista, é uma das mais esclarecidas mentalidades.

Braga já teve ocasião de tomar contacto directo através do pensador italiano Frederico Sciacca com os probelamas da filosofia existencialista cristã e, daí, possìvelmente o interesse e curiosidade com que foi recebido e escutado o autor de «*Os Homens contra o Homem*», trabalho onde Gabriel Marcel nos dá uma noção exacta da sua atitude filosófica como homem e pensador ocidental.

Dramaturgo e crítico literário e musical, foi na reflexão filosófica do Existencialismo que Marcel se impôs como um Mestre. Espírito desassombrado e lúcido, trouxe até nós, como afirmou o Prof. Dr. Cassiano Abranches, na esclarecedora apresentação que fez do conferencista, a mensagem da sua vida e da sua filosofia, mensagem humana e sincera onde predomina o «combate obstinado e sem tréguas contra o espírito de abstracção» e de incoerência que o Existencialismo não pôde aceitar nos meandros duma filosofia «que se limita a definir e a caracterizar atitudes sem tomar em consideração os seus desígnios, a sua intencionalidade concreta», e, assim, definir a luta que travou no sentido de estabelecer, com os factos da sua experiência e a realidade da sua existência, a verdadeira filosofia que o levou ao esclarecimento do que «vulgarmente se denomina por *existência de Deus* e *imortalidade da alma*», segundo o juízo estabelecido, a seu respeito, por Régis Jolivet, da Faculdade de Filosofia Católica de Lião.

Em Gabriel Marcel, do qual não nos compete, aqui, traçar uma biografia intelectual, encontramos o crítico irreverente contra todos os sistemas absolutos, o escritor do pensamento largo e incisivo, o filósofo de mentalidade segura e pujante de Cristianismo e beleza espiritual.

Por isso, a sua palavra, escutada com atenção, impressionou vivamente todos os que se deliciaram em assistir à sua conferência.

A homenagem, em Coimbra, ao Sr. António Maria Santos da Cunha

Quiseram os Bracarenses residentes em Coimbra tributar ao Presidente da Câmara Municipal de Braga, Sr. António Maria Santos da Cunha, uma homenagem que testemunhasse ao laborioso e dinâmico homem público todo o sentimento de gratidão e reconhecimento pelo muito e grandioso que vem efectuando no renovamento espiritual e material de Braga, cidade que se tornou tão imensa como imensa tem sido a dedicação e o amor com que tem gerido e orientado toda uma acção política, louvada, com justiça, por todos os Portugueses.

A esse momento de solidariedade e consagração uniram-se ilustres personalidades, como os Profs. Drs. Elísio de Moura, Novais e Sousa, Providência e Costa, e Guilherme Braga da Cruz, e os Assistentes Drs. Sebastião Cruz e Avelino de Jesus da Costa e ainda o Dr. José Feio Soares de Azevedo, a cargo de que esteve tão simbólica iniciativa.

A manifestação sensibilizou bastante o homenageado, que foi recebido em Santa Clara, no dia 15 de Maio.

A obra realizada por António Santos da Cunha, é por todos os Bracarenses sentida e compreendida, Bracarenses que, em outras cidades onde vivem, impõem por toda a Nação o eco clamoroso da sua fidelidade ao Bracarense que tanto tem feito e realizado pela Cidade a que tanto se tem devotado.

A visita do Subsecretário da Assistência Social

Esteve em Braga durante os dias 23 e 24 de Maio o Sr. Subsecretário da Assistência Social, Dr. José Gonçalves de Melo e Castro, ilustre Membro do Governo que, no problema da Assistência, tem marcado personalidade de grande espírito realizador.

Recebido nos Paços do Concelho ali se realizou, num momento de entusiástica manifestação popular, a sessão de boas vindas, cuja Mesa de Honra, presidida pelo ilustre visitante, foi constituída pelos Srs. Governador Civil, Presidente da Câmara, Cónego Mouta Reis, em representação do Senhor Arcebispo Primaz, Coronel Alcobia Veloso, Drs. Felicíssimo Campos, Araújo Malheiro, Francisco Pessoa Monteiro e Elísio Pimenta.

O Sr. Presidente da Câmara saudou o Sr. Subsecretário da Assistência Social, pronunciando um discurso no qual se revelaram os altos princípios que definiram tão singular jornada que Braga se propôs viver com a presença do Dr. Melo e Castro. O Sr. Presidente da Câmara, doutrinando e expondo com clareza, realçou o que de meritório se está fazendo em prol da Assistência, referindo-se de maneira especial ao que em Braga se tem levado a efeito.

S. Ex.ª visitou o Hospital de S. Marcos onde, no Salão Nobre, se efectuou uma sessão solene para encerramento nacional da Semana da Tuberculose, assunto que foi o tema do discurso do Dr. Melo e Castro. As inaugurações do Abrigo de Nossa Senhora da Misericórdia, em S. Jerónimo de Real, que soube receber com distinção o Subsecretário da Assistência, do Externato da Creche e de cinquenta casas no Bairro da Misericórdia e a visita ao Patronato de Nossa Senhora da Torre foram os actos que trouxeram o Dr. Melo e Castro à «Bracara Augusta, cujos interesses hão-de manter-se na minha breve ou longa vida política», como afirmou.

Conferência do Prof. Doutor Moreira de Sá sobre Pedro Hispano

O Prof. Doutor Moreira de Sá, da Universidade de Lisboa, pronunciou, no dia 7 de Junho, uma notável conferência sobre Pedro Hispano, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Foi um grandioso momento esse, que representou de análise e estudo de uma das mais egrégias personalidades filosóficas.

A magnífica conferência do distinto professor em redor de Pedro Hispano, foi assim sintetizada pelo jornal «Correio do Minho»:

«O Prof. Doutor Artur Moreira de Sá, ocupando-se de Pedro Hispano, referiu-se ao seu nascimento em Lisboa por 1210 e aos estudos que este efectuou na escola junto da Catedral daquela cidade e na Universidade de Paris.

Tendo ido, em 1245, ensinar medicina em Siena, regressou a Portugal em fins de 1249, princípios de 1250, tendo sido deão e mestre das escolas que funcionaram junto da Catedral de Lisboa. Seguidamente o conferente mostrou porque devia ter escrito nessa altura, em Portugal, as Sumulae Logicales. *Depois filiou nas relações mantidas em Paris com o Conde de Bolonha e seu séquito, e os nobres e eclesiásticos que ocuparam lugares de alta importância em Guimarães e Braga, a razão de logo após ter chegado a Portugal ter sido nomeado arcebispo de Vermoim; ter assistido às Cortes de Guimarães de 1250 na qualidade de respondente em nome do Rei; de ter intervindo, nas Cortes de Leiria de 1254, nos assuntos relativos a Guimarães como seu procurador; de ter sido apresentado em 1257 para prior da Igreja de Santa Maria de Guimarães, cargo de que só tomou posse, devido a várias circunstâncias, em 1273, mas por procuração; de assinar, em 1258, vários actos régios expedidos de Guimarães, como os forais de Chaves, Aguiar da Beira e Viana.*

Em seguida chamou a atenção para o facto de ter sido eleito arcebispo de Braga, em 1272, por unânime acordo do Cabido, cargo que não foi confirmado por, no Concílio de Lyon de 1273, ser nomeado cardial-arcebispo de Tusculum. Mas os laços que o prendiam a Braga foram evidenciados na carta que escreveu aos Oficiais dessa cidade, não se esquecendo de referir à deferência que tinham tido para com ele elegendo-o arcebispo de Braga.

Pouco depois (13 de Setembro de 1276) foi eleito Papa, adoptando o nome de João XXI, mas pouco depois, morria vítima de desastre.

O orador chamou a atenção para a multiplice actividade de Pedro Hispano escrevendo mais de 36 trabalhos sobre medicina, zoologia, teologia, filosofia, lógica, psicologia e matemática.

Desta multiplice actividade, referiu-se particularmente aos trabalhos de lógica, às Sumulae Logicales, *de que há mais de 200 edições e foram livro de texto obrigatório nas Universidades europeias dos séculos XIV a XVIII.*

Depois de explicar a razão deste sucesso, mostrou o valor actual das Sumulae Logicales *em especial naquilo que pre-anunciou a lógica moderna, de acordo com os trabalhos de Scholz, Lukazievics, Boehner, Moody, Mullaly e Clark.*

Referiu também que històricamente Pedro Hispano antecedeu Rogério Bacon na estruturação do método experimental e em mostrar o valor da via experimentia-liada à via rationis *na elaboração da ciência.*

Chamou também a atenção para o facto de Pedro Hispano ter intervindo, como

Papa, na crise que afligia a Universidade de Paris em 1277, em especial com as duas bulas contra os professores da Faculdades de Artes e de Teologia, em que procurou defender a pureza da filosofia e da teologia.

E para terminar mostrou em que medida alguns dos livros de Pedro Hispano devem ser considerados, sob o ponto de vista sistemático, como os melhores da época da Escolástica (Grabmann) e como os primeiros livros de Psicologia Fisiológica, neste sentido percursor de Wundt, Watsan, Cole, etc.

Dado o seu valor como filósofo e cientista, Pedro Hispano merece ser considerado como um dos maiores filósofos europeus. Daqui a grande honra para Braga e seu distrito, que Pedro Hispano, até hoje o único papa português, tenha o seu nome tão estreitamente ligado ao seu arcebispado, à diocese bracarense e a Guimarães.»

Atingiu notável expressão o trabalho do Prof. Doutor Moreira de Sá. Notável expressão pela clareza de análise, substância literária e conhecimento profundo de factos que só uma capacidade erudita como é o Prof. Doutor Moreira de Sá poderia arrancar das páginas doiradas da história para a luz que incendeia o horizonte intelectual dos nossos dias.

O ilustre conferente foi apresentado pelo Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto que, uma vez mais, defendeu e pôs em relevo, os cintilantes pergaminhos intelectuais de Braga, como se pode analisar pelo trabalho que apresentou:

«Entramos no VI Ciclo de conferências que o Município bracarense, precisamente há meia dúzia de anos, iniciou, aureolando esta Sala Nobre com os fulgores de uma teoria de nomes celebrados da contemporânea intelectualidade portuguesa e até hispânica. Melhor: da Hispânia atlântica — Portugal e Galiza «que o mesmo Oceano abraça longamente», na expressão feliz de Teixeira Pascoais.

Efectivamente aqui têm vindo os representative men *do Ocidente da Península, zona individualizada no mapa cultural da Romanidade, não só pela Língua e Literatura, mas também pelo Pensamento, pela Filosofia.*

Braga, através destas conferências, vinca a responsabilidade histórica e espiritual que lhe compete e não engeita como um dos focos capitais dessa brilhante individualidade etnológica galaico-lusitana.

Ao longo dos tempos é larário de cultura e marca épocas soberanas de humanismo e espiritualidade.

Daqui, nos alvores da Meia Idade, saiu Paulo Orósio, o primeiro filósofo da história na linha de Bossuet e Hegel; de Braga irradiou S. Martinho Dumiense, sol deslumbrante duma primeira Renascença galaica, no período suévico, bárbaro, mas fecundo.

Mil anos após, na época de esplendor dos Arcebispos renascentistas, em Braga prelecionaria Clenardo e de Braga partiria Francisco Sanches, antecipador da filosofia moderna, aluno dos jesuítas.

Quer Paulo Orósio, quer S. Martinho, quer Francisco Sanches enchem e enriquecem a Galécia inteira. A vida ou nascença os bracarizaram e Braga ufana-se com a sua memória para estímulo de novos sulcos e primazias na via do Espírito.

Portanto, não há a estranhar que hoje um dos mais ilustres nomes das Letras portuguesas nos venha falar de outro filósofo, de outro luminar no céu do Pensamento, intimamente ligado a Braga e à Galiza antiga, de que Braga era a capital — Pedro

Hispano Portugalense «o maior lógico e psicologista do século XIII», no dizer de George Sarton.

Se nasceu em Lisboa, na urbe doirada do Tejo, daqui reconquistada, pois d'Entre-Douro-e-Minho saíram os cavaleiros cobertos de ferro, as lanças faiscantes, os bispos guerreiros, as cruzes procissionais, os estandartes e as flâmulas que a haviam de cristianizar, para se constituir gloriosa cabeça do mundo transoceânico e transcontinental português, — se em Lisboa nasceu, no centro da Galiza leonesa estudou — Petrus Compostelanus, — no centro da Galiza lusíada alcançou altas dignidades eclesiásticas — Petrus Ispanus arcediago da Sé de Braga, Petrus Julianus eleito pelo capítulo bracarense para o episcopado primacial das Espanhas. Inspiradamente os nossos cónegos antecederam o Sacro Colégio que o há-de escolher para supremo gerarca da Cristandade.

Certo é que a ascensão ao cardinalato não permitiu que Pedro Hispano tomasse conta efectiva ou fosse confirmado para a mitra de Braga. Mas o facto de ter sido eleito pelo cabido, indica insufismàvelmente a estima particular que lhe votava esta cidade (e não se estima quem se não conhece), e, o que é mais, como já uma vez sublinhei, o próprio Pedro Hispano estimaria em muito essa eleição, pois, como eleito de Braga, *firma uma carta escrita de Perusa, já quando era cardial de Tusculum.*

Ora, exactamente, sobre o eleito de Braga Pedro Hispano «um grande filósofo europeu que ocupou a cadeira de S. Pedro», escutaremos um dos seus mais autorizados biógrafos e críticos da actualidade: — o Senhor Prof. Doutor Moreira de Sá.

Desvanecidamente o recebemos nesta casa; atentamente seguiremos a sua lição.

Em nome da Câmara e do seu ilustre Presidente, expresso-lhe as nossas mais gratas e efusivas homenagens.

Ao venerando Prelado, que nos honra com a alta distinção da sua presidência, cabe-me igualmente manifestar-lhe o preito do nosso agradecimento.

Com íntima emoção julgo ver a sua nobre figura alongar-se e projectar-se num imenso baixo relevo de grandes batalhas por Deus e pela Pátria, animado de báculos, resplandescente de mitras, o friso glorioso dos príncipes da Igreja Primacial de Braga.

Em primeiro plano, Sua Excelência Reverendíssima, esmaltado de egrégias virtudes, é símbolo vivo dessa onda esplendente de bispos e arcebispos da augusta metrópole portuguesa, a que nos orgulhamos de pertencer.

Queira a Grandeza do Senhor de Braga e Arcebispo Primaz das Espanhas receber os protestos da nossa ternura filial.

Senhoras e Senhores:

O meu ofício preliminar não é evidentemente o de apresentador. Não se apresenta ao escol de Braga, à graduada assembleia, um vulto destacado na República das Letras e que na esfera da historiografia cultural, já altíssimos serviços tem prestado à nossa terra.

Não se apresenta; agradece-se simplesmente e recebe-se com palmas e louvores.

Professor da Universidade de Lisboa, lídima representante, conjuntamente com a de Coimbra, daquele Estudo Geral que o nosso D. Diniz fundou, talvez por longínqua sugestão de Pedro Hispano, quando Sumo Pontífice, impulsionador da Cultura, como alvitra o Senhor Doutor Moreira de Sá, na sua pessoa, a Câmara de Braga saúda respeitosamente o Colégio Doutoral ulissiponense, lembrando a magnífica embaixada que ainda há pouco nos mandou ao I Congresso Nacional de Filosofia.

O Senhor Doutor Moreira de Sá tem marcado com brilho singular a sua presença na historiagrafia e na crítica da filosofia portuguesa e no campo positivo da psicologia científica.

As suas produções refulgem no terreno da investigação e do amanho da ciência e do pensamento, não com irradiações exteriores, meramente formais, mas com o brilho íntimo dos valores que encerra, em labor intelectual, sempre positivo, sempre sério, sempre grave. A gravidadde do seu afã é o timbre da sua personalidade científica.

Não irei particularizar as suas obras. Mas não seria justo se não vitoriasse aqui (na Domus Municipalis Bracarensis*) o autor dos trabalhos mais exaustivos sobre Francisco Sanches. Neste capítulo devemos ao Doutor Moreira de Sá, além de crítica apurada, muitas descobertas, muitos resultados e conclusões definitivas.*

Verdadeiro monumento sanchesiano são os dois volumes que em 1946 dedicou ao famoso autor do Quod Nihil Scitur *em que sobressai a mais perfeita serenidade crítica e o seu admirável pendor erudito, vertendo uma cornucópia de sábias anotações e documentos inéditos.*

Na bibliografia sanchesiana, o Senhor Prof. Moreira de Sá ocupa um lugar principalíssimo. No mesmo ano publicou o documento doutoral de Sanches passado pela Universidade de Monpilher, onde se declara que o filósofo é de Braga — Bracarensem — *no lugar próprio em que devera aparecer a sua naturalidade estricta.*

Em 1951, vem ao Congresso do IV Centenário do Nascimento de Francisco Sanches e dá-nos mais uma achega de valor para o conhecimento das ideias do aluno de Braga e mestre de Tolosa — Francisco Sanches e a Psicologia Moderna —, *revelando-nos o que nele há de novo e actual na consideração da fenomenologia do comportamento.*

Ainda em 1951 publica o Carmen de Cometa, *obra de Sanches que se presumia perdida, depois da destruição pela guerra das duas bibliotecas europeias onde se guardava — as sempre choradas bibliotecas alemãs de Breslau e de Munique. O Doutor Moreira de Sá encontrou um exemplar na Universidade de Haward, reedita-o, com tradução portuguesa e precede o texto bilingue de uma eruditíssima introdução. A consagrada* Revista de Filosofia, *de Madrid, homenageando o aparecimento desta obra, comenta: «Tanto pela forma de apresentar e anotar o texto, como pela introdução e os complementos bibliográficos que o acompanham, reputamos esta edição* modelar *entre as da sua classe».*

No presente ano, o Senhor Doutor Moreira de Sá oferece à Cultura Nacional o primeiro volume dos Tratados Filosóficos, *de Francisco Sanches, benemerência científica que nunca pode esquecer.*

Colaborou ainda, de maneira fundamental, no I Congresso Nacional de Filosofia, iniciativa da jovem mas já famosa Faculdade Pontifícia de Braga. Na sessão de Encerramento apresentou-nos uma luminosa tese acerca da Raiz e projecção do pensamento de Francisco Sanches. *Revelou-nos factos novos que nos certificam apoditicamente tem sido o* Quod Nihil Scitur *fonte principal do pensamento cartesiano.*

Extensa e intensa, e a actividade cultural do Senhor Doutor Moreira de Sá. Não peco por excesso se afirmar que ele é a alma, a vida, a origem das notabilíssimas produções do Centro de Estudos de Psicologia e História da Filosofia, do Instituto de Alta Cultura.

Por sua iniciativa saíram os dois volumes da Rópica Pnefma *de João de Barros, e o* Colírio da Fé contra as heresias, *de Frei Álvaro Pais.*

Por sua iniciativa ainda, o Instituto de Alta Cultura editou, além do Carmen de Cometa *e dos* Tratados Filosóficos de Sanches, *o* Do Governo da República pelo Rei, *de Diogo Lopes Ribeiro. Acerca desta última edição — livro indispensável para o estudo das nossas instituições tradicionais, que Marcelo Caetano particularmente louvou — apraz-me transcrever o que disse o nosso eminente compatrício Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz: «Organizar uma nova edição do trabalho de Lopes Rebelo, de modo a divulgá-lo e torná-lo conhecido dos estudiosos, é só por si, facto digno dos maiores encómios. Mas o Doutor Moreira de Sá não se limitou a essa tarefa. Fez preceder a publicação de um excelente estudo crítico; e fez acompanhar de preciosas notas a reprodução do texto... Se toda a introdução... constitui um excelente estudo, largamente documentado e recheado de notas eruditas, é, precisamente nesta parte — e talvez como consequência da maior dificuldade do tema — que mais se exterioriza o seu real merecimento e a sua consagrada competência nesta matéria».*

Muitos outros trabalhos se poderiam aqui recordar desde Precursores de Descartes *à* Psicologia animal e o seu valor; *desde Álvaro Gomes,* Tratado da Perfeição da Alma *à* Contribuição dos Portugueses para o Desenvolvimento Científico do Brasil *— conferência proferida em Nova Iorque, por altura do 449.º Aniversário do descobrimento cabralino —; desde os primorosos estudos sobre Pedro Hispano à* Contribuição Portuguesa para o Conhecimento Científico *— conferência pronunciada em Santiago de Compostela a convite da sua Universidade; desde os valiosos estudos de Psicologia aplicada aos não menos apreciáveis estudos consagrados ao Infante D. Pedro.*

Sempre cintilações de saber e revelações documentais; sempre rigor, exactidão científica; sempre descortinamento e amor da verdade.

Pedro Hispano «um dos maiores prodígios do seu tempo» como observa Artau, cantado por Afonso X, o Sábio, glorificado por Dante, vulto proeminente da Idade Média, que domina na teologia, na filosofia, na ciência, por três séculos, como mestre e modelo, orientador da Escolástica e criador do seu método; adail do experimentalismo científico, antes de Bacon, Galileu ou Leonardo de Vinci, como o demonstra o Doutor Moreira de Sá, — bem é que, ao abrir-se o VI Ciclo de conferências, seja memorado, sirva de tema a uma lição que antevemos magnífica.

Senhoras e Senhores:

Impunha-se à Câmara Municipal de Braga aproveitar o momento para publicar a sua gratidão ao Senhor Doutor Moreira de Sá pelo facto de ter acedido, ainda há poucos dias, a dirigir, com o Professor Miranda e Barbosa da Universidade de Coimbra, a edição crítica portuguesa das Obras martinianas. Há tempo, a prestigiosa revista Bíblos *da Faculdade de Letras de Coimbra dizia que tal iniciativa da Câmara de Braga (anunciada pelo seu ilustre Presidente em sessão plenária do famoso Congressso) era «edificante exemplo de protecção e amor à cultura».*

Embora a edição não possa sair do prelo em 1956 — ano comemorativo da sagração episcopal do grande Martinho em Dume — tão árduo é o trabalho, será para nós consolador saber que dois sábios professores portugueses, nesse ano festivo, jubilar, dedicam suas canseiras ao progresso dos estudos martinianos, para prestígio da cultura nacional e glória de Braga.

Mas, no ano áureo de 1956, em que a urbe augusta de novo afirmará a pujança e viveza das suas tradições num II Congresso de Bracaridade ou de Fastos Minhotos,

a evocar eventos extraordinários — o XV Centenário da morte do Requiário de Braga, o primeiro rei católico da Europa; o XIV Centenário do Episcopado dumiense de S. Martinho; o XIII Centenário da chegada de S. Frutuoso, — nesse ano de glorificações regionais, não será esquecido Pedro Hispano.

Em 1956 completam-se 68 décadas sobre o dia glorioso da coroação, como Pontífice Romano, de Petrus Yspanus, Arcediago de Braga e Prior da Colegiada de Guimarães.

Senhor Presidente do Município Vimaranense:

Em nome dos meus colegas da Edilidade braguesa, agradeço-lhe a fidalguia da sua presença. Guimarães, tão perto de Braga, anda particularmente ligada à memória de Pedro Hispano. Na obscura biografia de João XXI, entre 1250 e 1258, em que se demarca a sua estadia em Portugal, documentalmente, quase sempre o encontramos em Guimarães, e sempre como Arcediago de Braga. Portanto, em 1956, Bracarenses e Vimaranenses de novo se unirão a reviver fastos comuns. E o Senhor Doutor Moreira de Sá, novamente terá de vir até ao Minho para nos expor as últimas contribuições do seu talento para a actualização da luminosa figura do autor das Sumulas Logicais.

Dada a bem elaborada hipótese, do Senhor Doutor Moreira de Sá, das célebres Sumulas *terem sido redigidas em Portugal, antes de 1253, Braga e Guimarães não serão porventura alheias à composição original do famosíssimo tratado que dominou as universidades e as inteligências durante meio milénio.*

Não há ainda uma edição portuguesa das obras de Pedro Hispano. Ela estará, todavia, na forja benemérita do Centro de Estudos de Psicologia e História da Filosofia (o mesmo é dizer, do labor infatigável do Senhor Prof. Moreira de Sá).

E já agora, para terminar, seja-me perdoada a vaidade braguesa de lembrar que se o Tesouro dos Pobres — Thesaurus pauperum — *é da autoria de Pedro Hispano, como a tradição afirma e a investigação hodierna confirma, a sua única tradução portuguesa foi editada em Braga, em 1613, feita por Frutuoso Lourenço Basto, sob o título de* Compêndio de muitos e vários remédios de cirurgia e doutras cousas curiosas. Recopilado do Tesouro dos pobres e doutros graves autores.

Senhoras e Senhores:

Conferência de tema tão sugestivo e conferente de valor tão assinalado para a proferir exigem que não demore na introdução.

Limitei-me a afastar a tapeçaria para dar passagem ao Senhor Prof. Doutor Moreira de Sá».

Sua Excelência Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz que tem exercido um valiosíssimo papel no campo intelectual bracarense, no qual a sua figura augusta e espiritual é por todos venerada e acolhida, dignando-se presidir a tão alto preito a Pedro Hispano, pronunciou a seguinte oração de encerramento, na qual podemos beber todo o fulgor dum espírito e toda a majestade duma inteligência que se elevou a Deus para melhor falar e dizer das acções dos homens:

Oração de encerramento pronunciada por Sua Ex.a Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz:

«Está em uso encerrar-se estas solenes e brilhantes sessões com chave de ouro. O presidente, porém, da presente, a quem cabe a tarefa de encerrá-la, é o elo duma

longa cadeia de Prelados ilustres que governaram a Diocese com suma dedicação e zelo incansável, mas que, ainda que lhe deixaram o riquíssimo tesouro das suas virtudes, já não puderam transmitir-lhe a herança que houveram das chaves nem a preciosa matéria do ouro com que as puderam ao longo dos séculos fabricar.

Recordando o findar deste período da história bracarense, um ilustrado autor, que deixou escritos os fastos dos seus Arcebispos, ao terminar os do Príncipe Arcebispo D. Gaspar de Bragança, observa comovido: «Causa saudade recordar esta época da Igreja bracarense: era a época da cruz de ouro; *mas também devemos lembrar-nos de que foi a* Cruz de pau *que salvou o mundo».*

Tem, pois, de ser encerrada a sessão com palavras simples, descoloridas e desataviadas, bem que sinceras, de congratualação com os munícipes bracarenses, pela escolha que souberam fazer da sua Câmara, a quem foi confiada em boa hora a guarda e o uso das chaves da sua cidade e os cuidados da administração do Município, porque aos muitos benefícios com que tem enriquecido a comunidade, temos de acrescentar mais este, de converter também estas cadeiras em cátedra de altos estudos, que se estendem a tudo o que é objecto do saber humano, cátedra universitária, por onde vão passando os maiores valores da intelectualidade nacional e são versados a fundo assuntos de primacial interesse para a vida espiritual e moral desta terra.

Pareceria que o problema da Universidade bracarense, que temos visto, uma vez ou outra, aflorar ao bico da pena dos nossos distintos escritores, caminha assim para a sua natural solução. E por outro lado, quanto mais se progredir no conhecimento e vulgarização da história gloriosa desta antiquíssima e veneranda metrópole eclesiástica, tanto menos pensarão as pessoas menos lidas na sua história em a desmembrar e lhe diminuir o prestígio.

São pois de aplauso à nossa respeitável e benquista Edilidade e de parabéns aos munícipes as primeiras palavras deste último testemunho de louvor, prestado, no encerramento desta Sessão, àquela que detém, há 165 anos, as chaves da Cidade e que sabe bem usá-las com honra, como o fizeram geralmente as administrações de antanho, e até com manifesta fidalguia quando se torna conveniente cedê-las, por momentâneo empréstimo, ao seu antigo detentor, para imprimir especial colorido a cerimónias que honram hóspedes amigos e enobrecem o nome desta augusta e hospitaleira Cidade.

Mas, entre os Edis, é justo que, sem desprimor para nenhum e muito menos para o Presidente de todos, se destaque o erudito, o culto, o dedicado Vereador do Pelouro da Cultura, historiador que se não dá por satisfeito senão quando, revolvendo papéis e mais papéis, encontra a chave dos enigmas da história da sua terra e a última explicação dos acontecimentos, estilista que até quando instrui a mente deleita o coração com o encanto da sua palavra, amigo da sua terra a ponto de não consentir que continue incompleta a galeria dos seus varões ilustres e de se afadigar por desenterrar do olvido e limpar do pó dos séculos as figuras mais salientes que a possam completar. Para o ilustre e ilustrado Vereador do Pelouro da Cultura, que tão lindas coisas nos disse dos Arcebispos de Braga, o nosso vivo reconhecimento.

No limiar da sua Catedral de Milão, Santo Ambrósio saudava desta maneira as relíquias dum insigne Mártir que ali descansava na paz do sepulcro e o Santo Bispo tinha sempre presente ao seu coração: «Quam bonum est ut videaris: iusti sanat aspectus»: «Quanto me alegra ver-te aqui: a simples presença do justo é saudável medicina para o coração».

Ouvimos enlevados a lição magistral do insigne orador e mestre abalizado da

Universidade Clássica de Lisboa, que nos apresentou, como que vivamente retratada diante dos nossos olhos, uma das figuras mais interessantes de sábio mundial ligada à história da vetusta Diocese Bracarense. Tínhamos não há muito escutado a sua palavra erudita e decisiva sobre um outro varão ilustre que à história de Braga pertence pelo nascimento espiritual e na história dos alvores do pensamento filosófico moderno ocupa um lugar de inconfundível relevo.

Braga, a Braga católica, pela boca do seu Arcebispo, herdeiro do património espiritual que Pedro Hispano ajudou a angariar, agradece a Vossa Excelência, Senhor Professor Moreira de Sá, o ter-nos permitido contemplar, através da erudita e diáfana linguagem com que a soube revestir, essa figura imponente de varão justo, cuja presença nos é sumamente grata e cujo talento e virtudes constituem estímulo de vida mais alta e modelo para o seu humilde sucessor. Muito obrigado.»

Constituição da Mesa que presidiu à Conferência:

Constituída a Mesa, assumiu a presidência Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz, ladeado pelos srs. Governador Civil, Presidente da Câmara Municipal de Braga, Presidente da Junta de Província, Comandante Militar, Presidente da Câmara de Guimarães, Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, Prof. Dr. Moreira de Sá e Dr. Sérgio da Silva Pinto.

Em lugares de honra, o vice-presidente da Câmara sr. dr. José Maria Ferreira de Araújo e os vereadores srs. José Maria Rodrigues, Carlos Brandão, dr. Olindo Casal Pelayo e eng.º Magalhães Salgado.

O Centenário do Nascimento de Fernando de Sousa

No dia 18 de Junho comemorou-se o Centenário do Nascimento do Conselheiro Fernando de Sousa, inesquecível e valorosa figura de jornalista e escritor esclarecido e batalhador na defesa dos mais nobres princípios.

Impunha-se, nos tempos de hoje, rememorar a figura que foi, no seu tempo, paradigma do intelectual que serviu denodadamente a grande causa do bom e útil jornalismo. A homenagem que se lhe rendeu dilatou-se enormemente no seu significado e alcance nacional, por ser Braga o altar de consagração escolhido para tal fim, dado que Fernando de Sousa tinha por esta cidade a maior das devoções, que o punha objectivamente em contacto, inspirando-o e couraçando-o, com os fiéis princípios por que lutou, contra convicções que, no ciclo histórico da sua existência, tentaram obstruir o prosseguimento da tradição histórico-religiosa de Portugal. Os intelectuais, os políticos, os jornalistas católicos, os homens de bem postos ao serviço do Bem deviam a Fernando de Sousa uma saudação, uma atitude que imprimisse nas gerações presentes a grandeza do seu carácter e a beleza das suas virtudes de Português convicto.

Os actos comemorativos iniciaram-se por uma Missa celebrada no Templo dos Congregados pelo Rev. Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, Magnífico Reitor da Faculdade de Filosofia que, na homilia, abeirando-se delicadamente da presença espiritual de Fernando de Sousa, disse: «Perante tal figura de homem, de católico e português,

Braga tinha de estar presente: Braga, a cidade da Tradição e da Fé Católica, Braga a cidade Santa da Revolução Nacional».

Nos Paços do Conselho, numa sessão presidida pelo Sr. Governador Civil, — em cuja mesa de Honra se fez acompanhar pelos Srs. Presidente da Câmara, Cónego Mouta Reis, Dr. Felicíssimo Campos, Capitão Orlando Ferreira, Pedro Correia Marques e Dr. Manuel Múrias, respectivamente Directores de «A Voz» e «Diário da Manhã»; Alfredo Gandara, Presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas e Manuel Araújo — diversos oradores enalteceram, a nobre personalidade de Fernando de Sousa.

Para tal deixarmos gravado nestas páginas, vamos publicar, na íntegra, o discurso proferido pelo Sr. António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara:

«O eminente Prof. Doutor Marcello Caetano, em artigo publicado nas colunas de «A Voz» a propósito do Centenário do Nascimento de Fernando de Sousa, escreveu: «Muito boa gente seguiu, então, os conselhos da prudência, abstendo-se de manifestar abertamente a sua fé, e optando pela forma cómoda de manipular convicções a seu geito: Eu cá tenho a minha religião. *E com justificado orgulho concluiu:* Não foi esse o caso de meu pai.

Também eu, orgulhosamente, posso afirmar: não foi esse o caso de meu pai. *Vivi, pois, como poucos e bem cedo o combate pelas boas ideias, o reagir contra o maçonismo que, servindo-se de todos os meios, atacou impiedosamente o Trono e o Altar. Cedo, pois, me habituei a venerar a figura do Conselheiro Fernando de Sousa, sempre fiel à trilogia: Deus, Pátria e Rei.*

Ex.mo Senhor Governador Civil:

O respeito de que, a mais que um título, sou devedor a V. Ex.ª impede-me de mutilar ou deformar a frase que acabo de dizer. A verdade deve ser sempre a verdade.

Mas, acima de tudo, eu não o poderia fazer porque seria faltar ao respeito devido ao grande batalhador e ao grupo de bons portugueses — que vivem na minha saudade e não poderei evocar sem emoção — que todos os dias se reuniam no estabelecimento comercial de meu pai, discutindo os tristes acontecimentos políticos da época e apresentando-se para intervir nos mesmos, dentro da limitada margem que a demagogia imperante deixara aos homens de bem.

Esse punhado de bons portugueses, cujos anseios eu, pobre criança, vibrantemente sentia, eram também — como os companheiros de meu pai e do Prof. Marcello Caetano, na Juventude Católica de Lisboa — visitados pelo Conselheiro Fernando de Sousa. Não era a sua presença física que os animava ao bom combate, mas o seu jornal que todos os dias era religiosamente esperado e lido com fervorosa atenção.

Que admira, pois, que pela memória do grande «Nemo», eu mantenha um vivo culto. Não é verdade que «casa de pais, escola de filhos?»

No período negro que a Revolução do 28 de Maio encerrou, foram as famílias portuguesas de todas as classes, que mantiveram acesa a chama do ideal português.

Na verdade, perante a apagada e vil tristeza dos tempos, numerosas famílias continuaram a considerar as velhas tradições nacionais como base da educação dos seus filhos e, mais do que isso, a espalhar em seu redor a sua semente. E foi assim que foi possível manter o fermento que mais tarde, levedando, criou os magníficos frutos que hoje colhemos.

À «A Época» e depois à «A Voz» competiu a missão de congregar essas células de reacção. Fernando de Sousa era o velho patriarca das famílias tradicionalistas

de Portugal, o seu jornal o clarim que tocava a unir e a sua vida, como afirmou Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa, «a vida de um guia e mestre de muitos que aprenderam com ele que ser cristão obriga a dar testemunho de Cristo na vida particular e pública».

Por que assim foi, pôde o nosso Venerando Arcebispo Primaz escrever agora, a propósito do centenário do nascimento do grande jornalista: «Sua vigorosa e persuasiva palavra, sua brilhante e fecunda pena, sua larga influência e prestígio social, manobrados com generosidade e grandeza de ânimo, andavam sempre aliados, na sua mente e durante a sua vida, ao serviço apaixonado das grandes causas da Igreja e da Pátria, de quem foi benemérito e por quem se bateu com ânimo varonil até à morte».

Pretender escrever a história do País dos últimos anos sem inscrever o nome de Fernando de Sousa à cabeça dos mestres e percursores da Revolução Nacional, será ofender a Justiça.

Prestemos-lhe, pois, justa homenagem para que o seu exemplo frutifique, e, nesta hora em que os direitos de Deus são atacados em tantas latitudes, possa a sua figura servir de modelo aos que tenham que combater, se combater for necessário. Levantemos, mas depressa, o monumento que lhe é devido numa das praças da Capital do Império.

Meus Senhores:

Eu não falei aqui como Presidente do Município, porque se o fizera muito teria que dizer sobre a acção jornalística e profissional de Fernando de Sousa em defesa dos interesses da nossa terra. A outro, seu dedicado amigo e colaborador, competirá a tarefa.

Eu não pretendi fazer o elogio de Fernando de Sousa, missão de que se vai desempenhar Manuel Múrias, um dos nomes que iluminou, com o brilho da sua inteligência e da sua fé ardente, o seu jornal que, graças a Deus a mão firme de Correia Marques continua com a devoção de quem mais do que ninguém serviu o pensamento do grande «Nemo».

Eu quis, apenas, meus senhores, afirmar a minha gratidão para com Fernando de Sousa e a admirável equipa que comandava.

Por que não é uma referência a Alfredo Pimenta, cujo lugar de polícia das ideias ainda não se vislumbra quem venha a ocupar na vida portuguesa e através da sua «Tribuna Livre» tanto contribuiu para a minha formação ideológica?

Fernando de Sousa continua vivo no Céu, onde por certo os seus méritos tiveram o devido prémio e vive no coração dos seus discípulos de que quero ser um dos mais humildes, mas também dos mais fervorosos.»

Inauguração do Novo Quartel de Infantaria 8

Revestiu-se de grande significado político e citadino a inauguração, em 24 de Junho, das modernas instalações do Quartel de Infantaria 8.

O novo Quartel é mais uma grande obra levada a efeito por impulsionadores que uma vez mais afirmaram a esclarecida ideia de que estamos em plena revolução construtiva, a que uma inteligência elevada superintende.

Três membros do Governo estiveram presentes: os senhores Ministros da Defesa Nacional e das Obras Públicas e Subsecretário de Estado do Exército. Braga,

em vibrante paisagem de cor e festa sanjoanina, mais alegre e colorida se tornou para os receber.

A magnificente sessão solene, efectuada na «Casa do Soldado», e à qual presidiu o Snr. Ministro da Defesa Nacional, notabilizou-se pelas palavras eloquentes que se pronunciaram em louvor duma Obra que é a consequente realização dum manifesto político de grande alcance na forma e preparação do soldado português — do cidadão duma lusitanidade que cresce e se valoriza no caminhar sereno da sua epopeia histórica, que lhe enche o coração e lhe arrebata a alma!

Inauguração do Monumento de Homenagem aos Irmãos Roby

O que a seguir vamos anotar liga-se, de certo modo, ao que acima se escreveu sobre a inauguração do Novo Quartel. De novo a Pátria e os seus soldados heróicos estão perante os nossos olhos, e nunca será demais tributar-lhes rendida homenagem, seja no alevantar de edifícios, seja no descerrar de símbolos que perpetuem no presente — silhueta obnubilada do futuro — os santos e os heróis que por efeitos gloriosos transcenderam uma condição humana, oferecendo a força e a riqueza da sua juventude, o sangue e a vida em holocausto por sua terra, por seu lar — por sua Pátria.

O Monumento que, em 3 de Julho, se descerrou na Avenida Central — com os ramos das tílias a quererem-no beijar e no centro de flores que lhe atapetam a base — de homenagem aos Irmãos João e Sebastião Roby, cujos feitos em terras, onde o sangue português deixou para todo o sempre o poder do seu génio civilizador, a História gloriosamente nos descreve — é, acima de tudo e para além do significado que traduz, o altissonante testemunho dum Município sempre pronto a prestar homenagem, ou elevando-as com a sua presença ou participação, aos Portugueses que honraram Portugal — e que a Providência quis que nascessem nesta Augusta Cidade de Braga.

A solenidade da inauguração do Monumento foi antecedida por uma Missa celebrada no Templo dos Congregados pelo Rev. Cónego Martins Gonçalves, seguindo-se, então, na Avenida Central, com imponência e brilho, o acto de consagração aos Irmãos Roby, o qual constituiu um cerimonial tocante e rendilhado de emoção.

Assistiram aos actos o Sr. Comandante Sarmento Rodrigues, Ministro do Ultramar e representantes dos Ministérios da Marinha e do Exército, além de altas individualidades militares e civis.

Falaram os snrs. Presidente da Câmara, João Roby, sobrinho dos homenageados, Governador Civil e Ministro do Ultramar.

Discurso do Presidente do Município bracarense:

«Salda a cidade de Braga hoje a dívida que tinha em aberto para com dois ilustres filhos seus, mortos ao serviço da Pátria em terras de além-mar.

Fá-lo de uma maneira singela a que no entanto, a presença de ilustres membros do Governo e a colaboração do Exército de Terra e Mar emprestam especial relevo e significado.

Ficam bem aqui, no coração da cidade, os dois irmãos Roby, e não se pode dizer que não seja oportuno o momento para se apresentar à geração presente e às gerações do futuro o exemplo, o esforço, o sacrifício dos que conquistaram definitivamente

para Portugal as suas terras ultramarinas, herança que nos cumpre brilhantemente e através de tudo defender.

Dois irmãos sacrificados em holocausto ao mesmo ideal, em terras de África, enamorados pelo mesmo serviço, o serviço das armas, seria mau, como alguns desejavam, dissociá-los na homenagem singela mas oportuna — de novo se afirma — que hoje lhe prestamos.

O Bracarense, no seu dia-a-dia, afadigado com a tormenta constante que hoje constitui o viver das gentes, ao passar por este pequeno padrão há-de sentir orgulho em que dois dos seus tão bem tenham sabido morrer.

João Roby, a figura mais destacada dos dois irmãos, à heroicidade do seu ânimo, associava uma inteligência lúcida que o tornou distinto entre os seus distintos pares e depressa se deixou seduzir, à maneira dos seus avoengos, pelo espírito de cavalaria que tinha, nesse tempo, em Mousinho a sua melhor expressão.

Sob as ordens de Mousinho combateu e com que orgulho e valor o fez! orgulho que traduz numa memorável carta dirigida a seu pai, valor que lhe conquistou o oficialato de Torre Espada, por proposta de outro grande de Portugal, «benemérito da Pátria», João de Azevedo Coutinho.

Coberto de glória, regressava à sua idolatrada Braga onde o esperavam, como ele soube cantar:

Almas feitas de luz,
a quem minha alma adora
Uma da luz do luar,
outra da luz da aurora.

Da minha vida
sois o único consolo,
Uma cinge-me ao peito,
outra trouxe-me ao colo.

Mas não quer renegar o seu passado; onde combater é preciso, combater deseja. Parte, em Angola, incorporado numa coluna de repressão ao gentio insolente. Estava escrito que devia morrer em terras de África o heróico bracarense.

Em Umpungo a derrota espreita as armas portuguesas; já se desfez o quadrado, já há quem fuja, mas aquele corpo pequeno que alberga uma grande alma não sabe fugir.

De um salto toma o cavalo, ergue ao alto a sua nobre espada — nobre, duas vezes nobre: nobre porque é a espada de um marinheiro português e nobre porque o marinheiro que a empunha tem nas veias sangue que combateu no Salado, em Aljubarrota e é o mesmo do intrépido defensor de Cochim, o Aquiles lusitano — e à maneira do Desejado, assim o refere o nobre Conde de Campo Belo, desaparece no meio da turba negra, acutilando para a direita e para a esquerda, num gesto magnífico de epopeia que havia de redimir a vergonha de muitos.

Alguém lhe viu lágrimas antes de acometer. Quem sabe se lembrando-se daquelas de quem disse:

Uma cinge-me ao peito,
outra trouxe-me ao colo.

Passados anos outro Roby vai também pagar o seu tributo ao Ultramar como se sua família o não tivesse pago já para gerações. É Sebastião Roby, temperamento diferente do irmão João, calmo mas por igual apaixonado dos grandes ideais.

Depois de ferido em combate regressou à terra natal, mas ao organizar-se em 14 a coluna do General Pereira d'Eça, Sebastião Roby é dos primeiros a alistar-se como voluntário. É necessário quem cumpra uma missão de perigo e confiança. Sebastião Roby, enquanto outros hesitam, exige que a mesma lhe seja entregue. Era o destino que o chamava ao fim heróico de seu irmão.

Cai numa emboscada. Ao primeiro tiro traiçoeiro, leva a mão à sua pistola mas logo tomba por terra o valoroso militar.

Recordo o cortejo emotivo com que a nossa cidade recebeu os despojos mortais de Sebastião Roby. Recordo o sacrifício dos dois irmãos, sacrifício que hoje consagramos para que a mocidade do nosso tempo aprenda, cada vez mais, a bem servir Portugal.

Descansem em paz os dois irmãos Roby.

Na terra, no mar e no ar, continua a haver bons portugueses ao serviço de Portugal. Ontem, como hoje, a morte vem buscar alguns, mas a Pátria precisa do esforço dos seus filhos.

Comovidamente lembramos os que agora caíram — águias que o destino feriu no céu de Portugal, orvalhando de sangue a Terra Portuguesa e cobrindo de luto a alma da Nação que estavam servindo.

Porque na India o solo pátrio foi ultrajado, logo um grito de «às armas» ecoou por todo o Império.

Já outro Roby, num gesto cheio de nobreza e remissão, partiu voluntàriamente a ocupar o seu lugar. Já nesta velha terra, avó de Portugal, centenas e centenas se aprestaram num magnífico exemplo, a guarnecer com os seus peitos — honra aos conterrâneos dos Roby — se necessário for, as muralhas de Goa, Damão e Diu.

Meus Senhores:

Para além de nós, outros virão e Portugal de Aquém e Além Mar há-de ser sempre português.

Viva Portugal.»

Ao Senhor Ministro do Ultramar foi entregue a espada que pertenceu a João Roby, relíquia essa que ficará, agora, como património do Governo. Associando-se à Homenagem, a Casa de Entre Douro e Minho, em Lisboa, levou a efeito uma reunião extraordinária, na qual o seu Presidente, sr. Artur Maciel, evocou a epopeia escrita dos dois bracarenses, a quem a Câmara Municipal de Braga prestou devido e honroso preito.

Visita da Real Academia Galega

De 29 a 31 de Outubro reuniram-se em Braga os intelectuais portugueses e espanhóis da Real Academia Galega.

Acontecimento importantíssimo pela distinção e espírito de grandeza intelectual.

A ilustre e brilhante Academia trouxe até nós, não só a irradiação florescente da sua força e valor internacional, mas também a magnificente mensagem dos seus

académicos, os quais se fizeram acompanhar pelo seu Vice-Presidente, D. Salustiano Portela Pazos, Deão de Santiago de Compostela, ornamento nobre do espírito contemporâneo.

A visita de tão ilustre representação da intelectualidade galega fez convergir a Braga as mais gradas e distintas personalidades, quer da cultura do país vizinho, quer da nacional, que a nossa fidalga e augusta Cidade tão singularmente recebeu por intermédio do seu Município e dos seus intelectuais, a quem tanto se deve na obra realizadora do florescente ciclo cultural por que estamos a passar.

A sessão de boas-vindas teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho, tendo o Senhor António Maria Santos da Cunha, destacado objectivamente a elevada magnitude de tão notável intercâmbio cultural. O discurso que pronunciou revelou o profundo apreço pela actividade da Real Academia Galega. Em resposta agradeceu D. Salustiano Portela Pazos com eloquente saudação a Braga.

Entrando na resenha dos trabalhos que se levaram a efeito, a primeira sessão de cultura teve lugar na Escola do Magistério Primário, à qual presidiu D. Salustiano Portela Pazos.

Nessa audiência, o Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto, filigranado espírito de intelectual, apresentou o brilhante trabalho que, vamos publicar na íntegra:

«Nesta ocorrência singular em que Braga augusta e o nosso verdejante Minho recebem a alta distinção duma visita tão significativa e preclara, já por intermédio do ilustre Presidente do Município, a Grei bracarense, parcela da Galiza antiga, expressou à luzida embaixada da alma galega, que é a sua Real Academia, os mais efusivos cumprimentos de boas-vindas.

Permiti, todavia, que neste fraterno ajuntamento agora iniciado, eu também levante a minha voz reiterando a jubilosa saudação da Edilidade braguesa e prestando veemente culto à Pátria da Pátria portuguesa, — Galiza — solar da estirpe, terra de sagrado encanto, e o mais formoso florão do diadema olímpico da Espanha. Deixai, Senhoras e Senhores, que um Bracarense exalte, por instantes, a nossa comunidade de origem e destino, os nossos fastos galegos.

Galiza eviterna! Tuas altas glórias e valores esmaltam e honram a fecunda Dualidade ibérica — Espanha e Portugal.

Galiza imorredoura! Portugal foi a tua melhor obra. Deste à Ibéria Santiago; e ao mundo inteiro, Portugal. Tua alma cósmica, em Portugal, se fez autora da autêntica história — a ecuménica, a planetária.

Mas acima de tudo revelaste ao coração humano as formas líricas e espirituais da Língua, Literatura e Arte galécio-portuguesas. Santiago é a romaria da Europa às essências universais de sentimentalidade galega; Portugal constitui a sua expansão transoceânica, transcontinental, a alma da Raça, profundamente lírica em épicas estrofes camonianas, pelo mundo em pedaços repartida.

Em Braga, tabernáculo da Lusitaneidade — ia a dizer Galicidade — recordam-se os laços que nos unem.

Na alvorada geológica do planeta, Galiza e Portugal formam o núcleo primitivo da Península, que emerge das temerosas ondas a afirmar, desde logo, a Oceanicidade da nossa predestinação.

E, na pré-história, ainda não davas pelo doce nome de Galiza e já eras a mesma gente no mesmo chão a Oestrimnys daquém e dalém Minho, irmandade geográfica

e étnica, à testa da Europa. Éramos a Raça criadora da arquitectura megalítica, do vaso campaniforme, das lúnulas e braceletes áureos. Povo forte que irradia e se projecta até às Ilhas britânicas, Bretanha e Irlanda, sulcos abertos para a sobreposição da realidade céltica.

Depois, a civilização castreja, a epopeia viriática, nos diferencia. Nosso nome comum é Lusitânia. E acima do Douro os apelidam de Calaicos, como um dos povos mais notáveis da Lusitânia natural pré-romana.

No alto dos castros brilha a nossa ânsia autonómica de liberdade, e a heróica resistência galécio-lusitana refulge no suicídio colectivo do Monte Medúlio.

Braga, Roma Portuguesa, outrora capital da Galiza romana, não esquece o património comum das gloriosas tradições jacobeias. Nós, Bracarenses, também somos filhos de Santiago, irmanados à Igreja Apostólica Compostelana no mesmo amor ao Santo Patrono da Ibéria. Pelas vias romanas de Braga, Lugo e Astorga corre vitoriosamente a nova do Evangelho e se desdobra o estracto da Latinidade.

Ao derruir o Império romano, sobrevêem os Suevos. Braga sua cabeça política e metrópole eclesiástica, recorda que dentro dos seus fortes muros se operou a primeira catolicização do primeiro povo bárbaro a entrar no seio da Igreja. Pergaminho de primogenitura que não pertence à França com Clóvis e S. Remígio, mas sim à Galiza com Requiário e Balcónio.

Requiário de Braga não é só o primeiro rei católico da Galiza e da Espanha, mas de todo o Orbe latino; e ainda o primeiro rei católico que morre às mãos dos inimigos da sua fé.

Braga não esquece que, neste amanhecer na Meia Idade, Galiza é mãe das letras e da cultura. De Braga sai Paulo Orósio, o primeiro filósofo da história, que dá sentido emotivo, lírico, dramático, humano, à historicidade; e é o primeiro historiador de orientação cristã. De Braga irradia a evangelização de S. Martinho que implantará em Ourense o culto do grande taumaturgo homónimo de Tours, Martinho Velho, nosso patrono especial, irmãos galegos! Martinho Novo, o segundo Apóstolo da Galiza, surge em Dume e em Braga, como sol deslumbrante duma primeira Renascença europeia. Na orla oeste e marítima da Ibéria vinca-se o pendor humanístico duma cultura. Humamanismo sem excessos, o logos *equilibrado pelo coração.*

Com a teoria dos mosteiros, semeados por S. Martinho e S. Frutuoso, os dois Santos bracarenses da época suévico-visigótica, como diz Otero Pedrayo, «o latim se acostuma à terra galega, preludiando o sentido duma língua nova». Braga é, assim, de certo modo larário da nossa fala comum que é hoje da Galiza, de Portugal e do Brasil.

Galiza da reconquista. Neste rincão sagrado, Pelaio, porventura aqui nascido, levanta as primeiras forças de resistência ao Islão. Braga não o olvida. Segundo o moderno aviso de Francisco José Velozo, documentalmente fundado, Pelaio «não é apenas um herói europeu e cristão, mas também galaico-lusitano».

Assolada a capital da Província em que se transformara o Reino dos Suevos, a Metrópole bracarense não foi suprimida nem transferida. Os seus bispos titulares, como Primazes da Galiza e da Espanha cristã, residem agora em Lugo, acolhidos à protecção das suas muralhas.

Braga recorda gratamente que de além Minho, e notadamente da região lucense vieram os seus primeiros restauradores e repovoadores — a figura lendária de Odoário e o célebre Vimara Peres.

Mais tarde, S. Rosendo, o ínclito Minhoto, bispo e monge batalhante, será o Santo Condestável da Galiza, ao defendê-la contra Normandos e Árabes.

Mas quando os Reis castelhanos hegemonizam a Península cristã, a Galiza, todo o Ocidente atlântico, vive as mais intensas horas de magnífico dramatismo. Uma parte rebeldia-se e reafirma, politicamente, a individualidade ocidental — é Portugal. Outra, a Galiza além Minho, mais abnegada porventura, dará à Espanha o seu Patrono Santiago e dar-se-á a si mesma para maior glória da Hispanidade.

Altos destinos da Galiza! Na sua alma em flor e na sua carne também se unem os dois termos do binómio eterno e alevantado de Península — Lusitanidade e Hispanidade! Valores que eternamente valem na história do mundo, paralelas históricas que se abraçam no infinito.

Senhoras e Senhores:

O areópago que simboliza a alta mentalidade e cultura da Galiza moderna, a nobre e florente Real Academia Galega, mostra-se hoje aqui em magnífica síntese representativa.

Perante esta roda de companheiros, deixai que o último deles expresse saudades e saudações.

Rememoro, com irreprimível moção, as divindades tutelares deste reputado cenáculo.

Assim, os precursores: o exímio escritor Eugénio Carré Aldáo, historiador das origens nativas do tesouro lírico dos Cancioneiros, e a laureada novelista Condessa de Pardo Bazán, realista pela técnica, mas profundamente romântica e galega pela essência. Aquele e esta congregando as élites mentais, ora nas tertúlias da Libraria Regional, ora na Sociedade do Folk-lor Galego.

Assim, o fundador por excelência, José Fontenla Leal, o chefe, o guia incontestável, e ainda o seu associado, o glorioso poeta Curros Henriquez. O primeiro, homem humilde, mas grande de acção no ambiente nostálgico do exílio; o segundo, seu irmão no desterro saudoso, semeador de idealismo. A um e a outro devemos a criação do nosso grémio.

Assim, o grande Murguia, patriarca das letras galegas, unido na vida e na imortalidade a Rosalia de Castro, a excelsa cantora da Galiza. Murguia, eis a personalidade emblemática da nossa Casa, seu primeiro presidente, o génius loci *dos antigos.*

Em seus luminosos túmulos deponho uma coroa enastrada de saudades, pequenas e perfumadas flores simbólicas, colhidas, ao roxo da tardinha, nos verdes campos do Minho.

Saudarei agora, e ao mesmo tempo, o venerando Presidente actual D. Manuel Casás Fernandez, ausente de corpo, mas connosco de alma e coração, e de tamanho relevo como literato e jurista emérito, e D. Salustiano Portela Pazos que por inspirada delegação o representa e ora nos preside. A D. Salustiano, como em Compostela carinhosamente lhe chamam, paladino das tradições santiaguesas, e personalização da teoria esplendente dos deões da Apostólica Catedral, às suas excelsas virtudes e qualidades eruditas, manifesto o respeito amorável e a admiração de que me sinto possuído.

Recordando, sem inumerá-los, todos os talentos de escol que celebrizaram a Academia, saudo os seus continuadores, que erguem hoje o facho ardente da Galiza imortal iluminando os seus caminhos e destinos. E a todos saudo na pessoa de D. Leandro Carré, director desta Corporação, alto valor da intelectualidade galega,

que nos distingue com a sua comparência. Saudo ainda essa graduada falange, no professor Otero Pedrayo, príncipe da eloquência e do patriciado das letras, cérebro do alevantado galeguismo.

Saudades de tudo, saudações a todos!

Galiza, alma mater *augusta! Tua Academia em ti se inspira e de ti se identifica; é a emanação livre, verdadeira, espontânea do teu espírito. É o pregão das tuas glórias; e nesta hora em que as tradições no mundo se apagam, o baluarte da tradição, o reducto em que a tua alma universal se vitaliza e resplandece, opulentando duas Pátrias afins.*

Eu te saudo e aclamo com as vozes unânimes do coração e da razão».

O acontecimento tomou elevadas proporções à medida que o programa de trabalhos se ia desenvolvendo, realizando-se, progressivamente, sessões e visitas de estudo, nas quais os ilustres académicos e visitantes puderam avaliar a riqueza do nosso património artístico e cultural.

Notável pelo esmero e solenidade, sapiência e brilho, a conferência que se efectuou no dia seguinte na Sala de Audiências do Palácio da Justiça, na qual a Associação Jurídica de Braga, pela voz dos Senhores Profs. Drs. Álvaro Machado Vilela, Lúcio Craveiro da Silva e Drs. Francisco José Velozo e Luís de Almeida Braga, saudou a Real Academia, à qual foi conferido o título de Sócia Honorária de tão ilustre instituição. Aí se ouviu D. Sebastian Martinez Risco y Macias, advogado que tratou do tema «Loubanza e Denosto da Abogacia», com grande brilho e erudição.

Subiu bastante alto o espírito culto dos Bracarenses. Temos que louvar quantos contribuiram para o êxito desta grande jornada que, para além do seu fulgor e intensidade espiritual, quis perpetuar-se na brancura do granito e na resistência do bronze dum pequeno padrão que, na sussurrante solidão do Parque da Ponte, ficará a assinalar a perenidade da Reunião Plenária da Academia Galega na cidade de Braga.

E na quietude das vozes, escutando o queixume da brisa na folhagem, por entre árvores e flores, em contacto com as cores da paisagem e a calma da natureza, olhos pregados no pequeno padrão comemorativo, deixando entrar na alma os versos de Pascoais e Pondal, gravados em bronze, desejamos arquivar as palavras ali proferidas pelo Dr. Sérgio da Silva Pinto, no momento em que se procedeu à inauguração do simbólico Monumento:

«Quiseram os Édis bracarenses, por inspiração do ilustre Presidente Santos da Cunha, fixar na memória das gerações a visita actual da Real Academia Galega, jornada afectiva de irmãos, ao completar o reputado cenáculo meio século de existência laboriosa e prestante — existência cheia de luzimento e fecundidade.

Para tanto surgiu a ideia de inscrever em bronze versos galaico-portugueses, colhidos nos mananciais líricos da sentimentalidade peculiar aos dois Povos desta Obra atlântica, das duas bandas do Minho.

O lirismo que ilumina e perfuma toda a poesia galaico-portuguesa, quer dos primitivos Cancioneiros, quer no moderno Parnazo dos génios poéticos de Rosalia, Curros e Pondal, é o elo da consanguinidade, o timbre da nossa etnia — ó Grei de Breogã!

Como lembra Ramon Piñero, Portugueses e Galicianos temos, no mapa espiritual da Europa, uma só fisionomia. Constituimos uma personalidade única, de base espi-

ritual idêntica. Na comunidade de Língua e Literatura galego-portuguesa, a dimensão predominante é o sentimento; a criação mais alta, a lírica; e a peculariadade mais genuina, a saudade — o mistério da saudade.

Já em tempos de Viriato, o poeta Sílio Itálico descrevia a juventude galaica «gritando na língua nativa as estranhas poesias líricas». Quer dizer: as mais antigas raízes da nossa lírica, em que se expressa o espírito galaico-português, mergulham nas eram pagãs, no folklore autóctone, longevo e milenário. E da sua persistência na aurora da idade média temos indício seguro nos cânones dos gloriosos Concílios de S. Martinho de Braga.

O coração da Galiza eterna, que o Minho, fio de prata, rio silencioso como lhe chama D. Manuel Casás, não divide, nem sequer separa, — o coração palpitante da Galiza, emite, antes de tudo, emoções líricas; é o pendor sentimental, a nota mais pura da autenticidade luso-galaica, no mosaico cultural do orbe latino.

Na Galiza da Reconquista — a Jalíqua *dos Árabes — todo o Ocidente, em que se plasma a Nacionalidade portuguesa e ao mesmo tempo se transcendentaliza o denominador comum peninsular, o culto do Santo Patrono da Ibéria, nessa Galiza neo-cristã, sob a influência da Igreja galega (bracarense, lucense, compostelana) e do frémito político dos nossos condes, revive a musa ocidental.*

Ao século décimo pertence a formosíssima canção galega da Salvé Regina, *agora de circulação unânime na Cristandade. O glorioso Bispo de Iria Pedro de Mesonzo a compôs. Nos montes e vales da Galiza daquém e dalém Minho, pela vez primeira, ela foi lançada ao vento, como incenso de emoção, revelando já o sotaque da voz galega, a música da fala terna e saudosa. E os navegadores portugueses da época dos descobrimentos, fiéis ao património comum, com o mesmo sentir saudoso, a entoavam, como rezam as Crónicas, ao pôr do sol, nas suas longas viagens de expansão épica e universalista.*

No caudal vivo da afectividade galega, a musa do Ocidente reflorescerá no encantado jardim da poesia trovadoresca, em que a saudade, a idealização da terra e do amor, ondeia nos ramos dos verdes «pintos» ou nas ondas azuis do mar.

Os centros religiosos são evidentemente os fulcros da efusão lírica da Raça. Braga, ao lado de Compostela, tem parte grande no processo das cantigas de amigo, em que trovadores e jograis desfolham o coração. Os mesmos queixumes do peito, as mesmas tristuras do amor, a mesma melancolia e saudade, as sentem os Aires Nunes de Compostela e os Afonsos Pais de Braga.

Senhoras e Senhores:

Em certa manhã doirada de 1102, por esta quadra do ano, chegava a Braga, montado em mula gualdrapada e seguido da sua comitiva de cónegos — maioribus suae ecclesiae personis, como diz a História Compostelana, — *chegava a Braga a grandiosa figura de D. Diogo Gelmires, o enamorado da grandeza de Compostela, senhor feudal, personalização da Espanha medieva, da Galiza românica.*

Extra-muros é recebido processionalmente pelo nosso S. Geraldo, embrulhado em pluvial de oiro, debaixo do pálio, cantando o clero e a população bracarense em festa. Dois altos príncipes da Igreja galega se abraçam; um, simbolizando a Galiza oceânica, atraída pelo mar e rediviva na génese do Estado português; o outro, encarnando a Galiza europeia, eixo da Espanha primitiva, educadora dos seus reis, e mesclada na sua política imperial. Sempre na Galiza se unem os dois termos do binómio eterno e alevantado da Ibéria: Lusitanidade e Hispanidade.

Desta famosa viagem a Portugal resultou o audacioso rapto — o pio latrocínio *na classificação de D. Hugo — das relíquias portuguesas de S. Frutuoso, S. Victor, S. Cucufate, S. Silvestre, Santa Susana Virgem e Máritir. Ao chegarem a Compostela, os gloriosos corpos são acolhidos com emoção unânime por toda a população e clero entre cânticos e hinos de alegria.*

Para além do aspecto irregular de trasladação, que tanto maguou os Portugueses, há que notar o significado apaixonado e poético, a sentimentalidade de que se reveste, a vibração lírica que expressa, sêlo distintivo da espiritualidade comum a lusos e galaicos. As relíquias bracarenses enriquecem românticamente, como coroa florida e perfumada, o sepulcro apostólico.

V. Ex.as, distintíssimos académicos, nos vão roubar algo também — os nossos corações. E para testemunho deste pio latrocínio, — subjectiva e objectivamente justificado — aqui ficam os versos saudosos de Pondal e Pascoais, aquele o Evangelho da Grei, este o Mestre da Saudade, pares de Rosalia e Curros na mais alta constelação lírica da Galiza imortal.»

Resumo dos Trabalhos e Actos Oficiais da Reunião da Real Academia Galega:

Dia 29 de Outubro — *Sessão de boas-vindas nos Paços do Concelho*, às 11 horas. Mesa de Honra presidida pelo Sr. António Maria Santos da Cunha, Presidente do Município, que se fez ladear pelos Srs. D. José Saro Posada, Cônsul Geral da Espanha, no Porto, Dr. Francisco de Azevedo Soares (Carcavelos), Corregedor do Círculo Judicial de Braga, Coronel Alcobia Veloso, Comandante Militar, Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, Reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia, D. Salustiano Portela Pazos, Vice-Presidente da Real Academia, Rev. Padre João de Barros, em representação de Sua Ex.a Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz, Dr. Felicíssimo Campos, Presidente da Junta de Província do Minho e D. Leandro Carré Alvarellos, da Real Academia.

Usaram da palavra os Senhores Presidente da Câmara Municipal de Braga e Vice-Presidente da Real Academia Galega. O Secretário da Academia leu uma Mensagem do Alcaide da Corunha. No final o Deão de Compostela colocou no peito dos Senhores Presidente do Município e Doutor Sérgio da Silva Pinto as insígnias da Real Academia Galega.

Sessão de Abertura dos Trabalhos — Na Escola do Magistério Primário. Presidiu D. Salustiano Portela Pazos, que se fez ladear pelos srs. António Maria Santos da Cunha, D. Leandro Alvarellos, Dr. Olindo Casal Pelayo, o Cônsul Geral da Espanha no Porto e D. Joaquin Lorenzo Fernandez.

O Sr. Doutor Casal Pelayo, como Director do Estabelecimento onde iam funcionar os trabalhos saudou a Real Academia Galega. O Sr. D. Joaquin Lorenzo Fernandez, como Secretário da Assembleia leu a acta da Sessão anterior, que foi aprovada e uma mensagem ao Presidente da Academia D. Manuel Casás. Apresentaram trabalhos os Senhores Académicos: Dr. Sérgio da Silva Pinto, D. Leandro Carré Alvarellos, Dr. Fernando de Castro Pires de Lima e D. Salustiano Portela Pazos. O Senhor Secretário leu ainda uma mensagem do Comité Internacional para a Unidade e Universalidade da Cultura, dirigida ao Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto.

Visita à Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga.

Cumprimentos ao Sr. Arcebispo Primaz: — O Deão de Compostela apresenta ao Primaz de Braga as saudações do Cardeal-Arcebispo de Compostela.

Conferência na Associação Jurídica de Braga — Na Sala de Audiências do Palácio da Justiça. Sessão presidida pelo Sr. Dr. Prof. Álvaro Machado Villela, que se fez ladear pelos Srs. D. Salustiano Portela Pazos, Dr. Francisco Azevedo Soares (Carcavelos), Cónego Mouta Reis, D. Sebastian Martinez Risco y Macias, Drs. Armando Barbosa, Leonídio Coelho Lopes, Luís Almeida Braga, e o Cônsul Geral de Espanha no Porto; António Maria Santos da Cunha, Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, Dr. Francisco José Velozo e Guilherme Branco. Orador oficial, D. Sebastian Martinez Risco y Macias, que tratou do tema «Loubanza e Denosto da Abogacia».

Em nome da Associação Jurídica dirigiu saudações aos Académicos o Senhor Dr. Francisco José Velozo. No final falou ainda o Sr. Dr. Luís de Almeida Braga, propondo a eleição da Academia como Sócio Honorário da Associação, e, apreciando a conferência, falou com eloquência da missão do Advogado e da afinidade de ideais que une Portugueses e Galegos. O Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva, Magnífico Reitor da Faculdade de Filosofia, proclamou a Real Academia Galega. cujo elogio teceu, sócia honorária da Associação Jurídica de Braga. Encerrou a Sessão o Prof. Doutor Álvaro Machado Vilela, que em termos breves mas brilhantes e incisivos, focou a necessidade de intercâmbio jurídico, entre as duas Nações ibéricas.

Segunda Sessão de trabalhos: — Às 21,30 horas, na Escola do Magistério Primário, continuação dos Trabalhos. Presidiu D. Angel del Castillo, ladeado por D. Leandro Carré e D. Joaquin Lorenzo Fernandez. Foram tratados os seguintes temas: «*Relações Culturais Luso-Espanholas*», lido pelo Dr. Antero Vieira Lemos, na ausência do autor, Dr. Mário Gonçalves Viana; «*Propaganda da Galiza no Estrangeiro*, pelo Rev. Dr. Enrique Chao Espino; «*Distribuição de jugos na Galiza*», por D. Joaquin Lorenzo Fernandez; «*Elementos para o conhecimento paleontológico da região de Barcelos*», *pelo* Dr. Joaquim Pais de Vilas Boas, lido pelo Dr. Carlos de Passos; «*Uma equivalência lírica entre Teixeira de Pascoais e Rosalia de Castro*», por D. Sebastian Martinez Risco y Macias; «*Cultura Galego-Portuguesa*», pelo Dr. Augusto César Pires de Lima; «*Achados Arqueológicos nas escavações de Santiago de Compostela*», por D. Manuel Chamoso Lamas; «*História comum da Galiza e Minho*», pelo Dr. D. Florentino Lopez Cuevillas; «*Compostela e a arte marmória*», pelo Dr. Jesus Ferro Couselo; «*Teixeira de Pascoais e a fraternidade luso-galaicas*» e «*Festas e romarias de Entre-Douro-e-Minho e Galiza*», pelo Dr. José Crespo; «*Relações culturais entre Galiza e Portugal*», por D. José Luiz Bugallal e «*A necessidade de catalogar as pontes antigas da Galiza*», por D. Angel del Castillo.

O Doutor Fermin Bouza-Brey dissertou sobre o Reino dos Suevos. Foi ainda lida uma ode à Galiza da autoria do poeta A. Garibaldi.

Encerrou a sessão D. Ramon Otero Pedrayo que proferiu uma das mais belas orações deste Congresso, com aquela singularíssima eloquência lírica, que lhe é peculiar, e em que o verbo galego assume ressonâncias de cristal.

Dia 30 de Outubro — *Visita à Capela de S. Frutuoso, em S. Jerónimo de Real* dirigida pelo Dr. Sérgio da Silva Pinto.

Recepção no Governo Civil, com a presença de Sua Ex.ª Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz.

Inauguração do Monumento, no Parque da Ponte.

Visita a Guimarães.

Como mostra da repercussão que teve, na imprensa peninsular, a visita da Real Academia Galega a Braga, transcreve-se o artigo que «*El Ideal Galego*» da Corunha, de Novembro, publicou sobre o facto, intitulado «Ecos de uma viagem a Portugal» e assinado pela escritora D. Maria Luísa Duran Marquina:

«Vários membros da grata expedição realizada pela Real Academia Galega a Portugal analisaram com acerto diversos aspectos do importante acontecimento cultural que estreitou ainda mais os laços que unem os dois povos peninsulares.

Por muito que se tenha dito, todavia, nunca será o bastante para encarecer a recepção e o acolhimento que a embaixada da intelectualidade galaica encontrou na fidalga cidade de Braga, relicário das mais nobres e antigas tradições e empório das mais modernas inquietações artísticas e humanas, que com a vista impregnada de um passado glorioso olha arrogantemente para o futuro.

São proverbiais a cortezia e a gentileza lusitanas, mas os actos brilhantes preparados pela Câmara Municipal bracarense e pelos seus homens de letras, sobressairam pela sua sincera fraternidade intelectual, de todo longe do frio protocolo e da urbanidade oficial.

Muito se falou e tão sinceramente que temos de pôr de parte toda a ideia de tópico ou lugar comum ao afirmar que somos irmãos, nós os habitantes das margens de áquem ou d'além do doce rio e do fresco braço de mar — que frequentemente se torna em abraço — que separa as duas fecundas terras, não havendo hipérbole nesta afirmação, pois não somos uns irmãos quaisquer mas sim irmãos siameses, inseparáveis geográfica e espiritualmente.

Assim, a um movimento de um responde um gesto do outro.

Por isso, às efusivas palavras de boas vindas pronunciadas pelo Presidente da Câmara Municipal, senhor António Maria Santos da Cunha — uma espécie de D. Afonso Molina, nosso Alcaide, encarnado em D. Manuel Maria Puga Ramon, não só na sua presença física mas ainda na sua idiosincrasia, cheia de entusiasmo e humor — responderam as frases documentadas e cheias de sabedoria, plenas e de cordealidade, do ilustre Deão da Catedral de Compostela, D. Salustiano Portela Pazos, que representava dignamente o venerável presidente da nossa douta corporação, D. Manuel Casás Fernandez.

De igual maneira, na lição que deu na sede da Associação Jurídica de Braga o eminente magistrado e escritor D. Sebastian Martinez Risco y Macias, magnífica de conteúdo e de doutrina, profunda de conceitos no desenvolvimento do tema. À dissertação «*Loubanza e Denosto da Abogacia*», aliás de elegante exposição, responderam com galhardia os portugueses pela boca do Dr. Francisco José Velozo, Ajudante do Procurador da República, e outras destacadas personalidades do Foro, que mantiveram em alto nível a interessante sessão.

Do mesmo modo as eruditas comunicações de Carré Alvarellos, Chamoso, Castillo, Ferro Couselo, Bugallal, Bouza-Brey, Lorenzo Fernandez, Chao Espina, etc., encontraram o valor das de Hugo Rocha — o enciclopédico escritor e jornalista, grande amigo de Espanha — e de seus companheiros de teses.

O mesmo ocorreu com o quente, arrebatador e eloquentíssimo discurso ciceromiano de Ramon Otero Pedrayo, que achou sempre o acordo preciso e a repercussão adequada, numa voz lusitana, como foi em diversas ocasiões a do Dr. Sérgio da Silva Pinto, uma das mais relevantes figuras que actuaram nos soleníssimos actos.

Por tudo isto, da inolvidável excursão — da qual foi eficassíssimo auxiliar orga-

nizador o inteligente bibliotecário da Academia, D. Juan Naya Perez — ficará como nota mais elevada a sincera fraternidade intelectual e a identificação industrutível de ideais, pelo que, portugueses e galegos, nos separamos com saudades eles e nós com pena, o que vem a ser o mesmo e que é outro ponto de coincidência».

Conferência pelo Dr. Henrique Martins de Carvalho

Patrocinada pela Câmara Municipal, realizou-se no dia 26 de Novembro, na Biblioteca da Faculdade de Filosofia, uma conferência subordinada ao tema «*O Pacto do Atlântico e a Questão de Goa*» pelo Dr. Henrique Martins de Carvalho, conferência esta que foi promovida por aquela Faculdade Pontifícia e pela Associação Jurídica de Braga.

O conferente foi saudado pelo Magnífico Reitor da Foculdade de Filosofia de Braga, Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, que presidiu à culta sessão e se fez acompanhar, na constituição da Mesa, pelos Srs. Prof. Dr. Machado Villela, Dr. Francisco de Azevedo Soares (Carcavelos), Dr. António de Oliveira Braga, Dr. José Maria Ferreira de Araújo, António Maria Santos da Cunha, Coronel José Joaquim de Almeida, Dr. Francisco José Velozo, Capitão Euclides de Barros, D. José Maria Saro Posado, Cônsul Geral de Espanha no Porto, Dr. Júlio Ribeiro Campos, Cônsul da Dinamarca e Dr. Jurgen Bernemann, Cônsul da República Federal Alemã.

A lição do Dr. Henrique Martins de Carvalho foi assim sumariada pelo jornal «Correio do Minho»:

O autor começou por aludir aos problemas do universalismo e do regionalismo na política internacional. E, após haver-se referido à O. N. U. e à NATO, concluiu dizendo que se notava a orientação de reunir um universalismo nos propósitos a um regionalismo nas educações. Poderia isso ser um bem ou um mal; em qualquer caso, era uma necessidade.

Estudou depois o funcionamento do sistema de segurança instituído pelo Pacto do Atlântico analizando em especial os seus art.os 3.º, 4.º, 5.º e 6.º. Explicou como aliança atlântica sem áreas diferentes conforme a natureza e o grau das garantias que confere — e analisou demoradamente o art.º 4.º que cobre, pelo menos, a totalidade dos territórios dos países da NATO.

É com fundamento, portanto, que o Governo tem mantido e deve continuar a manter o Conselho do Atlântico ao corrente do litígio com a União Indiana acerca de Goa. E a propósito, recordou não só o que a respeito do art.º 4.º têm dito os juristas e osh omens do Estado como as afirmações feitas sobre o assunto, em Setembro de 1954 pelo Secretário Geral da Organização Atlântica.

Referiu-se depois ao enquadramento deste problema no plano geral das relações entre o Oriente e o Ocidente. Analisou os pontos de divergência e os pontos de acordo entre a Europa e a não-Europa.

E referiu-se por último ao possível papel de Portugal na necessária tarefa de aproximação entre as duas metades do Mundo, a qual se filia aliás na linha de acção histórica do nosso país.

A Visita do Subsecretário de Estado da Educação Nacional

Tendo-se deslocado ao Minho, na missão de se inteirar, sobretudo, dos proble-mas relacionados com a Obra das Mães, esteve em Braga, no dia 12 de Dezembro, o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. Rebelo de Sousa, que foi alvo de entusiástica recepção.

O Dr. Rebelo de Sousa procedeu à inauguração em Gondarém, distrito de Viana do Castelo, de um Centro rural que muito contribuirá para o alargamento dos fins sociais e educativos da Obra das Mães pela Educação Nacional.

Na Biblioteca Pública de Braga realizou-se uma sessão solene presidida por aquele ilustre Membro do Governo, no decorrer da qual foram entregues vários prémios a famílias. No discurso que então pronunciou, o Dr. Rebelo de Sousa analisou magistralmente alguns dos mais instantes problemas.

Visitou, por último, o Centro Paroquial da O. M. E. N. de S. Vicente, onde foi servido um «copo de água».

Nota explicativa sobre o presente tomo da «Bracara Augusta»

Por justificados motivos — a falta de saúde de um dos Directores desta Revista, a quem estava incumbida a parte noticiosa, e ainda a demora no prelo pelo acúmulo de trabalhos nas oficinas gráficas — houve necessidade de reunir no presente tomo os números referentes a 1955 e 1956 (Volumes VI e VII).

As notícias e efemérides do ano de 1956 serão publicadas no 1.º número de «Bracara Augusta» a sair em 1957.

I.º Congresso Martiniano (1950)

Neste tomo publica-se mais um dos trabalhos apresentados a este Congresso, o da autoria do Prof. Dr. Georges Gaillard, *Deux sculptures funéraires provenant de Saint-Martin de Dume.*



Livros do Registo

16.º Livro

(Continuado da pág. 394 do vol. V)

Privilégio dos Meninos dos Orfãos da cidade de Lisboa, a favor de Custódio Pereira da Costa, sombreireiro da rua da Ponte de Guimarães, para pedir esmolas na freguesia de S. Jerónimo — fl. 146.

Privilégio da S. C. da Misericórdia a favor de Manuel Mendes, da boca da rua das Águas, para pedir esmolas na freguesia de S. Julião de Passos, termo da vila de Barcelos (a) — fl. 146, v.

Privilégio de S. António de Lisboa, a favor de José Barbosa, da freguesia de S. Pedro de Lomar — fl. 147.

Privilégio do SS. Sacramento da S. Sé Primaz, a favor de Manuel Álvares de Sousa, morador à Porta de S. Francisco desta Cidade, para pedir esmolas na igreja de Santa Maria Madalena, da freguesia de Nogueira — fl. 147, v.

Idêntico de Manuel Francisco de Almeida, tintureiro, da rua da Régoa, [para pedir na Capela de N.ª Senhora da Abadia, da Porta do Castelo] — fl. 148.

(a) Hoje é do concelho de Braga.

Privilégio dos Meninos Orfãos a favor de António Carvalho de Farinha, boticário da Rua Nova, administrador dos dinheiros e tesoureiro dos meninos orfãos — fl. 148.

Licença de carabina, a favor de Sebastião Soares da Costa Velho — fl. 148.

Marca (a) com que marca suas peças Miguel da Silva, ourives de ouro, da rua dos Gatos — fl. 149.

Carta de examinação a favor de Miguel José Francisco, [alfaiate, da rua das Águas] — fl. 149.

Privilégio da Bula, a favor de Manuel de Costa, da freguesia de S. Maria de Ferreiros — fl. 150.

Marca (b) de José de Araujo, ourives, juiz do mesmo ofício, morador defronte dos Paços arcebispais — fl. 150, v.

Carta de examinação a favor de Jerónimo Peixoto, ourives de ouro, da Rua dos Chãos de cima — fl. 150, v.

Privilégio da Bula a favor de António Fernandes, de S. Paio de Merelim. — fl. 151.

Ano de 1745

Provisão de S. Majestade a favor do Dr. Juiz de fora desta cidade António de Sousa Silveira para servir nesta mesma cidade e seu termo de conservador do contrato do tabaco — fl. 151, v.

Privilégio das Taboas Vermelhas de N. Senhora da Oliveira, da vila de Guimarães, a favor de Manuel Caetano de Faria Salgado, da vila de Vila Nova de Famalicão — fl. 153.

Idêntico de João de Magalhães e Meneses, fidalgo da casa de S. Maj. morador na freguesia de Vila Cova da Lixa [concelho de Felgueiras] —fl. 153, v.

Carta de examinação a favor de Manuel Pereira de Afonseca, oficial de sapateiro, de S. Pedro d'Este — fl. 154.

Privilégio das Taboas Vermelhas, a favor de João Pinto da Cunha de Sá [da rua do Souto] — fl. 154, v.

Provisões de S. Maj. a favor do Conde de Castel Melhor, [que o desobriga de pagar impostos, por ser foreiro à colegiada de Guimarães] — fl. 155.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de José Luís, alfaiate, da rua de Janes, para pedir esmola na freguesia de S. João do Souto — fl. 155, v.

(a) Era a letra S, aberta e recortada, de gravação invertida.

(a) Era a letra O, em punção redondo, aberto para sair em relevo.

Privilégio da Bula, a favor de João Pereira, lavrador da freguesia de S. Paio d'Arcos — fl. 156.

Marca de marcar (a) peças de prata, de Lourenço Francisco da Costa, ourives de prata, da rua Nova — fl. 156, v.

Marca (b) de peças de prata, de António Fernandes Rodrigues, da rua Nova de Sousa — fl. 157.

Privilégio da S. Casa da Misericórdia a favor de José de Arantes, do Paul da Senhora a Branca, para pedir na freguesia do Salvador de Tojo Noval — fl. 157 v.

Idêntico de Hilário Fernandes, serralheiro, da Congosta da Senhora a Branca, para pedir esmola em Adaufe — fl. 158.

Privilégio dos Meninos Orfãos, a favor de Jerónimo Francisco, de Frossos, para pedir esmola em Dume — fl. 158, v.

Carta de examinação a favor de João Francisco de Figueiredo, carpinteiro — fl. 158, v.

Escritura de fiança de Bento da Silva Leão, da serventia do ofício de escrivão da sisa — fl. 159.

Escritura de fiança de José Joaquim da Silva Almeida, da rua dos Chãos de Baixo, do seu ofício das sisas — fl. 159, v.

Privilégio de feitor do Tabaco para esta cidade, a favor de Geraldo António Lanhes desta cidade — fl. 160.

Privilégio de mamposteiro de cativos, a favor de Manuel Francisco Jacome, da Porta Nova, desta cidade [para o mosteiro do Pópulo] — fl. 160, v.

Certidão de António Dias, da freguesia de Adaufe, pela qual consta ter sido soldado, e do privilégio que gosam os soldados — fl. 160, v.

Ano de 1746

Privilégio do SS. Sacramento, da freguesia de S. Victor, a favor de Miguel Gomes, sombreireiro, morador em S. Victor — fl. 161.

Privilégio da SS. Trindade, a favor de João Rodrigues, da freguesia de S. Pedro de Escudeiros — fl. 162.

Privilégio do Santíssimo Sacramento da igreja de S. Victor, a favor de Pedro da Silva, sombreireiro, morador a S. Victor — fl. 163, v.

(a) Era o monograma das letras FC em punção irregular, aberto para ficar em relevo.

(b) As letras AFR abertas em monograma num rectângulo.

Privilégio do SS. Sacramento da Sé, a favor de Francisco Rodrigues, ourives, da rua de Gatos — fl. 164.

Carta de examinação de Manuel de Almeida e Silva, sapateiro, da freguesia de S. Maria de Palmeira — fl. 165.

Privilégio do Santíssimo Sacramento da Sé a favor de Geraldo Gomes, ourives, [da rua dos Biscainhos] — fl. 165, v.

Provisão de cabo de esquadra da ordenança a favor de José Ferreira, da freguesia de Santa Maria de Palmeira — fl. 166.

Privilégio da Santa Cruzada, a favor de João de Araújo Ribeiro, mercador, da rua do Souto. — fl. 166, v.

Brazão de armas de Diogo de Araújo Rodrigues Machado da Silva, da freguesia de S. Martinho do Couto de Moure de Olivão. [Transcrição da carta régia que a reivindica] — fl. 167.

Alvará de cabo de esquadra a favor de Francisco Vieira, da freguesia de S. Miguel de Gualtar. — fl. 172, v.

Privilégio dos meninos orfãos do Colégio de Jesus da cidade de Lisboa, a favor de Pedro Rodrigues, da rua das Conegas desta cidade — fl. 173.

Provisão de numeramento de cabo de esquadra a favor de Custódio Ferreira, da freguesia de Santiago de Fraião — fl. 173, v.

Privilégio da S. Casa da Misericórdia a favor de Sebastião Carvalho, sombreireiro, da R. da Regoa — fl. 174.

Ano de 1747

Privilégio das Taboas Vermelhas a favor de Gabriel António de Azevedo e Vasconcelos, [da rua dos Pelames] — fl. 174, v.

Privilégio da Santa Casa da Misericórdia a favor de José de Barros, do Eirado — fl. 175.

Privilégio da S. Casa da Misericórdia desta cidade a favor de António Machado, do Assento, de S. Victor — fl. 175, v.

Privilégio da S. Casa da Misericórdia nas grades ao defronte a favor de João Rodrigues da Fraga, sombreireiro da Regua de S. Victor — fl. 176.

Privilégio da S. Casa da Misericórdia, a favor de Manuel Ferreira, da freguesia de Santa Eulália de Tenões — fl. 176, v.

Privilégio da Redenção dos Cativos, a favor de António Gomes, do lugar do Formal, da freguesia de S. João de Nogueira — fl. 177.

Privilégio das Taboas Vermelhas a favor de João Ferreira Couto, da freguesia de S. Tiago de Esporões — fl. 177, v.

Licença de espingarda, a favor de Luis Coelho — fl. 178.

Despacho dos regedores do Senado da Camara a favor de Antonio Tinoco, da freguesia de S. Paio de Pousada — fl. 178, v.

Privilégio da S. Casa da Misericórdia a favor de João Pereira, lavrador, da freguesia de S. Paio de Arcos — fl. 179.

Privilégio de S. António de Lisboa, a favor de Manuel Pereira, de Tadim — fl. 179, v.

Carta de examinação a favor de João Sousa Machado, ourives de ouro — fl. 180.

Privilégio do SS. Sacramento da Sé a favor de António Pereira, da Naia, freguesia de Ferreiros — fl. 180, v.

Privilégio da SS. Trindade, a favor de Bernardo Lourenço, da freguesia de Ferreiros — fl. 181.

Carta de examinação de Luís Veloso, alfaiate, da freguesia de S. Miguel de Vilela, com assento nesta cidade — fl. 101, v.

Privilégio de S. António de Lisboa, a favor de João Ferreira, de Santiago de Esporões — fl. 102.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de Custódio d'Almeida, da freguesia do Salvador de Trandeiras — fl. 102, v.

Idêntico de António Rebelo Guimarães, do Rocio do Castelo — fl. 103.

Privilégio da Bula da Santa Cruzada, a favor de Domingos da Costa, de S. Paio de Arcos — fl. 103, v.

Privilégio da Bula a favor de Domingos Gonçalves, da rua de Santo André — fl. 184.

Privilégio de Santo António de Lisboa, a favor de Tomé d'Araújo, da freguesia de Lamações — fl. 184, v.

Privilégio do SS. Sacramento da Sé a favor de Bento Gomes, estranjeiro, do Rossio da Praça — fl. 185.

Idêntico de José Francisco, ourives, da Rua Nova — fl. 185, v.

Idêntico de Francisco Barbosa, de S. Maria de Ferreiros — fl. 186.

Idêntico de João da Silva, ourives, da rua Nova — fl. 186, v.

Idêntico de José da Silva, ferreiro, de S. Jerónimo — fl. 187.

(Continua)

Livro das Vereações

(Continuado da página 395 do Vol. IV)

tl.º 198

Que nhuã Pessoa que ouver de vender vinho o não abra sem primeiro o mostrar aos Almotaces.

Itte' Acordarão que nhuã pessoa de qualquer estado e condição que seia que nesta Cidade e arrabaldes quizer vender vinho per si ou per outrem o não abra sem primeiro o amostrar aos Almotaçes pera lhes porem os ditos vinhos por Almotaceria posto que os ditos vinhos seião de suas lavras. porquan[to] se fazião nelles muitos coloios e misturavão outros que compravão cõ os de suas lavras e que era preiuizo a republica o que assi acordarão sem embargo de qualquer acordo ou provizão que nesta Camara aja em contrario porquanto avião tudo por revogado e avião por bem por ser proveito de todos. q' ninguem vendesse os ditos vinhos se não por regimento e Almotaceria como dito he sob pena da pessoa que o contrario fizer pagar por cada vez. pera o concelho e engeitados vinte cruzados e hu' anno de degredo pera as partes dalem e os ditos vinhos se entendera assi brancos como vermelhos. e mandarão que se apregoasse e o pregoeiro desse a fee do dito pregão.

Cessou Esta com a postura ser da Camara E cõ a liberdade da imposição E lic.ª q' em Camara se dá aos do castello de que os vende em sua casa

tl.º 199

Que nhuã Pessoa des que anontecer tee pella manhã ande embucado

Itte' Acordarão mais pera bem e proueito da Cidade das pessoas que andão de Noite q' qualquer que for achado depois da Oração tee pella manhã.

andando embuçado ou indo falando cõ moça ou molher ou estando a canto de qualquer parte que seia ou estando em qualquer fonte falando cõ moça ou molher ou fazendo detença em qualquer fonte desta Cidade e arrabaldes. que pague de pena por cada vez. que o contrario fizer da cadea on de estará hu' mez. mil rs. e mandarão que se apregoasse e o pregoeiro desse a fee do pregão. —//:—

Revogouse esta pela ult.ª vreação só ficou em pé não estarem defronte das fontes

tl.º 200

Que o Escrivão da Almotaceria não traslade as posturas. nos autos é que se demandão as partes. som.te por a pena da vreação:—

Itte' Acordarão e mandarão que o Escrivão da almotaceria não trasladasse nos autos (a) nos autos que escrevesse contra as partes. que se demandassem. perante os Almotaces as posturas e vreaçoens salvo por a contia e a pena da dita vreação porque foi condenada a parte porquanto o liuro das vreaçoens está na Camara o proprio onde os regedores da Camara hão de iulgar pellas ditas posturas e vreaçoens e o haslado das ditas posturas e vreaçoens que o dito Escrivão dalmota[ça]ria tem não he para mais que lembrança das ditas vreaçoens que o dito Escrivão ha de por tão somente quanta he a pena nos autos e mais não e mandarão a mi escrivão que noteficasse ao dito Escrivão da almotaceria que assi' o comprisse sob pena de por cada uez. que as ditas vreaçoens trasladar e autos se não como dito he pagar por cada vez pera os engeitados desta Camara duzentos rs. e mais não lhe será contado cousa dos taes autos que assi fizer e vã trasladadas as ditas Vreaçoens se não da dita maneira e que da noteficação assentasse eu escrivão minha fee o qual logo lhe foi noteficado na dita camara a Estevão pessegueiro escrivão da almotaceria que assim o cumprisse e guardasse sob pena da dita pena —//:—

(a) Por evidente erro, Ms. II diz, aqui o contrario: «mandarão que... escrevesse nos autos q.ª escrevesse.»

tl.º 201

Que os quadrilheiros quando ouuerem de ir pera fora por tempo prolongado o fação a saber a Camara pera se eleger outro: —

Itte' Acordarão que os quadrilheiros desta Cidade e arrabaldes. e termo quando quizerem ir pera algures. e que aião de fazer detença o farão saber em Camara pera elegerem outro emquanto durar sua obsencia pera que a ministração da iustiça ande bem regida e não pereça a gouernanca da republica e qualquer quadrilheiro que assi' o não comprir pagar pera o concelho e engeitados da Cidade mil rs. e outros mil rs. pera quem acabe de servir o dito officio pello que sera logo penhorado em sua fazenda pera se pagar a dita pena posto que não terra não aia por se escuzare' uontades. absolutas de muitos quadrilheiros. que se vão da dita maneira por não servirem as taes. offícios e os de suas quadrilhas terão cuidado como virem que o dito quadrilheiro não he na terra de o virem dizer a Camara sob pena cada hu' que assi' não comprir pagar pera o dito Concelho e engeitados por cada vez. quinhentos rs. da cadea e cada quadrilheiro noteficara os de sua quadrilha o sobredito e dará sua fee da Notificação do dia q' lhe este. que ha de ir no regimento foi entregue a oito dias sob pena de pagar pera os ditos concelho e engeitados quinheitos rs. e o Escrivão da Camara assentara no livro dois quadrilhr.os ao pee do assento de cada hu' de como lhe entregou o regimento dos quadrilheiros cõ este acordo e mandado nosso. e o dia em que lho entregou. pera que não comprindo o dito quadrilheiro pague a dita pena digo que a pena não são mais de cem rs. e no dito regimento irão nomeados. os das quadrilhas. —//:—

tl.º 202

Que os officiaes Mecanicos uzem de seus officios. —

Itte' Logo acordarão. por serem informados que os officiaes mecanicos em odio e fraude da taxa não querem uzar de seus officios em todo totalmente como dantes uzavam e não querião fazer obras. se não as do mtº proveito por tanto mandarão que a pessoa que não quizesse fazer obra que lhe requerem da que sempre uzou. pague por cada ves para o Concelho. e Camara e quem os

acusar mil rs da cadea e mandarão que se apregoasse e o pregoeiro desse fee do pregão e assi terão feitas todas as obras. de seus officios em abastança pequenas e grandes. pera que as pessoas que forem comprar achem o que quizerem e que assi se apregoasse sob a dita pena —

tl.º 203

Que nhuã Pessoa compre espadas e as mais couzas necessarias pera ellas. pera as tornar a vender sem licença dos Juizes do officio de barbeiros —

Itte' Acordarão porquanto forão informados q' muitas pessoas que trazem a esta Cidade muitas Espadas. novas e cabos dellas. e taboas pera ellas e couro pera bainhas e logo como chegão muitas pessoas desta Cidade se vão aos ditos mercadores. que trazem as ditas mercadorias e as tomão logo e as tem e revendem aos barbeiros desta Cidade a grandes preços e a outras pessoas que he muito grande preiuizo pera a republica e mao exemplo e governança desta Cidade e querendo a ello prouer mandarão que nhuã pessoa compre das ditas mercadorias pera as tornar a vender ne' sem licença do juiz do officio de barbr.os pera que elles as veião e repartão pellos barbeiros desta Cidade e os proveião o que farão os ditos iuizes cõ muita brevidade pera q' os mercadores. não fação detença cõ as ditas mercadorias sob pena das pessoas que comprarem as ditas mercadorias e o contrario fizerem pagar por cada vez. pera o Conselho. e quem o accuzar da cadea dous mil rs. e mandarão que se apregoasse e o pregoeiro desse a fee do pregão.//—//:—

tl.º 204

Que os saleiros possão agazalhar em suas cazas as pessoas. que trouxerem mercadorias a esta Cidade e suas bestas. cõtanto que descarreguem primeiro na alfandega — //

Itte' Na dita Camara pareceram alguñs dos Saleiros que vendem sal nesta Cidade e rabaldes. e disserão a elles regedores que lhes dessem licença pera

os saleiros da dita Cidade e arabaldes. poderem agazalhar as pessoas. que a esta cidade vierem vender os mantimentos e mercadorais e assi as alimarias em que as trouxerem porquanto estava defezo por vreação desta Cidade q' os não agazalhassem e logo elles regedores. virão a dita Vreação e acharão ser feita pelos colojos que se podião fazer cõ as mercadorias averem de entrar em caza dos ditos Saleiros e praticarão e acharão ser bem pera o pouo e pera os estrangeiros poderem trazer os mantimentos sem nhuã oppressão antes acharem gazalhado e serem fauorecidos. e não poder aver colojo nas mercadorias portanto acordarão que toda a pessoa que mantimentos ou mercadorias trouxesse vão direitamente descarregar a Alfandega desta Cidade e nella venda e depois de descarregado poderão levar suas almarias a caza dos saleiros ou onde quizerem e elles saleiros os poderão agazalhar delles e venderlhes sómtᵉ palha e outra cousa nhuã não. e ainda que sobeje mercadoria de mantimento por pouca cousa que seia não consentirão os ditos saleiros. que entre em suas cazas. ainda que seia de noite nem que digão que não querem aqui mais vender sob pena por cada ves qualquer dos Saleiros que assiᵉ não comprir pagar da cadea dez cruzados. pera o Concelho e engeitados e não terão escuza em dizerem que não estavão em caza e que suas molheres ou criados o fizerão. neᵉ menos se escuzarão cõ dizerem que as taes mercadorias entrarão em suas cazas sem serem sabedores. e mandarão a mi' escrivão que querendo os ditos saleiros o traslado deste acordo eu Escrivão lho desse. —//—//—

tl.º 205

Que nhuã Pessoa alavante Caza pellas estradas. tee mea legoa da Cidade nem nos arrabaldes sem licença da Camara. — //.

Itte' Acordarão mais que nhuã pessoa de qualquer qualidade que seia nesta Cidade e arabaldes não faça nem mande fazer caza terreira nem sobradada des os muros para fora pellas estradas que uão desta Cidade tee meia legoa da dita Cidade n' pellos arrabaldes sem licença desta Camara sob pena de por cada vez. pagar cada hu' per o Concelho e quem os accuzar dez. cruzados e lhe ser deribado o que tiver feito e mandarão que se apregoasse e o pregoeiro desse a fee do pregão —//—//.

tl.º 206

Regimento do que ha de leuar o rendeiro da Medidagem da Alfandega que não está no regimento atras — //.

Itte' Acordarão que toda a Pessoa que de fora vier a esta Cidade vender açucar alfenim marmelada, cera, latão, pedra hume, levara o rendeiro da medidagem por aratel de cada cousa destas. por lhes dar os pezos a real por aratel tee chegar a dezaseis rs e dahi pera cima não levara mais por muito que passe.

Itte' Levarão mais do breu por aratel a meio real tee chegar a dez. rs. e dali pera cima não levara mais. —//. —

Itte' Levará mais de todo o picheleiro que vier vender estanho a esta Cidade dez rs. —//.

Itte' Toda a Pessoa que vier vender esteiras cinco rs. por lhe dar a vara e os pezos. —

E por cada ves que mais levar o dito rendeiro pagara mil rs. e da cadea pera o Concelho. e quem o accuzar e mandarão a mi' escrivão que desse o traslado ao dito rendeiro destes acordos. —//:—

(Continua)

EFEMÉRIDES MUNICIPAIS

Ano de 1954

Dezembro, 2 — Foi vendido um troço de caminho retirado do uso público, para regularizar o alinhamento da Avenida da Imaculada Conceição.

— Também a Câmara adjudicou nesta reunião vários lotes de terreno na zona da Escola Técnica.

— Foi aprovado o Orçamento ordinário do Turismo para 1955.

— Igualmente foi aprovado o 2.º Orçamento suplementar dos Serviços Municipalizados.

— A Câmara resolve pedir a inclusão de um troço de caminho, Guisande-Escudeiros-Corveã, no Plano rodoviário.

— Ficou inteirada do quantitativo da comparticipação do Estado para a obra do Mercado.

Dezembro, 5 — Reune o Conselho Municipal, que é assim composto, depois de ter feito a eleição dos seus secretários:

Presidente nato, o da Câmara, António Maria Santos da Cunha.

Secretários: P.e Aloísio Avelino de Sousa; Casimiro da Cunha e Silva.

Vogais: Eng. Abel Alegria Martins, António Ferreira, Camilo Cândido Alves Pereira, Dr. Constantino Fernandes Velho de Sepúlveda, Duarte Cândido Ferreira Carmo, Dr. Francisco da Silva Pinto, Francisco Xavier de Paiva, João Ferreira da Silva, João Pinto Gomes Veiga, Mário Rodrigues Martins Sequeira, e Miguel Fernandes de Almeida.

O Conselho, que nesta primeira sessão deve constituir a Câmara do seu quadriénio, reelegeu todos os Senhores Vereadores, que estavam em exercício.

Dezembro, 9 — Foi aprovada a Pauta dos Impostos indirectos, em que houve ligeiras correcções de algumas taxas.

— Adjudicou a Câmara a construção de um caminho em Tibães.

— Tomou providências acerca da abertura de um poço que se vê prejudicar uma fonte pública.

Dezembro, 16 — Determina a Câmara agradecer ao Sr. Prof. Dr. Arnaldo de Miranda e Barbosa, citando o brilho que teve a conferência dada no Salão Nobre do Município, e a impressão causada nos meios cultos de Braga.

— Telegrafou ao deputado Sr. Dr. Augusto Simões, dando todo o apoio da Câmara às considerações que fizera na Assembleia Nacional em defesa dos Municípios.

— Deliberou a Câmara crear um novo lugar de aferidor.

— Em proposta largamente fundamentada e logo aprovada pela Câmara, o Sr. Presidente sugeriu se fizesse uma homenagem aos heróis de África, Irmãos Roby, bracarenses; erigir-se-á um monumento, em sua honra, na Avenida.

O vereador Sr. José Maria Rodrigues, aplaude a proposta, e associa-se às homenagens e palavras do Sr. Presidente.

— Realizado o concurso para uma fase de trabalhos na estrada de cintura Aveleda-Celeirós-Veiga de Penso, foi adjudicada a empreitada respectiva.

Dezembro, 23 — Foi concedida uma servidão tendo em vista a construção de mina em Pedralva.

— O orçamento ordinário para 1955 foi posto em reclamação.

— A Câmara deliberou renovar o contrato com funcionários que estão sob essa forma de provimento.

Dezembro, 30 — Tendo sido inaugurada recentemente uma placa toponímica de bronze, na rua eng. José Frederico Ulrich, a Câmara ficou inteirada do agradecimento desse ilustre homem público.

— Foi adjudicada a obra de construção de um caminho municipal em Tadim.

— Negou a Câmara autorização, que lhe fora pedida, para abertura de um poço, por haver justificado receio de ser prejudicada uma fonte pública.

— Mandou liquidar a obra de um caminho em Lomar.

— A Câmara aprovou a distribuição, pelas várias Juntas de Freguesia, do total atribuído para subsídios na forma estabelecida pelo Código.

— Foi aprovado o Orçamento Ordinário.

— Resolveu aceitar a doação de um terreno para escola, e estabeleceu as condições a estipular.

Ano de 1955

Janeiro, 2 — A Câmara realiza a sua primeira reunião, para os actos determinados pela vigente lei.

— Marcou as quintas-feiras como dia ordinário das reuniões, e fixou-as às 18 horas.

O sr. Presidente, que prèviamente consultara os vereadores, fez a seguinte distribuição de pelouros:

Presidência — Secretaria, Tesouraria, Impostos, Jardins e Limpeza;

Sr. António Fernandes d' Araújo — Obras;

Sr. Eng. Fernando Manuel Miranda Magalhães Salgado — Matadouro e Mercado;

Sr. José Maria Rodrigues — Desportos;

Sr. Carlos Brandão — Incêndios e Cemitério;

Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto — Cultura e Assistência;

Sr. Dr. Olindo Casal Pelayo — Turismo.

— O Sr. Presidente nomeou, para presidirem às Comissões Consultivas Concelhias os senhores vereadores:

Comissão Municipal de Higiene — Eng. Fernando Manuel Miranda Magalhães Salgado.

Comissão Municipal de Arte e Arqueologia — Dr. Sérgio Augusto da Silva Pinto.

Comissão Venatória Concelhia — José Maria Rodrigues.

Comissão Municipal de Turismo — Dr. Olindo Casal Pelayo.

Comissão Municipal de Estética — António Fernandes d'Araújo.

— Ficou assim organizado o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados:

Presidente, o da Câmara;

Vereador, José Maria Rodrigues;

Membro do Conselho Municipal, Camilo Cândido Alves Passos.

Janeiro, 13 — A Câmara tomou conhecimento de disposições superiores relativas ao género de diversão e turismo denominado campismo.

— Adjudicou uma fase de trabalho na Estrada Municipal de Cintura.

— Tomou deliberações relativamente a caminhos públicos.

Janeiro, 20 — A Câmara ordenou a liquidação de obras em diversos caminhos.

— Determinou aplicar aos funcionários municipais a regularização de vencimentos legislados para os do Estado, ou seja fixá-los no dobro dos originais.

Janeiro, 28 — A Câmara, tendo representado superiormente a irregularidade da situação actual, tomou conhecimento da promessa de se preparar nova fórmula de distribuição da comparticipação nas receitas que substituiram os impostos sobre automóveis.

— A Câmara recebeu do Departamento Marítimo dos Portos do Douro e de Leixões, comunicação de ter sido autorizada, pelo Ministro da Marinha, a comparticipação de forças navais nos actos de inauguração do monumento aos Irmãos Roby.

— Já concluídas, foram aceites as obras feitas em 6 caminhos públicos.

Fevereiro, 5 — A Câmara manda liquidar o fornecimento de materiais para o Bairro, e também diversas obras concluidas.

— Concedeu subsídios para electrificação à freguesia de S. Julião de Passos, e para um caminho à junta de Palmeira.

— Adjudicou a construção do pedestal da estátua de Francisco Sanches.

— Abriu concurso para fornecimento de lenhas ao Matadouro.

Fevereiro, 11 — Foi resolvido alienar as vertentes sobrantes dum fontenário em S. Pedro d'Este.

— Tomou providências a respeito da construção disfarçada de anexos em edifícios, a pretexto de arrumos.

Fevereiro, 15 — Reuniu o Conselho Municipal, que aprovou o Relatório da gerência do ano de 1954. Também foram sancionadas diversas deliberações da Câmara que necessitavam aprovação deste corpo.

Fevereiro, 17 — Foi aceite uma obra concluída de caminhos em Tadim

— A Câmara aprovou a adquisição de terrenos junto à escola de Tenões, e para instalação dos seus anexos.

— Foi adjudicada a obra de construção de caminhos em Nogueiró.

— A Câmara adjudicou a reconstrução, depois da prévia demolição, da casa do Sr. Dr. Alberto Feio, obra necessária ao alargamento em curso da rua Andrade Corvo.

— Foram aprovadas, em reunião da Câmara, as contas de gerência dos Serviços Municipalizados.

— Deliberou a Câmara oficializar a denominação de Jardim de Santa Bárbara, ao que se implantou, junto da Biblioteca Pública, no gaveto das ruas Eng. José Frederico Ulrich e Francisco Sanches.

— Foi aprovado um contrato para elaboração do projecto de arranjo da Praça Municipal.

— Foi igualmente aprovado um contrato para elaboração do Plano Regulador da Cidade.

— Foram aprovadas as contas de gerência, do ano anterior.

— A Câmara resolveu formular um pedido da concessão de um empréstimo do total de 3.000 contos para os Serviços Municipalizados.

Fevereiro, 24 — A Câmara resolve, na reunião deste dia, conceder subsídios para construção de caminhos, liquidar as obras feitas, e aceitar outras, da mesma natureza, nas freguesias de S. Julião de Passos, Lomar, Gualtar, Priscos, Arentim, S. Pedro d'Este, Adaúfe e Trandeiras.

— Foram aprovadas alterações pedidas para carreiras de automóveis.

— Deliberou pôr à venda lotes de terreno na zona da Escola Técnica.

— Resolveu ainda adquirir terreno para um Parque de estacionamento cerca do Estádio.

Março, 3 — A Câmara autorizou a obra de reparação da Escola de Espinho.

— Foi fixado o mês de Abril para a cobrança das Taxas de Turismo.

— Resolveu conceder um subsídio para obras à Junta de freguesia de Gondizalves.

— Desafectou um terreno do domínio público, para permitir obras de particulares, em Esporões, e resolveu desafectar outro nas mesmas condições.

— Resolveu adquirir um terreno de D. José de Dion, para a rua Francisco Sanches.

Março, 14 — Resolveu a Câmara conceder um subsídio á Juventude Operária Católica, para auxiliar as despesas de actividades que projecta.

— A Câmara deliberou pôr em hasta pública um terreno que desafectou do domínio público em Cabreiros.

Março, 22 — A Câmara recebeu felicitações da Real Academia Gallega pelo êxito que obteve o Congresso de Filosofia.

— Acedendo aos desejos da Comissão das Solenidades da Semana Santa, deliberou a Câmara que fosse franca para a Lavoura a feira que se realizaria em 5 de Abril. — Resolve, também, conceder um auxílio pecuniário à mesma Comissão.

— Adjudicou obras em caminhos de Lamaçães e de S. Pedro d'Este, e na escola de Adaúfe.

— Adjudicou um lote licitado na zona da Escola Técnica.

Abril, 4 — A Câmara concedeu à Junta de Freguesia de S. Mamede d'Este um subsídio para obras.

— Tomou conhecimento de sugestões para obras a realizar, apresentadas pela Empresa de Melhoramentos de Braga.

— Deliberou a Câmara apresentar cumprimentos ao deputado sr. dr. Urgel Horta, por motivo das referências que fizera na Assembleia Nacional ao recente Congresso de Filosofia, discurso em que incluiu oportuna exaltação do estudo universitário em Braga.

— Foi posto em reclamação o 1.º Orçamento Suplementar dos Serviços Municipalizados.

— Resolveu a Câmara adquirir a Biblioteca do Dr. Manuel Monteiro, e instituir na Biblioteca Pública uma Sala com o seu nome, pressuposto o acordo e comparticipação do Estado.

— Resolveu abrir concurso para a obra de arruamento à volta da Escola Técnica.

— A Câmara deliberou que a reunião ime-

diata se efectuasse no dia 14, por ser Quinta-feira Santa o dia 7 em que normalmente se realizaria.

Abril, 10 — Por ser Domingo de Páscoa, efectuou-se a tradicional Visita Pascal; aguardavam a Cruz Paroquial, nos Paços do Conselho os Srs. Presidente e Vice presidente, e todos os Vereadores, e Funcionários da Câmara, além do Sr. Presidente da Junta da Província, nela Delegado do Município, e muito povo que se associou.

Trocaram-se efusivas saudações entre o Rev. Abade da Sé, Cónego Dr. António José Ribeiro e o sr. Presidente, António Maria Santos da Cunha.

Abril, 14 — A Câmara, seguindo o costume estabelecido, isentou de impostos indirectos e taxas do Matadouro, a mais valiosa e corpulenta junta de bois abatida no dia 8 — matança grande da Páscoa.

— Foram liquidadas diversas obras concluídas.

— Foi definitivamente aprovado o 1.º Orçamento Suplementar dos Serviços Municipalizados que esteve em reclamação.

— Foi deliberado pôr em praça alguns lotes mais de terreno na zona em volta da Escola Técnica.

— Resolveu ainda fazer na Rua Andrade Corvo diversas expropriações necessárias ao seu alargamento.

Abril, 21 — Liquidou-se um subsídio concedido à Junta de freguesia de Gualtar.

— A Câmara resolveu pedir comparticipação do Estado para a abertura da rua em direcção ao novo Quartel de Infantaria 8.

— Adjudicou terrenos licitados na última praça da zona à volta da Escola Técnica.

— Pôs à venda um carro do serviço dos Bombeiros inadaptável às novas condições da sua organização.

Abril, 28 — Resolve a Câmara desafectar um terreno, da freguesia de Gualtar, próximo da Carreira de Tiro, tendo em vista a construção de uma casa.

— Foi adjudicada a obra de arruamento à volta da Escola Técnica.

— A Câmara aceitou concluída a obra realizada na escola de S. Paio de Merelim. Também aceitou os trabalhos de pavimentação na rua Andrade Corvo.

— Concluídos os processos respectivos, foram desafectados dois terrenos do domínio público.

— A Câmara abriu concurso para Cartazes anunciadores das Festas da Cidade ou S. João.

— Resolveu adquirir cabo armado para os Serviços Municipalizados estabelecerem a linha que ligará a rede ao novo Quartel do Regimento de Infantaria n.º 8; contrato com a firma «Cabos Armados e Telefónicos.

— Como nos anos anteriores, a Câmara vai subsidiar o Sporting Clube de Braga.

Maio, 5 — Tomou a Câmara diversas deliberações a respeito de obras em curso.

— Resolve a desafectação de terrenos deaproveitáveis para os vender em hasta pública.

Maio, 12 — Resolve fornecer a várias escolas, concluídas ou creadas, o material necessário para que entrem em funcionamento.

— Concordando com a sugestão da Santa Casa, deu a Câmara às seis ruas do Bairro da Misericórdia, agora concluídas, os nomes dos falecidos clínicos do seu Hospital: — Dr. Alves Passos; Dr. Cruz Teixeira; Dr. Baptista da Silva; Dr. Pinheiro Torres; Dr. Costa Palmeira; Dr. Jerónimo Louro.

— Subsidiou a Comissão de Festas da Cidade para a execução do seu empreendimento.

— Foi vendido um veículo dos Bombeiros Municipais retirado do serviço

Maio, 19 — A Câmara adjudicou quatro empreitadas de diversas obras rurais.

— Apreciados pela Comissão os cartazes para as festas do S. João, em concurso aberto pela do Turismo foram classificados em dois grupos: 1.º Abel Mendes, Filho; e Arquitecto Iglesias Almeida; — 2.º Manuel Nunes, Maria Odette Soares, e José do Vale.

Maio, 26 — É dado parecer favorável a nova carreira entre Braga e Póvoa de Varzim.

— Tomou a Câmara conhecimento dum expressivo telegrama do Senhor Subsecretário de Estado da Assistência, que visitara a cidade, e nele manifesta as suas excelentes impressões.

— Foram aprovados numerosos projectos para construção de prédios nas várias zonas que estão a ser urbanizadas.

Junho, 2 — A Câmara concedeu um subsídio para a Colónia Balnear organizada pela Mocidade Portuguesa.

— Concedeu igualmente auxílio à propaganda turística realizada pelos alunos da Escola do Magistério Primário na sua digressão de estudo.

— Reuniu o *Conselho Municipal* que apro-

vou a alienação de diversos lotes e parcelas de terreno deliberada pela Câmara.

Junho, 17 — A Câmara assumiu os encargos legais para entrar em funcionamento a escola em Lomar, no lugar recem-creado.

— Foram passados certificados de habitabilidade a vários prédios últimamente construidos.

— Foi encarregado o engenheiro Sr. Luis Queiroz Ribeiro Vaz Pinto, da elaboração do projecto para melhor e mais volumosa captação de Águas para o consumo da cidade.

— Por motivo das Festas da Cidade, foi antecipada para o dia 22 a reunião da Câmara que deveria realizar-se no dia imediato.

Junho, 22 — Foi desafectada do domínio público uma parte de caminho no lugar de Vilar — Gualtar, no acesso à Carreira de Tiro.

— É aprovado o 1.º Orçamento Suplementar do Turismo.

Junho, 23 — Efectuam-se neste dia, e nos imediatos, as Festas da Cidade, com os costumados Festivais, Procissão, e outras demonstrações. Nelas teve grande relevo a inauguração do Monumento aos Irmãos Roby, a que nos referimos em notícia especial.

Junho, 30 — A Câmara resolve, utilizando a faculdade legal, lançar a derrama especial para despesas de assistência hospitalar.

— Deliberou a Câmara, também, expropriar 8 parcelas de outros tantos prédios, para fazer o arruamento de acesso conveniente ao novo Quartel do Regimento de Infantaria n.º 8.

Julho, 7 — Foi resolvido proceder a obras de calcetamento de um caminho em Tibães; de outro em Vimieiro, e de uma mina de abastecimento público em S. Pedro d'Este.

— Tomou conhecimento do montante dos encargos da Câmara, relativamente à construção de Escolas do Plano dos Centenários, que hão-de ser pagos no ano de 1956.

— Ficou inteirada do assentimento do Sr. Ministro das Obras Públicas, ao plano de inaugurar em 1956 diversos melhoramentos, entre estes o Novo Mercado, o alargamento da rua Andrade Corvo, e o arranjo da Praça Municipal.

— A Câmara dá parecer favorável ao estabelecimento duma carreira de passageiros entre Amares e Braga, passando por Águas Santas Moure e Parada.

— Aprovou uma alteração de materiais no acabamento das obras do Mercado.

Julho, 14 — A Câmara tomou conhecimento da comparticipação concedida para a construção do acesso ao Quartel de Infantaria 8.

— Subsidiou pelos serviços do Turismo, a preparação dum filme de propaganda da região, destinado a exibição nas escolas.

— Foi aprovado pela Câmara a negociação dum empréstimo de 2.900 contos, repartido em duas partes, de 2.600 e de 300 contos, respectivamente, para a remodelação em curso nos Serviços Municipalizados.

— Deliberou contestar a transgressão, alegada pelas Finanças, pelo não pagamento de sisa na adquisição de terreno para escola do Plano dos Centenários, cuja expropriação foi judicialmente realizada.

Julho, 17 — Reuniu o *Conselho Municipal*, que aprovou a deliberação da Câmara para venda de diversas parcelas de terreno disponíveis.

Julho, 19 — O Conselho Municipal sancionou a deliberação relativa ao empréstimo para os Serviços Municipalizados.

Julho, 21 — Foi aprovado pela Câmara o projecto de urbanização á volta do Novo Mercado: — Resolve pedir a comparticipação.

— A Câmara aprovou as alterações ao Plano dos Centenários na parte respeitante ao núcleo escolar de Crespos.

— Em resposta a telegramas enviados, a Câmara recebeu comunicações de agradecimento de S Ex^as os Ministros da Presidência, e das Comunicações.

— Foi aprovado o 1.º Orçamento Suplementar da Câmara.

— Declarou a Câmara não serem devidas taxas por licença de construção de muros de vedação de prédios rústicos, quando não confinantes com a via pública.

Julho, 28 — Foram aceites numerosas obras rurais já concluídas.

— Adjudicada a Joaquim Francisco da Silva a construção do acesso ao novo Quartel do Regimento de Infantaria n.º 8.

Agosto, 4 — Foi adjudicada pela Câmara, a obra de melhoramento de um caminho em Tenões.

— A Câmara autorizou o Chefe da Secretaria a fazer, fora do concelho, um inquérito para que fora superiormente convidado.

— Foi ordenada a desocupação de alguns

prédios em mau estado. — O Sr. Vereador José Maria Rodrigues fez declaração de voto sugerindo que, por adequadas providências, se garanta aos inquilinos conveniente habitação.

— A Câmara aprovou as bases de uma permuta de terrenos com o Seminário Carmelita, necessária ao arranjo de arruamentos da zona à volta da Escola Técnica em construção.

Agosto, 11 — Foram tomadas providências para defesa do pavimento de uma rua do Bairro da Misericórdia.

— Liquidaram-se várias obras municipais já concluídas.

— Foram adjudicados vários lotes de terreno nas zonas que estão a ser urbanizadas.

— Foi deliberado vender alguns terrenos não utilizados junto de estradas e caminhos.

Agosto, 18 — Em telegrama enviado a S. Ex.ª o Presidente do Conselho, a Câmara manifestou a sua repulsa contra os inconsiderados actos que na Índia tem praticado os inimigos de Portugal, exalta o patriotismo e dedicação dos goeses, e aplaude a posição, firmeza e tacto do governo.

Agosto, 25 — A Câmara concedeu alguns subsídios para instituições de assistência, tendentes a auxiliar as colónias de Férias por elas organizadas.

— Ficou inteirada da aprovação da derrama para fins hospitalares.

— Na acta deste dia foi consignado um voto de profundo pezar pelo falecimento do Sr. Dr. José Luís da Silva Júnior, Provedor ilustre e dedicadíssimo da Santa Casa da Misericórdia.

Setembro, 8 — Foram adjudicados pela Câmara as Obras de construção dum caminho em Priscos, e de uma escola em Parada, e ainda o fornecimento de um frigorífico para o novo Mercado, que será ali colocado pelo Eng. J. Nunes Correia.

— Aceitou alguns terrenos oferecidos para a abertura da nova rua de acesso ao Quartel em preparação.

— Informou ser de utilidade uma camioneta de transportes cujo estabelecimento foi proposto.

— Abriu concurso para a exploração de alto-falantes no Parque da Ponte — Estádio 28 de Maio.

Setembro, 15 — Tomou a Câmara as convenientes providências para não ser prejudicada uma fonte em Ruilhe, pelas obras particulares em curso nas suas proximidades.

— Pôs em concurso a exploração de bufetes no Estádio.

Setembro, 22 — Resolve a Câmara adjudicar o fornecimento de transformadores para a rede de energia eléctrica, nos termos já aprovados pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados.

— Deliberou a venda de mais alguns lotes de terreno nas imediações da nova Escola Técnica.

Setembro, 29 — Foi adjudicada a obra de um lavadouro em Parada.

— Ficou a Câmara inteirada do agradecimento do Sr. Consul de Portugal em Orense, pela cooperação que fora dada á celebração do «Dia de Portugal», no passado dia 18, e promovida por aquele Consulado.

— Foram recebidos, e registados com satisfação, os cumprimentos enviados pelo Sr. Ministro das Corporações.

— A Câmara apreciou e aprovou o Plano de Actividade e Bases do Orçamento que vão ser presentes ao Conselho Municipal.

— Expediu-se um telegrama ao Ex.mo Ministro das Corporações, aplaudindo a sua iniciativa a respeito da construção de Casas Económicas, e a inclusão, prometida, de algumas habitações em Braga.

— Foi concedido o Exclusivo de Alto-falantes no Estádio.

— A Câmara por virtude da construção do novo Mercado, e enquanto não se tomar outra iniciativa, resolveu transferir para o Largo das Carvalheiras, a Feira de Gado semanal.

Setembro, 30 — Reuniu o *Conselho Municipal*. Aprovou diversas deliberações camarárias, dependentes de tal sancção, e aprovou integralmente as Bases do Orçamento e o Plano de Actividade para 1956.

Outubro, 6 — A Câmara tomou conhecimento das comparticipações concedidas para o arranjo do Largo da Estação e ruas até ao Arco da Porta Nova, e para a urbanização do Novo Mercado.

— Foram tomadas resoluções acerca da estrada de cintura, Aveleda-Celeirós-Veiga de Penso, cuja construção prossegue.

— Foi aprovado o arranjo do pavimento da Praça da República.

— A Câmara resolveu pôr em hasta pública a demolição do Antigo Mercado e a venda dos seus materiais.

Outubro, 13 — É adjudicada a obra de pavimentação dum caminho em Vimieiro,

— A Câmara reivindica o uso público dum caminho para a fonte da Cova do Grilo, em Dume.

— Efectuou-se a venda de alguns lotes edificáveis na zona da Escola Técnica.

— Foram tomadas providências sobre a distribuição de lugares permanentes no Novo Mercado em construção.

Outubro, 20 — É transferida para 4 de Novembro a feira semanal que seria normalmente no dia 1, em virtude de ser dia santo feriado.

— Foi exarado na acta um voto de sentido pezar pelo falecimento do Sr. Casimiro da Cunha e Silva, que era presentemente Conselheiro Municipal, e que por muitos anos bem merecera da cidade, por constante actividade em serviços de interesses local, e que também se dedicara com inexcedível dedicação aos trabalhos da Câmara, quer como Vereador, quer como activo membro de Comissões Municipais. Os méritos do saudoso extinto foram salientados, em expressiva proposta, pelo Sr. Vereador José Maria Rodrigues.

Outubro, 27 — Foi aprovado pela Câmara o novo horário para a carreira de passageiros entre Braga e Lago, proposto pela firma Tecedeiro.

— Tomou a Câmara várias resoluções sobre a assistência hospitalar.

— Foi aprovada a estiva camarária.

— Na acta da reunião foi consignado um voto de congratulação pelo êxito da viagem do Senhor Presidente da República, e transmitidas a S. Excelência as saudações da Câmara. Sobre o significado da visita a Londres, e felizes consequências da viagem, e prestígio dos actos realizados, falou o Sr. Presidente na sua proposta, e associou-se, em nome de toda a Vereação, o Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto, do Pelouro da Cultura.

— O sr. Vereador José Maria Rodrigues ocupou-se na reunião deste dia, do caso, então recente, no Estádio 28 de Maio, e das disputas acerca do Desporto, descrevendo o movimento da opinião pública, e diligências dos elementos oficiais e de toda a cidade, na defesa dos legítimos interesses da cidade.

Às oportunas considerações do Sr. Vereador dos Desportos associou-se, em nome da Vereação, o sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto, e o Sr. Presidente corroborou as palavras dos seus colegas.

Novembro, 3 — Foi presente à Câmara, e registada com muito agrado, a delicada mensagem do Sr. Alcaide da Corunha, de que fora portador a Real Academia Gallega.

— Foram aceites as obras concluídas em caminhos de Dume e de Celeirós.

— A Câmara criou 2 lugares de aspirante em execução do Decreto que recentemente remodelara os quadros das secretarias municipais.

— Deliberou a Câmara vender em hasta pública lotes de terreno à margem da rua, em construção, que dá acesso ao novo Quartel de Infantaria n.º 8.

Novembro, 10 — A Câmara tomou conhecimento do agradecimento de S. Ex.ª o Presidente da República pelas saudações enviadas.

— Concedido subsídio ao Patronato de Nossa Senhora da Torre, para as despesas da sua Colónia de Férias.

— Foram atribuídos a diversos pretendentes numerosos lugares do Mercado, e tomadas deliberações sobre a distribuição futura dos ainda disponíveis.

— Foi desafectada do domínio público a parte que resta da Cangosta de Infias.

— Anulou-se o concurso para venda do antigo Mercado, e deliberou-se abrir oportunamente novo concurso.

Novembro 22 — A Câmara recebeu afectuosas saudações e agradecimentos da Real Academia Gallega, com especiais referências ao acto cultural realizado nos Paços do Concelho, e recepção dos novos académicos, Srs. Presidente da Câmara, António Maria Santos da Cunha, e Vereador da Cultura, Dr. Sérgio da Silva Pinto.

— Foi aceite a obra concluída da 1.ª fase de Urbanização à volta da Escola Técnica.

— Foi adjudicada a obra de Urbanização à volta do Novo Mercado.

— A Câmara resolve compelir um comprador de terreno na rua Abade da Loureira, ao cumprimento da cláusula que o obriga a edificar, por não o ter feito no prazo estipulado.

Novembro, 30 — A Câmara acolheu benèvolamente a sugestão da Sociedade Histórica da Independência para dar o nome «da Restauração» a uma nova artéria, sugerindo a zona da Escola Técnica.

— Foram adjudicados alguns lotes edificáveis na zona, em urbanização, da Escola Técnica.

— Foram postos a concurso lugares do quadro, e nomeados funcionários interinos no mesmo quadro.

— Sobre proposta do Sr. Presidente, foi expresso na acta um voto de sentimento pelo falecimento da Mãe do Chefe do Estado.

— A Câmara emitiu o voto de que seja desenvolvido o Aerodromo de Pedras Rubras, no Porto, e aberto ao tráfego internacional. Nesse sentido dirigiu exposições às intâncias superiores, e pediu apoio às outras Câmaras do Distrito.

— Foi antecipado para o dia 7 de Dezembro a reunião da Câmara, que normalmente seria no dia 8, tendo em vista que este dia, de N. Senhora da Conceição é dia santo e feriado.

Dezembro, 7 — A Câmara, considerando serem avultadas as despesas com a remodelação da rede eléctrica, concedeu uma comparticipação de 200 contos aos Serviços Municipalizados, para alterações na iluminação pública.

Dezembro, 15 — A Sociedade Histórica da Independência de Portugal agradeceu à Câmara o acolhimento dispensado à sua sugestão para incluir o nome «da Restauração» na toponímia local.

— Foi adjudicada a obra de demolição e reconstrução de parte dum pavilhão em Infias, necessária ao novo arruamento.

— Foi aceite a melhor proposta para a obra de demolição do Mercado.

— Deliberou a Câmara que fosse mantida, para 1956, a pauta dos Impostos indirectos.

— Estabeleceu também a Câmara a distribuição de subsídios às Juntas de Freguesia, para as despesas normais desses Corpos Administrativos.

Dezembro, 22 — Sancionou a Câmara a venda dos materiais da Central Térmica, deliberada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados.

— Foi deliberada uma troca de terrenos em Palmeira, com destino á Estrada Marginal do Cávado.

Dezembro, 29 — Em reunião deste dia foram aprovados os Orçamentos Ordinários da Câmara, e anexos, para 1956.

— Foi aceite a proposta para o arranjo do recinto interior do Mercado.

— Homologada a venda de terreno desafectado do domínio público, da Cangosta de Trás-o-Hospital.

ÍNDICE

dos VI e VII volumes

Sumário dos Fascículos 1-4 (31-34)

Um Grande Filósofo Europeu, Arcebispo eleito de Braga, que ocupou a cadeira de S. Pedro — Prof. Dr. Artur Moreira de Sá 5

Subsídios para o Estudo da Arqueologia Bracarense. — Prof. Dr. Carlos Teixeira 17

A Presença Histórica do Norte na Obra de Garrett. — Dr. Feliciano Ramos 39

Deux Sculptures Funéraires Provenant de Saint-Martin de Dume. — Prof. Dr. Georges Gaillard 67

El Castro «Das Sete Pias» en Cambadas (Galicia). — Dr. Fermin Bouza-Brey 74

Correspondência entre os Soberanos de Espanha e os de Portugal. — Dr. J. A. Pinto Ferreira 84

Dois retratos bracarenses. Duas cartas luso-castelhanas. . Uma viração do passado. — Dr. D. António Pereira Coutinho 100

A Dominação Árabe e a Toponímia a Norte do Douro. — Dr. António Losa 120

Gabinete de Leitura. — So Noble a Captain. — António Álvaro Dória 175

Oestrymnis — *(Atlântida — Campo Eliseo).* — Dr. Francisco José Velozo 190

Pró-Braga — As Metamorfoses de... Santo Ovídio. — Balconius 203

Vocabulário Minhoto — (Subsídios para o Léxico Português). — Manuel de Boaventura 212

Acontecimentos memoráveis em Braga no ano de 1955. — Joaquim Monteiro (Jorge) 224

Nota explicativa sobre o presente tomo — Redacção 255

I Congresso Martiniano (1950) — Redacção 255

Arquivo Municipal — Livro do Registo. — Redacção 256

Livro das Vereações. — Redacção 261

Efemérides Municipais. — Redacção 266

REVISTAS DE CULTURA LUSÍADA editadas em Braga

Revista Portuguesa de Filosofia
4 Ventos — *Revista Lusiada de Arte e Literatura (Portuguesa, Brasileira e Galega)*
Scientia Ivridica
Theologica
Bracara Augusta — *Revista de trabalhos regionalistas e históricos.*

✶

INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A REVISTA «BRACARA AUGUSTA»

A Câmara Municipal de Braga, desde 1935, vem editando, como seu órgão cultural, uma publicação de carácter arquivístico e erudito que, com o presente fascículo, alcança já 34 números, repartidos em 7 volumes.

A primeira série, de 1935 a 1945, (fascículos 1 a 11), sob a direcção de J. Constantino Ribeiro Coelho, com o título de **Boletim do Arquivo Municipal.**

A segunda série, 1949, (fascículos 12 e 13), já na presidência de António Maria Santos da Cunha, e enquadrada num vasto programa de política cultural, — sob a direcção do Dr. Sérgio da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho, com a denominação de **Braga — Boletim do Arquivo Municipal.**

Estas duas séries formam o 1.º volume do órgão cultural camarário.

A terceira série é constituida pela Revista Cultural **Bracara Augusta,** sob a direcção do Dr. Sérgio A. da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho.

Da **Bracara Augusta,** com o presente número ficam publicados 7 volumes, ou seja: — o II, o III, o IV, o V, o VI e o VII do órgão cultural camarário. — Os coleccionadores que porventura só puderam obter os volumes do órgão cultural camarário, a partir do II, podem considerar a sua colecção completa em relação à Revista **Bracara Augusta.**

✶

CAPAS PARA A «BRACARA AUGUSTA»

Para encadernar a revista «Bracara Augusta» há capas próprias, de percalina, ou de carneira, que podem ser pedidas à «Livraria Cruz» — Rua D. Diogo de Sousa, Braga.

A fim de não diminuir o valor bibliográfico da colecção, recomendamos aos possuidores da «Bracara Augusta», que, sempre que a façam encadernar, deem instruções aos artífices para conservarem, (reunindo-as por ordem no final do volume, ou de outro modo que prefiram), as capas originais de papel. A falta deste elemento cerceia o valor bibliográfico das colecções.

Estão a ser organizados índices completos, com todas as necessárias divisões e distribuição de matérias e autores, que abrangem os 5 volumes publicados desta revista. Oportunamente será feita a sua distribuição.

C.M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL